



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 039 SÁBADO, 28 DE MARÇO DE 2015

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,25)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,34) Benedito de Lira (11,18,45) Walter Pinheiro (31,37,44) Telmário Mota (4,36,43) Regina Sousa (42)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 14 Humberto Costa (22,25)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (30) Walter Pinheiro (31,37,44) Lindbergh Farias (32) Fátima Bezerra (35)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,34)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,36,43)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (11,18,45)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (21)</p> <p>Vice-Líder Ataídes Oliveira (38)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23,40) Aloysio Nunes Ferreira (41)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (16,29)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,28) Vanessa Grazziotin (20,27) Randolfe Rodrigues (24,26)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (46)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,28)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,26)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (20,27)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
---	--

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,25)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,34) Benedito de Lira (11,18,45) Walter Pinheiro (31,37,44) Telmário Mota (4,36,43) Regina Sousa (42)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 14 Humberto Costa (22,25)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (30) Walter Pinheiro (31,37,44) Lindbergh Farias (32) Fátima Bezerra (35)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,34)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,36,43)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (11,18,45)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (21)</p> <p>Vice-Líder Ataídes Oliveira (38)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23,40) Aloysio Nunes Ferreira (41)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (16,29)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,28) Vanessa Grazziotin (20,27) Randolfe Rodrigues (24,26)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (46)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,28)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,26)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (20,27)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 39ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 27 DE MARÇO DE 2015.....	006
1.1 – ABERTURA.....	006
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	006
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	
1.2.1.1 – Parecer	
Nº 43/2015, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 1/2014	006
1.2.1.2 – Abertura de prazo	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 1/2014 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 2/2015-CAS)	019
1.2.1.3 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados	
Projeto de Decreto Legislativo nº 38/2015 (nº 1.444/2009, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação de Proteção à Infância e à Adolescência para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo dos Campos, Estado da Bahia</i>	019
Projeto de Decreto Legislativo nº 39/2015 (nº 1.457/2009, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Educativa Artística de Jussiape para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussiape, Estado da Bahia</i>	024
Projeto de Decreto Legislativo nº 40/2015 (nº 1.600/2009, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Artística de Radiodifusão Comunitária Candeal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cordeiros, Estado da Bahia</i>	029
Projeto de Decreto Legislativo nº 41/2015 (nº 767/2012, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Sociedade Civil Acauã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia</i>	034
1.2.1.4 – Abertura de prazo	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 38 a 41/2015, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. <i>As matérias serão apreciadas terminativamente.</i>	039
1.2.1.5 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados	
Projeto de Decreto Legislativo nº 42/2015 (nº 1.442/2014, na Câmara dos Deputados), que <i>susta o art. 1º e o parágrafo único do art. 2º da Portaria nº 1.253 de 12 de novembro de 2013 do Ministério da Saúde, que altera atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.</i>	039
Projeto de Lei da Câmara nº 18/2015 (nº 6.128/2009, na Câmara dos Deputados), que <i>disciplina o processo e julgamento do mandado de injunção individual e coletivo e dá outras providências.</i>	045
1.2.1.6 – Proposta de Emenda à Constituição recebida da Câmara dos Deputados	
Nº 38/2015 (nº 590/2006, na Câmara dos Deputados), tendo como primeira signatária a Deputada Luiza Erundina, que <i>dá nova redação ao § 1º do art. 58 da Constituição Federal, para garantir a representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas e Comissões do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.</i>	060
1.2.1.7 – Ofício do Grupo Parlamentar Brasil-República Eslovaca	
Nº 3/2015, na origem, comunicando sua reinstalação e eleição e posse de sua Diretoria (vide item 4.1).	063
1.2.1.8 – Comunicações	
Recebimento dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao terceiro quadrimestre de 2014, dos seguintes órgãos: Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Ofício nº 2.380.705/2015, na origem), Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (Ofício nº 52/2015, na origem)	064

1.2.2 – Oradores

SENADOR PAULO PAIM – Registro do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação, ocorrido em 21 de março, com ênfase na política de cotas em universidades públicas como instrumento para a redução da discriminação racial..... 073

SENADOR JOSÉ MEDEIROS, como Líder – Destaque à necessidade de regulamentação do teor de açúcar consumido pelo brasileiro, visando ao atendimento de recomendações da Organização Mundial da Saúde. 084

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Adoção, pela Srª Presidente da República, em 24 de março de 2015, e publicação, no dia subsequente da Medida Provisória nº 672/2015, que *dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo de 2016 a 2019*. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria ((Ofícios nºs 474/2015-PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN/CD e 538/2015-PSDB/CD) 085

1.2.4 – Leitura de Veto

Veto Total nº 7/2015, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 114/2013 (**Mensagem nº 71/2015, da Presidência da República**) 088

1.2.5 – Oradores (continuação)

SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA – Críticas à má gestão da Economia por parte do Governo Federal; e outros assuntos..... 092

1.3 – ENCERRAMENTO..... 096

2 – EMENDAS

Nºs 1 a 181, apresentadas à Medida Provisória nº 671/2015 096

3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA 458

4 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO

4.1 – GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-REPÚBLICA ESLOVACA

Ata da Reunião de reinstalação e eleição e posse de sua Diretoria, realizada em 11 de fevereiro de 2015..... 462

4.2 – CONVÊNIO

Nº 2/2015 (Processo nº 00200.014550/2014-63), entre o Senado Federal e o Banco DAYCOVAL S.A. 470

SENADO FEDERAL**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

Por Unidade da Federação 478

Bancadas dos Partidos 479

Por ordem alfabética 480

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 481

7 – LIDERANÇAS..... 482

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS..... 483

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 486

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 489

CAS – Comissão de Assuntos Sociais..... 492

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 494

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte..... 496

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle..... 499

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 501

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 503

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura..... 504

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo..... 507

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 509

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 511

CSF – Comissão Senado do Futuro..... 513

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993)..... 514

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993) 515

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995) 516

Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013)..... 516

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005)..... 516

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001)..... 517

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009)..... 518

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010) 519

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	520
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012).....	521
Conselho de Estudos Políticos (Ato da Comissão Diretora nº 21/2006; e Portaria do Presidente nº 8/2015)..	522
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	523
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013).....	524

CONGRESSO NACIONAL

12 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	525
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	534
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	535
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	536
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	537
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	538

13 – CONSELHOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	541
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	542
Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro (Resolução nº 2/1999)	543

Ata da 39ª Sessão, Não Deliberativa, em 27 de março de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Medeiros e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 9 horas e encerra-se às 10 horas e 26 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Democracia Participativa/PPS – MT) – Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Agora, pela lista de oradores inscritos, vamos chamar o Senador Paulo Paim, por 20 minutos.

A Presidência ainda comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

PARECER

PARECER Nº 43, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de lei do Senado nº 1, de 2014, da Senadora Vanessa Grazziotin, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências.

RELATOR: Senador WALDEMIR MOKA

I – RELATÓRIO

Esta Comissão examina, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 1, de 2014, que *dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências*, de autoria da eminente Senadora Vanessa Grazziotin.

A proposição visa a assegurar o devido reconhecimento profissional aos arqueólogos. Na sua parte substancial, o projeto prevê as condições para o exercício profissional; as atribuições; a responsabilidade profissional e autoria de projetos; e participação de arqueólogos brasileiros em expedições ou missão estrangeira de Arqueologia.

Em sua justificação, a autora afirma que:

a regulamentação da profissão permitirá a identificação dos profissionais competentes, facilitando, para a Administração Pública e as iniciativas privadas, a contratação do profissional certo para aquele projeto, programa ou exploração específica. Além disso, a realização de grandes obras de infraestrutura acentuou a demanda e a necessidade de profissionais competentes para identificar o que merece ser preservado e o que não pode ser tocado.

Até o momento, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, I, combinado com o art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) dar parecer sobre o presente projeto de lei.

A regulamentação de profissões insere-se no campo temático do Direito do Trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Observados esses pressupostos, temos que a proposição original não apresenta vícios de inconstitucionalidade, nem de ilegalidade.

No mérito, importante salientar que o inciso XIII do art. 5º da Constituição Federal, estabelece que *é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer*.

Assim, resta evidente, pela sua importância e complexidade, que as atividades de pesquisa arqueológica exigem do profissional uma habilitação específica, que agora a lei passa a reconhecer. Entretanto, o projeto merece uma emenda apenas para aperfeiçoar a redação do art. 6º, uma vez que a jurisprudência do STF e do STJ são no sentido de que os requisitos para o cargo devem ser comprovados na posse e não quando da inscrição em concurso público.

Como bem salientou a autora, este Projeto de Lei excluiu os vícios de inconstitucionalidade anteriormente identificados no Projeto de Lei nº 2.076, de 1988, do saudoso Deputado Álvaro Valle. Essa regulamentação já foi vetada, em ocasião anterior, pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que fundamentou o veto basicamente na inconstitucionalidade por vício de iniciativa (art. 61, § 1º, inciso II, alínea *e* da CF).

É que, inicialmente, estava prevista a criação de Conselhos Federais para a fiscalização da profissão, o que enfrenta impedimentos

constitucionais. No projeto reformulado pela Senadora Vanessa Grazziotin, foram excluídos todos esses dispositivos de conteúdo administrativo, sanando-se assim o apontado vício de iniciativa existente.

Com os ajustes ora implementados, a proposição merece prosperar.

É fato incontestável que o Brasil necessita de profissionais qualificados e bem formados nesta área da ciência, ainda mais se considerarmos que o País tem mais de seis mil sítios arqueológicos já identificados e que devem ser bem administrados, protegidos e supervisionados por técnicos competentes.

Não podemos colocar em risco parte relevante da história de nosso país, que envolvem sua cultura, valores, e mais importante, o conhecimento científico que se extrai do trabalho de pesquisa arqueologia.

Além disso, a regulamentação profissional colaborará com a Administração Pública na solução de inúmeros impasses que impedem o avanço de importantes obras de infraestrutura e que impactarão positivamente no desenvolvimento regional e na vida das pessoas quanto mais céleres e antecipados forem os estudos técnicos.

A própria autora cita a necessidade de regulamentação e, que desde o ano de 1974, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) demonstra preocupação com o tema.

Dessa forma, acreditamos que a regulamentação desta profissão contribuirá para que a arqueologia seja mais respeitada e valorizada no Brasil, e para o desenvolvimento de mais pesquisas e projetos nesta área, o que é importante para todos.

III – VOTO

Pelo exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PLS nº 1, de 2014, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 - CAS

O art. 6º do PLS nº 1, de 2014, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 6º A condição de arqueólogo será comprovada, nos termos desta lei, para a prática de assinatura de contratos, termos de posse em cargo público, pagamento de tributos devidos pelo exercício da profissão e desempenho de quaisquer funções a ela inerentes.”

Sala da Comissão, 25 de março de 2015.

Sen. Edison Lobão, Presidente


, Relator

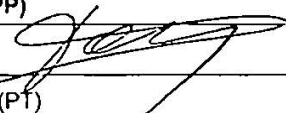
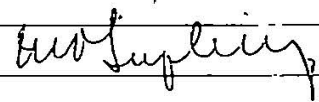

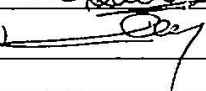


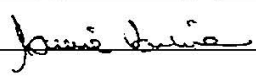
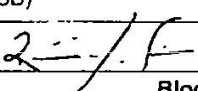
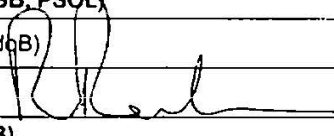
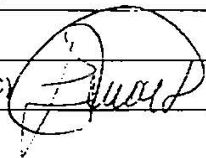
SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2014

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 2ª REUNIÃO, DE 25/03/2015, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: 

RELATOR: 

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Humberto Costa (PT)	1. Paulo Paim (PT) 
Paulo Rocha (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Marta Suplicy (PT) 	3. José Pimentel (PT)
Regina Sousa (PT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Angela Portela (PT) 	5. Fátima Bezerra (PT)
Ana Amélia (PP) 	6. Benedito de Lira (PP) 
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
João Alberto Souza (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	2. Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) 	3. Romero Jucá (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	4. Sérgio Petecão (PSD)
Edison Lobão (PMDB) <i>Presidente</i>	5. VAGO
Otto Alencar (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Wilder Moraes (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB) 	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Romário (PSB) 	2. Roberto Rocha (PSB) 
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Vicentinho Alves (PR)
Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) 	3. VAGO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2014

TITULARES				SUPLENTE			
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUMBERTO COSTA (PT)				1 – PAULO PAIM (PT)	X		
PAULO ROCHA (PT)				2 – GLEISI HOFFMANN (PT)			
MARTA SUPLICY (PT)	X			3 – JOSÉ PIMENTEL (PT)			
REGINA SOUSA (PT)				4 – WALTER PINHEIRO (PT)			
ANGÉLA PORTELA (PT)	X			5 – FÁTIMA BEZERRA (PT)			
ANA AMÉLIA (PT)	X			6 – BENEDITO DE LIRA (PP)	X		
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				1 – RAIMUNDO LIRA (PMDB)			
ROSE DE FREITAS (PMDB)	X			2 – GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)			
WALDEMIR MOKA (PMDB)	X			3 – ROMERO JUCÁ (PMDB)			
DÁRIO BERGER (PMDB)	X			4 – SÉRGIO PETECÃO (PSD)			
EDISON LOBÃO (PMDB)	Presidente			5 – VAGO			
OTTO ALENCAR (PSD)				6 – VAGO			
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				1 – WILDER MORAIS (DEM)			
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	X			2 – VAGO			
VAGO				3 – VAGO			
VAGO				4 – VAGO			
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÍDICE DA MATA (PSB)				1 – VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB)			
ROMÁRIO (PSB)	X			2 – ROBERTO ROCHA (PSB)	X		
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1 – VICENTINHO ALVES (PR)			
ELMARIO FÉRRER (PTB)				2 – VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			3 – VAGO			

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABSTENÇÃO: — PRESIDENTE: 1

ATUALIZADA EM 18/03/2015

SALA DA COMISSÃO, 25 / 03 / 2015



Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

EMENDA Nº 1-CAS AO PLS Nº 1, DE 2014

TITULARES				SUPLENTE			
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUMBERTO COSTA (PT)				1 – PAULO PAIM (PT)	X		
PAULO ROCHA (PT)				2 – GLEISI HOFFMANN (PT)			
MARTA SUPLICY (PT)	X			3 – JOSÉ PIMENTEL (PT)			
REGINA SOUSA (PT)				4 – WALTER PINHEIRO (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)	X			5 – FÁTIMA BEZERRA (PT)			
ANA AMÉLIA (PP)	X			6 – BENEDITO DE LIRA (PP)	X		
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				1 – RAIMUNDO LIRA (PMDB)			
ROSE DE FREITAS (PMDB)	X			2 – GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)			
WALDEMIR MOKA (PMDB) <i>Relator</i>	X			3 – ROMERO JUCÁ (PMDB)			
DÁRIO BERGER (PMDB)	X			4 – SÉRGIO PETECÃO (PSD)			
EDISON LOBÃO (PMDB)	<i>Presidente</i>			5 – VAGO			
OTTO ALENCAR (PSD)				6 – VAGO			
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				1 – WILDER MORAIS (DEM)			
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	X			2 – VAGO			
VAGO				3 – VAGO			
VAGO				4 – VAGO			
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÍDICE DA MATA (PSB)				1 – VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB)			
ROMÁRIO (PSB)	X			2 – ROBERTO ROCHA (PSB)	X		
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1 – VICENTINHO ALVES (PR)			
ELMANO FÉRRER (PTB)				2 – VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			3 – VAGO			

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: - ABSTENÇÃO: - PRESIDENTE: 1

SALA DA COMISSÃO, 25 / 03 / 2015

ATUALIZADA EM 18/03/2015



Senador EDISON LOBÃO

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2014

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Capítulo I Disposição preliminar

Art. 1º O desempenho das atividades de arqueólogo, em qualquer de suas modalidades, constitui objeto da profissão de arqueólogo, regulamentada por esta lei.

Capítulo II Da Profissão de Arqueólogo

Art. 2º O exercício da profissão de arqueólogo é privativo:

I – dos diplomados em bacharelado em arqueologia, por escolas oficiais ou reconhecidas pelo Ministério da Educação;

II – dos diplomados em arqueologia por escolas estrangeiras reconhecidas pelas leis do país de origem, cujos títulos tenham sido revalidados no Brasil, na forma da legislação pertinente;

III – dos pós-graduados por escolas ou cursos devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação, com área de concentração em arqueologia, com monografia de mestrado ou tese de doutorado versando sobre arqueologia, e com pelo menos dois anos consecutivos de atividades científicas próprias no campo profissional da arqueologia, devidamente comprovadas;

IV – dos diplomados em outros cursos de nível superior que, na data da publicação desta lei, contem com, pelo menos, cinco anos consecutivos, ou dez anos intercalados, no exercício de atividades científicas próprias no campo profissional da arqueologia;

V – dos que, na data de publicação desta lei, tenham concluído cursos de especialização em Arqueologia reconhecidos pelo Ministério da Educação, que contem com, pelo menos, três anos consecutivos de atividades científicas próprias do campo profissional da arqueologia, devidamente comprovadas.

Parágrafo único. A comprovação a que se referem os incisos IV e V deverá ser feita nos termos do regulamento desta lei.

Art. 3º São atribuições do arqueólogo:

I – planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar as atividades de pesquisa arqueológica;

II – identificar, registrar, prospectar, escavar e proceder ao levantamento de sítios arqueológicos;

III – executar serviços de análise, classificação, interpretação e informação científica de interesse arqueológico;

IV – zelar pelo bom cumprimento da legislação que trata das atividades de arqueologia no País;

V – chefiar, supervisionar e administrar os setores de arqueologia nas instituições governamentais de administração pública direta e indireta, bem como em órgãos particulares, atendido o disposto no artigo 9º;

VI – prestar serviços de consultoria e assessoramento na área de arqueologia;

VII – realizar perícias destinadas a apurar o valor científico e cultural de bens de interesse arqueológico, assim como sua autenticidade;

VIII – orientar, supervisionar e executar programas de formação, aperfeiçoamento e especialização de pessoas habilitadas na área de arqueologia;

IX – orientar a realização de seminários, colóquios, concursos, exposições de âmbito nacional ou internacional, na área de arqueologia, fazendo-se nelas representar;

X – elaborar pareceres relacionados a assuntos de interesse na área de arqueologia;

XI – coordenar, supervisionar e chefiar projetos e programas na área de arqueologia.

Art. 4º Para o provimento e exercício de cargos, empregos e funções técnicas de arqueologia na administração pública direta e indireta e nas empresas privadas é obrigatória a condição de arqueólogo, nos termos definidos nesta lei.

Art. 5º A condição de arqueólogo não dispensa a prestação de concurso, quando exigido para provimento de cargo, emprego ou função.

Art. 6º A condição de arqueólogo será comprovada, nos termos desta lei, para a prática de assinatura de contratos, termos de posse em cargo público, pagamento de tributos devidos pelo exercício da profissão e desempenho de quaisquer funções a ela inerentes.

Art. 7º O exercício da profissão de arqueólogo depende de registro nos termos definidos em regulamento.

Capítulo III

Do Exercício Profissional

Art. 8º Para o exercício da profissão, em qualquer modalidade de relação trabalhista ou empregatícia, será exigida, como condição essencial, a comprovação da condição de arqueólogo.

Capítulo IV

Da Responsabilidade e Autoria

Art. 9º Enquanto durar a execução da pesquisa de campo é obrigatória a colocação e manutenção de placas visíveis e legíveis ao público, contendo o nome da instituição de pesquisa, nome do projeto e nome do responsável pelo projeto.

Art. 10. Os direitos de autoria de um plano, projeto, ou programa de Arqueologia, são do profissional que o elaborar.

Art. 11. As alterações do plano, projeto ou programa originais só poderão ser feitas pelo profissional que o tenha elaborado.

§ 1º Estando impedido ou recusando-se o autor a prestar sua colaboração profissional, com comprovada solicitação, não serão permitidas alterações ou modificações, cabendo a outro profissional a

elaboração de um outro plano, projeto ou programa, sob sua inteira responsabilidade.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica a projetos custeados com recursos públicos.

Art. 12. Quando a concepção geral que caracteriza um plano, projeto, ou programa for elaborado em conjunto por profissionais legalmente habilitados, todos serão considerados co-autores do projeto, com direitos e deveres correspondentes.

Art. 13. Ao autor do projeto, plano ou programa, é atribuído o dever de acompanhar a execução de todas as etapas da pesquisa arqueológica, de modo a garantir a sua realização de acordo com o estabelecido no projeto original aprovado.

Art. 14. Fica assegurado à equipe científica o direito de participação plena em todas as etapas de execução do projeto, plano ou programa, inclusive sua divulgação científica, ficando igualmente atribuído o dever de executá-lo de acordo com o aprovado.


Capítulo V

Disposição Geral

Art. 15. Em toda expedição ou missão estrangeira de Arqueologia será obrigatória a presença de um número de arqueólogos brasileiros que corresponda, pelo menos, à metade do número de arqueólogos estrangeiros nela atuantes.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, 25 de março de 2015.



Senador **EDISON LOBÃO**

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
, COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OFÍCIO Nº 2/2015 – PRESIDÊNCIA / 2015

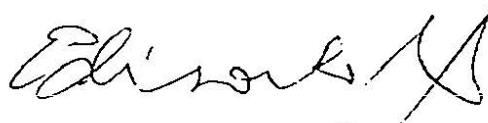
BRASÍLIA, 25 DE março de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que *dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências*, e a Emenda nº 1-CAS.

Respeitosamente,



Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

(À publicação)

ABERTURA DE PRAZO

Com referência ao **Ofício nº 2, de 2015**, da CAS, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2014, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 2/2015 – Presidência/CAS

Brasília, 25 de março de 2015

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que *dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências*, e a Emenda nº 1-CAS.

Respeitosamente,

Senador **EDISON LOBÃO**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

PROJETOS RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 38, DE 2015

(nº 1.444/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga
autorização à ASSOCIAÇÃO DE
PROTEÇÃO A INFÂNCIA E A
ADOLESCÊNCIA para executar serviço
de radiodifusão comunitária na
cidade de São Gonçalo dos Campos,
Estado da Bahia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 742 de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação de Proteção a Infância e a Adolescência para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo dos Campos, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 956, de 2008.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 556, de 1º de outubro de 2007 – Associação Comunitária e Educativa, no município de Mogi das Cruzes - SP;

2 - Portaria nº 656, de 21 de novembro de 2007 – Associação Comunitária, Cultural e Artística de Japurá, no município de Japurá - PR;

3 - Portaria nº 714, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Estudantil de Espera Feliz - ACEEFE, no município de Espera Feliz - MG;

4 - Portaria nº 728, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Cultural Radiodifusão Comunitária Cristalense FM, no município de Cristal - RS;

5 - Portaria nº 729, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Apoio às Entidades - ACAE, no município de Caibí - SC;

6 - Portaria nº 734, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Cultural Amigos da Península, no município de Maraú - BA;

7 - Portaria nº 735, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Cultural Paraíso do Sul - ASCULPAR, no município de Paraíso do Sul - RS;

8 - Portaria nº 738, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Osvaldo Cruz, no município de Osvaldo Cruz - SP;

9 - Portaria nº 739, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Quixeramobim, no município de Quixeramobim - CE;

10 - Portaria nº 741, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Meirelense de Cultura e Radiodifusão Comunitária, no município de Vitor Meireles - SC;

11 - Portaria nº 742, de 18 de dezembro de 2007 – Associação de Proteção a Infância e a Adolescência, no município de São Gonçalo dos Campos - BA;

12 - Portaria nº 757, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Radiodifusão "Hamilton de Barros Lins", no município de Matriz de Camaragibe - AL;

13 - Portaria nº 758, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Beneficente 06 de Agosto, no município de Boa Nova - BA;

14 - Portaria nº 761, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Comunicação Social Deodápolis - ACCSD, no município de Deodápolis - MS;

15 - Portaria nº 767, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Rádio Comunitária de Lagoa do Sítio, no município de Lagoa do Sítio - PI;

16 - Portaria nº 774, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Rural de Assistência à Infância – ARAI, no município de Berilo - MG;

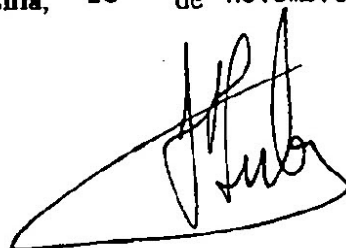
17 - Portaria nº 776, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Apoio Social do Município de Barra do Chapéu, no município de Barra do Chapéu - SP;

18 - Portaria nº 785, de 20 de dezembro de 2007 – Associação do Movimento de Radiodifusão Alternativa de Novo Machado, no município de Novo Machado - RS;

19 - Portaria nº 791, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Rádio Difusão FM Cidade Livre de Lagoa de São Francisco – PI, no município de Lagoa de São Francisco - PI; e

20 - Portaria nº 793, de 20 de dezembro de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Porto Real do Colégio, no município de Porto Real do Colégio - AL.

Brasília, 28 de novembro de 2008.



MC 00052 2008

Brasília, 12 de fevereiro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação de Proteção a Infância e a Adolescência**, no município de São Gonçalo dos Campos, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.038172/03, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 742 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.038.172/03 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 1674 - 1.08/2007, resolve:

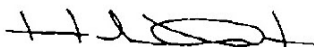
Art. 1º Outorgar autorização à **Associação de Proteção a Infância e a Adolescência**, com sede na Praça Ruy Barbosa, nº. 05- Centro, no município de São Gonçalo dos Campos, Estado da Bahia, para executar ~~serviço de~~ radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 12º25'12''S e longitude em 38º57'16''W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



HÉLIO COSTA

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 39, DE 2015

(nº 1.457/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA ARTÍSTICA DE JUSSIAPÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussiapé, Estado da Bahia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 133 de 25 de março de 2008, que outorga autorização à Associação Educativa Artística de Jussiapé para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussiapé, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 101, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 122, de 20 de março de 2008 – Sociedade Rádio Comunitária Aldeia FM, no município de Camaragibe - PE;

2 - Portaria nº 124, de 20 de março de 2008 – Associação de Difusão Cultural e Comunitária Nossa Senhora do Caravágio, no município de Anta Gorda - RS;

3 - Portaria nº 129, de 20 de março de 2008 – Associação Rádio Comunitária Novo Cérrro Azul, no município de Cérrro Azul - PR;

4 - Portaria nº 130, de 25 de março de 2008 – Associação Comunitária e Cultural de Bom Jesus do Tocantins - Pará - ACCBJT, no município de Bom Jesus do Tocantins - PA;

5 - Portaria nº 131, de 25 de março de 2008 – Associação Cultural e Artística de Rádio Livre e Jornal Comunitário Vitória dos Moradores do Bairro Cachoeira do Vale, no município de Timóteo - MG;

6 - Portaria nº 133, de 25 de março de 2008 – Associação Educativa Artística de Jussiape, no município de Jussiape - BA;

7 - Portaria nº 137, de 1º de abril de 2008 – Associação Rádio Comunitária de Teofilândia, no município de Teofilândia - BA;

8 - Portaria nº 141, de 1º de abril de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural dos Moradores e Amigos do Baianão, no município de Porto Seguro - BA;

9 - Portaria nº 147, de 2 de abril de 2008 – Associação Comunitária dos Moradores do Centro de Montezuma, no município de Montezuma - MG;

10 - Portaria nº 151, de 3 de abril de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida, no município de Manhuaçu - MG;

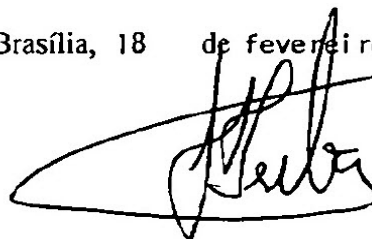
11 - Portaria nº 152, de 3 de abril de 2008 – Associação Comunitária Rádio Cidade, no município de Claro dos Poções - MG;

12 - Portaria nº 187, de 29 de abril de 2008 – Associação Comunitária de Comunicações ECOCAP FM, no município de Capitão Poço - PA;

13 - Portaria nº 263, de 15 de maio de 2008 – Associação Rosanense de Comunicação Social - ARCOS, no município de Rosana - SP;

- 14 - Portaria nº 266, de 20 de maio de 2008 – Associação Cultural e Comunitária de Vanguarda, no município de São José das Missões - RS;
- 15 - Portaria nº 267, de 20 de maio de 2008 – Associação Cultural Radiodifusora Comunitária - ARCO, no município de Quinze de Novembro - RS;
- 16 - Portaria nº 269, de 20 de maio de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Alcantil - ARCAL, no município de Alcantil - PB;
- 17 - Portaria nº 277, de 5 de junho de 2008 – Associação da Rádio Comunitária Concordeense, no município de Concorde do Pará - PA;
- 18 - Portaria nº 279, de 5 de junho de 2008 – ADACSOM - FM Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Milenium - FM, no município de Itapura - SP;
- 19 - Portaria nº 291, de 5 de junho de 2008 – Associação Comunitária Amigos de Pindaí, no município de Pindaí - BA;
- 20 - Portaria nº 292, de 6 de junho de 2008 – Associação Comunitária de Cooperação e Desenvolvimento de Morrinhos - ACDM, no município de Morrinhos - CE;
- 21 - Portaria nº 352, de 12 de junho de 2008 – Associação Cultural e Comunitária de Navegantes, no município de Navegantes - SC;
- 22 - Portaria nº 383, de 13 de junho de 2008 – Associação Conquista de Cultura, no município de Carauari - AM; e
- 23 - Portaria nº 389, de 20 de junho de 2008 – Associação Martinense de Comunicação, no município de Martins - RN.

Brasília, 18 de fevereiro de 2009:



MC 00212 2008

Brasília, 7 de abril de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Educativa Artística de Jussiapé**, no Município de Jussiapé, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53100.000275/2004, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 133 DE 25 DE MARÇO DE 2008.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53100.000275/2004 e do PARECER/MC/CONJUR/JSN/Nº 0329 - 1.08 / 2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Educativa Artística de Jussiape**, com sede a Av. Antônio Carlos Magalhães, s/n.º, Centro, no município de Jussiape, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 13º30'50"S e longitude em 41º35'26"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HÉLIO COSTA

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 40, DE 2015

(nº 1.600/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga
autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL
E ARTÍSTICA DE RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA CANDEAL para executar
serviço de radiodifusão
comunitária na cidade de
Cordeiros, Estado da Bahia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 495 de 15 de agosto de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural e Artística de Radiodifusão Comunitária Candéal para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cordeiros, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 104, de 2009.


Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 412, de 2 de julho de 2008 – Associação Cultural e Comunitária de Simão Dias, no município de Simão Dias - SE;
- 2 - Portaria nº 414, de 2 de julho de 2008 – Associação Cultural e Comunitária Arroioense, no município de Arroio do Meio - RS;
- 3 - Portaria nº 415, de 2 de julho de 2008 – Associação de Radiodifusão de Boa Vista - PB, no município de Boa Vista - PB;
- 4 - Portaria nº 419, de 2 de julho de 2008 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Apiúna, no município de Apiúna - SC;
- 5 - Portaria nº 420, de 2 de julho de 2008 – Associação Comunitária de Rádio Difusão de Carrasco Bonito (ACRADICAB), no município de Carrasco Bonito - TO;
- 6 - Portaria nº 457, de 28 de julho de 2008 – Associação Comunitária Betel, no município de Macau - RN;
- 7 - Portaria nº 463, de 28 de julho de 2008 – Associação Comunitária de Ação Social de Icarai de Minas, no município de Icarai de Minas - MG;
- 8 - Portaria nº 495, de 15 de agosto de 2008 – Associação Cultural e Artística de Radiodifusão Comunitária Candear, no município de Cordeiros - BA;
- 9 - Portaria nº 517, de 29 de agosto de 2008 – Associação Comunitária de Ação Social e Cultural de Nazário - ACOMASC, no município de Nazário - GO;
- 10 - Portaria nº 532, de 29 de agosto de 2008 – Associação Comunitária Icaraimense, no município de Icaraima - PR;
- 11 - Portaria nº 536, de 29 de agosto de 2008 – Associação Comunitária e Cultural Rural de Araras, no município de Araras - SP;
- 12 - Portaria nº 601, de 18 de setembro de 2008 – Associação de Rádio Comunitária - FM de Lindóia do Sul, no município de Lindóia do Sul - SC;
- 13 - Portaria nº 603, de 18 de setembro de 2008 – Associação Cultural Francisco João Júlio Hall, no município de Ita - SC;
- 14 - Portaria nº 608, de 18 de setembro de 2008 – Centro Comunitário Esperança, no município de Miranorte - TO;

- 15 - Portaria nº 612, de 19 de setembro de 2008 – Associação de Desenvolvimento Sustentável de Bonito, no município de Bonito - PA;
- 16 - Portaria nº 618, de 19 de setembro de 2008 – Associação de Serviços de Informação Comunitária de Itirapuã, no município de Itirapuã - SP;
- 17 - Portaria nº 632, de 19 de setembro de 2008 – Associação Comunitária e Cultural Tabireense, no município de Tabira - PE;
- 18 - Portaria nº 646, de 24 de setembro de 2008 – Associação Cultural Rádio Comunitária Antoninense, no município de Antonina - PR;
- 19 - Portaria nº 658, de 8 de outubro de 2008 – Associação dos Amigos da Colônia Agrícola Vicente Pires, na localidade de Taguatinga - DF;
- 20 - Portaria nº 659, de 8 de outubro de 2008 – Associação Cultural dos Moradores e Comensais do Lago Norte, na localidade do Lago Norte - DF; e
- 21 - Portaria nº 660, de 8 de outubro de 2008 – Associação Cultural dos Moradores do Lago Sul, na localidade do Lago Sul - DF.

Brasília, 18 de fevereiro de 2009



EM Nº 469/2008/MC

Brasília, 22 de agosto de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Cultural e Artística de Radiodifusão Comunitária Candeal**, no ~~Município de Cordeiro, Estado da Bahia~~, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. ~~A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o~~ serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de ~~receptividade~~ da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o ~~desenvolvimento~~ e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da ~~importância~~ da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as ~~entidades~~ trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53100.000661/2004, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 495 DE 15 DE AGOSTO DE 2008.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53100.000661/2004 e do PARECER/MC/CONJUR/RPF/Nº 0486 - 1.08 / 2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização a **Associação Cultural e Artística de Radiodifusão Comunitária Candéal**, com sede na Rua Praça Maranata, s/nº, Bairro Roberto Figueiredo, Município de Cordeiros, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 15º02'20"S e longitude em 41º55'40"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HÉLIO COSTA

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 41, DE 2015

'67/2012, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga
autorização à SOCIEDADE CIVIL
ACAUÃ para executar serviço de
radiodifusão comunitária na cidade
de Salvador, Estado da Bahia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.179 de 24 de novembro de 2010, que outorga autorização à Sociedade Civil Acauã para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 287, de 2012.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 775, de 20 de novembro de 2008 – Associação da Rádio Comunitária Shalon FM, no município de Goiânia – GO;
- 2 - Portaria nº 513, de 10 de junho de 2010 – ACAR – Associação Cultural dos Amigos Rochedenses, no município de Rochedo de Minas – MG;
- 3 - Portaria nº 526, de 14 de junho de 2010 – Associação Beneficente São Francisco de Assis de Medeiros-MG, no município de Medeiros – MG;
- 4 - Portaria nº 662, de 21 de julho de 2010 – Associação de Amigos da Radiodifusão Comunitária de Campina das Missões, no município de Campina das Missões – RS;
- 5 - Portaria nº 703, de 29 de julho de 2010 – Associação Rádio Comunitária Poço Cerrado, no município de Tangará – RN;
- 6 - Portaria nº 744, de 24 de agosto de 2010 – Sociedade Luiza Távora, no município de Potengi – CE;
- 7 - Portaria nº 751, de 24 de agosto de 2010 – Associação Assistencial e Cultural Baraunense, no município de Baraúna – RN;
- 8 - Portaria nº 752, de 24 de agosto de 2010 – Associação dos Filhos e Amigos de São Marcos, no município de Major Isidoro – AL;
- 9 - Portaria nº 754, de 24 de agosto de 2010 – Associação dos Nordestinos de Campos do Jordão e Região, no município de Campos do Jordão – SP;
- 10 - Portaria nº 787, de 26 de agosto de 2010 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Astorga, no município de Astorga – PR;
- 11 - Portaria nº 921, de 14 de outubro de 2010 – Associação de Radiodifusão Cultural e Ambiental de Heitorai, no município de Heitorai – GO;
- 12 - Portaria nº 931, de 14 de outubro de 2010 – Associação Comunitária Para o Desenvolvimento de Pindorama, no município de Pindorama – SP;
- 13 - Portaria nº 938, de 14 de outubro de 2010 – Associação Radiodifusão Cultural de Triunfo, no município de Triunfo – RS;
- 14 - Portaria nº 939, de 14 de outubro de 2010 – Associação Radiodifusão Comunitária Independência, no município de Tutóia – MA;
- 15 - Portaria nº 941, de 14 de outubro de 2010 – Associação Rádio Comunitária de Marataízes, no município de Marataízes – ES;
- 16 - Portaria nº 1.041, de 8 de novembro de 2010 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Piên, no município de Piên – PR;

- 17 - Portaria nº 1.048, de 8 de novembro de 2010 – Associação de Radiodifusão Domingos Martins, no município de Domingos Martins – ES;
- 18 - Portaria nº 1.050, de 8 de novembro de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária da Região Quilombola de Formigueiro, no município de Formigueiro – RS;
- 19 - Portaria nº 1.055, de 8 de novembro de 2010 – Associação Latino Americana de Combate à Miséria e à Violência - Projeto Sol Para Todos - Organização Não Governamental, no município de Recife – PE;
- 20 - Portaria nº 1.083, de 16 de novembro de 2010 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura São Pedro, no município de Ubarana – SP;
- 21 - Portaria nº 1.092, de 16 de novembro de 2010 – Associação Comunitária Cultural e Esportiva de Doutor Ulysses – Paraná, no município de Doutor Ulysses – PR;
- 22 - Portaria nº 1.101, de 16 de novembro de 2010 – Associação Caibateense de Comunicação, Cultura e Cidadania, no município de Caibaté – RS;
- 23 - Portaria nº 1.168, de 24 de novembro de 2010 – Associação Comunitária Victorense de Comunicação, no município de Victor Graeff – RS;
- 24 - Portaria nº 1.169, de 24 de novembro de 2010 – Associação de Difusão Comunitária de Barão, no município de Barão – RS;
- 25 - Portaria nº 1.170, de 24 de novembro de 2010 – Sociedade Benfícete Glória In Excelsis, no município de Boa Vista do Cadeado – RS;
- 26 - Portaria nº 1.173, de 24 de novembro de 2010 – Associação Movimento Comunitário Canoas, no município de Paraibuna – SP;
- 27 - Portaria nº 1.179, de 24 de novembro de 2010 – Sociedade Civil Acauã, no município de Salvador – BA; e
- 28 - Portaria nº 1.279, de 6 de dezembro de 2010 – Associação Comunitária de Radiodifusão do Primeiro de Maio, no município de Belo Horizonte – MG.

Brasília, 25 de junho de 2012.



EM nº. 109/2011 - MC

Brasília, 20 de abril de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **SOCIEDADE CIVIL ACAUÃ**, no Município de Salvador, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº-53640.000955/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PORTARIA Nº 1179 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº53640.000955/98 e do PARECER/AGU/CONJUR-MC/AGM/Nº0448 - 1.08 / 2009, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização a **Sociedade Civil Acauã**, com sede na Rua Caetano Moura, nº142, Prédio ASSUFBA Sindicato - Federação, no município de Salvador, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 12º58'59''S e longitude em 38º30'53''W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE
Ministro de Estado das Comunicações

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

ABERTURA DE PRAZO

Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 38 a 41, de 2015**, em conformidade com o inciso III do art. 91 do Regimento Interno, serão apreciados terminativamente pela CCT, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, "c", da Norma Interna.

PROJETOS RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 42, DE 2015

(nº 1.442/2014, na Câmara dos Deputados)

Susta o art. 1º e o parágrafo único do art. 2º da Portaria nº 1.253 de 12 de novembro de 2013 do Ministério da Saúde, que altera atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam sustados o art. 1º e o parágrafo único do art. 2º da Portaria nº 1.253 de 12 de novembro de 2013 do Ministério da Saúde, que altera atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

***PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO ORIGINAL Nº 1.442, DE 2014**

Susta a aplicação do art. 2º da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.253, de 12 de novembro de 2013, que "Altera atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustado o Art. 2º da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.253, de 12 de novembro de 2013, que Altera atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Esse Projeto de Decreto Legislativo tem como objetivo sustar a aplicação do Art. 2º. da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.253, de 12 de novembro de 2013, que Altera atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde. Tal dispositivo cria regra que condiciona o pagamento de Mamografia bilateral de rastreamento à sua realização em pessoa com idade entre 50 e 69 anos de idade.

O dispositivo citado enuncia:

Art. 2º Fica incluída na Tabela de Procedimentos do SUS a REGRA CONDICIONADA (código 005) que condiciona excepcionalmente o tipo de financiamento do procedimento 02.04.03.018-8 mamografia bilateral para rastreamento, pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC).

Parágrafo único. Esta regra será aplicada quando o procedimento de que trata o caput deste artigo for realizado em pessoa com a idade recomendada pelo Ministério da Saúde compreendida entre 50 a 69 anos.

Tal regra contraria o disposto na Lei nº 11.664 de 29 de abril de 2008 que "Dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a

detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde". Essa lei em seu artigo 2º, inciso III estabelece a "realização de exame mamográfico a todas as mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade". Cabe ressaltar que a criação de uma condicionante como essa para o financiamento de tais ações pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) equivale a restringir o acesso das mulheres a esses exames que tem se mostrado efetivo no diagnóstico precoce do câncer de mama.

Não pode uma norma administrativa do Ministério da Saúde contrariar um direito já expresso em Lei, restringindo o financiamento desse tipo de exame à mulheres com idade superior às já protegidas pela Lei. Trata-se, portanto, de ato que exorbita do poder de regulamentar.

Ademais, em 16 de maio de 2013, o Ministério da Saúde publicou a portaria nº 874, que regulamenta a Lei nº 12.732/12 e institui a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Em sua Seção III, tem-se o seguinte:

"Art. 9º São diretrizes relacionadas à prevenção do câncer no âmbito da Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer:

III - implementação de ações de detecção precoce do câncer, por meio de rastreamento ("screening") e diagnóstico precoce, a partir de recomendações governamentais, com base em ATS e AE;"

Pelo exposto, não se pode acrescentar em ações de detecção precoce limitando a idade, restringindo a faixa etária para 50 a 69 anos. As duas propostas são divergentes e não podem coincidir. Tampouco, a garantia constitucional está sendo respeitada, há o cerceamento do direito daquelas mulheres, limitando sua chance de cura caso haja a confirmação do câncer de mama.

Segundo o Instituto Nacional de Câncer José Alencar da Silva Gomes (Inca), em 2014, o Brasil terá 57.120 novos casos de câncer de mama. O número representa 20,8% dos casos em relação aos outros cânceres. Já o Câncer de Mama Avançado (CMA) está presente em mais da metade dos casos de câncer de mama.

A fase metastática, fase onde já há a propagação do tumor para outras partes do corpo, é responsável por 90% das mortes relacionadas ao câncer de mama. A recorrência é mais frequente nos primeiros 5 anos após o tratamento, mas pode durar até 30 anos.

Dados do Atlas da Mortalidade de Mortalidade por Câncer do INCA apontam que, em 2011, considerando a taxa etária entre 40 e 49 anos, 8.844 mulheres morreram de câncer de mama. Isso equivale a um percentual de 10,7% em relação a todas as mortes de mulheres por câncer naquele ano.

Por esses motivos é que não podemos admitir tamanho retrocesso nas políticas públicas relacionadas à saúde da mulher, notadamente ao câncer de mama. O câncer de mama não pode ser preterido, principalmente na limitação ao acesso ao diagnóstico precoce, o que pode salvar milhares de vidas. Enquanto lutamos pela melhoria dos serviços e ampliação do acesso, não podemos aceitar que haja redução do rastreamento e do diagnóstico. Essa é uma luta para salvar vidas.

É dever, pois, do Congresso Nacional sustar este ato com base nos incisos V e XI, artigo 49 da Constituição Federal, *in verbis*:

“Art. 49 É da Competência exclusiva do Congresso Nacional:

(...)

V – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

(...)

XI – zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;”

Nesse sentido, o disposto pela Portaria do Ministério da Saúde nº 1.253, de 12 de novembro de 2013, revela-se ilegal, ferindo direitos e garantias apostas em Lei e deve ser sustado por este Congresso Nacional.

À vista do exposto, espero contar com o apoio de meus ilustres pares para aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, em 6 de fevereiro de 2014.

Carmen Zanotto
PPS/SC

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

PORTARIA Nº 1.253, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

Altera atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 779/SAS/MS, de 31 de dezembro de 2008, que define o Sistema de Informação do Controle do Câncer de Mama (SISMAMA).

Considerando a Portaria nº 1.183/GM/MS, de 3 de junho de 2009, que altera a Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do SUS e inclui o procedimento Mamografia Bilateral para Rastreamento;

Considerando a Portaria nº 215/SAS/MS, de 25 de junho de 2009, que regulamenta o registro no SISMAMA da Mamografia Bilateral para rastreamento e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 252/GM/MS, de 19 de fevereiro de 2013, que institui a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 874/GM/MS, de 16 de maio de 2013, que institui a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e
Considerando a necessidade constante de atualização da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, resolve:

Art. 1º Ficam alterados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde os seguintes atributos dos procedimentos:

Procedimento	02.04.03.018-8 MAMOGRAFIA BILATERAL PARA RASTREAMENTO
Tipo de financiamento	Média e Alta Complexidade (MAC)
Atributos complementares	025 - Registro no SISMAMA, 040- Registro no SISCAN

Procedimento	02.04.03.003-0 MAMOGRAFIA UNILATERAL
Atributos complementares	025 - Registro no SISMAMA, 040- Registro no SISCAN

Art. 2º Fica incluída na Tabela de Procedimentos do SUS a REGRA CONDICIONADA (código 005) que condiciona excepcionalmente o tipo de financiamento do procedimento 02.04.03.018-8mamografia bilateral para rastreamento, pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC).

Parágrafo único. Esta regra será aplicada quando o procedimento de que trata o caput deste artigo for realizado em pessoa com a idade recomendada pelo Ministério da Saúde compreendida entre 50 a 69 anos.

Art. 3º Caberá à Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, por meio da Coordenação-Geral de Sistemas de Informação do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas (CGSI/DRAC/SAS), a adoção das providências necessárias no sentido de adequar o Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde, implantando as alterações definidas por esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais a partir competência dezembro de 2013.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 18, DE 2015

(nº 6.128/2009, na Casa de Origem)

Disciplina o processo e julgamento do mandado de injunção individual e coletivo e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei disciplina o processo e julgamento do mandado de injunção individual e coletivo, nos termos do inciso LXXI do art. 5º da Constituição Federal.

Art. 2º Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta total ou parcial de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Parágrafo único. Considera-se parcial a regulamentação quando forem insuficientes as normas editadas pelo órgão legislador competente.

Art. 3º Estão legitimados para o mandado de injunção como impetrantes as pessoas naturais ou jurídicas que se afirmam titulares dos direitos, liberdades ou prerrogativas referidos no art. 2º e como impetrado o Poder, órgão ou autoridade com atribuição para editar a norma regulamentadora.

Art. 4º A petição inicial deverá preencher os requisitos estabelecidos pela lei processual e indicará, além do órgão impetrado, a pessoa jurídica que este integra ou à qual se acha vinculado.

§ 1º Quando não for transmitida por meio eletrônico, a petição inicial e os documentos que a instruem serão acompanhados de tantas vias quantos forem os impetrados.

§ 2º Quando o documento necessário à prova do alegado encontrar-se em repartição ou estabelecimento público, em poder de autoridade ou de terceiro, havendo recusa em fornecê-lo por certidão, no original, ou em cópia autêntica, será ordenada, a pedido do impetrante, a sua exibição no prazo de 10 (dez) dias. Cópia do documento, quando exibido, será juntada à segunda via da petição.

§ 3º Se a recusa em fornecer o documento for do impetrado, a ordem far-se-á no próprio instrumento da notificação.

Art. 5º Recebida a inicial, será ordenada:

I - a notificação ao impetrado do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste informações;

II - a ciência do ajuizamento da ação ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial, para que, querendo, ingresse no feito.

Art. 6º A inicial será desde logo indeferida quando manifestamente incabível ou improcedente a impetração.

Parágrafo único. Da decisão de relator que indeferir a inicial caberá agravo, em 5 (cinco) dias, para o órgão colegiado competente para o julgamento da impetração.

Art. 7º Findo o prazo para apresentação das informações, será ouvido o Ministério Público, que opinará em 10 (dez) dias. Após, com ou sem parecer, os autos serão conclusos para decisão.

Art. 8º Reconhecido o estado de mora legislativa, será deferida a injunção para o fim de:

I - determinar prazo razoável para que o impetrado promova a edição da norma regulamentadora;

II - estabelecer as condições em que se dará o exercício dos direitos, liberdades ou prerrogativas reclamados ou, se for o caso, as condições em que poderá o interessado promover ação própria visando a exercê-los, caso não seja suprida a mora legislativa no prazo determinado.

Parágrafo único. Será dispensada a determinação a que se refere o inciso I do caput quando comprovado que o impetrado deixou de atender ao prazo estabelecido para a edição da norma em anterior mandado de injunção.

Art. 9º A decisão terá eficácia subjetiva limitada às partes e produzirá efeitos até o advento da norma regulamentadora.

§ 1º Poderá ser conferida eficácia *ultra partes* ou *erga omnes* à decisão, quando isso for inerente ou indispensável ao exercício do direito, liberdade ou prerrogativa objeto da impetração.

§ 2º Transitada em julgado a decisão, os seus efeitos poderão ser estendidos aos casos análogos por decisão monocrática do relator.

§ 3º O indeferimento do pedido por insuficiência de prova não impede a renovação da impetração fundada em outros elementos probatórios.

Art. 10. Sem prejuízo dos efeitos já produzidos, a decisão poderá ser revista, a pedido de qualquer interessado, quando sobrevierem relevantes modificações das circunstâncias de fato ou de direito.

Parágrafo único. A ação de revisão observará, no que couber, o procedimento estabelecido nesta Lei.

Art. 11. A superveniente norma regulamentadora produzirá efeitos *ex nunc* em relação aos beneficiados por decisão transitada em julgado, salvo se a aplicação da norma editada lhes for mais favorável.

Parágrafo único. Ficará prejudicada a impetração se a norma regulamentadora for editada antes da decisão, caso em que o processo será extinto sem resolução de mérito.

Art. 12. O mandado de injunção coletivo pode ser promovido:

I - pelo Ministério Público, quando a tutela requerida for especialmente relevante para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais ou individuais indisponíveis;

II - por partido político com representação no Congresso Nacional, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas de seus integrantes ou relacionados com a finalidade partidária;

III - por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas em favor da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.

Parágrafo único. Os direitos, liberdades e prerrogativas protegidos por mandado de injunção coletivo são os pertencentes, indistintamente, a uma coletividade indeterminada de pessoas ou determinada por grupo, classe ou categoria.

Art. 13. No mandado de injunção coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente às pessoas integrantes da coletividade, grupo, classe ou categoria substituídos pelo impetrante, sem prejuízo do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 9º.

Parágrafo único. O mandado de injunção coletivo não induz litispendência em relação aos individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante que não requerer a desistência da demanda individual no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência comprovada da impetração coletiva.

Art. 14. Aplicam-se subsidiariamente ao mandado de injunção as normas do mandado de segurança, disciplinado pela Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, e do Código de Processo Civil, instituído pela Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.128, DE 2009

Disciplina o processo e julgamento do mandado de injunção individual e coletivo e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei disciplina o processo e julgamento do mandado de injunção individual e coletivo, nos termos do art. 5º, inciso LXXI, da Constituição Federal.

Art. 2º Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta total ou parcial de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Parágrafo único. Considera-se parcial a regulamentação quando forem insuficientes as normas editadas pelo órgão legislador competente.

Art. 3º Estão legitimados para o mandado de injunção, como impetrantes, as pessoas naturais ou jurídicas que se afirmam titulares dos direitos, liberdades ou prerrogativas referidos no artigo 2º e, como impetrado, o Poder, órgão ou autoridade com atribuição para editar a norma regulamentadora.

Art. 4º A petição inicial deverá preencher os requisitos estabelecidos pela lei processual e indicará, além do órgão impetrado, a pessoa jurídica que este integra ou à qual se acha vinculado.

§1º Quando não for transmitida por meio eletrônico, a petição inicial e os documentos que a instruem serão acompanhados de tantas vias quantos forem os impetrados.

§2º Quando o documento necessário à prova do alegado se encontre em repartição ou estabelecimento público, em poder de autoridade ou de terceiro, havendo recusa em fornecê-lo por certidão, no original, ou em cópia autêntica, será ordenada, a pedido do impetrante, a sua exibição no prazo de 10 (dez) dias. Cópia do documento, quando exibido, será juntada à segunda via da petição.

§3º Se a recusa em fornecer o documento for do impetrado, a ordem far-se-á no próprio instrumento da notificação.

Art. 5º Recebida a inicial, será ordenada:

I – a notificação do impetrado do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste informações;

II – a ciência do ajuizamento da ação ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial, para que, querendo, ingresse no feito.

Art. 6º A inicial será desde logo indeferida quando manifestamente incabível ou improcedente a impetração.

Parágrafo único. Da decisão de relator que indeferir a inicial caberá agravo, em 5 (cinco) dias, para o órgão colegiado competente para o julgamento da impetração.

Art. 7º Findo o prazo para apresentação das informações, será ouvido o Ministério Público, que opinará em 10 (dez) dias. Após, com ou sem parecer, os autos serão conclusos para decisão.

Art. 8º Reconhecido o estado de mora legislativa, será deferida a injunção para o fim de:

I – determinar prazo razoável para que o impetrado promova a edição da norma regulamentadora;

II – estabelecer as condições em que se dará o exercício dos direitos, liberdades ou prerrogativas reclamados ou, se for o caso, as condições em que poderá o interessado promover ação própria visando a exercê-los, caso não seja suprida a mora legislativa no prazo determinado.

Parágrafo único. Será dispensada a determinação a que se refere o inciso I quando comprovado que o impetrado deixou de atender ao prazo estabelecido para a edição da norma em anterior mandado de injunção.

Art. 9º A decisão terá eficácia subjetiva limitada às partes e produzirá efeitos até o advento da norma regulamentadora.

§1º Poderá ser conferida eficácia *ultra partes* ou *erga omnes* à decisão, quando isso for inerente ou indispensável ao exercício do direito, liberdade ou prerrogativa objeto da impetração.

§2º Transitada em julgado a decisão, os seus efeitos poderão ser estendidos aos casos análogos por decisão monocrática do relator.

§3º O indeferimento do pedido por insuficiência de prova não impede a renovação da impetração fundada em outros elementos probatórios.

Art. 10 Sem prejuízo dos efeitos já produzidos, a decisão poderá ser revista, a pedido de qualquer interessado, quando sobrevierem relevantes modificações das circunstâncias de fato ou de direito.

Parágrafo único. A ação de revisão observará, no que couber, o procedimento estabelecido nesta Lei.

Art. 11 A superveniente norma regulamentadora produzirá efeitos *ex nunc* em relação aos beneficiados por decisão transitada em julgado, salvo se a aplicação da norma editada lhes for mais favorável.

Parágrafo único. Ficará prejudicada a impetração se a norma regulamentadora for editada antes da decisão, caso em que o processo será extinto sem resolução de mérito.

Art. 12 O mandado de injunção coletivo pode ser promovido:

I – pelo Ministério Público, quando a tutela requerida for especialmente relevante para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais ou individuais indisponíveis;

II – por partido político com representação no Congresso Nacional, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas de seus integrantes ou relacionados com a finalidade partidária;

III – por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas em favor da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.

Parágrafo único. Os direitos, liberdades e prerrogativas protegidos por mandado de injunção coletivo são os pertencentes, indistintamente, a uma coletividade indeterminada de pessoas ou determinada por grupo, classe ou categoria.

Art. 13 No mandado de injunção coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente às pessoas integrantes da coletividade, grupo, classe ou categoria substituídos pelo impetrante, sem prejuízo do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 9º.

Parágrafo único. O mandado de injunção coletivo não induz litispendência em relação aos individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante que não requerer a desistência da demanda individual no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência comprovada da impetração coletiva.

Art. 14 Aplicam-se subsidiariamente ao mandado de injunção as normas do mandado de segurança (Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009) e do Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973).

Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Passados mais de 20 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, temos até hoje grandes lacunas na consecução de seus objetivos, devido à falta de regulamentação de importantes dispositivos.

O legislador constituinte, preocupado com a perenidade e a efetividade da sua obra, impregnou o novo texto constitucional de garantias tendentes a assegurá-las, tais como a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, a arguição de descumprimento de preceito fundamental e o mandado de injunção. Este último, apesar de sua larga utilização, ainda não foi objeto de adequada regulação infraconstitucional.

Para ilustrar a importância desse instrumento constitucional, transcrevo abaixo relato colhido do sítio do Supremo Tribunal Federal:

Omissão Inconstitucional

Decisões em que se declarou a mora do Poder Legislativo e cuja matéria ainda se encontra pendentes de disciplina:

Processo	Relator	Data do julgamento
MI 788	Min. Carlos Britto	15/4/2009
MI 795	Min. Cármen Lúcia	15/4/2009
MI 796	Min. Carlos Britto	15/4/2009
MI 797	Min. Cármen Lúcia	15/4/2009
MI 808	Min. Carlos Britto	15/4/2009
MI 809	Min. Cármen Lúcia	15/4/2009
MI 815	Min. Carlos Britto	15/4/2009
MI 825	Min. Carlos Britto	15/4/2009
MI 828	Min. Cármen Lúcia	15/4/2009
MI 841	Min. Cármen Lúcia	15/4/2009
MI 850	Min. Cármen Lúcia	15/4/2009
MI 857	Min. Cármen Lúcia	15/4/2009
MI 879	Min. Cármen Lúcia	15/4/2009
MI 905	Min. Cármen Lúcia	15/4/2009
MI 927	Min. Cármen Lúcia	15/4/2009
MI 938	Min. Cármen Lúcia	15/4/2009
MI 962	Min. Cármen Lúcia	15/4/2009
MI 998	Min. Cármen Lúcia	15/4/2009
MI 758	Min. Marco Aurélio	1/7/2008
MI 670	Min. Maurício Corrêa	25/10/2007
MI 708	Min. Gilmar Mendes	25/10/2007
MI 712	Min. Eros Grau	25/10/2007
MI 721	Min. Marco Aurélio	30/8/2007
ADI 3682	Min. Gilmar Mendes	9/5/2007

MI 695	Min. Sepúlveda Pertence	1/3/2007
ADI 3276	Min. Eros Grau	2/6/2005
MI 278	Min. Carlos Velloso	3/10/2001
MI 95	Min. Carlos Velloso	7/10/1992
MI 124	Min. Carlos Velloso	7/10/1992
MI 369	Min. Sidney Sanches	19/8/1992

Aposentadoria Especial do Art. 40, § 4º, da CF

O Tribunal julgou parcialmente procedente pedido formulado em mandado de injunção impetrado contra o Presidente da República, por servidora do Ministério da Saúde, para, de forma mandamental, assentar o direito da impetrante à contagem diferenciada do tempo de serviço, em decorrência de atividade em trabalho insalubre prevista no § 4º do art. 40 da CF, adotando como parâmetro o sistema do regime geral de previdência social (Lei 8.213/1991, art. 57), que dispõe sobre a aposentadoria especial na iniciativa privada. Na espécie, a impetrante, auxiliar de enfermagem, pleiteava fosse suprida a falta da norma regulamentadora a que se refere o art. 40, § 4º, a fim de possibilitar o exercício do seu direito à aposentadoria especial, haja vista ter trabalhado por mais de 25 anos em atividade considerada insalubre. Salientando o caráter mandamental e não simplesmente declaratório do mandado de injunção, asseverou-se caber ao Judiciário, por força do disposto no art. 5º, LXXI e seu § 1º, da CF, não apenas emitir certidão de omissão do Poder incumbido de regulamentar o direito a liberdades constitucionais, a prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, mas viabilizar, no caso concreto, o exercício desse direito, afastando as consequências da inércia do legislador. (MI 721/DF, rel. Min. Marco Aurélio, julgada em 30.08.2007)

Na linha da nova orientação jurisprudencial fixada no julgamento do MI 721/DF (DJE publicado em 30.11.2007), o Tribunal julgou procedente pedido formulado em mandado de injunção para, de forma mandamental, assentar o direito do impetrante à contagem diferenciada do tempo de serviço em decorrência de atividade em trabalho insalubre prevista no § 4º do art. 40 da CF, adotando como parâmetro o sistema do regime geral de previdência social (Lei 8.213/1991, art. 57), que dispõe sobre a aposentadoria especial na iniciativa privada. Tratava-se, na espécie, de writ impetrado por servidor público federal, lotado na função de tecnologista, na Fundação Oswaldo Cruz, que pleiteava o suprimento da lacuna normativa constante do aludido § 4º do art. 40, assentando-se o seu direito à aposentadoria especial, em razão de trabalho, por 25 anos, em atividade considerada insalubre, em que mantinha contato com agentes nocivos, portadores de moléstias humanas e com materiais e objetos contaminados. Determinou-se, por fim, a comunicação ao Congresso Nacional para que supra a omissão legislativa. (MI 758/DF, rel. Min. Marco Aurélio, 1º.7.2008)

Em sessão plenária do dia 15.04.2009, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, à unanimidade, concedeu parcialmente a ordem nos MI 788/DF, MI 795/DF, MI 796/DF, MI 797/DF, MI 808/DF, MI 809/DF, MI 815/DF, MI 825/DF, MI 828/DF, MI

841/DF, MI 850/DF, MI 857/DF, MI 879/DF, MI 905/DF, MI 927/DF, MI 938/DF, MI 962/DF, MI 998/DF, para comunicar a mora legislativa à autoridade coatora competente e determinar a aplicação, no que couber, do artigo 57 da Lei nº 8.213/91. Dessa forma, reafirmou-se o entendimento do Tribunal no sentido de que, ante a prolongada mora legislativa, no tocante à edição de lei complementar reclamada pela parte final do § 4º do artigo 40 da Constituição Federal, impõe-se a aplicação das normas correlatas previstas no artigo 57 da Lei nº 8.213/91, em sede de processo administrativo. Na mesma ocasião, o Tribunal resolveu questão de ordem suscitada pelo Ministro Joaquim Barbosa para autorizar que os Ministros decidam monocraticamente e definitivamente os casos idênticos.

Direito de Greve

O Tribunal julgou três mandados de injunção impetrados, respectivamente, pelo Sindicato dos Servidores da Polícia Civil no Estado do Espírito Santo - SINDIPOL, pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa - SINTEM, e pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado do Pará - SINJEP, em que se pretendia fosse garantido aos seus associados o exercício do direito de greve previsto no art. 37, VII, da CF ("Art. 37. ... VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;"). O Tribunal, por maioria, conheceu dos mandados de injunção e propôs a solução para a omissão legislativa com a aplicação, no que couber, da Lei 7.783/1989, que dispõe sobre o exercício do direito de greve na iniciativa privada. (MI 670/ES, rel. orig. Min. Mauricio Corrêa, rel. p/ o acórdão Min. Gilmar Mendes, 25.10.2007; MI 708/DF, rel. Min. Gilmar Mendes, 25.10.2007; MI 712/PA, rel. Min. Eros Grau, 25.10.2007)

Lei Complementar Federal para Criação de Municípios

O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente pedido formulado em ação direta de inconstitucionalidade por omissão, ajuizada pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, para reconhecer a mora do Congresso Nacional em elaborar a lei complementar federal a que se refere o § 4º do art. 18 da CF, na redação dada pela EC 15/1996 ("A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei"), e, por maioria, estabeleceu o prazo de 18 meses para que este adote todas as providências legislativas ao cumprimento da referida norma constitucional. (ADI 3682/MT, rel. Min. Gilmar Mendes, 9.5.2007)

Aviso Prévio Proporcional

O Tribunal julgou procedentes quatro pedidos formulados em mandado de injunção para declarar a mora legislativa do Congresso Nacional na regulamentação do direito ao aviso prévio proporcional previsto no art. 7º, XXI, da CF, e para determinar a

comunicação da decisão a esse órgão (CF: "Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais... XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;"). (MI 369/DF, rel. org. Min. Sydney Sanches, rel. p/ o acórdão Min. Francisco Rezek; MI 95/RR, rel. orig. Min. Carlos Velloso, rel. p/ o acórdão Min. Sepúlveda Pertence, 7.10.1992; MI 124/SP, rel. orig. Min. Carlos Velloso, rel. p/ o acórdão Min. Sepúlveda Pertence, 7.10.1992; MI 278/MG, rel. orig. Min. Carlos Velloso, rel. p/ o acórdão Min. Ellen Gracie, 3.10.2001; MI 695/MA, rel. Min. Sepúlveda Pertence, 1º.3.2007)

Tribunal de Contas: Criação de Cargos no Modelo Federal

O Tribunal julgou procedente pedido formulado em ação direta ajuizada pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT e declarou a inconstitucionalidade por omissão, por ausência de lei de criação das carreiras de auditores e de membros do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, a impedir o atendimento do modelo federal (CF, art. 73, § 2º e art. 75 - verbete 653 da Súmula do STF). (ADI 3276/CE, rel. Min. Eros Grau, 2.6.2005)

Gestor: SECRETARIA DAS SESSOES	Última atualização: 3/7/2009
--------------------------------	------------------------------

Além de sublinhar a importância de prioridade no atendimento das citadas decisões do STF, a transcrição demonstra a relevância de edição de uma lei específica acerca de tal ação constitucional, a exemplo do já procedido no tocante à ação direta de inconstitucionalidade, à arguição de descumprimento de preceito fundamental e, mais recentemente, ao mandado de segurança.

Esse é o objetivo da presente proposição. Proponho a regulação do procedimento do mandado de injunção, fixando inclusive as normas quanto aos seus efeitos mandamentais, em sintonia com a evolução jurisprudencial pátria (MI 721-DF, entre outros precedentes).

O projeto é inovador nas disposições relativas ao mandado de injunção coletivo, à eventual efeito *erga omnes* e na previsão de uma ação de revisão da decisão proferida em mandado de injunção, "quando sobrevierem relevantes modificações das circunstâncias de fato ou de direito".

Destaco, finalmente, que o texto estabelece a primazia da norma regulamentadora que for editada pelo Congresso Nacional, nos termos do artigo 11 do projeto.

A proposição foi discutida no âmbito do Grupo Judiciário do “Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo”, sendo-me encaminhada pelos eminentes Ministros Gilmar Mendes (STF) e Teori Zavascki (STJ).

Ante o exposto, peço apoio na aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 2009.

Deputado Flávio Dino

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973.

Institui o Código de Processo Civil.

LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009.

Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO RECEBIDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2015
(nº 590/2006, na Casa de Origem)

Dá nova redação ao § 1º do art. 58 da Constituição Federal, para garantir a representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas e Comissões do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O § 1º do art. 58 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 58.

§ 1º Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa, bem como a representação proporcional de cada sexo dos integrantes da respectiva Casa, assegurando, ao menos, uma vaga para cada sexo.

.....”(NR)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ORIGINAL Nº 590, DE 2006

Dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 58 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

O parágrafo 1º do artigo 58 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º - Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da respectiva Casa, bem como a representação proporcional de cada sexo dos integrantes da respectiva Casa, assegurando, ao menos, uma vaga para cada sexo.”

JUSTIFICAÇÃO

Recente pesquisa divulgada pelo Fórum Econômico Mundial coloca o Brasil em 67º lugar no ranking que registra a igualdade entre os sexos em 115 países, a partir de quatro categorias: participação na política e na economia, acesso à educação e à saúde.

Nas quatro categorias analisadas, a da igualdade em termos de saúde – que leva em conta a expectativa de vida e a taxa de nascimento de cada sexo – é a única em que o Brasil se sai bem. Já no que tange à participação política

— medida pelo número de mulheres ocupando cargos parlamentares, ministeriais e de chefe de Estado, o país cai para o 86º lugar.

Como exemplo ilustrativo da exclusão das mulheres nos espaços de poder, citamos o fato de que a Câmara dos Deputados, em toda sua história, jamais teve a participação de uma mulher em cargo efetivo de sua Mesa Diretora.

De igual modo, também na Mesa Diretora do Senado Federal a participação de mulheres sempre foi pequena.

Considerando que as mulheres são mais de 50% da sociedade e dos eleitores brasileiros e que se quisermos acompanhar a tendência mundial de redução da desigualdade de gênero, principalmente em termos de participação política, precisamos reverter esse quadro de discriminação política contra as mulheres no Brasil, por meio de ações concretas. Neste sentido, apresento esta Proposta de Emenda Constitucional para instituir um novo princípio a ser respeitado no funcionamento do Poder Legislativo: a proporcionalidade de cada sexo.

Com esta inovação constitucional, atendendo-se plenamente ao princípio da isonomia, procuramos assegurar que as Casas Legislativas observem dois princípios basilares em seu funcionamento interno: a representação proporcional dos partidos políticos e a representação proporcional dos sexos, tanto nas Mesas Diretoras, como nas comissões permanentes e temporárias.

Convicta da relevância e do caráter democrático desta iniciativa, submeto à apreciação dos nobres pares a presente Proposta de Emenda Constitucional, confiante em sua aprovação.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 2006.

Deputada LUIZA ERUNDINA DE SOUSA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º - Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

OFÍCIO DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-REPÚBLICA ESLOVACA

Of. nº 3/15/GP-BR/SK(*)

Brasília, 3 de março de 2015

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a honra de informar a Vossa Excelência que foi reinstalado no Congresso Nacional, em 11 de fevereiro último, o GRUPO PARLAMENTAR BRASIL – REPÚBLICA ESLOVACA. Na mesma oportunidade, foi eleita e empossada a sua Diretoria, da qual Vossa Excelência, como Presidente do Senado Federal, faz parte como Presidente de Honra, juntamente com o Presidente da Câmara dos Deputados.

Este Grupo Parlamentar foi criado pela Resolução nº 79/95, de 31 de janeiro de 1995, da Câmara dos Deputados. O Projeto de Resolução nº 184/93, de minha autoria, visava criar o referido Grupo Parlamentar como serviço de cooperação interparlamentar, com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e da República Eslovaca. O Grupo é formado por 38 Senadores e 48 Deputados.

Encaminho, em anexo, para os devidos registros, a Ata da Reunião de Reinstalação do GRUPO PARLAMENTAR BRASIL – REPÚBLICA ESLOVACA na 55ª Legislatura, a relação dos Parlamentares que o integram e a composição de sua Diretoria. Tive a satisfação de ser escolhido pelos meus pares do Congresso Nacional para presidir este importante Grupo Parlamentar, no biênio 2015-2017.

Na certeza de que Vossa Excelência dará o necessário apoio às ações que serão desenvolvidas para aprimorar o relacionamento entre nossos Parlamentos, antecipo os meus agradecimentos.

Respeitosamente,


Senador LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Presidente do Grupo Parlamentar Brasil - República Eslovaca

(*) A íntegra da Ata de Reunião de Reinstalação do Grupo Parlamentar Brasil-República Eslovaca encontra-se publicada no presente *Diário* (vite item 4.1 do Sumário)

COMUNICAÇÕES

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre - RS - www.trf4.jus.br

OFÍCIO - 2380705 - CONIÑ/NAUDI

Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2015.

Ao
Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

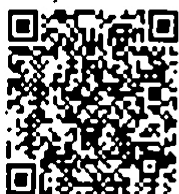
Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2014, em cumprimento às prerrogativas da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - em seus artigos 59 e 67, bem como ao que estabelece o Inciso I, art. 5º, da Lei nº 10.028/2000 que dispõe o seguinte: "*Art. 5º Constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas: I – deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei;*".

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Tadaaqui Hirose, Presidente**, em 04/02/2015, às 13:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador
2380705 e o código CRC 5C41EA25.

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a aprovação e publicação do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 4ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2014.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 0005872-15.2014.4.04.8000, *ad referendum* do Conselho de Administração, e em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2014, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por Tadaaki Hirose, Presidente, em 26/01/2015, às 18:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador 2366832 e o código CRC B61A16E3.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

PODER JUDICIÁRIO				
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 4ª REGIÃO				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014				
R\$ 1,00				
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")				
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)			
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL	
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.351.615.187,55	18.183.103,05	1.369.798.290,60	
Pessoal Ativo	1.201.621.838,05	10.285.620,47	1.211.907.458,52	

Pessoal Inativo e Pensionistas		149.993.349,50	7.897.482,58	157.890.832,08
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		145.226.650,20	17.663.787,85	162.890.438,05
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		3.532.378,26	-	3.532.378,26
Decorrentes de Decisão Judicial		166.139,86	-	166.139,86
Despesas de Exercícios Anteriores		13.211.959,93	17.580.237,92	30.792.197,85
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		128.316.172,15	83.549,93	128.399.722,08
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		1.206.388.537,35	519.315,20	1.206.907.852,55
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				641.578.197.330,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		0,188035%	0,000081%	0,188115%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		0,305833%		1.962.157.848,24
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)		0,290541%		1.864.049.955,83
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		0,275250%		1.765.942.063,42
FONTE: SIAFI GERENCIAL				
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:				
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;				
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.				
PODER JUDICIÁRIO				
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 4ª REGIÃO				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA				

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO 2014			
RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")			R\$ 1,00
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a – b)
100 - Recursos Ordinários	490.243.545,75	16.083.911,65	474.159.634,10
127 - Custas e emolumentos - Poder Judiciário	4.662.584,66	625.589,20	4.036.995,46
129 - Recursos de Concessões e Permissões	148.350,98	-	148.350,98
150 - Recursos Não Financeiros Diretam. Arrecadados	467.959,73	-	467.959,73
153 - Contribuição p Financiamento da Seguridade Social	17.231.401,53	-	17.231.401,53
156- Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	288.366,06	206.259,07	82.106,99
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	4.395,59	4.395,59	-
188 - Remuneração Disponib. Tesouro Nacional	383.764,44	-	383.764,44
190 - Recursos Diversos	7.167.436,89	-	7.167.436,89
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	520.597.805,63	16.920.155,51	503.677.650,12
Recursos não submetidos a classificação por fonte de recursos	89.621,05	7.253.138,69	(7.163.517,64)
			-
			-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	89.621,05	7.253.138,69	(7.163.517,64)
TOTAL (III) = (I + II)	520.687.426,68	24.173.294,20	496.514.132,48
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹			
FONTE: SIAFI GERENCIAL			
Nota ¹: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.			
Nota ²: Os recursos não submetidos à classificação por fonte de recursos correspondem aos Depósitos e Cauções.			

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF – ANEXO
VI (LRF, art. 55,
inciso III, alínea
"b")

R\$ 1,00

RESTOS A PAGAR

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
100 - Recursos Ordinários	1.261.678,82	8.502.741,60	6.319.491,23	474.162.011,82	474.159.634,10	
127 - Custas e emolumentos - Poder Judiciário	117.896,91	140.464,39	367.227,90	4.037.094,05	4.036.995,46	
129 - Recursos de Concessões e Permissões	-	-	-	148.350,98	148.350,98	
150 - Recursos Não Financeiros - Diretam. Arrecadados	-	-	-	44.403,00	467.959,73	
153 - Contribuição p Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	17.231.401,53	17.231.401,53	
156- Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	206.259,07	-	83.549,93	82.106,99	
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	-	-	-	-	-	
188 - Remuneração Disponib. Tesouro Nacional	-	-	-	383.764,44	383.764,44	
190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	7.167.436,89	

TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.379.575,73	8.849.465,06	6.686.719,13	496.090.575,75	503.677.650,12	
Recursos não submetidos a classificação por fonte de recursos						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)					(7.163.517,64)	
TOTAL (III) = (I + II)	1.379.575,73	8.849.465,06	6.686.719,13	496.090.575,75	496.514.132,48	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES'						
FONTE: SIAFI GERENCIAL						
Nota 1: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.						
Nota 2: Os recursos não submetidos à classificação por fonte de recursos correspondem aos Depósitos e Cauções.						
Nota 3: A diferença negativa nos recursos não vinculados no montante de R\$ 7.163.517,64 refere-se a depósitos de terceiros e depósitos judiciais (decorrentes do registro de precatórios, conforme artigo 10 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF), que estão cobertos pela disponibilidade de caixa bruta na fonte 190.						
Nota 4: A insuficiência financeira na fonte 100, 127 e 156 no valor de R\$ 3.919,25 foi regularizada pelo cancelamento, em 02 de janeiro de 2015, das notas de empenho inscritas em RP Não Processados do exercício: 2014NE000760, fonte 0100 no valor de R\$ 902,00 (ug 090020); 2014NE000146, fonte 0100 no valor de R\$ 1.554,00 (ug 090018); 2014NE000074, fonte 0127 no valor de R\$ 99,00 e 2014NE000040, fonte 0156 no valor de R\$ 1.443,00(ug 090019).						

WOLFGANG STRIEBEL
DIRETOR DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

ROBERTO CAPELETI
DIRETOR DA DIRETORIA FINANCEIRA

LUIZ IZIDORO ZORZO
DIRETOR-GERAL

**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO**

OFÍCIO GP Nº 52 /2015

Teresina, 12 de fevereiro de 2015.

Assunto: Encaminha Relatório

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, anexo, Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 3º Quadrimestre de 2014.

Despeço-me com meus cumprimentos cordiais, rendendo minhas homenagens.

Respeitosamente,


ENEDINA MARIA GOMES DOS SANTOS
Desembargadora Presidente



120

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 26, sexta-feira, 6 de fevereiro de 2015

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

ATO Nº 7, DE 27 DE JANEIRO DE 2015(*)

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de janeiro a dezembro/2014, em conformidade com o Anexo demonstrativo que integra o presente Ato.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ENEDINA MARIA GOMES DOS SANTOS

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2014

RGE - ANEXO I (LEI nº 35, inciso II, alínea "a") DESPESA COM PESSOAL	Despesas Liquidadas (Últimos 12 meses)			R\$ Mil
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a)+(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	83.580.851,63	4.790,32	83.585.641,95	
Pessoal Ativo	83.534.096,94	4.790,32	83.538.887,26	
Pessoal Inativo e Exoneratários	5.045.932,69	0,00	5.045.932,69	
Outras despesas de pessoal decorrentes de convênio de transferência (art. 19, § 1º da LRF)	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPLETADAS (II de art. 19 da LRF III)	5.176.076,35	0,00	5.176.076,35	
Indenizações por Demissão e Transferência à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	
Demissão de Desemb. Judicial	5.176.076,35	0,00	5.176.076,35	
Despesas de Exoneração Antecipada	0,00	0,00	0,00	
Indenizações e Pensões/Alimentações com Recursos Vinculados	4.776.455,69	0,00	4.776.455,69	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	83.403.853,88	4.790,32	83.408.644,20	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	0,00	0,00	
P. DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP SOBRE A RCL (V) = (III) x (IV) = (0)	0,00	0,00	0,00	
LIMITE MÁXIMO (artigos 1, II e III, art. 20 da LRF)	0,00	0,00	0,00	
LIMITE PRODUZIDO (art. 19, § 2º da LRF)	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DE DESPESA (art. 19, § 2º da LRF)	0,00	0,00	0,00	
Fonte: SIAT Gerencial; Unidade Responsável: SÓFIO CHIN.				

Notas:

1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas são segregadas em:

- a) despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) despesas executadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas ao encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2014

RGE - Anexo V (LEI nº 35, inciso II, alínea "a") DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a) - CANCELAMENTOS FINANCIÁRIOS (b)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a) - (b)	
	1.494.511	0,00	1.494.511	3.755,51	0,00
39 - Contribuição Patronal e Plano Set. Social Sertão	1.494.511	0,00	1.494.511	1.710,96	0,00
34 - Contribuição Plano de Seguridade Social Sertão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (II)	1.494.511	0,00	1.494.511	1.710,96	0,00
39 - Recursos Ordinários	1.494.511	0,00	1.494.511	1.710,96	0,00
37 - Outras e Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34 - Recursos de Capitalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30 - Recursos não vinculados diretamente arrecadados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (II) + (III)	1.494.511	0,00	1.494.511	1.710,96	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (RPPS)					
Fonte: SIAT Gerencial; Unidade Responsável: SÓFIO CHIN.					

Nota: (*) A disponibilidade de caixa do RPPS está compreendida com o Passivo Ativo.

ANEXO III

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2014

RGE - ANEXO VI (LEI nº 35, inciso II, alínea "a") DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE RECURSOS NÃO LIQUIDADOS (ANTES DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	DESEMPENHO NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De exercícios anteriores	Do exercício	De exercícios anteriores	Do Exercício		
39 - Contribuição Patronal e Plano Seguridade Social Sertão	0,00	0,00	0,00	0,00	3.755,51	0,00
34 - Contribuição Plano de Seguridade Social Sertão	0,00	0,00	0,00	0,00	1.710,96	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	5.466,47	0,00
39 - Recursos Ordinários	3.755,51	438.975,66	36.212,49	5.466,47	21.972,87	0,00
37 - Outras e Transferências	0,00	58.151,61	0,00	0,00	124,11	0,00
34 - Recursos de Capitalização	0,00	58,13	267.871,75	687.262,35	90.327,77	0,00
30 - Recursos não vinculados diretamente arrecadados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.tjrrj.gov.br/transparente>, pelo código 00013015020600130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/09/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 26, sexta-feira, 6 de fevereiro de 2015

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

121



TOTAL DOS RECURSOS	532.344,52	507.706,41	26.710.464,71	6.106.614,51	1.006.692,80	0,00
TOTAL (III + IV + V)	532.344,52	507.706,41	26.710.464,71	6.106.614,51	1.012.182,27	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES						

FONTE: SIAFI GERENCIAL - Unidade Responsável: SGTFC/CHN.

Nota: (*) A disponibilidade de caixa do RPS está comprometida com o Passivo Ativo.

ENEDINA MARIA GOMES DOS SANTOS
Diretora-geral - PresidenteRAIMUNDO SARAIYA DE MORAES FILHO
Diretor-geral de Administração
1º SecretárioWERNER ALVES DA COSTA
Coordenador de Controle InternoRICARDO RAFAEL FREITAS REGO
Coordenador de Organização e Finanças
1º Secretário

(*) Republicado por ter sido, no DOU nº 22, de 02/02/2015, Seção 1, pág. 151/154, com incorreção no ascan III.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE RONDÔNIA

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 28, DE 2 FEVEREIRO DE 2015

Dispõe sobre aprovação do Regimento Interno do CAU/RO.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Rondônia - CAU/RO, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 34 da Lei 12.378, de 31 de dezembro de 2010, de acordo com o que se deliberou em sessão plenária nº 2, do dia 23 de janeiro de 2015, resolve:

Art. 1º - Aprovar o conteúdo do regimento interno.

Art. 2º - Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

O regimento interno do CAU/RO, disponível em: www.cau-ro.org.brRAISA TAVARES HIDALGO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

ACÓRDÃO

Acórdão nº 28, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 3.266/2014. Origem: CRMV-RS. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 29, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 1.005/2014. Origem: CRMV-GO. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zeno Adelfino Ricardo da Silva.

Acórdão nº 30, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 0724/2014. Origem: CRMV-RO. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zeno Adelfino Ricardo da Silva.

Acórdão nº 31, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 0052/2014. Origem: CRMV-SC. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 32, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 2.978/2014. Origem: CRMV-SC. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zeno Adelfino Ricardo da Silva.

Acórdão nº 33, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 3.001/2014. Origem: CRMV-SC. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 34, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 0165/2014. Origem: CRMV-SC. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zeno Adelfino Ricardo da Silva.

Acórdão nº 35, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 0430/2014. Origem: CRMV-SC. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 36, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 0121/2014. Origem: CRMV-SC. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 38, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 2.990/2014. Origem: CRMV-SC. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 39, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 2.930/2014. Origem: CRMV-RS. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zeno Adelfino Ricardo da Silva.

Acórdão nº 40, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 1.876/2014. Origem: CRMV-RS. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zeno Adelfino Ricardo da Silva.

Acórdão nº 41, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 3.385/2014. Origem: CRMV-BA. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 42, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 3.475/2014. Origem: CRMV-SC. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zeno Adelfino Ricardo da Silva.

Acórdão nº 43, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 3.002/2014. Origem: CRMV-SC. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 45, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 8.263/2013. Origem: CRMV-SC. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 46, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 0431/2014. Origem: CRMV-SC. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 47, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 0469/2014. Origem: CRMV-AM. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 48, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 7.903/2013. Origem: CRMV-SC. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 50, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 2.427/2014. Origem: CRMV-GO. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 51, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 8.269/2013. Origem: CRMV-SC. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 52, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 8.262/2013. Origem: CRMV-SC. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 53, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 3.387/2014. Origem: CRMV-BA. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 54, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 2.753/2014. Origem: CRMV-RN. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 55, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 4.123/2011. Origem: CRMV-RS. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 56, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 2.428/2014. Origem: CRMV-GO. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 57, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 3.450/2014. Origem: CRMV-SC. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 22, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 1.004/2014. Origem: CRMV-RS. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 23, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 0506/2014. Origem: CRMV-GO. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 24, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 3.431/2014. Origem: CRMV-SC. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 25, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 0471/2014. Origem: CRMV-AM. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 26, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 0446/2014. Origem: CRMV-AM. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 29, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 0434/2014. Origem: CRMV-SC. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 30, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 0433/2014. Origem: CRMV-SC. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 32, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 1.149/2014. Origem: CRMV-RS. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 33, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 3.449/2014. Origem: CRMV-SC. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 35, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 3.265/2014. Origem: CRMV-GO. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 36, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 0470/2014. Origem: CRMV-AM. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 37, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 3.484/2014. Origem: CRMV-RS. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 38, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 8.109/2013. Origem: CRMV-SC. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 40, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 0435/2014. Origem: CRMV-SC. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 43, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 5.806/2013. Origem: CRMV-SC. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 44, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 7.949/2013. Origem: CRMV-SC. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

Acórdão nº 45, de 14 de agosto de 2014 - IT. PA CFMV nº 1.864/2014. Origem: CRMV-SC. Decisão: UNANIMIDADE - Colaborar e regularize provimentos, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, MEd. Vot. José Saraiya Neves.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA

Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.dju.gov.br/acordao>, pelo código 00012015020600121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/03/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

As matérias vão à Comissão Mista de Planos,
Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador José Medeiros, que preside esta sessão, agora, no mês de março, nós tivemos – duas delas já passaram – datas importantes no cenário internacional na luta contra todo tipo de preconceito, discriminação, ódio, nessa longa caminhada em defesa dos direitos humanos. Tivemos o 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e tivemos também, Sr. Presidente, bem próximo agora, o dia 21 de março. Relembramos um evento de triste memória, mas de força libertadora sem par. Por isso, o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação foi criado pela ONU e tem como marco o Massacre de Shaperville, ocorrido nessa mesma data, dia 21 de 1960.

Em Joanesburgo, na África do Sul, naquela ocasião, 20 mil pessoas protestavam pacificamente contra a lei do passe do regime do *apartheid*. Ainda que conduzida em paz, a manifestação foi duramente reprimida pela polícia do *apartheid*. Mataram 60 pessoas, grande maioria, jovens, mas deixaram gravemente feridos com sequelas outras 186 pessoas. Passaram-se já 55 anos desde o Massacre de Sharpeville e outros 25 do fim do *apartheid* na África do Sul, que só acabou pela força, pela liderança do imortal – do imortal! – Nelson Mandela.

Mas, infelizmente, ainda, senhoras e senhores, persistem odiosas discriminações baseadas na idade, na cor da pele, na etnia e na origem das pessoas. A discriminação, senhoras e senhores, é uma das principais causas da busca de refúgio no mundo e também de guerras. Desde 1951, existe o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, criado pela Assembleia Geral para tratar dessa questão.

Para termos uma ideia dessa grave situação internacional, entre 1975 e 1997, o número de refugiados no mundo cresceu dez vezes, passando de 2,4 milhões para 22 milhões. Pessoas fugiam dos preconceitos, das guerras, da intolerância e da perseguição, sendo que a proporção chegou a ser de 1 refugiado para 115 pessoas da população mundial.

Nos dias atuais, de todos os refugiados no Brasil, 80% fugiram dos preconceitos, da discriminação. Isso sem contar os refugiados negros e brancos de outras nacionalidades, onde existem populações que são também discriminadas, como é o caso da Colômbia, que já responde por 10% da população refugiada no Brasil.

Em nosso País, decorridos 127 anos do fim oficial da escravidão, as desigualdades ainda persistem, a exemplo de 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Esta é uma data para denúncia, e não para festas. E por que a ONU decidiu por um dia internacional? Pela mesma razão. Desde antes de 1500, infelizmente, na Europa, iniciaram um movimento de forçar aqueles que são discriminados a deixarem suas terras para as mais hediondas formas de vida, ou seja, foram jogados como mercadorias ao tempo, ao vento e ao mar. Transformaram seres humanos em bens comercializáveis, colocando-os à disposição de outros senhores para o trabalho forçado no mundo. É essa a nossa indignação até hoje.

Nós, o Brasil, construímos um dos maiores destinos dessas pessoas. Por sinal, recentemente, foi aberta, no Museu da Justiça do Rio de Janeiro, a exposição chamada “Livres para sempre”, sobre a história do tráfico de escravos no mundo. Bela iniciativa, composta por painéis que explicam a história do comércio transatlântico de escravos. A mostra foi criada pelas Nações Unidas para lembrar os 400 anos, dos quais mais de 15 milhões de pessoas foram vítimas de um dos capítulos mais nefastos da história da humanidade. Um período longo, mas jamais pode ser esquecido.

Esse evento é parte das atividades da Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024), uma iniciativa para a qual o Brasil teve importante papel.

Todas as Américas – Norte, Central e Sul – receberam essas populações e aqui as mantiveram. Aqui, as famílias, as etnias, as línguas foram separadas, como forma de se prevenir contra todo e qualquer possibilidade de rebelião.

Muitos se orgulham de termos uma Nação em que a Língua Portuguesa se mantém universal em tão vasto território, mas poucos sabem a que custo em violência simbólica, contra todos os idiomas das nações outras dos imigrantes que para cá vieram e que foram proibidos de falar a língua original.

Durante muitos anos, a historiografia oficial e até mesmo as representações simbólicas fizeram crer ao senso comum que a sujeição dos escravos teria sido feita sem resistência, porque eles não queriam pelear, não queriam lutar.

Grande engano ou grande mentira. O resgate da verdadeira história tem nos revelado o quanto foi sangrenta a oposição dos escravizados. Lutaram, guerream, criaram quilombos, uniram-se, e muitos, como conta o livro *Navio Negreiro*, jogavam-se no mar, agarrados nos filhos, com a esperança de voltar para o país de origem, e acabavam morrendo.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Senador, V. Exª me concede um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Essa história se torna muito mais, vamos dizer, aflitiva. Causa aflição imaginar a separação das famílias, porque uma coisa é pegar al-

guém que não tem laços nenhum e trazer. Vai ser sofrido, vai trabalhar, a escravidão é abominável, mas, quando se imagina um pai de família ser retirado dos seus filhos sem a menor perspectiva de voltar, isso é terrível.

É por isso que, neste momento, cabe a nós refletir, aqui, no Brasil, sobre a situação que está acontecendo com esses médicos de Cuba. Por mais que seja justificável esse acordo entre Brasil e Cuba, ele traz, no seu nascedouro, eu diria, semelhança com aquela época.

Recentemente, a imprensa toda divulgou que esses médicos vêm para o Brasil, mas ficam proibidos de trazer suas famílias. Eles podem vir esporadicamente, e isso tem sido muito ruim, porque separa as famílias.

Quer dizer, imagine esses profissionais, que têm que lidar com vidas aqui, que têm que atender pessoas, que têm, muitas vezes, que fazer cirurgias. Elas precisam estar sob total domínio da sua parte emocional.

E, como um pai, uma mãe tem total domínio e está bem para prestar um serviço, se sabe que, nesse momento, sua família não está bem? Isso é muito preocupante, porque as doenças exteriores são fáceis de diagnosticar, mas essas coisas vão adoecendo. A distância da família adoce as pessoas.

Creio que um servidor público, ou qualquer pessoa, trabalhando em condições mentais não favoráveis, pode causar tragédias. Acabamos de ver um exemplo. Estão aqui os jornais publicando a respeito desse piloto que estava com depressão.

Sabemos que a depressão é, talvez, a doença mais comum que existe, e é por isso que V. Ex^a, quando levantou esse fato, lembrou-me de nos preocuparmos com o que está acontecendo hoje. Nesta data moderna, no nosso mundo contemporâneo, vemos, simplesmente, um *apartheid*, um distanciamento, no caso desses médicos, trabalhando aqui em condições, eu diria, sim, análogas às dos escravos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador José Medeiros, claro que a época é outra, e nós hoje temos a Medicina sem fronteiras. Eu mesmo dou uma contribuição modesta a essa proposta internacional, por meio da qual os médicos, voluntariamente e com salários pequenos, dedicam-se a essa causa nobre de fazer o bem sem olhar a quem, buscando doações para mantê-los, claro, com integridade.

Pelo menos hoje – só quero refletir com V. Ex^a – é de livre e espontânea vontade que eles se deslocam para outros países. Temos médicos aqui de Cuba, temos médicos da Espanha, temos médicos da França, temos médicos que vieram da Bolívia, temos médicos de outros países.

Particularmente, fiz amizade com uma médica cubana que atende em Torres, no litoral do Rio Grande do Sul. Ela me contava da sua satisfação – estou contando um caso específico que conheço –, e o marido dela, inclusive, está na Bolívia, mas por opção. Ele está na Bolívia e é médico; ela está no Brasil, e a filha está em Cuba. Ela disse que há datas em que todos os anos se encontram, retornam para os países onde estão trabalhando e mandam dinheiro para o país-sede, seja Cuba ou Espanha. É claro que ela defende o regime do seu país, como uma patriota, digamos. Cada um tem a sua concepção, e nós todos aqui respeitamos, mas ela me lembrava algo interessante: quantos brasileiros e brasileiras estão no Japão?

Eu estive no Japão e fui visitá-los. São milhares de brasileiros que estão no Japão, porque o salário lá é bem melhor. Eles trabalham lá e mandam o dinheiro para cá. Quantos brasileiros e brasileiras estão nos Estados Unidos? Eu mesmo tenho uma filha, casada, que optou por trabalhar nos Estados Unidos, mas eles querem voltar para o Brasil.

Eu entendo a raiz da sua colocação, mas, hoje em dia, com a liberdade de ir e de vir, que não obriga ninguém a ficar no lugar que não quer, permite-se essa análise profunda. Ao mesmo tempo, entendi que a sua fala vai no coração, no sentimento, porque o ideal mesmo seria que todos ficassem no seu país, com o direito de viver ali com os filhos e toda a árvore da família, ou que se deslocasse toda ela para o outro país. Isso seria também ideal. Mas é uma reflexão que merece toda atenção e carinho.

Por isso, tanto no Brasil quanto em outras nações, a memória dos líderes da libertação estará sempre junto de nós. Cito desde Martin Luther King, nos Estados Unidos, ao nosso inesquecível Nelson Mandela, falecido, recentemente, na África do Sul, assim como Zumbi dos Palmares. E eu poderia lembrar Gandhi também, que não é negro, para que fique bem claro que eu defendo o combate a todo tipo de preconceito, seja contra branco, negro, índio, deficiente, idoso, mulher.

Eu sou um fã de Gandhi, por exemplo, e considero-o, assim como Mandela, um dos grandes líderes da humanidade mais recente. Não vou lembrar aqui – todo mundo sabe que sou cristão – que, para mim, o maior revolucionário de todos os tempos, com a sua rebeldia, firmeza, ousadia e competência, foi Jesus Cristo. Esse foi, sim, o maior revolucionário de todos os tempos e, por isso, foi crucificado. Mas a rebeldia é natural naqueles que olham para frente e querem a construção do bem para toda a humanidade.

Lembro aqui que a memória de Zumbi dos Palmares, já reconhecido como Herói da Pátria, é só um dos símbolos dessa infinidade de lutas.

Por que não lembrar aqui que, na América do Norte, desde a eleição de Barack Obama, aparentemente, a indústria cinematográfica daquele país foi obrigada a retirar debaixo do tapete a riqueza da participação da população negra e latino-americana na Guerra da Sucessão, por exemplo.

Para que marquemos bem esse dia de luta contra a discriminação racial, é preciso que mostremos o rosto, o corpo, a imagem dessa discriminação. Senão, vão dizer que estamos aqui em uma postura próxima, ou espelhada, ou buscando inspiração em Dom Quixote. Sim, lutamos sempre contra moinhos de ventos, se necessário, mas vamos combater sempre todo tipo de preconceito, todo tipo de discriminação, todo tipo de arrocho que seja imposto principalmente àqueles que mais precisam, que são os mais pobres deste País.

No Brasil, essa discriminação está bem visível, por exemplo, na esfera política: quantos homens ou mulheres negros nós temos no Parlamento? Muito poucos. E, se depender, claro, de um setor da elite superconservadora, eles tentarão, cada vez mais, tirar aqueles que são rebeldes por natureza. Inspirados, com orgulho, nos seus antepassados, estão aqui em uma luta permanente, porque nós temos a obrigação de lutar por um mundo melhor para todos, para todos e para todas, como está no livro que escrevi chamado *Pátria Somos Todos*.

Enfim, podemos discutir e aprofundar, mas, para que ganhe sentido essa luta, é preciso demonstrar o quanto a resistência há de continuar na luta permanente contra a discriminação.

Na política, não precisamos ir muito longe. Basta olhar este plenário ou o da Câmara dos Deputados para vermos quantos são aqueles que estão aqui e que, na sociedade brasileira, sofrem preconceitos de uma forma ou de outra.

Tentam tirar os poucos, mas vão ter que pelear muito, porque nós vamos lutar, lutar, e não somos daqueles que dobram a espinha sob o assoprão do vento de alguém que acha que está no poder.

Por um lado, graças à política de valorização havida nos últimos anos, mais de 50% da população brasileira reconhecem, isto é, já se assumem como pretos ou pardos, mostrando que não têm vergonha da sua cor, da sua origem, da sua procedência, da sua etnia. Que bom isso!

Sempre digo, quando faço palestra, Senador José Medeiros, nas universidades: qual o problema de o cara dizer “sou branco”? Qual o problema? Mas se alguém diz “sou negro”, dá a impressão de que... Ora, sou negro! Qual o problema de alguém dizer “os meus ascendentes vieram do continente africano”? E o outro dizer “os meus vieram do continente europeu”. O outro dizer “os meus vieram do continente asiático”, por exemplo. São só alguns exemplos. Não há problema algum em cada um assumir sua identidade, sua história e a vida dos seus antepassados.

Lembro aqui que, na Câmara dos Deputados, há 513 membros: 22 se declararam não brancos, o que representa menos de 5% da composição dessa Casa; outros 81% ficaram nessa marca, e sabemos que há até mais do que isso. Aqui mesmo, no Senado, segundo o cálculo, ficaram em torno de 2%. Em outras palavras, não passa de um quinto o número de Deputados e Deputadas afrodescendentes.

Quando levamos as comparações para o terreno do emprego e da renda, constatamos, por exemplo, que, em 2009, essa diferença era gritante, pois, quanto ao salário e aos trabalhadores com carteira assinada, a diferença ultrapassava 25% na relação negros e não negros.

Esses dados, Sr. Presidente, são só para refletirmos sobre este momento que estamos vivendo. Esses dados não mudaram nos últimos cinco anos, embora tenha havido melhoria na taxa de desemprego.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Senador Paim, concede mais um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – O discurso de V. Ex^a é muito importante. Nós precisamos falar cada vez mais sobre isso para começar até a fazer uma reflexão nacional. E ela começa, inclusive, pelo tema dos nossos filmes, das nossas novelas, porque, queiram ou não, estas entram todos os dias nas nossas casas e formam tendências, formam opiniões. Posso dar como exemplo a minha filha que, ainda pequena, com 5 ou 6 anos, tinha uma tia que morava na Angola e que mandou uma boneca negra para ela, de cor negra. E ela, quando abriu a caixa e pegou a boneca, afastou-a. Eu e a mãe, preocupados, a levamos a uma psicóloga até. Não temos em casa ensinado as crianças desta forma ou dado qualquer exemplo disso. E a profissional nos disse uma coisa muito interessante, Senador Paim: o que ela vê na TV, os desenhos são todos com personagens e protagonistas brancos. Tudo que é bonito, tudo que é bacana é branco. Na novela, se aparece, a pessoa faz o papel de porteiro ou algo assim. Então, isso vai criando uma consciência nacional em que parece que o negro tem que ficar em segundo plano. Então, o discurso de V. Ex^a é muito importante, inclusive, para os nossos escritores, os nossos roteiristas começarem a pensar. Eu, por exemplo, sou fã do ator Morgan Freeman e vejo que, em Hollywood, ele geralmente exerce papéis de protagonista. Recentemente, em um filme com Jack Nicholson, ele fez um papel maravilhoso. Há também o Denzel Washington. São atores

cujos papéis não se restringem a porteiros. Aliás, quando se vê um filme com Denzel Washington ou Morgan Freeman, já se sabe que o filme é bom.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já é uma marca. Só o nome deles já é uma marca.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – É uma marca. Ou com Eddie Murphy, e por aí vai. Aqui no Brasil, não evoluímos ainda para isso, talvez porque a ficção esteja retratando justamente a realidade. Mas, como a ficção tem feito tendências, é importante evoluir. Assim como nos casos em que a televisão está começando a mudar a forma de pensar e acabando com os preconceitos nacionais em relação ao LGBT, por exemplo, ou aos homossexuais, penso que está na hora – aliás, até atrasados – de começarmos a mudar também as novelas. Fica aqui a sugestão, porque a TV pode muito contribuir contra isso. E V. Exª traz um discurso, na manhã desta sexta-feira, que merecia um plenário cheio para ouvi-lo. Se há uma coisa de que o Brasil tem fartura é o preconceito. Eu venho de uma região, Senador Paim, do Nordeste, que sofre muito com isso. E lá o pau bate em todo o mundo: bate em Chico, bate em Francisco; em branco, negro e tudo. Muito obrigado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Medeiros. Claro, o meu pronunciamento contém dados, números, mas V. Exª foi muito feliz, porque deu um exemplo prático. Com toda a humildade e a grandeza de um grande Senador, deu um exemplo da sua própria família, que preocupou V. Exª e sua esposa, em relação à questão das bonecas, porque de fato é assim.

Veja bem: fui à África do Sul numa delegação brasileira – e faço aqui uma homenagem a João Herrmann, que daquele grupo foi quem faleceu, num acidente, em São Paulo, um grande líder do PSB. Quando fomos lá – veja bem, eu já como Deputado Federal Constituinte –, eu vi a primeira boneca negra. Lá, na terra do *apartheid*, foi que eu vi. Naquela época, com o *apartheid*, Nelson Mandela na prisão, Winnie Mandela foi que nos recebeu, pois, claro, fomos visitá-los. Levamos uma carta do povo brasileiro exigindo a liberdade de Nelson Mandela. Foi lá que eu vi as primeiras bonecas negras. E eu trouxe de lá algumas bonecas negras, como recordação, e dei para meus filhos e netos.

V. Exª lembrou bem: quando apareceu uma boneca negra, até a sua filha estranhou. No fundo, ela estranhou porque não estava acostumada, não via, e por isso a profissional falou.

E V. Exª também vai além, com os exemplos práticos do próprio sistema de mídia no País. Não há nenhuma crítica aqui à mídia, porque ela tem que ter liberdade de colocar o seu ponto de vista, mesmo quando nos critica. Eu às vezes sou criticado ali, em uma notinha que alguém planta aqui, planta ali. É a liberdade de imprensa! Plantaram, foi dito, e eu toco a vida cumprindo o meu mandato aqui, na linha que é a mesma de V. Exª, ou seja, fazer o bem sem olhar a quem. Mas tem que haver esse olhar que V. Exª lembrou. Tem que haver o olhar! Nós temos artistas, atores preparadíssimos para fazerem o papel principal. Por que não? E não é um ou outro; são diversos, e estão em busca dessas oportunidades.

Então, eu quero cumprimentar V. Exª, porque não adianta vir aqui, como eu estou fazendo, e só dar dados e números; é preciso mostrar na prática. E V. Exª, como um bom cirurgião – e sei que não é cirurgião – tocou na parte essencial para salvar a vida de muita gente.

Lembro aqui – e permita que eu diga isso, já que se falou na sua filha – que, quando moleque, eu procurava – já estou com 65 anos, calcule lá atrás, há 60 anos – uma referência na TV, no cinema, enfim. Não que não existisse, mas não aparecia. E hoje, passados tantos anos, e são muito poucas as referências. Não é que não existam, mas são muito poucas.

Por isso faço questão, por esse ser um exemplo aqui citado, que se incorpore, na íntegra, ao meu pronunciamento.

Eu avanço um pouquinho – permita-me, Presidente – no campo da educação. Embora reflitam agregados de uma década atrás, persistem ainda desigualdades. Mas que bom que nós conseguimos aqui, depois de um longo debate, aprovar a política de cotas. E os alunos negros e brancos, mostrando que nossa juventude não tem preconceito, se dão muito bem nas universidades, quando alguns diziam que haveria uma guerra nas universidades. Pelo contrário.

Eu quero aqui, inclusive, cumprimentar a revista *IstoÉ* por uma matéria que eu guardei, de alguns meses atrás, que diz, com todas as letras, na capa, que as cotas deram certo no Brasil. Todo e qualquer articulista, estudioso da matéria, professor, mestre que faz o estudo das cotas diz que elas estão indo muito bem, obrigado. E que bom que acertamos, já que erramos em tantas coisas, não é? Nós todos erramos.

E os meninos e meninas, negros e brancos, estão mostrando que têm o mesmo potencial. Não é a cor da pele que define quem é mais competente ou menos competente; é a conduta, a maneira de agir, a maneira de interagir, a maneira de se preparar para o estudo e de efetivamente se formar.

Eu via ontem em um debate, na Comissão de Direitos Humanos, uma professora, mestre e articuladora que dizia que a oportunidade que foi dada a essa meninada pobre – pois nas cotas são negros e brancos pobres – eles a agarram com tanta força que dificilmente eles rodam. Ela dizia isso.

Por isso quero aqui também fazer um apelo para um projeto que apresentei há doze anos, chamado Bolsa Permanência, que foi aplicado e que agora eles estão pedindo que seja mantido, porque não estão recebendo.

Enfim, eu ia nessa linha, Sr. Presidente, falando da educação, da importância dessa integração e que a juventude brasileira se mostrou de uma sensibilidade enorme.

Nas universidades por que passo para dialogar sobre o tema, em nenhum momento, eu vi qualquer tipo de disputa, eu diria fraternal, como de irmão matando irmão. Isso não acontece. Hoje, há uma integração. No primeiro momento, até houve algum desencontro, mas depois se tornou natural.

Hoje, nós temos a tranquilidade de ver que deu certo e que negros, brancos, pobres e índios estão integrados nas universidades e se formando.

Como o meu pronunciamento contém muitos dados, muitos números, Sr. Presidente, eu me sentirei contemplado – pois é nessa linha todo o meu pronunciamento – ao ler para V. Ex^a, já que falei em cotas, uma carta que recebi, lá do Rio Grande do Sul, que tem tudo a ver com o tema deste pronunciamento, que espero que V. Ex^a considere na íntegra.

Registro de carta que recebi do gaúcho Juan Savedra, que deixo nos Anais da Casa. Assim ele escreve – tem a ver com este pronunciamento, e com ela, então, eu encerro essa questão do dia 21 de março, Dia Internacional da Luta contra o Preconceito –:

Caro Senador Paulo Paim. Boa tarde.

Muito provavelmente o senhor não se recorda de mim, mas alguns anos atrás (mais precisamente em julho de 2009), lhe enviei um e-mail questionando as cotas raciais, e “acusando” o preconceito que eu entendia existir por trás dessa política.

Na oportunidade, questioneei: “Estudar no Brasil, está cada vez mais fácil para os negros, índios. Esquecem do BRANCO, esquecem daqueles que não tem condições de pagar uma faculdade”.

À época, minha indignação se devia ao fato de que eu, jovem branco, pobre, sem qualquer posse, não tinha condições de pagar uma faculdade particular e nem de investir em um cursinho pré-vestibular para que pudesse entrar em uma Federal.

Logo após, em agosto de 2009, Iniciei o curso de Direito na UniRitter, em Porto Alegre, fazendo apenas 3 cadeiras das 5 que eram obrigatórias.

Utilizei os recursos que havia guardado trabalhando para que pudesse pagar esse primeiro semestre. No segundo semestre de curso fui contemplado com o FIES [que, ontem, em audiência pública, exige que seja mantido na íntegra] e pude, finalmente, fazer todas as cadeiras e investir mais tempo e dedicação à graduação.

Dia 18 de março de 2015, há dois dias atrás, recebi minhas credenciais de advogado. Passei no exame de Ordem na primeira tentativa, ainda em julho do ano passado, e estava apenas aguardando minha formatura para encaminhar a carteira da OAB (me formei em fevereiro, e no dia útil seguinte à formatura encaminhei a documentação).

Hoje, refletindo sobre esse período de cinco anos, lembrei do e-mail que enviei ao senhor nos idos de 2009. Coincidência ou não, o meu trabalho de conclusão de curso falou exatamente sobre a política de cotas raciais no acesso à Universidade Pública.

Nesse trabalho, tentei fazer uma análise imparcial para, ao final, concluir que a política de cotas é medida urgente e necessária para sanar as desigualdades do presente.

Relendo sua resposta àquele e-mail, me deparei com a seguinte frase: “As medidas afirmativas são temporárias e transitórias, acreditamos que as gerações futuras serão recompensadas ao ver efetivamente a brasilidade negra, indígena, branca e ocidental estampada de maneira proporcional em todos os setores da nossa sociedade”.

Escrevi para ele, naquela época, já eu que era relator aqui, nesta Casa. E diz ele: “Li de novo as suas palavras e remeti a você, e talvez você nem lembre mais ter me mandado essa carta”.

O Senador Cássio Cunha Lima, na época votou junto e defendeu aqui, embora com posição contrária à de um Senador do seu partido que respeitamos muito. V. Ex^a defendeu, eu me lembro. Discordou, na época, do seu Líder, mas defendeu essa política aqui. Faço questão de reconhecer isso de público isso.

O curso de Direito abriu a minha mente e o meu coração às possibilidades. Finalmente entendi a sua resposta, e hoje lhe parabeno por sua luta, por sua garra e coragem.

Na juventude, acreditei que era um jovem de "direita" [eu acho isso muito bonito], liberal, defensor da meritocracia, acima de tudo.

Mas a vida não para de nos surpreender; Hoje [ele, que lá atrás achou que era de direita] faço da Juventude Socialista Brasileira de Porto Alegre (ligada ao PSB).

A simples correspondência eletrônica que trocamos naquela oportunidade, somado aos conhecimentos adquiridos pelo Direito, fizeram com que eu me encontrasse politicamente.

Por fim, Senador, quero lhe agradecer pela resposta que recebi naquela oportunidade e pela contribuição que, direta ou indiretamente, tens em minha concepção política. Saúde e paz! Assinado: Juan César Bühler Savedra – Advogado.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Senador Paim, V. Exª me concede um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não, Senador Cássio.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Em primeiro lugar, quero testemunhar a emoção de V. Exª ao ler a carta do João. João? Perdão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A carta do é Sr. Juan Savedra, um jovem...

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – É João...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... que discordou de nós, na época, hoje, formado, reconhece que estávamos certos. Juan Savedra.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Vou me permitir tratá-lo como João. Então, quero registrar a emoção de sua trajetória de luta – já registrei outras vezes aqui – e lembrar – já tivemos a oportunidade de conversar sobre esse tema de cotas – que, quando Governador da Paraíba, o que muito me honrou, pude...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O que V. Exª registrou no dia da votação...

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Exatamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E faço questão de ouvi-lo novamente.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Exatamente. Pude garantir duas importantes conquistas para a nossa universidade estadual, Presidente José Medeiros: a primeira delas foi a autonomia financeira, administrativa, científica, pedagógica, que está ameaçada hoje com a falta de diálogo, com o corte profundo no orçamento da UEPB (Universidade Estadual da Paraíba), mas talvez tenha sido essa uma das mais importantes ações que realizamos no período em que estivemos à frente do Governo do Estado, com a garantia da autonomia da UEPB. E talvez a Paraíba tenha sido o primeiro Estado a fazer o regime de cotas, não apenas pelo critério racial, mas pela origem dos alunos. Começamos com um percentual de 15% e já atingimos o percentual de 50%, ou seja, metade das vagas da UEPB está reservada para alunos egressos do sistema público. No sistema público, nós temos negros, temos pardos, índios – a Paraíba tem uma população indígena expressiva, mais de 10 mil índios vivem no Estado – e brancos. Portanto, o critério da cota pela origem da escola pública, no nosso entendimento, contempla, por via direta, a cota racial, porque os mais pobres, os que estão em desvantagem, sempre, no processo econômico-social, em sua maioria negros, pardos, estão também...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como alguém disse, a pobreza tem cor. Ou é índio, ou é preto, ou é pardo.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – É verdade. E estão na escola pública. Mas dentro da escola pública nós também temos situações como a de João.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Claro, brancos pobres.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Brancos pobres. Então, acredito que o critério que encontramos na Paraíba, que vem funcionando bem, responde a essa necessidade de gerar oportunidades para todos. E é por isso que quero cumprimentar V. Exª e reafirmar o compromisso que temos com a educação. A educação precisa ser tratada com prioridade, não essa prioridade retórica, de que já se fala há tantos e tantos anos, pois é o caminho para que se faça a verdadeira transformação e a revolução de que o Brasil precisa. Onde a educação chegou na frente, onde a educação chegou primeiro, não se verificam os problemas de segurança e de violência com que o Brasil se depara hoje, não há problemas de saúde pública, não há problemas de desenvolvimento. Em países onde a educação chegou primeiro, nada do que estamos vivenciando no Brasil se converte ou se apresenta como desafios. Então, é hora, é o momento, mais do que passado o tempo, durante toda essa trajetória, de olharmos para a educação definitivamente como o único caminho de salvação do País, de transformação da nossa realidade, e isso começa desde o ensino primário, do ensino básico, chegando às universidades, numa transformação que precisa ser feita e que está por demais atrasada em nosso País.

Cumprimento V. Ex^a. Queria apenas trazer a contribuição desse exemplo que fizemos, com muito sucesso, na Paraíba, e reafirmar o nosso compromisso, que é um compromisso de uma vida inteira, pela educação e pela oportunidade para todos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Cássio Cunha Lima. Lembro-me sempre de que V. Ex^a foi constituinte. Tive a alegria de sermos constituintes juntos, e hoje nos encontramos no Senado da República, quase trinta anos depois.

Enfim, Sr. Presidente, concluo na mesma linha da fala que fiz.

Recebi um convite para estar na Bahia, em Salvador, na Uneb, no 4º Encontro de Cotistas, promovido com a participação da UNE. O evento terá o tema “O Brasil que queremos, a população negra e a sua integração”, com o desafio de consolidar todo um debate juntamente com a UNE. Eu deverei estar lá na mesa que vai levar o título “Caminhos para a Construção da Igualdade Racial no Brasil”, na linha do que aqui falado, da igualdade entre brancos, negros, índios, enfim, entre todos os segmentos que formam o nosso querido povo brasileiro.

Era isso, Sr. Presidente. Peço que considere na íntegra os meus pronunciamentos do dia de hoje. Na verdade, todos eles ficaram com o foco no combate a todo tipo de preconceito. Sou daqueles que sonham, como dizia Martin Luther King, que, um dia, no Brasil, todos nós poderemos sentar à mesma mesa, dar as mãos e comer do mesmo pão.

Obrigado, Sr. Presidente

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, 21 de março relembramos um evento de triste memória, mas de força libertadora sem par: o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. Criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) tem como marco o Massacre de Sharpeville, ocorrido nessa mesma data, em 1960, em Joanesburgo, na África do Sul. Naquela ocasião, vinte mil pessoas protestavam pacificamente contra a Lei do Passe do regime de apartheid.

Ainda que conduzida em paz, a manifestação foi duramente reprimida pela polícia, matando 60 pessoas; e deixando outras 186 feridas.

Passaram-se, já, 55 anos desde o massacre de Sharpeville; outros 25 do fim do apartheid na África do Sul. Mas ainda persistem odiosas discriminações baseadas na etnia, na cor da pele, na origem das pessoas.

A discriminação por raça, Senhoras e Senhores, é uma das principais causas da busca de refúgio no mundo.

Desde 1951 existe o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, criado pela Assembleia Geral, para tratar dessa questão.

Para termos uma ideia, entre 1975 e 1997, o número de refugiados no mundo cresceu dez vezes, passando de 2,4 milhões para 22 milhões: eram pessoas que fugiam das guerras, intolerância e perseguições, sendo que a proporção chegou a ser de um refugiado para 115 pessoas da população mundial.

Nos dias atuais, de todos os refugiados no Brasil, 80% são de origem africana. Isso sem contar os refugiados negros de outras nacionalidades onde existem populações afrodescendentes, como é o caso da Colômbia que já responde por 10% da população refugiada no Brasil.

Em nosso País, decorridos 127 anos do fim oficial da escravidão da população negra, as desigualdades ainda persistem.

A exemplo do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, esta é uma data para denúncia; e não para comemorações.

E por que um dia internacional? Pela mesma razão que, desde antes de 1500, os europeus iniciaram o movimento de forçar os africanos a deixarem suas terras, para a mais hedionda forma de mercantilização a transformação de seres humanos em bens comercializáveis, colocados à disposição de outros senhores, para os trabalhos forçados no Novo Mundo.

E nós, o Brasil, constituímos um dos maiores destinos dessas pessoas. Por sinal, recentemente, foi aberta no Museu da Justiça do Rio de Janeiro a exposição denominada “Forever Free – Livres para sempre”, sobre a história do tráfico de escravos no mundo.

Composta por painéis que explicam a história do comércio transatlântico de escravos, a mostra foi criada pelas Nações Unidas para lembrar os 400 anos nos quais mais de 15 milhões de pessoas foram vítimas de um dos capítulos mais nefastos da história da humanidade.

Um período longo de mais para ser esquecido. Esse evento é parte das atividades da Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024), uma iniciativa para a qual o Brasil teve importante papel.

Todas as Américas – Norte, Central e Sul – receberam essas populações e aqui as mantiveram; aqui as famílias, as etnias e as línguas foram separadas, como forma de se prevenirem contra toda e qualquer possibilidade de rebelião.

Muitos se orgulham de termos uma nação em que uma língua – a portuguesa – se mantém universalizada em tão vasto território.

Mas poucos sabem a que custo em violência simbólica, contra todos os idiomas das nações africanas que para cá vieram à força.

Durante muitos anos, a historiografia oficial e até mesmo as representações simbólicas fizeram crer ao senso comum que a sujeição dos africanos teria sido feita sem resistência.

Entretanto, o resgate da verdadeira história tem-nos revelado o quanto foi sangrenta a oposição dos escravizados.

Tanto no Brasil quanto em outras nações. A memória de Zumbi dos Palmares, já reconhecido como Herói da Pátria, é só um dos símbolos dessa infinidade de lutas.

Na América do Norte, desde a eleição de Barack Obama, aparentemente, a indústria cinematográfica daquele país foi obrigada a retirar de debaixo do tapete a riqueza da participação negra na Guerra da Secessão, por exemplo.

Para que marquemos bem este dia de luta contra a discriminação racial é preciso que mostremos o rosto, o corpo, a imagem dessa discriminação. Se não, vão dizer que, quixotesco, lutamos contra moinhos de ventos.

No Brasil, essa discriminação está bem visível na esfera política, no campo da economia, na educação e da cultura.

E para que ganhe sentido essa luta, é preciso demonstrar o quão perversa é essa discriminação.

Na política, não precisamos ir muito longe: basta olhar este Plenário; ou o da Casa ao lado, para vermos o quão sub-representados estão os afrodescendentes no Congresso Nacional.

Por um lado, graças à política de valorização havida nos últimos anos, mais de 50% da população brasileira reconhece, isto é, se autodeclaram pretos ou pardos.

Na Câmara dos Deputados, de seus 513 membros, apenas 22 se declararam negros, o que representa menos de 5% da composição daquela Casa; outros 81 se declararam pardos, isto é, 15,8%.

Em outras palavras, não passa de um quinto o número de deputados e deputadas afrodescendentes.

Quando levamos as comparações para o terreno do emprego e da renda, constatamos, por exemplo, que, em 2009, os homens brancos possuíam o maior índice de formalização de trabalho (43% com carteira assinada), em contraste com a posição das mulheres negras, que apresentavam o pior percentual de formalização (apenas 25% com carteira assinada).

Esses dados não mudaram muito nos últimos cinco anos, embora – para todos – tenha havido melhoria nas taxas de emprego.

Um estudo do Dieese, da Fundação Seade e do Ministério do Trabalho e Emprego revela que a população negra segue sendo discriminada no trabalho.

Utilizando como base a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) sobre biênio 2011-2012, o estudo constata que, embora os negros tenham avançado na empregabilidade, a mesma tendência não ocorreu com seus salários ou postos ocupados no mercado.

Os negros ganham salários de apenas 61,6% do valor auferido por não negros no setor de serviços; apenas 62,7%, na indústria de transformação; 68,3%, no comércio.

O boletim mostra que, na média entre todas as regiões metropolitanas investigadas, a remuneração por hora dos negros é equivalente a 63,9% do ganho-hora dos não negros.

Poder-se-ia argumentar – reconhecendo outra discriminação, a de acesso à educação – que alcançam mais e melhores empregos ou salários mais elevados aqueles com maior nível escolar.

Mas como explicar que, em uma cidade como São Paulo, entre as pessoas com nível superior, apenas 3,7% dos afro-brasileiros que atuam na indústria ocupavam postos de gestão em 2011 e 2012? Em contrapartida, os não negros em igual condição ocupavam 14,6% dessas mesmas posições, ou seja, quatro vezes mais.

Outra discrepância: nesse mesmo período, 61,1% dos pretos e pardos estavam envolvidos em atividades de execução; mas apenas 5,7% nas de direção e planejamento.

Em contraste, entre os não negros, esses percentuais se elevavam para 52,1% e 18,1%, respectivamente.

Quando vamos para outra área igualmente importante para a dignidade da pessoa, a moradia, vemos o quanto os negros ainda se encontram em situação de vulnerabilidade.

Das famílias residentes em favelas, 39,4% delas eram chefiadas por homens negros; outras 26,8% das famílias residentes nesses núcleos urbanos precários eram chefiadas por mulheres negras.

Ao passo que 21% eram chefiadas por homens brancos; e outros 12% das famílias chefiadas por mulheres brancas.

No campo da educação, embora reflitam agregados de uma década atrás, persistem válidas as desigualdades; e mantém-se lenta a sua superação: em 1995, a taxa de escolarização líquida no ensino superior era de 5,8%, isto é, o percentual da população que, na idade adequada, deveria estar no nível de ensino próprio.

Naquela data – vinte anos atrás – esta taxa era de 21,3% entre a população branca, contra apenas 8,3% entre a população negra, chegando a apenas 6,9% entre os homens negros.

Em 2009, a escolarização líquida subiu para 14,4%. Nesse período, a taxa de escolarização de mulheres brancas no ensino superior foi de 23,8%, enquanto, entre as mulheres negras, esta taxa era de apenas 9,9%.

Felizmente, Sr. Presidente, temos alguma esperança de ver esse quadro mudar.

Como sabem os Srs. e as Sras Senadoras, eu não tenho me permitido um segundo só de descanso, no que se refere a essa dívida histórica da sociedade brasileira.

Com esse intuito submeti ao Congresso Nacional a proposta de um Estatuto da Igualdade Racial.

Aprovado e sancionado em 2012 – mais de uma década depois de proposto –, esse marco legal tem conseguido consolidar as políticas voltadas aos negros e feito com que o Estado se responsabilize pelo cumprimento das ações específicas.

Isso quer dizer que o principal mérito do Estatuto foi o de retirar algumas políticas da condição de esporádicas para que sejam um compromisso permanente do Estado.

Nessa norma, fizemos inscrever, por exemplo, que “as ações afirmativas são programas e medidas especiais adotadas pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e promoção da igualdade de oportunidades, conforme consta do art.2º, VI, do Estatuto da Igualdade Racial.

Alguns movimentos sociais avaliam que as diretrizes contidas naquela norma garantiram uma fonte jurídica segura para que os governos tomem medidas mais efetivas.

Elas se transformaram em programas do Plano Plurianual 2012-2015, que hoje compõem a Agenda Transversal de Promoção da Igualdade Racial.

No período de 2011 a 2014, houve avanços na incorporação da perspectiva racial nas políticas governamentais, particularmente com a consolidação de ações afirmativas para o acesso a universidades e institutos técnicos federais; e também o ingresso no serviço público por meio de concursos da Administração Federal.

Outra frente de conquistas foi a obtenção recursos para projetos de cultura e arte.

Um dos instrumentos criados depois da aprovação do Estatuto foi o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), um mecanismo estruturante do Governo Federal para o fortalecimento e ampliação da efetividade da política de Promoção da Igualdade Racial, em parceria com Estados, Distrito Federal e Municípios.

Como resultante desse processo, já existem 166 órgãos e 89 conselhos nessas três instâncias, voltados para a promoção da igualdade racial.

Estranha-se, entretanto, que ainda sejam criticadas essas ações de inclusão, as ações afirmativas no ensino superior, que demoraram um século para serem iniciadas.

Há poucos dias, um jornal que se quer de cobertura nacional exibiu, como se fosse uma denúncia, uma capa em que lamentava o quanto as vagas nas universidades públicas passaram a ser ocupadas por outros que não os filhos de uma elite econômica que se autoidentifica como branca.

E a reclamação era a de que, após investirem maciçamente em escolas privadas, nos níveis fundamental e médio de ensino, para que seus filhos passassem pelo excludente funil do vestibular, agora essas famílias são obrigadas – segundo o jornal – a pagar universidades privadas para seus filhos.

Isso para não mencionar a ação de pedido de inconstitucionalidade movida no Supremo Tribunal Federal contra o pioneirismo da Universidade de Brasília, quando aquela instituição criou, por resolução própria, a reserva de vagas para afrodescendentes e indígenas.

Felizmente, o STF não deu ouvidos a essa manifestação de verdadeira intolerância e, por unanimidade, declarou constitucional a medida.

Esse é um campo, felizmente, em que vemos brotar alguma esperança. Desde 2013, no ano seguinte à aprovação da Lei nº 12.711, de 2012, começou a ser implementada pelo Ministério da Educação (MEC) a universalização das cotas nas universidades e nos institutos técnicos federais.

Com isso, o Brasil passou a ser o país com a iniciativa mais abrangente de democratização do acesso ao ensino superior, por meio de ação afirmativa, uma vez que tal política já vinha sendo adotada por universidades estaduais desde 2002.

Entre 2013 e 2014, nas universidades federais, as vagas totais cresceram 10%.

Ao mesmo tempo, aquelas destinadas a serem ocupadas pelos cotistas cresceram 38%; já nos institutos federais, no mesmo período, tanto o total das vagas quanto as das destinadas para cotistas cresceram 18%.

Ainda sem fechar um balanço, estima-se que, em 2014, um quinto do total de vagas ofertadas pelas Universidades Federais (48.676) tenham sido ocupadas por estudantes declarados pretos, pardos e indígenas; em outras palavras: praticamente a metade das vagas destinadas a cotas.

Já nos institutos federais, 23% do total de vagas ofertadas foram ocupadas por estudantes declarados pretos, pardos e indígenas (12.055), o que corresponde também a praticamente metade das vagas destinadas a cotas. Ainda é pouco? Sim. Mas já significa um avanço.

Mais recentemente, a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, destinou 20% das vagas para negros nos concursos para cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração Federal Direta e Indireta.

A efetivação desta lei constitui um dos principais avanços das ações afirmativas, já que provoca impacto diretamente na composição racial dos postos mais valorizados do setor público federal.

Há outros setores em que ainda se esperam novos avanços, como as ações voltadas aos quilombolas: até 2014, tínhamos 2.432 comunidades certificadas; e outras 1.386 delas com processos de titulação abertos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Mas lamentamos que, até agora, haja apenas 232 já tituladas.

Ironicamente, ainda ouço – de maneira mais sussurrada ou mais gritada – a estranheza a meus pronunciamentos nesta Casa; ou a censura a minhas iniciativas – apoiadas por colegas que comungam desse ideal – na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Questionam essa luta como se ela fosse despropositada, indevida, criadora de injustiças, até. Mas não é isso que mostram todos os estudos do retrato da desigualdade.

Não é isso que está estampado em nossos audiovisuais – filmes, novelas, propagandas –, onde os negros ainda aparecem na condição de coadjuvantes.

A propósito disso, o grande ator Milton Gonçalves declarou certa vez que não se importava para ser escalado para papéis de motorista ou serviçal, desde que esse personagem fosse o protagonista.

Pois bem, neste 21 de março de 2015, quero mais uma vez trazer à lembrança desta Casa, de todo o Congresso Nacional e de toda a sociedade brasileira o quanto – ainda – não somos uma democracia racial, como se quis fazer crer por muitos anos.

Mas precisamos reforçar as ações no Brasil. E também levar a presença brasileira aos outros países do Continente Americano.

Por sinal, uma conquista obtida foi a declaração desta como sendo a Década Internacional dos Afrodescendentes, com o tema...

Reconhecimento, Justiça e Desenvolvimento, uma campanha lançada oficialmente pelas Nações Unidas, em 10 de dezembro de 2014.

Outra prova da boa atuação brasileira levou à aprovação da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Intolerâncias Correlatas, pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em 5 de junho de 2013.

Por todas essas razões, devemos, sim, marcar este dia de luta, o 21 de março como Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou deixar registrado aqui uma correspondência que recebi de um conterrâneo gaúcho: Juan Savedra. Assim ele escreve...

Caro Senador Paulo Paim. Boa tarde.

Muito provavelmente o senhor não se recorda de mim, mas alguns anos atrás (mais precisamente em julho de 2009), lhe enviei um e-mail questionando as cotas raciais, e “acusando” o preconceito que eu entendia existir por trás dessa política.

Na oportunidade, questionei: “Estudar no Brasil, está cada vez mais fácil para os negros, índios. Esquecem do BRANCO, esquecem daqueles que não tem condições de pagar uma faculdade”.

À época, minha indignação se devia ao fato de que eu, jovem branco, pobre, sem qualquer posse, não tinha condições de pagar uma faculdade particular e nem de investir em um cursinho pré-vestibular para que pudesse entrar em uma Federal.

Logo após, em agosto de 2009, iniciei o curso de Direito na UniRitter, em Porto Alegre, fazendo apenas 3 cadeiras das 5 que eram obrigatórias.

Utilizei os recursos que havia guardado trabalhando para que pudesse pagar esse primeiro semestre. No segundo semestre de curso fui contemplado com o FIES e pude, finalmente, fazer todas as cadeiras e investir mais tempo e dedicação à graduação.

Dia 18 de março de 2015, há dois dias atrás, recebi minhas credenciais de advogado. Passei no exame de Ordem na primeira tentativa, ainda em julho do ano passado, e estava apenas aguardando minha formatura para encaminhar a carteira da OAB (me formei em fevereiro, e no dia útil seguinte à formatura encaminhei a documentação).

Hoje, refletindo sobre esse período de cinco anos, lembrei do e-mail que enviei ao senhor nos idos de 2009.

Coincidência ou não, o meu trabalho de conclusão de curso falou exatamente sobre a política de cotas raciais no acesso à Universidade Pública.

Nesse trabalho, tentei fazer uma análise imparcial para, ao final, concluir que a política de cotas é medida urgente e necessária para sanar as desigualdades do presente.

Relendo sua resposta àquele e-mail, me deparei com a seguinte frase:...

“As medidas afirmativas são temporárias e transitórias, acreditamos que as gerações futuras serão recompensadas ao ver efetivamente a brasilidade negra, indígena, branca e ocidental estampada de maneira proporcional em todos os setores da nossa sociedade”.

O curso de Direito abriu a minha mente e o meu coração às possibilidades. Finalmente entendi a sua resposta, e hoje lhe parabeno por sua luta, por sua garra e coragem.

Na juventude, acreditei que era um jovem de “direita”, liberal, defensor da meritocracia, acima de tudo. Mas a vida não para de nos surpreender: Hoje faço da Juventude Socialista Brasileira de Porto Alegre (ligada ao PSB).

A simples correspondência eletrônica que trocamos naquela oportunidade, somado aos conhecimentos adquiridos pelo Direito, fizeram com que eu me encontrasse politicamente.

Por fim, Senador, quero lhe agradecer pela resposta que recebi naquela oportunidade e pela contribuição que, direta ou indiretamente, tens em minha concepção política. Saúde e paz! Assinado: Juan César Bühler Savedra – Advogado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos dias 3 a 5 de abril, será realizado em Salvador, Bahia, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), o 4º Encontro de Negros, Negras e Cotistas da UNE (União Nacional de Estudantes).

O evento, cujo tema será “O Brasil que queremos para a população negra” tem o desafio de consolidar uma opinião da juventude negra da UNE sobre a reestruturação das universidades brasileiras, avançando em uma perspectiva global de permanência que compreenda os fatores extra-classe como determinante para a vida acadêmica dos estudantes negros.

Estarão na pauta: o genocídio do povo negro, a reforma curricular, os investimentos em assistência estudantil, a regulamentação do ensino privado e a oxigenação do modelo de gestão das instituições públicas, entre outras.

Sr. Presidente, fui convidado para a mesa “Caminhos para a construção da igualdade racial no Brasil”, mas, por questões de compromissos assumidos anteriormente não poderei me fazer presente.

Desde já agradeço o convite.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador José Medeiros, que falará como Líder do seu Partido.

Em seguida, falará o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, todos que nos assistem, todos que nos acompanham pela TV Senado e que nos ouvem pela Rádio Senado, amigos que estão na Casa nos assistindo, a Organização Mundial de Saúde (OMS) vem trabalhando, há alguns anos, em diversas recomendações que visam a alterar hábitos não saudáveis da população, de forma a facilitar a prevenção a algumas dezenas de doenças que afligem bilhões de seres humanos.

De fato, algumas dessas doenças decorrem da ingestão de uma variedade de produtos químicos utilizados em larga escala na indústria alimentícia moderna.

O Senado vem tendo papel importante, Sr. Presidente, no estabelecimento de restrições a produtos como o sódio e as gorduras saturadas e trans, entre outros não saudáveis quando ingeridos em grandes quantidades.

É hora de enfrentarmos produtos que muitos de nós não percebemos sequer que estão sendo utilizados de forma indiscriminada. Com efeito, desde o final do século XX, a OMS tem recomendado, a partir de conclusões tiradas por seus conselhos científicos, significativa redução de ingestão de açúcar acrescentado aos produtos alimentícios. Atualmente, a instituição tem recomendado restringir o açúcar a, no máximo, 10% do total das calorias diárias ingeridas na dieta, com orientação para reduzir a 5% o mais brevemente possível. Os 10% corresponderiam a mais ou menos 50 gramas de açúcar refinado ou 12 colheres de chá.

De fato, o consumo excessivo de açúcar já está comprovadamente associado a algumas dezenas de problemas de saúde tais como obesidade, diabetes, doenças cardiovasculares, Alzheimer, osteoporose, depressão, artrite, problemas dentários e de gengiva e deficiências imunológicas, sendo, inclusive, fator de aumento de risco para algumas modalidades de câncer como os de mama, de ovário, de próstata, de reto, de pâncreas, do trato biliar, de pulmão, de vesícula e de estômago, entre outros.

Pesquisas indicam que as prateleiras dos supermercados chegam a conter 80% de produtos com açúcar acrescentado, com destaque para refrigerantes e bebidas não alcoólicas em geral, mas alcançando bolos, biscoitos, sorvetes, molhos, uma imensa variedade de produtos, enfim. A título de exemplo, uma lata de refrigerante comum tem algo em torno de 40 gramas, e a de um energético, 27 gramas.

O pior de tudo é saber que a indústria do açúcar agiu exatamente como a indústria do tabaco. Desde a década de 1950, esses dois setores manobram para desacreditar as pesquisas científicas que mostravam seus malefícios, desviando a atenção dos elaboradores de políticas públicas na área de saúde, conforme comprovado agora, no caso do açúcar, por pesquisadores da Universidade da Califórnia, em São Francisco, que publicaram na revista *PLOS Medicine*, na semana passada, uma análise de centenas de documentos internos da indústria do açúcar produzidos entre 1959 e 1971.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, objetivando me juntar a essa verdadeira cruzada pela saúde coletiva, apresentei projeto de lei no sentido de determinar que as embalagens de bebidas açucaradas contenham, além dos quantitativos já existentes, advertência sobre os malefícios trazidos pelo consumo abusivo desses produtos.

Sigo, assim, recomendação da própria Organização Mundial de Saúde, que sugere que o combate ao uso excessivo do produto seja conduzido por restrições à publicidade para crianças, por elevações de impostos sobre os produtos com altos valores de açúcar e pelo reforço das leis sobre a etiquetagem de produtos. A Organização Mundial de Saúde também pede que governos e a indústria de alimentos negociem uma redução no volume de açúcar nos alimentos processados.

A Sociedade Latino-Americana de Associações de Obesidade registrou, no Brasil, um aumento de 239% nos casos de obesidade nas últimas duas décadas, aumento mais acelerado do que o registrado nos Estados Unidos, onde a coisa já tomou proporção epidêmica.

Para evitar que essa epidemia se instale em nosso País, peço, portanto, a atenção e o apoio das Sr^{as} e Srs. Senadores para o Projeto de Lei nº 8, de 2015, de minha autoria, no sentido de que ele seja aperfeiçoado, se for o caso, e tenha uma tramitação rápida.

Esse debate é importante, Sr. Presidente, porque é sabido que o açúcar, principalmente para os diabéticos, é um verdadeiro veneno, e as propagandas estão aí. Açúcar é bom. Quem não gosta de açúcar? Mas essa preocupação nós temos de ter, porque nossos centros de saúde já estão abarrotados, e a indústria ganha, não dá contrapartida alguma e ainda incentiva isso.

Então, é importante regulamentarmos, haver alguma regulamentação, para que isso possa ser mitigado no seio social. Esse é um desafio que temos, como Casa legislativa. Em todas as esferas de governo, devemos nos debruçar sobre esses problemas que afligem a sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador José Medeiros! Meus cumprimentos por sua fala, como sempre, tranquilo, apontando caminhos.

Passo, de imediato, a palavra para o Líder do PSDB, Senador Cássio Cunha Lima.

Senador Cássio, vou abusar de sua boa vontade, mas estão preocupados com que eu leia estes dois ofícios com a presença dos Senadores em plenário.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – É claro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Senhora Presidente da República adotou em 24 de março de 2015 e publicou no dia 25 do mesmo mês e ano, no *Diário Oficial da União*, a **Medida Provisória nº 672, de 2015**, que “dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo para o período de 2016 a 2019”.

Nos termos dos arts. 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, foi constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria, cuja composição será publicada na forma regimental.

O calendário de tramitação da Medida Provisória foi publicado na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a composição da Comissão mista:

SENADORES

TITULARES

SUPLENTE

Bloco da Maioria (PMDB/PSD)

Eunício Oliveira	1.
Omar Aziz	2.
Sérgio Petecão	3.
	4.

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP)

Humberto Costa	1. Telmário Mota
Acir Gurgacz	2. Walter Pinheiro
Benedito de Lira	3. Lindbergh Farias
Paulo Rocha	4. Fátima Bezerra

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM)

Cássio Cunha Lima	1. Aloysio Nunes Ferreira
Paulo Bauer	2.
Ronaldo Caiado	3. José Agripino

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB)

João Capiberibe	1. José Medeiros
-----------------	------------------

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)

Fernando Collor	1. Blairo Maggi
-----------------	-----------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
<u>Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN</u>	
Edio Lopes	1. Carlos Marun
Eduardo da Fonte	2. Fernando Monteiro
Jovair Arantes	3. Leonardo Picciani
Manoel Junior	4. Wilson Filho
<u>PT</u>	
Sibá Machado	1. Alessandro Molon
Ságuas Moraes	2. Afonso Florence
<u>PSDB</u>	
Nilson Leitão	1.
<u>Bloco PRB / PTN / PMN / PRP / PSDC / PRTB / PTC / PSL / PTdoB</u>	
Celso Russomanno	1. César Halum
<u>PSD</u>	
Rogério Rosso	1. Paulo Magalhães
<u>PR</u>	
Maurício Quintella Lessa	1. Wellington Roberto
<u>PSB</u>	
Fernando Coelho Filho	1. Paulo Foletto
<u>DEM</u>	
Mendonça Filho	1. Efraim Filho
<u>PCdoB*</u>	
Jandira Feghali	1. Luciana Santos

* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

É o seguinte o calendário:

- Publicação no *DOU*: 25/03/2015
- Designação da Comissão: 27/03/2015
- Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
- Emendas: até 31/03/2015 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: Declaração incidental de inconstitucionalidade do caput do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia ex nunc – Ação Direta de inconstitucionalidade nº 4.029 – *DOU* de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.

- Remessa do processo à CD: -
- Prazo na CD: até 21/04/2015(até o 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 21/04/2015
- Prazo no SF: de 22/04/2015 a 05/05/2015 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 05/05/2015
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 06/05/2015 a 08/05/2015 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 09/05/2015 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 23/05/2015

São os seguintes os ofícios das lideranças:

OF/GAB/I/Nº 474

Brasília, 25 de Março de 2015

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a relação dos nomes dos deputados do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, que comporão a comissão especial destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 672/2015**, que “Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo para o período de 2016 a 2019”.

TITULARES

EDIO LOPES
EDUARDO DA FONTE
JOVAIR ARANTES
MANOEL JÚNIOR

SUPLENTES

CARLOS MARUN
FERNANDO MONTEIRO
LEONARDO PICCIANI
WILSON FILHO

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Leonardo Picciani**, Líder do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.

Of. Nº 538/2015/PSDB

Brasília, 26 de março de 2015

Assunto: Indicação para membro de Comissão

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado NILSON LEITÃO para integrar, como membro titular, a Comissão Especial da MP 672/2015.

Atenciosamente, – **Deputado Carlos Sampaio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento, no dia 26 de março de 2015, da **Mensagem nº 71, de 2015**, da Excelentíssima Senhora Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional as razões do **Veto Total nº 7, de 2015**, aposto ao **Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2013** (nº 4.846, de 2012, na Casa de origem), dispondo sobre campanhas educativas acerca de resíduos sólidos.

São as seguintes, Mensagem e razão de veto:

VETO Nº 7, DE 2015

aposto ao

Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2013
(Mensagem nº 71, de 2015, na origem)

Rol de documentos:

- Mensagem
- Autógrafos

**Mensagem protocolizada na Secretaria Legislativa
do Congresso Nacional em 26/3/2015 às 18 horas.**

Mensagem nº 71

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 114, de 2013 (nº 4.846/12 na Câmara dos Deputados), que “Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para incluir dispositivos sobre campanhas educativas”.

Ouvido, o Ministério do Meio Ambiente manifestou-se pelo veto ao projeto pelas seguintes razões:

“A proposta é meritória, por promover campanhas educativas sobre a correta gestão de resíduos sólidos. Entretanto, o condicionamento do repasse de recursos da União para tal fim à elaboração de plano estadual ou municipal de resíduos sólidos seria exigência desproporcional, o que poderia levar a um efeito contrário daquele pretendido pela medida.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 25 de março de 2015.



PROJETO VETADO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, DE 2013
(nº 4.846/2012, na Casa de origem)

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para incluir dispositivos sobre campanhas educativas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para incluir dispositivos sobre campanhas educativas.

Art. 2º O art. 16 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. A elaboração de plano estadual de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para os Estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, inclusive campanhas educativas, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

.....

§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, as microrregiões instituídas conforme previsto no § 1º abrangem atividades de coleta seletiva, recuperação, reciclagem, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos e a gestão de resíduos de construção civil, de serviços de transporte, de serviços de saúde, agrossilvopastoris ou outros resíduos, bem como campanhas educativas relacionadas à gestão de resíduos sólidos, de acordo com as peculiaridades microrregionais.” (NR)

Art. 3º O art. 17 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17.

.....

VI - programas, projetos, ações e campanhas educativas relacionados à gestão de resíduos sólidos para o atendimento das metas previstas;

.....

§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, o plano microrregional de resíduos sólidos deve atender ao previsto para o plano estadual e estabelecer soluções integradas para a coleta seletiva, a recuperação, a reciclagem, o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos urbanos e, consideradas as peculiaridades microrregionais, de outros tipos de resíduos, bem como divulgar campanhas educativas relacionadas à gestão de resíduos sólidos.” (NR)

Art. 4º O art. 18 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, inclusive campanhas educativas, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

§ 1º

II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como divulgarem campanhas educativas relacionadas à gestão de resíduos sólidos.

.....” (NR)

Art. 5º O inciso X do art. 19 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19.

X - programas, ações de educação ambiental e campanhas educativas que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos;” (NR)

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O prazo previsto no §4º do art. 66 da Constituição Federal e no §1º do art. 104 do Regimento Comum do Congresso Nacional encerrar-se-á em 24 de abril de 2015.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a palavra, o Líder do PSDB, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim; Senador José Medeiros; telespectadores da TV Senado; ouvintes da Rádio Senado, o IBGE acaba de divulgar o índice de crescimento do PIB de 2014, já utilizando os novos métodos ou a nova metodologia para a apuração desse número. O Produto Interno Bruto, como todos já sabem, é a soma das riquezas produzidas no País, e o número do IBGE que acaba de ser divulgado ficou muito próximo da nota do próprio Governo, ou seja, zero. Houve um crescimento de 0,1% de nosso PIB, ou seja, muito perto de zero, que é a nota do desempenho econômico do Governo em decorrência dessa política econômica desastrosa que vem sendo realizada no Brasil.

Dados publicados pelo Portal G1 mostram que o PIB de 2014 é o pior desde 2009, quando a nossa economia recuou, teve um decréscimo de 0,2%.

E, surpreendentemente, de um recuo de 0,2%, em 2009, o PIB alcançou, em 2010 – coincidentemente, ano eleitoral –, o seu maior crescimento nos últimos 15 anos, com 7,5% de crescimento. Ou seja, nós saímos, em 2009, de um recuo, de um decréscimo de 0,2% para, no ano seguinte, um crescimento de 7,5%.

Como se explica esse verdadeiro milagre? Pela expansão do crédito. A soma da riqueza do Brasil não veio através do crescimento da indústria, que, pelo contrário, agora, no PIB de 2014, recuou 1,2%. O que salvou ainda esse pibinho, esse PIB perto de zero, foi novamente a agroindústria, especificamente a soja e a mandioca, porque até mesmo o milho teve recuo. Ou seja, foi a expansão do crédito que o Governo fez em 2010, para ter também bom desempenho eleitoral, que registrou esse crescimento de 7,5% e que resultou, em 2011, no crescimento de 3,9%. Depois, em 2012, foi para 1,8%. Voltou a haver uma nova expansão de crédito, com novos programas de financiamento, e o crescimento foi para 2,7%. E aqui vem o número, divulgado pelo IBGE há pouco, de 0,1%.

A projeção do próprio Banco Central é a de que, neste ano de 2015, nós teremos um quadro recessivo, teremos uma diminuição do nosso Produto Interno Bruto, da soma das riquezas do País, com inflação já chegando a 8%. A inflação para os mais pobres já atingiu a casa dos dois dígitos. É a maior taxa de desemprego dos últimos dez anos. Há redução da renda em 10%. Ou seja, nós estamos vivendo uma situação em que as pessoas estão empobrecidas.

Infelizmente, o Brasil está desperdiçando, dada a incompetência do Governo da Presidente Dilma Rousseff, do PT, conquistas que foram alcançadas pela nossa sociedade, pelo nosso povo, com muito esforço, com muito trabalho. E não foi o trabalhador, o assalariado brasileiro, ou não foram os trabalhadores, os assalariados, os empresários, os industriais que jogaram o Brasil na recessão. Se existe um responsável pela recessão econômica que estamos enfrentando, essa responsabilidade é da Presidente Dilma Rousseff do PT, que, infelizmente, é algo que tenho dito de forma reiterada, de maneira repetida, de forma constrangida. Não há alegria alguma nesta afirmação, quando eu digo que a Presidente mentiu para o povo brasileiro.

É constrangedor ter que dizer que a maior autoridade do País, que é a Presidente da República, que já é avó, que tem uma idade, já, na maturidade, mentiu para o povo brasileiro. Mentiu quando disse, por exemplo, que a energia iria ter um decréscimo, em média, de 18%; e, este ano, a conta de energia, a conta de luz dos brasileiros será aumentada, será majorada, em média, em 70%. Setenta por cento de aumento na conta da energia!

Ela, infelizmente, não falou a verdade ao povo brasileiro, quando disse que não mexeria em direitos trabalhistas, em direito, em conquistas dos trabalhadores, nem que a vaca tossisse. E todas as medidas que foram encaminhadas para apreciação do Congresso Nacional atacam conquistas dos trabalhadores brasileiros, que estão sendo, de forma injusta, chamados para pagar a conta do desajuste fiscal que foi promovido pelo Governo Federal.

O Governo gastou de forma desmedida, de maneira descontrolada. Nós temos, hoje, um País com crises que não cessam. É estarrecedor o que está acontecendo no Brasil. Quando você tem a sensação de que as coisas podem voltar aos trilhos, surge um novo escândalo, como, agora: o escândalo da Receita. E as cifras são impressionantes!

O mais novo escândalo que está sendo revelado aponta desvios de R\$19 bilhões. É mais do que o orçamento do meu Estado, a Paraíba. A Paraíba deve estar, hoje, com um orçamento de R\$13 bilhões, R\$14 bilhões. Só em mais um escândalo, envolvendo, agora, a Receita, o Conselho de Contribuintes, R\$19 bilhões.

Os sites de notícias amanhecaram o dia anunciando mais uma etapa da Operação Lava Jato, com novas prisões.

Ontem, estive no Senado, batendo à porta do Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, o Ministro Arthur Chioro, Ministro de Estado da Saúde. O Ministro veio para, mais uma vez, tentar confundir. A obrigação de qualquer governo é esclarecer, é agir. Este Governo confunde muito mais do que esclarece, porque tem sido a prática recorrente do Governo da Presidente Dilma Rousseff, e também é um Governo que não age. Não age nas coisas mais simples. Nós estamos com uma vaga no Supremo Tribunal Federal, a Corte constitucional do País, aberta há oito meses. E não é só a vacância provocada pela aposentadoria do Ministro Joaquim Barbosa na Suprema Corte do Brasil, mas nos tribunais superiores, no STJ, no Tribunal Superior Eleitoral, nos tribunais regionais, cargos que a Presidente não consegue preencher. Processos estão se acumulando por falta da iniciativa básica, simples, do dia a dia de governar, que é cumprir as obrigações constitucionais. Nem isso o Governo tem conseguido fazer.

Nós estamos tendo um amontoado de pessoas que batem a cabeça e que não conseguem dar ao País um caminho, um rumo, um prumo. A situação é muito grave. A situação é extremamente grave, porque não param de surgir escândalos, com cifras bilionárias. O bilhão no Brasil está desmoralizado. Fala-se em bilhão hoje, e as pessoas se confundem, porque as cifras são estarrecedoras. Esse mais novo escândalo que está sendo revelado, de R\$19 bilhões, é superior ao orçamento – tenho certeza – de mais de 70% dos Estados brasileiros. A Lava Jato, da mesma forma, levou para o ralo da corrupção recursos que representam muito mais do que o orçamento de 95% dos Municípios brasileiros. A que ponto nós chegamos? É preciso dar um basta nessa situação. É preciso que, definitivamente, possamos encontrar um caminho, e o caminho será através da transparência, da humildade, do reconhecimento de falhas e de erros e, sobretudo, de uma postura honesta com o País.

O que o Ministro da Saúde deve fazer é vir – e ele já está convidado para isso, através do requerimento apresentado na Comissão de Relações Exteriores, presidida pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB. O que o Ministro tem que fazer, ao invés de bater na porta da Presidência do Senado, é comparecer à Comissão das Relações Exteriores para, de forma honesta, transparente e clara, esclarecer a burla que foi feita ao Congresso Nacional, que tem atribuição constitucional, pelo que determina o art. 49 da nossa Carta Magna, do qual passo a fazer a leitura, abrindo aspas a partir deste instante:

Art. 49. É da competência privativa, exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos e atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

[...]

E foi isto o que aconteceu: sem autorização do Congresso, através do Programa Mais Médicos, que é um Programa importante,... E não venha o Ministro – tenha paciência –, não venha o Sr. Ministro dizer que nós da oposição queremos acabar com o Mais Médicos. Não queremos acabar com o Mais Médicos. O que nós queremos é acabar com a corrupção. O que nós queremos é acabar com a fraude. O que nós queremos é acabar com o desvio de recursos públicos. E o que nós queremos é o respeito à nossa Constituição, que o Governo da Presidente Dilma Rousseff desrespeita de forma reiterada.

Está claro, está aqui dito, lido por mim nesse instante, o art. 49 da Constituição, que atribui à competência exclusiva do Congresso Nacional os tratados internacionais que sejam gravosos, ou seja, que tenham despesas financeiras por parte do Governo.

O que fez o Governo e o Ministro tenta esconder, por incrível que pareça? Usaram a Opas como uma espécie de laranja para viabilizar um acordo bilateral com Cuba e transferir recursos para a ditadura cubana, sem o aval do Congresso Nacional, Senador José Medeiros. E a Rede Bandeirantes de televisão apresentou vídeos. Os *sites* estão revelando novos diálogos, com conversas, inclusive, em tom pejorativo, desrespeitosos com autoridades da República.

E o que nós precisamos fazer – e tenho certeza de que o Senador Renan, Presidente desta Casa, não vai fazer outra coisa – é, senão, preservar as atribuições do Congresso, para que nós possamos trazer a verdade e mostrar que, ao contrário do que diz o Sr. Ministro Arthur Chioro, nós da oposição não somos contrários ao Mais Médicos – e digo aqui de novo: não somos! O Programa Mais Médicos é importante para atender à população, aqueles que mais precisam, para levar assistência aos locais mais remotos do País. Agora, o que nós não podemos aceitar, nem vamos admitir, muito menos seremos coniventes, é com a fraude, a fraude de se usar a Opas como uma laranja para fazer transferência de recursos bilionários para o Governo de Cuba. É mais um crime que se comete. E o Sr. Ministro tem responsabilidade, sim, de esclarecer essa questão, e não fazer a tática do diversionismo, de sair do foco, de fugir de suas responsabilidades, de desviar do tema, confundindo a opinião pública.

Fazem terrorismo com os mais pobres. É lamentável essa prática do Governo, que sempre usa da estratégia do terror para dizer àqueles que mais precisam: “Olha, a oposição quer acabar com o Mais Médicos!”, para

esconder esta roubalheira toda que está acontecendo no Brasil em todas as áreas, em todas as áreas. Não há um segmento do Governo Federal em que você possa encontrar lisura, seriedade, honestidade. O Governo federal apodreceu. São os fundos de pensão, são as estatais, são os ministérios. É um escândalo atrás do outro. Daí por que as pessoas estão nas ruas, registrando toda a sua insatisfação. E será esse povo na rua que vai fazer com que o País mude, que vai fazer com que o País se transforme, como todos nós desejamos.

Eu escuto, com prazer e atenção, o aparte do Senador José Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Senador Cássio Cunha Lima, eu agradeço o aparte e sinto que existe, sim, uma certa contradição. Porque, primeiro pelo discurso de campanha, nós até entendemos – não é justificável –, mas até entendemos que faça um discurso, tentando se eleger, assim como fez várias medidas econômicas incompreensíveis para tentar fazer a reeleição – e está aí mais uma justificativa sobre a qual esta Casa tem se debruçado aqui no sentido de acabarmos com o instituto da reeleição. Mas existe uma contradição, agora, na Administração: o Governo tem dito e cantado em verso e prosa – e desta tribuna, aqui mesmo, os que defendem o Governo – que nunca se investigou tanto e que tem dado apoio ao Ministério Público e à Polícia Federal para que o façam. Mas, ao mesmo tempo, na prática, isso não se reveste de verdade, porque nós estamos com os funcionários do Ministério Público da União todos parados em situação de penúria, porque o Governo não tem se manifestado, nem para conversar com esses funcionários, no sentido de acabar com a greve. E eles já estão há nove anos sem uma reparação das perdas. Nós tínhamos a Presidente como uma boa técnica, motivo pelo qual ela foi, inclusive, eleita, mas eu creio que a derrocada deste Governo começa, até, no primeiro mandato, quando ela fez uma limpa nos remanescentes aliados do Presidente Lula e resolveu montar um grupo em torno dela, um Governo para chamar de seu. E o que acontece? O que sentimos é que se montou um núcleo ideológico bolivarianista ao redor da Presidente e que, por mais que esta Casa alerte, por mais que os próprios aliados e as pessoas com um senso lógico no PT avisem, não sentimos que eles, pelo menos, imaginem que possam estar errados. Porque o pior é isto: não é quando a pessoa está errada, vem e assume que está errada, mas sim quando a pessoa, realmente, está num caminho e imagina que está fazendo certo, e todos os outros que digam alguma coisa em contrário passam a ser como se fossem inimigos. V. Ex^a cita o Programa Mais Médicos: a ideia é boa; no entanto, a execução é que é questionável, tanto por essa manobra, essa triangulação nos recursos, quanto pela forma de relacionamento com esses profissionais, porque não podemos compactuar com a forma como o governo cubano trata esses profissionais nem que compartilhem com isso. Que o Governo fique quieto a respeito do que o governo cubano faça, tudo bem! Eu acho que não devia. Eu acho que o Brasil, como protagonista e líder na América, devia começar, sim, a fazer essa discussão sobre o desrespeito aos direitos humanos em países vizinhos. Mas, se opta por não fazer isso, tudo bem! Mas compactuar, Senador Cássio Cunha Lima, eu acho que já é demais! E nós estamos sendo cúmplices desse governo cubano. Não sou eu, não é a oposição que está dizendo. São esses profissionais. Alguns profissionais têm ido à imprensa, outros têm desistido, porque o relacionamento não é bom. O tratamento com eles, se não me engano, é estabelecer um salário x que passa para x menos 90%. Como é que o País pode compactuar com uma coisa dessas? E, em relação ao Governo, eu sinto que, formado esse núcleo em torno da Presidente, falta entendimento. Parece que bate cabeça, Senador Cássio Cunha Lima. Veja só: parece que existe o Planalto e existem os outros ministros. No início deste Governo, vimos o Ministro Nelson Barbosa receber uma reprimenda pública a respeito da questão do salário mínimo. Foi desautorizado pelo Planalto. Logo em seguida, o Ministro Joaquim Levy discutiu a situação econômica do País, a meu ver, com muita clareza. Errar é humano, e reconhecer os erros é uma nobreza. Ele disse que havia sido feito besteira. Usou o termo “brincadeira”. Falou: “Essa brincadeira nos custou.” E todo mundo entendeu que ele nem estava agredindo o Governo. Então, ele disse: “Fizemos uma coisa que não foi correta naquele momento e que deve ser corrigida.” Também recebeu uma reprimenda pública. Logo em seguida, o Ministro da Secom – eu nunca vi um *e-mail* tão verdadeiro – vazou. E vazou com que intuito aquele documento? O documento mostrava que o Governo havia usado robôs para denegrir a oposição, enfim, para espalhar pelas redes sociais. Eu explico aqui: esses robôs são perfis *fakes*, falsos, tanto no Twitter quanto nas outras redes sociais, criados para denegrir adversários repetidamente. Um ser humano teclando no computador não conseguiria espalhar mensagens, e eles criaram esses robôs e espalharam. O Ministro, além de fazer críticas ao Governo, soltou um *e-mail* interno, e alguém vazou. Vazou e também, agora, além de receber uma reprimenda, ele foi demitido. Então, a gente vê que o Governo não se entende, Senador Cássio Cunha Lima, e joga a responsabilidade para a oposição. E está jogando um monte de responsabilidade, inclusive a das manifestações. Eu gostaria muito que a oposição tivesse o mérito de levar quase dois milhões de pessoas às ruas, mas, infelizmente, não é mérito nosso. É mérito do núcleo duro do Planalto. Não é nem de todos os ministros. Ontem, ouvi o Ministro da Pesca expondo ali e fiquei maravilhado com o entusiasmo, com a vontade de acertar. E vemos isso em vários Ministros. Agora, o núcleo duro do Planalto precisa, primeiro, integrar. É preciso integrar esse Governo. Segundo, ele precisa fazer

um entendimento, entender-se com sua Base. A oposição é o mínimo dos problemas do Governo. Eu vejo que o Governo precisa se acertar, parar de ter preconceito com sua Base – porque vejo que há aliados de primeira, segunda e terceira – e, depois, preocupar-se com a oposição, porque nós não somos um problema. Estamos aqui, na verdade, ajudando, porque estamos alertando. O tempo inteiro, aqui, o que esta Casa tem feito é alertar. Inclusive, nesses dias, Senador Cássio Cunha Lima, numa sexta-feira, de tarde, nós fomos ao Planalto, para ajudar o Governo. Nós, um grupo de Senadores, no final de semana já, fomos lá, para pedir que ela vetasse a emenda do Orçamento que aumentava o fundo partidário. Então, não se pode responsabilizar a oposição por erros, porque isso é muito primário e porque a população percebe que se está errando e jogando a culpa nos outros. Virou até meme na internet o cartazinho “foi FHC”. Muito obrigado pelo aparte, Senador.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Agradeço, Senador José Medeiros, o aparte, a contribuição. Meu Chefe de Gabinete, Flávio Romero, esteve aqui, na tribuna, enquanto V. Ex^a fazia o aparte, para me alertar, porque o nome correto, a pronúncia correta do nome do Ministro da Saúde é /kioru/, e não /xioru/.

Então, peço desculpas, em primeiro lugar, ao Ministro. Não faço política em caráter pessoal, obviamente, pelo equívoco de /Kioro/ com /xioru/, mas, pela porção que chia tanto...

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Mas como se escreve está bom, Senador.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Sim. Mas, com uma população que está chian-do tanto e chiando com razão, confundir /kioru/ com /xioru/ é ato falho de fácil explicação.

Pois bem, voltando ao tema – com o pedido formal de desculpas ao Sr. Ministro pelo equívoco na pronúncia do seu nome –, o Ministro Arthur Chioro esteve no Senado, fazendo um apelo ao Presidente Renan Calheiros, para que a oposição não acabe com o Programa Mais Médicos.

É uma atitude diversionista o Ministro ter que comparecer – e ele já está convidado para isso – à Comissão de Relações Exteriores, para esclarecer a fraude que foi praticada, ao não se submeter ao Congresso Nacional um acordo bilateral com Cuba.

O requerimento para a presença do Ministro já foi apresentado, assim como também o projeto de decreto legislativo, que está aqui, em minhas mãos, subscrito por esta Liderança do PSDB, por minha pessoa e também pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores. O Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 33, de 2015, susta os efeitos do aditivo firmado recentemente dentro do Programa Mais Médicos, que permitiu essa evasão de divisas para reforçar a ditadura cubana sem a expressa autorização do Congresso Nacional, como determina a nossa Constituição Federal, em seu art. 49.

Então, o apelo que faço, ao encerrar este pronunciamento, ao Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, é que ele possa priorizar a apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, para que suste os efeitos dessa fraude, que foi praticada pelo Ministério da Saúde e pelo Governo da Presidente Dilma Rousseff, do PT, e que o Sr. Ministro Arthur Chioro compareça à Comissão de Relações Exteriores não para confundir a opinião pública com afirmações falsas de que a oposição deseja acabar com o Mais Médicos. Não. A oposição quer é acabar com a corrupção no Brasil, a oposição quer é acabar com a roubalheira neste País, a oposição quer é acabar com a fraude que está sendo praticada em várias áreas do Governo Federal, entre as quais no Programa Mais Médicos.

Além de tudo o que o povo brasileiro vem enfrentando, com a falta de transporte de qualidade, com a falta de assistência em saúde, com a ausência de educação, com a falta de perspectiva de um futuro melhor, com a volta do desemprego, com o retorno da inflação, com a queda do poder de compra, a nossa sociedade convive com um Governo que está afundando num mar de lama, porque todo dia surge uma nova denúncia, todo dia surge um novo escândalo, e o Governo perdido, sem cumprir as suas funções básicas, primeiras, de conduzir o País para o caminho do desenvolvimento e, naturalmente, do bem-estar social que todos nós almejamos.

Portanto, agradecendo mais uma vez ao aparte do Senador José Medeiros, sempre assíduo, que chega agora tão recentemente ao Senado Federal, em substituição ao Senador Pedro Taques, que foi eleito Governador do seu Estado, quero saudar o Senador José Medeiros pelo desempenho.

Apesar de ser o primeiro mandato – o Senador José Medeiros nunca foi Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal; foi eleito suplente com o Senador Pedro Taques –, V. Ex^a consegue algo que parecia ser de difícil alcance, que seria substituir, à altura, o Senador Pedro Taques, pela qualidade do mandato do Senador Pedro Taques. V. Ex^a tem conseguido, Senador José Medeiros, com a sua simplicidade. V. Ex^a, que se orgulha em ser patrulheiro da Polícia Rodoviária Federal, ostenta, com orgulho, o prazer de compor os quadros na nossa briosíssima Polícia Rodoviária Federal, com dignidade, assiduidade, competência, zelo, brasilidade, seriedade. Tem conseguido, sim, suprir a lacuna que imaginávamos ficaria o Plenário do Senado Federal com a eleição do Senador Pedro Taques.

V. Ex^a é um exemplo do povo brasileiro, povo que trabalha, povo que tem compromisso com o que é correto, com o que é certo, com a ética, e um capricho do destino lhe permite começar sua trajetória com um

mandato eletivo a que muitos tentam chegar e poucos alcançam, que é o Senado da República. V. Ex^a, com a sua juventude, tem feito um trabalho que se notabiliza já, nesses poucos meses de mandato.

Cumprimento V. Ex^a e agradeço, mais uma vez, pela contribuição dada ao meu pronunciamento.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Senador, eu que agradeço e fico muito honrado em receber essa avaliação. Muito obrigado, Senador.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Ela é justa e sincera.

Encerro, Sr. Presidente, agradecendo também ao Senador Paulo Paim pela oportunidade e desejando a todos que nos acompanham pela TV Senado um final de semana com paz e saúde. Paz e bem a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Senador Cássio Cunha Lima fazendo sua exposição, em pronunciamento aqui, no Senado, sobre os temas da conjuntura.

Assim, encerramos a sessão do dia de hoje.

Que Deus ilumine todos, e que possamos somar esforços para botar o País efetivamente nos trilhos. Que prevaleça a democracia, a liberdade de opinião, de expressão, e vamos caminhar. Oxalá o dia de amanhã seja melhor do que o de hoje.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 26 minutos.)

EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória Nº 671, de 2015, que "Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão feterária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências."

PARLAMENTARES	EMENDAS Nº S
Senador RICARDO FERRAÇO	001; 002; 003;
Deputado JUTAHY JUNIOR	004;
Deputado NELSON MARQUEZELLI	005; 006;
Deputado LUIZ CARLOS HAULY	007; 008; 009; 010; 011; 012; 013; 014; 015; 016; 017; 018; 019;
Deputado RICARDO BARROS	020;
Deputado ANDRE MOURA	021; 022; 023; 024;
Deputado MANOEL JUNIOR	025; 110; 111; 112; 113;
Deputado HERÁCLITO FORTES	026; 027; 028; 029; 030;
Senador EDUARDO AMORIM	031; 032;
Deputado ARNALDO JORDY	033; 034;
Senadora VANESSA GRAZZIOTIN	035; 036; 037;
Deputada CLARISSA GAROTINHO	038; 039; 040; 041;
Deputado LAERCIO OLIVEIRA	042; 043;
Deputada GORETE PEREIRA	044; 045; 140;
Senador AÉCIO NEVES	046;
Deputado MÁRIO NEGROMONTE JR.	047;
Deputado CARLOS EDUARDO CADÓCA	048; 049; 050; 060; 061; 062;
Deputado ORLANDO SILVA	051; 052; 053; 054; 055; 056;
Deputado SUBTENENTE GONZAGA	057; 058;
Deputado DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ	059; 179;
Deputado MENDONÇA FILHO	063; 064; 065; 066; 067; 068;
Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO	069; 070; 071; 072; 073; 074;
Deputado WILLIAM WOO	075; 076; 077; 078; 079; 080; 081; 082;
Senador ROMERO JUCÁ	083; 084; 085; 086; 087; 088; 089; 090; 091; 092; 093; 094; 095; 096; 097; 098; 099; 100;
Deputado DOMINGOS NETO	101; 102; 103;

PARLAMENTARES	EMENDAS Nº S
Deputado SILVIO TORRES	104;
Deputado MIRO TEIXEIRA	105;
Deputado NEWTON CARDOSO JR	106; 107; 108; 109; 146;
Deputado EDIO LOPES	114; 115; 116; 117;
Deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR	118; 119; 141; 142; 145;
Deputado MARCELO ARO	120; 121; 122; 123; 124;
Senador ANTONIO ANASTASIA	125;
Deputado EVANDRO ROGERIO ROMAN	126; 127; 128; 158;
Deputado JOSÉ ROCHA	129; 130; 131; 132;
Deputado OTAVIO LEITE	133; 134; 135; 136; 137; 138; 139;
Deputado AFONSO HAMM	143; 144;
Deputada FLÁVIA MORAIS	147;
Deputado JOÃO DERLY	148; 149; 150;
Deputada LUIZA ERUNDINA	151; 152; 153; 154;
Deputado EDUARDO BARBOSA	155;
Senador TASSO JEREISSATI	156; 157;
Deputado PEDRO UCZAI	159;
Deputado ODORICO MONTEIRO	160;
Senador RONALDO CAIADO	161; 162; 163; 164; 165; 166;
Senador MARCELO CRIVELLA	167; 168; 169; 170;
Deputado JERÔNIMO GOERGEN	171; 172; 173; 174; 175; 176; 177;
Deputado ALCEU MOREIRA	178;
Deputado ALFREDO KAEFER	180; 181;

TOTAL DE EMENDAS: 181

MPV 671
00001

EMENDA Nº - CM

(à MPV nº 671, de 2015)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

“**Art. XXº** A Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, passa a vigorar acrescido do art. 24-A, com a seguinte redação:

‘Art. 24-A Na hipótese de exportações realizadas por empresas exportadoras devidamente habilitadas no REFIS, na análise de deferimento dos créditos resultantes de que trata o artigo 22, não se aplicará a compensação em procedimento de ofício prevista no Art. 61 da Instrução Normativa RFB nº 1.300, de 20 de novembro de 2012, sobre as parcelas vincendas com exigibilidade suspensa, de acordo com o disposto no art. 151, inciso VI da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.’

JUSTIFICAÇÃO

O REINTEGRA é um mecanismo que visa promover o permanente ressarcimento do resíduo tributário nas cadeias produtivas exportadoras beneficiando diretamente milhares de empresas exportadoras brasileiras. Prática esta, não apenas reconhecida pela Organização Mundial do Comércio, mas executada pelos principais países concorrentes do Brasil no mercado internacional.

No entanto, a sua eficácia tem sido limitada por algumas medidas adotadas pela Administração Pública na sua operacionalização.

A previsão de compensação em procedimento de ofício prevista no Art. 61 da Instrução Normativa RFB nº 1.300 de 20 de Novembro de 2012, cuja aplicação no caso do REINTEGRA, nos parece

desviar a sua finalidade precípua, qual seja de promover e estimular as exportações brasileiras a partir do aumento da sua competitividade.

Na medida em que esta compensação de ofício dos valores atribuídos ao REINTEGRA contra débitos com exigibilidade suspensa (caso do REFIS) ocorra, como consequência, elimina-se o efeito caixa para as empresas exportadoras a curto prazo, uma vez que o procedimento adotado seria de se compensar os valores do REINTEGRA, a cada trimestre calendário, com as últimas parcelas vencidas do REFIS acordado.

Obviamente que tal compensação de ofício deve ser feita sobre as parcelas do REFIS já vencidas e ainda não liquidadas, mas entendemos inadequado sobre as parcelas vencidas, que tenham sido fruto de acordo voluntário de parcelamento entre a RFB e os contribuintes exportadores.

Entendemos que a aplicação desta compensação de ofício dos valores atribuídos ao REINTEGRA contra débitos com exigibilidade suspensa afronta o artigo 151, inciso VI do Código Tributário Nacional, que prevê a suspensão da exigibilidade dos referidos créditos tributários.

Neste sentido, a presente emenda objetiva corrigir este problema, a partir da proposta de inclusão de artigo 24-A na Lei 11.043, dispondo que não é permitida a compensação de ofício, prevista no art. 61 da IN RFB nº 1.300, sobre as parcelas vencidas com exigibilidade suspensa.

Espera-se, assim, garantir um ambiente regulatório mais estável para que as empresas exportadoras brasileiras possam atuar com segurança nos mercados internacionais e que o REINTEGRA efetivamente atinja os seus objetivos de promover e estimular as exportações brasileiras a partir do aumento da sua competitividade.

Sala da Comissão,

Senador RICARDO FERRAÇO

EMENDA Nº - CM
(à MPV nº 671, de 2015)

MPV 671
00002

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

“**Art. XXº** A Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 22 No âmbito do Reintegra, a pessoa jurídica que exporte os bens de que trata o art. 23 poderá apurar crédito, mediante a aplicação de percentual de 3% (três por cento) sobre a receita auferida com a exportação desses bens para o exterior.

§1º O percentual referido no caput poderá ser alterado por Ato do Poder Executivo, podendo variar entre 0,1 (um décimo por cento) e 3% (três por cento), admitindo-se diferenciação por bem.

.....

§8º A alteração de das alíquotas de que trata o §1º, somente terá vigência após 180 dias da publicação no Diário Oficial da União do Ato do Poder Executivo. ’ (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O REINTEGRA é um mecanismo que visa promover o permanente ressarcimento do resíduo tributário nas cadeias produtivas exportadoras beneficiando diretamente milhares de empresas exportadoras brasileiras. Prática esta, não apenas reconhecida pela Organização Mundial do Comércio, mas executada pelos principais países concorrentes do Brasil no mercado internacional.

A regulamentação deste mecanismo está a cargo do Poder Executivo, que editou no dia 27 de fevereiro de 2015, o Decreto nº 8.415,

reduzindo os percentuais de aplicação do Reintegra sobre o valor exportado já a partir de 1º de março de 2015.

A possibilidade de alterações significativas no percentual permitido para apuração de créditos tem grandes impactos na equação econômica das empresas exportadoras. A possibilidade de alterações imediatas gera ainda outro grave problema qual seja, a falta de previsibilidade para os exportadores, afetando a sua capacidade de incorporar tal benefício no preço de exportação e negociar contratos de curto e médio prazo com segurança jurídica e econômica.

A redução das alíquotas vigentes de maneira súbita e imediata assemelha-se a uma quebra de contrato e desconsidera a realidade das empresas exportadoras que já haviam precificado suas exportações para embarque no futuro próximo considerando a vigência da alíquota maior então em vigor.

É imprescindível que as empresas exportadoras tenham um período mínimo de previsibilidade a respeito da vigência das regras aplicáveis à sua atividade.

Esta emenda objetiva corrigir tais problemas. Assim, sugere-se a alteração do caput e do §1º ao art. 22 da Lei 13.043, fixando-se a alíquota inicial em 3%, mas mantendo-se a permissão para que o Poder Executivo possa alterá-las entre 0,1% e 3%. Adicionalmente, propõe-se a inclusão de novo parágrafo (§8º) que define que as mudanças de alíquotas somente terão vigência a partir de 180 dias de sua publicação.

Espera-se, assim, garantir um ambiente regulatório mais estável para que as empresas exportadoras brasileiras possam atuar com segurança no mercado internacional.

Sala da Comissão,

Senador RICARDO FERRAÇO

MPV 671
00003

EMENDA Nº - CM

(à MPV nº 671, de 2015)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

“**Art. XXº** A Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, passa a vigorar com a seguinte alteração:

‘Art. 26. O valor correspondente à compensação de débitos relativos às contribuições de que trata o art. 2º desta Lei será repassado ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social no máximo 2 (dois) dias úteis após a data em que ela for promovida de ofício ou for apresentada a declaração de que trata o §1º do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.’ (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Lei da Super-Receita promulgada em 2007 concentrou na nova Secretaria da Receita Federal do Brasil as atribuições antes divididas entre a Secretaria da Receita Federal e o INSS.

Por opção do legislador, a Lei nº 11.457/07 expressamente afastou a aplicação do art. 74 da Lei nº 9.430/96 às contribuições previdenciárias, sendo, por isso, incabível a compensação de outros tributos com as contribuições previdenciárias vincendas.

A compensação tributária deve observar o disposto no art. 170 do Código Tributário Nacional, segundo o qual é necessária a existência de lei específica que estipule as condições e garantias por meio das quais será possível o encontro de contas entre o contribuinte e o Fisco.

A Lei nº 11.457/07 vedou expressamente o supracitado encontro de contas e, além disso, manteve disciplina específica quanto à

compensação dos tributos previdenciários, afastando, expressamente, a incidência da Lei nº 9.430/96, nos termos do parágrafo único do art. 26.

Na conjuntura em que se encontra atualmente a economia brasileira, entendemos que devemos revisitar o tema da compensação tributária de créditos previdenciários com débitos tributários, de forma que os créditos tributários acumulados possam ser regularmente utilizados para liquidação dos débitos previdenciários a cargo destas indústrias.

É inadmissível observar que na atual estrutura tributária brasileira permaneça ocorrendo a cumulatividade de créditos tributários nas cadeias produtivas industriais, especialmente naquelas com maior coeficiente exportador, e portanto isentas de tributação na saída de seus bens para o exterior, ou naquelas sujeitas a incidência de alíquota zero nas suas vendas domésticas. Não havendo a hipótese de compensação de tais créditos com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil em valor corrente suficiente para o seu esgotamento ou gradual redução, e diante da imprevisibilidade do prazo para o devido ressarcimento em espécie, não pode ser vedada a hipótese de compensação de créditos tributários com débitos previdenciários vincendos, na mesma forma como já ocorre de ofício por iniciativa da autoridade fazendária com débitos previdenciários vencidos e não liquidados.

Neste sentido, a presente emenda objetiva alterar o caput do art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, passando a autorizar que as citadas compensações também possam se dar com base em declaração do contribuinte.

Adicionalmente, revoga-se o parágrafo único do mesmo artigo, o que passa a permitir que seja feita a citada compensação de créditos tributários com débitos previdenciários.

Entende-se que tais alterações diminuirão a burocracia, e tornarão o sistema mais justo e isonômico.

Sala da Comissão,

Senador RICARDO FERRAÇO



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MPV 671
00004data
23.3.2015proposição
Medida Provisória nº 671 de 19 de março de 2015.autor
Deputado Jutahy Junior (PSDB-BA)

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Art.

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A MP nº 671, de 2015, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos, onde couber:

“ Art..... Fica instituído o regime especial de tributação aplicável às sociedades empresárias de prática desportiva participante de competições profissionais de futebol (“SEF”), de que tratam os artigos 26, 27, 28, 29 e 29-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

Art..... A opção pelo regime especial de tributação de que trata o art. 1º será efetivada pela SEF quando atendido o seguinte requisito, sendo certo que o regime vigorará para cada ano-calendário:

I - entrega do termo de opção ao regime especial de tributação na unidade competente da Secretaria da Receita Federal, conforme regulamentação a ser estabelecida.

Art. O patrimônio da entidade desportiva que utilizou seus bens patrimoniais, desportivos ou sociais para integralizar o capital da SEF não responderá por dívidas tributárias da SEF relativas ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e à Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e contribuição previdenciária devida na forma do artigo 22 da Lei 8.212/91.

Art. A SEF ficará sujeita ao pagamento equivalente a 4% (quatro por cento) da receita mensal recebida, apurada pelo regime de caixa, o qual corresponderá ao pagamento mensal unificado do seguinte imposto e contribuições:

I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ;

II - Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP;

III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; e

IV - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

§ 1º Para fins do disposto no caput, considera-se receita mensal a totalidade das receitas auferidas pela SEF, relativas às atividades diretamente relacionadas com a manutenção e administração de equipes de futebol, inclusive relativas a Direitos de Transmissão e Direito de uso de Imagem, Patrocínios, Sublicenciamento de marcas/franquias, Direitos Federativos e Direitos Econômicos, Bilheteria, Loterias, Valores indenizatórios, vendas de ativo imobilizado, bem como as receitas financeiras e variações monetárias decorrentes das operações da SEF.

§ 2º O pagamento dos tributos e contribuições na forma do disposto no caput deste artigo será considerado definitivo, apenas gerando direito à restituição ou à compensação eventuais saldos negativos apurados em virtude de pagamentos antecipados por terceiros por meio de retenção na fonte ou pagamentos indevidos ou a maior dos tributos e contribuições apurados na forma deste artigo.

§ 5º A opção pelo regime especial de tributação obriga o contribuinte a fazer o recolhimento dos tributos, mensalmente, na forma do caput deste artigo, a partir do mês da opção.

§ 6º O Regime especial de tributação não se estende a outras atividades econômicas exercidas pela SEF, que não guardem relação com as atividades diretamente relacionadas com a manutenção e administração de equipes de futebol.

Art. O pagamento unificado de impostos e contribuições efetuado na forma do art. 4º deverá ser feito até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita, mediante utilização de código de arrecadação próprio.

Art. Para fins de repartição de receita tributária e do disposto no § 2º do art. 4º, o percentual de 4% (quatro por cento) de que trata o caput do art. 4º será considerado:

I - xxx% (xxx) como Cofins;

II - xxx% (xxx) como Contribuição para o PIS/Pasep;

III - xxx% (xxx) como IRPJ; e

IV - xxx% (xxx) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) como CSLL.

Art. Perderá a eficácia o regime de tributação instituído por esta Lei, caso não se verifique o pagamento pela SEF das obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas, salvo se com a exigibilidade suspensa na forma da legislação de referência.

§ 1º A SEF poderá desvincular-se, para o ano calendário seguinte, do regime de tributação instituído por esta Lei, mediante entrega, até o dia xx.xx. do ano calendário, de termo de rescisão da opção ao regime especial de tributação na unidade competente da Secretaria da Receita Federal, conforme regulamentação a ser estabelecida.

Art. A Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte alteração:
(Vigência)

“Art. 8º

.....”

XIV - as receitas auferidas pela SEF não optantes pelo Regime de Tributação estabelecido na MP 671/15.

Art. A Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 10.

.....”

XXXI - as receitas auferidas pela SEF não optantes pelo Regime de Tributação estabelecido na MP 671/15.

Art. A Lei 10.865 de 30 de abril de 2004 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 2º.

.....”

§ 2º Não se consideram produtos estrangeiros ou serviços direitos federativos ou econômicos relativos a jogadores de futebol.”

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente os clubes de futebol encontram-se em situação deficitária, especialmente pela falta de acesso a crédito, a capital e ao mercado de capitais. É mais do que iminente a necessidade de criação de

mecanismos de fomento ao desenvolvimento do futebol no Brasil, especialmente no âmbito do PROFUT.

Na esteira dos comandos insertos no artigo 27 da Lei 9.615/98, essencial o incentivo à criação de entidades de prática desportiva participante de competições profissionais de futebol empresárias, que visem o lucro, de forma a estimular a gestão profissional, o dito acesso a crédito, capital e mercado de capitais, o retorno para o investidor, para os sócios dos clubes e para os torcedores.

Ainda, incentivando-se a criação de entidades de prática desportiva participante de competições profissionais de futebol empresárias que visem o lucro, possibilitar-se-á o real aumento de arrecadação de tributos e contribuições sociais e a efetiva inserção dessas entidades no sistema de regulamentação fiscal, fiscalização e cobrança de tributos, inerentes e naturalmente atinentes às demais pessoas jurídicas com fins lucrativos.

Tais medidas fortalecerão financeiramente os clubes brasileiros, revertendo o quadro atualmente vigente de inadimplência tributária recorrente. Permitirão que o futebol brasileiro tenha condições de se equiparar financeiramente ao futebol globalizado, por meio de legislação que, conceitualmente, tende a se aproximar daquelas que regem os clubes de futebol em países como o Chile, Portugal, Espanha, Itália, França, Inglaterra e Alemanha, em que os clubes de futebol se constituem em empresas, e cujos resultados positivos são facilmente aferíveis, permitindo, enfim, a participação do futebol brasileiro em competições internacionais em condição de real igualdade.

Com referencia ao alcance social da medida, a exemplo do que aconteceu com a implantação de políticas tributárias na área habitacional, não se propõe mera desoneração fiscal, mas o efetivo incentivo para que os agentes de mercado se insiram e adiram às políticas sociais e econômicas, dinamizando o nível de atividade econômica e a correlação potencial de geração de posições de emprego e de bens.

Ainda, busca-se que entidades de menor expressão e de porte, historicamente reveladoras de profissionais da área do futebol, como jogadores, técnicos, assistentes, médicos do esporte, fisiologistas, preparadores físicos, fisioterapeutas, psicólogos do esporte, nutricionistas, retornem a sua condição de captadores e geradores de talentos por todo o território nacional e não somente nos centros urbanos mais desenvolvidos, em consonância com as atuais prioridades de políticas públicas do setor econômico, social e de educação.

Busca-se mitigar, nesse cenário, o êxodo de profissionais do esporte, no mais das vezes em tenras idades. Busca-se que o clube revelador de talentos disponha de maior autonomia quanto ao seu investimento e que os valores humanos revelados dediquem-se às suas atividades no país, e não exterior, especialmente no período em que atingem a maturação de suas carreiras.

Nessa medida, imperioso o regramento fiscal simples, objetivo, racional e de fácil fiscalização pelos órgãos e agentes competentes, absolutamente em linha com os princípios da Medida Provisória 671, de forma que as entidades desportivas participantes de competições profissionais de futebol e que visem o lucro insiram-se em modalidade de apuração do Imposto sobre a Renda, da Contribuição Social sobre o Lucro, da Contribuição ao PIS e da COFINS, que fomenta o adimplemento fiscal e incentive a migração dos clubes de futebol para a organização na forma prevista na Lei 9.615/98.

A urgência e a relevância da edição das alterações da legislação tributária atinente às entidades desportivas participantes de competições profissionais de futebol e que visem o lucro, bem como da própria Medida Provisória 671 decorrem da necessidade de estabelecimento de um novo marco legal relativo à atividade futebolística, a fim de incentivar e fomentar o desenvolvimento desse mercado por meio de fontes privadas.

PARLAMENTAR

Deputado Jutahy Junior
PSDB-BA



CONGRESSO NACIONAL

MPV 671
00005

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

 Data
 20/03/2015

Medida Provisória nº 671/2015

Autor

Deputado Nelson Markezelli PTB/SP

Nº do Prontuário

 1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. **X** Aditiva 5. Substitutivo Global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 671, de 20 de março de 2015:

Art. X. A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.8º

§3º

II - de transporte aéreo de carga e de serviços auxiliares ao transporte aéreo de carga; (NR)

III - de transporte aéreo de passageiros regular e de serviços auxiliares ao transporte aéreo de passageiros regular; (NR)"

Justificação

Os atuais incisos II e III, do § 3º, do Art. 8º, da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, expressam, respectivamente, apenas as empresas de transporte aéreo de carga e de passageiros regular.

A Emenda tem por finalidade avocar Princípio Constitucional e dar tratamento isonômico às Empresas de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo, pois a Lei 12.546, de 14 de dezembro de 2011 (complementada pela Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012) alcançou a indústria do transporte aéreo regular de passageiros e carga sem, contudo, compreender as peculiaridades deste segmento.

As atividades de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo integram o Sistema de Aviação Civil, seja doméstico ou internacional. E podem ser exercidas tanto por uma

empresa aérea como por uma empresa especializada, sendo que esta “deve ter como objeto social a execução dos serviços auxiliares que pretende prestar, com especificação das respectivas naturezas e modalidades, vedado o exercício de atividade não regulada pela Agência Nacional de Aviação Civil” (Resolução ANAC nº 116/2009).

O Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Artigos 25, 102, 103 e 104) e o Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946 (recepção a Convenção de Chicago no ordenamento jurídico brasileiro), classificam os Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo em modalidades, a saber: atendimento de aeronaves em terra; atendimento e controle de desembarque de passageiros; atendimento e controle de embarque de passageiros; despacho operacional de voo; limpeza de aeronaves; movimentação de carga; reboque de aeronaves; transporte de superfície; serviço de proteção – entrevista de passageiro; inspeção de passageiro, tripulante, bagagem de mão e pessoal de serviço; inspeção de bagagem despachada; proteção de aeronave estacionada; verificação de segurança de aeronave (varredura); proteção da carga e outros itens; controle de acesso às áreas restritas de segurança; patrulha móvel da área operacional; agenciamento de carga aérea; e serviços de emergência aeronáutica.

O rol dos serviços supracitados, quando exercidos por uma empresa especializada, consoante a Classificação Nacional de Atividades Econômicas da Receita Federal, enquadram-se no “CNAE 2.1 – Subclasse 5240-1/99 – Atividades Auxiliares dos Transportes Aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem”.

Assim sendo, neste exato momento existem, por exemplo, inúmeras aeronaves estacionadas num único aeroporto, exercendo a atividade de transporte aéreo regular de carga e passageiros. E logicamente estão embarcando e desembarcando carga aérea, bagagens e passageiros, além de realizando a limpeza e desinfecção de aeronaves. Os trabalhadores que estão exercendo essas atividades, a depender da empresa aérea a que se referem, possuem custos diferenciados. E não há como supor que o colaborador da empresa aérea em atividade de Serviço Auxiliar não estaria acolhido pela Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, porquanto é uma “atividade-meio” inerente ao próprio transporte aéreo. Além de que desviaria em muito dos princípios de criação da lei que é proteger a atividade intensiva de mão de obra.

Continuando na linha exemplificativa, o empregado de apoio de terra que exerce hoje sua tarefa na TAM, no aeroporto de Brasília, recebe o tratamento da opção listada no Artigo 1º da MP 669/2015. E o empregado que exerce a mesma atividade na GOL não

recebe esse tratamento.

Tanto que é claro e evidente a necessidade da aludida correção, sobre a qual a ABEAR (Associação Brasileira das Empresas Aéreas) está cônica e alinhada no apoio à presente Emenda.

Não se pleiteia nenhum benefício. Desejamos, com a nossa Emenda, corrigir o desequilíbrio econômico-financeiro causado desde a vigência dos incisos II e III do Parágrafo 3º do Artigo 8º da Lei nº 12.715/2012, através do aperfeiçoamento da MP 669/2015.

PARLAMENTAR

DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº:**MPV 671****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00006**

Data 23/03/2015	Medida Provisória nº 671/2015
--------------------	-------------------------------

Autor Deputado Nelson Marquezelli PTB/SP	Nº do Prontuário
---	------------------

1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. X Aditiva	5. Substitutivo Global
---------------	-----------------	-----------------	--------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**EMENDA ADITIVA**

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 671, de 20 de março de 2015:

Art. X O *caput* do art. 3º da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIII:

“**Art. 3º**
.....”

XIII – estudos e pesquisas para o desenvolvimento, a disponibilização e a implementação de tecnologias voltadas à mobilidade de pessoas, por qualquer meio de transporte.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) estão regidas pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que *dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e institui e disciplina o termo de parceria*, regulamentada pelo o Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999.

As OSCIP e as Organizações Sociais (OS) surgiram da necessidade de o Estado brasileiro atuar com mais flexibilidade, dinamismo e redução de custos, adotando meios capazes e competentes para partilhar a implementação de políticas públicas, mediante a participação competente de profissionais, nos mais diversos níveis, pertencentes às estruturas de tais sociedades civis, constituídas sem fins lucrativos, na formação do denominado terceiro setor.

Desse modo, podem ser estabelecidas relações entre organizações de



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº:**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

natureza jurídica diversa, de direito público e privado, objetivando obter maior eficácia gerencial dos programas governamentais, em particular os de cunho social, mediante acompanhamento e aferições contínuas de sua execução.

Dessarte, adotando-se meios legais simplificados que propiciem a rápida intervenção com o objetivo de corrigir os rumos da execução pelo poder público dos seus programas, planos, metas e eventos específicos, supre-se a deficiência da administração pública, em especial a direta, de obter no mercado de trabalho, na urgência exigida pela sociedade, de profissionais capazes e qualificados para a realização eficaz e eficiente dos programas sociais estatais.

Nossa emenda, ao propor a inserção do inciso XIII ao art. 3º da referida Lei nº 9.790, de 1999, objetiva, especificamente, dar especial atenção ao tema dos transportes, haja vista a sua relevância para o povo brasileiro.

A alteração que ora propomos constituirá o instrumento legal para que possam as OSCIP atuar, de modo evolutivo e dinâmico, para incrementar a mobilidade de pessoas em geral, mantendo pesquisas e estudos permanentes quanto ao desenvolvimento, disponibilização e implementação de tecnologias contemporâneas e abrangentes, referentes aos meios aéreos, terrestres (rodoviários e ferroviários) e aquaviários (marítimos, fluviais e lacustres).

Busca-se, enfim, a efetivação do princípio da universalização e do interesse social no que se refere à mobilidade dos brasileiros, propiciando, assim, melhor qualidade de vida para todos.

Em face da importância do assunto que é objeto de nossa proposição, havemos de contar com o apoio de nossos Pares.

PARLAMENTAR

DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI



CONGRESSO NACIONAL

**MPV 671
00007**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA
24/03/2015	

3	PROPOSIÇÃO
Medida Provisória n.º 671, de 19 de março de 2015	

4	AUTOR
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	

5	N.º PRONTUÁRIO
454	

6					
1-	<input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2-	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3-	<input type="checkbox"/> MODIFICATIVA
4-	<input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	9-	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		

0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
---	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 671, de 2015

Art..... O PIS/PASEP arrecadados pelo Governo Federal nas unidades da federação, oriundos dos governos estaduais, municipais e suas empresas públicas e autarquias, serão considerados receitas próprias e destinados aos Poderes Executivos Estaduais e Municipais para serem utilizados, exclusivamente, em obras de infra-estrutura e aquisição de equipamentos para a educação e saúde municipais.

JUSTIFICATIVA

A arrecadação do PIS/PASEP efetivada pelas unidades da federação são repassadas diretamente à União, sem que haja nenhuma contrapartida de aplicação desses recursos na sua fonte arrecadadora, estados e municípios.

A presente medida visa a corrigir essa distorção e repassar esses recursos aos estados e municípios, fixando a obrigação de que os mesmos sejam aplicados na saúde e educação.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR



CONGRESSO NACIONAL

**MPV 671
00008**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA
24/03/2015	

3	PROPOSIÇÃO
MEDIDA PROVISÓRIA nº 671 de 10 de março de 2015	

4	AUTOR
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	

5	N. PRONTUÁRIO
454	

6	<input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2-	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3-	<input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4-	<input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	9-	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	------------------------------------	----	---------------------------------------	----	---------------------------------------	----	---	----	--

0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
---	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

EMENDA ADITIVA

A MP 671, de 2015 passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

Art..... O art. 1º da Lei nº 11.668, de 2008 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 1º

.....

§ 2º-Para os fins desta Lei, consideram-se atividades auxiliares relativas ao serviço postal as operações de intermediação de venda de produtos e serviços titularizados pela ECT, mediante o recebimento de remuneração correspondente ao percentual sobre os valores de vendas de tais produtos e serviços em nome dos Correios.”

JUSTIFICATIVA

A presente medida visa a tornar mais clara a relação tributária das operações realizadas entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e seus franqueados.

Isto porque a ausência de uma definição sobre a natureza das atividades auxiliares relativas ao serviço postal tem provocado uma sobrecarga tributária para as Agências de Correios Franqueados, que pode provocar a falência do setor e um desemprego em massa.

A presente alteração visa a solucionar a presente questão, definindo as atividades auxiliares relativas ao serviço postal, para que o setor tenha uma carga tributária compatível com o serviço prestado.

Contamos com a aprovação da presente Emenda.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR



CONGRESSO NACIONAL

**MPV 671
00009**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA
24/03/2015	

3	PROPOSIÇÃO
Medida Provisória n.º 671, de 19 DE MARÇO DE 2015	

4	AUTOR
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	

5	N. PRONTUÁRIO
454	

6									
1-	<input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2-	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3-	<input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4-	<input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	9-	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL

0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
---	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 671, de 2015

Art..... Os limites territoriais marítimos entre os Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba e demais unidades da federação situadas ao sul observarão linhas de divisas correspondentes aos paralelos cuja latitude geodésica corresponde aquela do ponto de divisa terrestre entre os estados, até o ponto de sua interseção com os limites da plataforma continental. Parágrafo único. Os limites territoriais marítimos entre os estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amapá observarão as linhas de divisas correspondentes aos meridianos cuja longitude geodésica corresponde aquela do ponto de divisa terrestre entre os estados até o ponto de sua interseção com os limites da plataforma continental.

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda visa a alteração dos critérios para a delimitação do Mar Territorial brasileiro, de forma a contemplar, de modo equânime, todas as unidades da federação, consagrando o pacto federativo. A legislação atualmente presente provoca uma distorção que causa impacto na distribuição dos recursos provenientes do mar territorial. A sugestão ora apresentada decorreu de um valoroso estudo do Movimento Pró-Paraná em conjunto com a Universidade Federal do Paraná, a Comissão de Direito internacional da Ordem dos Advogados do Brasil- Seção do Estado do Paraná, a Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná e a MINEROPAR. Destacamos que a proposição está amparada na legislação nacional e internacional e baseada nos Princípios da Equidade e Justiça, contemplando cada unidade da federação com a sua área proporcional em relação aos limites do mar territorial.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR



CONGRESSO NACIONAL

**MPV 671
00010**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA 24/03/2015	3	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA nº 671 de 19 de março de 2015
4	AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	5	N. PRONTUÁRIO 454
6	<input type="checkbox"/> SUPRESIVA 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP 671, de 2015:

Art... O art. 23 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1.995 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23. Fica isento do imposto de renda o ganho de capital auferido na alienação do único imóvel que o titular possua, cujo valor de alienação seja de até R\$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais), desde que não tenha sido realizada qualquer outra alienação nos últimos cinco anos.”

JUSTIFICATIVA

A legislação atual só isenta do imposto de renda o ganho auferido em venda de imóvel até o valor de R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais)

Entretanto, este valor não é atualizado desde 1.995.

Assim, a correção do valor do imóvel é o melhor caminho para atender aos anseios da sociedade.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR



CONGRESSO NACIONAL

**MPV 671
00011**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA
24/03/2015	

3	PROPOSIÇÃO
Medida Provisória n.º 671, de 19 de março de 2015	

4	AUTOR
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	

5	N.º PRONTUÁRIO
454	

6									
1-	<input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2-	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3-	<input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4-	<input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	9-	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL

0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
---	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 671, de 2015

Art. O produto da arrecadação da União em relação ao imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelas autarquias e fundações federais de ensino superior, será considerado receita própria e destinado, exclusivamente, para investimentos de capital, ensino, extensão e em pesquisa científica e tecnológica na própria instituição de ensino superior tributada.

Parágrafo primeiro. A arrecadação prevista no *caput* do presente artigo será considerada recurso adicional àqueles provenientes de transferências da União na manutenção e desenvolvimento do ensino superior, previstos no art. 212 da Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

O investimento na educação superior é um dos pilares para que uma Nação assegure um desenvolvimento econômico sustentável.

Nesse sentido, seguindo o modelo de diversos países europeus e asiáticos, é de suma importância que estejam assegurados mais recursos para serem aplicados nas universidades brasileiras.

Assim, a presente Emenda estabelece que os recursos arrecadados pela União com a arrecadação sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos a qualquer título, pelas autarquias e fundações federais de ensino superior, no lugar de inflarem os cofres da União, que nos últimos doze anos aumentou substancialmente, enquanto o Produto Interno Bruto não acompanhou este crescimento, fiquem na própria instituição de ensino superior tributada e destinado, exclusivamente, para investimentos de capital, ensino, extensão e em pesquisa científica e tecnológica.

Além dos recursos provenientes de transferências da União na manutenção e desenvolvimento do ensino superior, as universidades passarão a ter esta fonte adicional para investimentos de capital, ensino, extensão e em pesquisa científica e tecnológica.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR



CONGRESSO NACIONAL

**MPV 671
00012**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA 24/03/2015	3	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA nº 671 de 19 de março de 2015
4	AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	5	N. PRONTUÁRIO 454
6	<input type="checkbox"/> SUPRESIVA 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
0	ARTIGO	PARAGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP 671, de 2015:

Art... Ficam isentas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF as operações de compra de moeda estrangeira destinadas ao custeio de estudante brasileiro, seja bolsista ou não, em instituições no exterior, nas modalidades graduação-sanduiche, educação profissional e tecnológica, doutorado-sanduiche, doutorado pleno e pós-doutorado.

JUSTIFICAÇÃO

Em dezembro de 2013, o Governo Federal majorou o IOF sobre as operações para pagamentos em moeda estrangeira feitas com cartão de débito, saques em moeda estrangeira no exterior, compras de cheques de viagem (traveller checks) e carregamento de cartões pré-pagos com moeda estrangeira para 6,38%.

Esta medida prejudicou a todos os estudantes brasileiros que buscam uma melhor qualificação em instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros e tiveram seus custos de manutenção no exterior aumentados consideravelmente.

A presente proposição, então, objetiva promover um incentivo à formação de jovens brasileiros que, por meio de programas de fomento oficiais ou não, aprimoram seus conhecimentos no exterior.

Assim, a redução para zero do valor do IOF sobre as operações de compra de moeda estrangeira destinadas ao custeio dos estudantes é um valor extremamente reduzido da arrecadação federal, em função do benefício auferido com o aprimoramento da formação do estudante brasileiro em instituições de ensino de excelência no exterior.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR



CONGRESSO NACIONAL

**MPV 671
00013**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA
24/03/2015	

3	PROPOSIÇÃO
Medida Provisória n.º 671, de 19 de março de 2015	

4	AUTOR
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	

5	N.º PRONTUÁRIO
454	

6									
1- <input type="checkbox"/>	SUPRESIVA	2- <input type="checkbox"/>	SUBSTITUTIVA	3- <input type="checkbox"/>	MODIFICATIVA	4- <input checked="" type="checkbox"/>	ADITIVA	9- <input type="checkbox"/>	SUBSTITUTIVO GLOBAL

0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
---	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 671, de 2015

Art..... Os bens que integram remessa postal internacional de valor não superior a US\$ 200,00 (duzentos dólares dos Estados Unidos da América) serão desembaraçados com isenção do Imposto de Importação.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta tem como objetivo reajustar o valor dos bens que são importados por pessoa física ou jurídica por meio de remessa postal internacional.

O valor atual de US\$ 50,00 (cinquenta dólares dos Estados Unidos da América) encontra-se defasado, pois permanece com seu valor inalterado por mais de dez anos, sendo necessária sua atualização. Deste modo, contamos com o apoio de nossos pares para a aprovação da presente Emenda

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR



CONGRESSO NACIONAL

**MPV 671
00014**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA
24/03/2015	

3	PROPOSIÇÃO
Medida Provisória n.º 671, de 19 de março de 2015	

4	AUTOR
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	

5	N. PRONTUÁRIO
454	

6	1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	---------------------------------------	--	--	--	---

0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
---	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 671, de 2015

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12.

.....

VII - até o exercício de 2019, ano-calendário de 2018, a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O desconto da contribuição previdenciária patronal paga à Previdência Social sobre a remuneração do empregado doméstico expirou no ano de 2014.

Esta foi uma conquista da sociedade, aprovada pela primeira vez no ano

2006, que permitiu reduzir a alta carga tributária incidente sobre os brasileiros.

O valor que a Receita Federal do Brasil deixa de arrecadar é pouco significativo frente ao volume de arrecadação que a cada ano cresce mais, incidindo, sobretudo, sobre a pessoa física, em especial a classe média.

Deste modo, a prorrogação de tal benefício por mais cinco anos é de fundamental importância para a sociedade brasileira.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR



CONGRESSO NACIONAL

**MPV 671
00015**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA
24/03/2015	

3	PROPOSIÇÃO
Medida Provisória n.º 671, de 19 de março de 2015	

4	AUTOR
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	

5	N. PRONTUÁRIO
454	

6	1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	---------------------------------------	--	--	--	---

0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
---	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP n.º 671, de 2015

Art. 1º A alínea “a”, do inciso II, do art. 8º da Lei n.º 9.250, de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.8º.....

I.....

.....

II.....

.....

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias, e às despesas anuais globais, limitadas a R\$2.400,00, comprovadamente realizadas com atividades de educação física, executadas em academias de práticas físicas ou desportivas e escolas de natação ou de esportes, legalmente em funcionamento. “(NR)

JUSTIFICAÇÃO

. A manutenção do estado de saúde do indivíduo embute, atualmente, a prática de exercícios físicos regulares, capazes de prevenir a ocorrência de moléstias não só físicas como também mentais.

Em algumas situações, a prática de desportos ganha a chancela de atividade ocupacional, garantia do desenvolvimento harmônico das crianças sob os aspectos físicos e sociais.

Por falta de previsão, no entanto, tais atividades não se encontram especificadas no rol das despesas com saúde, circunstância que ora buscamos retificar, limitando-as a R\$ 2.400,00.

Uma vez que tais gastos são dedutíveis na apuração anual do Imposto de Renda das pessoas físicas, cuja previsão de renúncia já é quantificada, trata-se de mera extensão do benefício em vigor, não acarretando problemas de ordem orçamentária e financeira.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR



CONGRESSO NACIONAL

**MPV 671
00016**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA 24/03/2015	3	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA nº 671 de 19 de março de 2015
4	AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	5	N. PRONTUÁRIO 454
6	<input type="checkbox"/> SUPRESIVA 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4- <input type="checkbox"/> ADITIVA 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

TEXTO

EMENDA MODIFICATIVA

Fica revogado o inciso VIII do art. 1º da Lei nº 11.482, de 2007 e dá nova redação ao inciso IX do mesmo artigo

Art. 1º A Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

.....

VIII - revogado

.....

IX - a partir do mês de janeiro do ano-calendário de 2015:

JUSTIFICAÇÃO

A aplicação de correção escalonada do imposto de renda da pessoa física somente a partir de abril de 2015 é um aviltamento à renda do trabalhador, visto que patente o prejuízo em relação aos meses de janeiro a março de 2015.

Assim, a presente Emenda visa a resgatar o poder aquisitivo do trabalhador, dilapidado pela falta de correção da tabela do imposto de renda.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR



CONGRESSO NACIONAL

**MPV 671
00017**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA
	19/03/2015

3	PROPOSIÇÃO
	Medida Provisória n.º 671, de 19 de março de 2015

4	AUTOR
	Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR

5	N. PRONTUÁRIO
	454

6	<input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2-	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3-	<input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4-	<input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	9-	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	------------------------------------	----	---------------------------------------	----	---------------------------------------	----	---	----	--

0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
---	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescentem-se os seguintes artigos à MP 671, de 2015:

Art... A pessoa jurídica ou física que contratar beneficiário do Programa Bolsa Família do Governo Federal ficará isenta do recolhimento da contribuição patronal previdenciária e dos encargos sociais trabalhistas incidentes sobre o vínculo empregatício estabelecido.

§ 1º. Esta isenção se limitará ao valor da Bolsa Família paga ao empregado e perdurará enquanto vigente o vínculo de emprego, observado o limite máximo de cinco anos.

§ 2º. Para fazer jus ao benefício previsto no parágrafo anterior, o empregado contratado deverá ter, no mínimo, dois anos de vínculo com o Programa Bolsa Família do Governo Federal.

Art. No período em que o vínculo empregatício previsto no artigo 1º da presente Lei for mantido, o benefício do Programa Bolsa Família, a que se refere o art. 2º da Lei nº 10.836, de 2004, será mantido no percentual de 100% do seu valor original, até a cessação das condições de elegibilidade de cada um dos beneficiários que lhe deram origem.

JUSTIFICATIVA

A medida fortalece a abertura de novos postos para a população mais carente, concedendo benefícios fiscais para as pessoas físicas e jurídicas que efetuarem vínculo nesta modalidade.

Ao mesmo tempo, compensa os valores referentes aos encargos patronais com o valor pago a título de Bolsa Família, inserindo os egressos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR



CONGRESSO NACIONAL

**MPV 671
00018**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA
24/03/2015	

3	PROPOSIÇÃO
Medida Provisória n.º 671, de 19 de março de 2015	

4	AUTOR
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	

5	N.º PRONTUÁRIO
454	

6					
1-	<input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2-	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3-	<input type="checkbox"/> MODIFICATIVA
4-	<input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	9-	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		

0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
---	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 671, de 2015

“Art. ____ Aplica-se às instituições financeiras públicas sob o processo de liquidação ordinária o disposto no art. 18, “d”, da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, quanto a débitos assumidos perante empresas públicas federais a partir de 30 de dezembro de 1992.”

JUSTIFICATIVA

O acolhimento da proposta certamente implicará a satisfação do interesse público, já que as instituições financeiras públicas de desenvolvimento sob o processo de liquidação ordinária terão suas dívidas devidamente trazidas a patamares justos e reais, podendo oferecer as mesmas condições de redução aos seus devedores.

Deste modo alcança, não apenas maior eficiência na realização de seu ativo, mas também fôlego financeiro para o pagamento de sua conta ao seu credor federal, cujos créditos, em casos como os abrangidos pela presente Emenda, normalmente constam de seu balanço na rubrica contábil “Créditos Compensados em Provisão”.

Isto significa dizer que foram baixados como prejuízo, sendo que qualquer quantia que a instituição federal credora venha a receber em decorrência desses créditos será a mesma consignada como lucro.

Deve-se reafirmar que existe claro equívoco quanto à incidência de juros sobre as dívidas das instituições financeiras públicas sob o processo de liquidação ordinária, contraídas perante empresas públicas federais. Pode-se afirmar que houve omissão do legislador quanto a esse relevante assunto, pois, afinal, o que aqui se trata é de liquidação, Instituto semelhante ao da falência, como se demonstrou acima.

É sabido que as instituições financeiras públicas de desenvolvimento em liquidação ordinária detêm débitos para com empresas públicas federais, cujos valores atingem cifras astronômicas, em total descompasso com a realidade econômica atual, principalmente pela incidência de juros sobre esses débitos.

Assim, as mutuárias finais não pagam, sob o argumento de que os valores devidos não se coadunam com a realidade atual, e as instituições financeiras não quitam o ente credor federal porque não recebem de seus devedores, estabelecendo-se aí verdadeira “bola de neve” para um e outro.

Nesse descompasso, em que os valores das dívidas estão inflados de maneira totalmente incompatível com a realidade econômica atual, os processos de liquidação ordinária têm-se arrastado por anos a fio, sem que o público e mesmo as autoridades governamentais entendam a razão dessa demora em se dar uma solução definitiva para a questão, sendo que ao público, principalmente, parecer haver uma óbvia intenção de se estar “empurrando o caso com a barriga” como forma de se manter empregos e cargos.

Uma das medidas arejadoras consiste na correção da omissão legislativa, mediante a extensão dos benefícios da não incidência de juros nas dívidas das instituições financeiras sob o processo de liquidação ordinária, contraídas com entes públicos federais.

Com isso, haveria a perspectiva de significativa redução desses débitos, assim como de fixação de prazo para o encerramento da liquidação e consequente tomada de decisões quanto ao destino da sociedade.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR



CONGRESSO NACIONAL

**MPV 671
00019**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA
24/03/2015	

3	PROPOSIÇÃO
Medida Provisória n.º 671, de 19 de março de 2015	

4	AUTOR
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	

5	N. PRONTUÁRIO
454	

6									
1-	<input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2-	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3-	<input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4-	<input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	9-	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL

0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
---	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Propõe-se a inclusão dos seguintes artigos na MP 671, de 2015:

Art. A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o montante de R\$ 190.011.000,00 (cento e noventa bilhões e onze milhões de reais), decorrente do valor total da desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados- IPI e ao Imposto sobre Renda e Proventos de qualquer Natureza- IRPF, ocorridas entre 2008 a 2012, do percentual encontrado na diferença apurada entre a arrecadação bruta e a arrecadação líquida utilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no cálculo da distribuição dos recursos ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), IPI- Exportação, ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (FNO FNE e FCO fomentar as exportações do País, de acordo com os critérios e condições previstos nesta Lei.

Art. As parcelas pertencentes ao Distrito Federal e a cada Estado, incluídas as parcelas de seus Municípios, serão proporcionais aos

coeficientes individuais de participação fixados pelo Tribunal de Contas da União, previsto no inciso I do art. 159 da Constituição Federal.

Art. Para a entrega dos recursos serão deduzidos, até o montante total apurado no respectivo período, os valores das dívidas vencidas e não pagas da unidade federada, na seguinte ordem:

I - primeiro, as contraídas junto à União, inclusive junto ao FGTS e INSS; depois, as contraídas com garantia da União, inclusive dívida externa; depois, as contraídas junto a entidades da administração federal indireta; e

II - primeiro, as contraídas pela administração direta da unidade federada; depois, as contraídas pela administração indireta da unidade federada.

§ 1º. Observada a ordem prevista nos incisos I e II do **caput**, ato do Poder Executivo Federal poderá autorizar:

I - quitação de parcelas vincendas, conforme acordo com a unidade federada; e

II - suspensão temporária da dedução quanto às dívidas junto a entidades da administração federal indireta, quando não estiverem disponíveis, no prazo devido, as necessárias informações.

§ 2º. Os valores serão entregues aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, em relação aos valores que deixaram de ser repassados em relação aos anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, respectivamente.

Art. Os recursos a serem entregues à unidade federada, equivalentes à diferença positiva entre o valor total que lhe cabe e o valor das dívidas apurados serão satisfeitos pela União por meio de crédito, em moeda corrente, à conta bancária.

Art. Caberá ao Poder Executivo editar as normas para remanejamento de recursos para atender o disposto na presente Lei.

O Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados são impostos compartilhados entre a União, estados,

Distrito Federal e municípios, uma vez que a União entrega parte da arrecadação dos referidos impostos aos entes federados, conforme preceitua o art. 159 da Constituição Federal.

Segundo estudos do Tribunal de Contas da União, fruto da decisão proferida no Acórdão nº 713, de 2014, a União Federal deixou de repassar R\$190,11 bilhões, aos Estados, o Distrito Federal e os Municípios, fruto da desoneração tributária, entre os anos de 2008 a 2012.

Deste modo, urge a devolução destes valores aos Estados, Distrito Federal e Municípios para honrar o Pacto Federativo previsto constitucionalmente

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

**MPV 671
00020**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
25/03/2015	Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015

autor	nº do prontuário
Deputado RICARDO BARROS	

1 Supressiva	2 Substitutiva	3 <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4 Aditiva	5 Substitutivo global
--------------	----------------	--	-----------	-----------------------

Páginas 1	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
-----------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Altera a redação do parágrafo segundo do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004 e acrescenta parágrafo, nos seguintes termos:

Art. O parágrafo décimo segundo do art. 8º e o art. 28, ambos da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, com a redação dada pela Lei nº 13.097, de 2015, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º

§ 12.

XL - produtos classificados no Ex 01 do código 8503.00.90 da Tipi., bem como partes, peças, componentes, ferramentais, insumos, equipamentos e matérias-primas a serem empregados, exclusivamente para a sua fabricação ou reparo, inclusive quando importados diretamente pelo fabricante de pá de motor ou da turbina eólica.

§ 25. O saldo de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apurados pelas pessoas jurídicas importadoras ou produtoras do setor de energia eólica poderão ser compensado com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação aplicável à matéria.

.....
...

Art. 28. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de:

.....
XXXVII - produtos classificados no Ex 01 do código 8503.00.90 da TIPI, bem como os insumos e matérias-primas destinados exclusivamente para a sua produção.”

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda vem aperfeiçoar o texto já incorporado pela Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, que trata da questão do PIS/COFINS em relação ao setor na energia eólica.

Atualmente, a energia eólica tem contribuído para o incremento do setor fonte, com um aumento exponencial tanto na capacidade instalada de geração de energia com a produção de pás, quanto na geração de empregos diretos e indiretos e investimentos nos últimos anos.

Entretanto, a redação atual do inciso XL do art. 8º, parágrafo 12, não tem contemplado de modo adequado o setor eólico, essencial para o aumento da produção de energia no país, sobretudo neste momento crítico para o setor energético.

A redação ora em vigor tem provocado um grande acúmulo de créditos de PIS/COFINS na cadeia produtiva, sem que os mesmos possam ser direcionados sob a forma de investimento, comprometendo a continuidade das empresas do setor.

Cabe destacar que medidas análogas já contemplaram em Medidas Provisórias, anteriormente aprovadas nesta Casa, diversos setores da área de produção e geração de energia.

Assim, é de suma importância a alteração da redação ora em vigor, nos termos ora proposto.

PARLAMENTAR

Deputado RICARDO BARROS – PP/PR



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MPV 671
00021

Data

Proposição

Medida Provisória nº 671/2015

Autor

Deputado ANDRÉ MOURA

Nº do prontuário

☐

Supressiva

☐

Substitutiva

☒

Modificativa

☐

Aditiva

☐

Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

O inciso II, do artigo 4º e a alínea "a", do inciso IV, do artigo 5º, da Medida Provisória nº 671, de 19 de Março de 2015, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 4º

II – fixação do período do mandato de seu presidente ou dirigente máximo e demais cargos eletivos será estabelecido no estatuto das entidades desportivas profissionais de futebol;

"Art. 5º

IV –

a) o período do mandato de seu presidente ou dirigente máximo e demais cargos eletivos; e

JUSTIFICATIVA

É razoável que as próprias entidades desportivas profissionais de futebol estabeleçam o prazo de duração dos mandatos de seus presidentes

2

ou dirigentes máximos e demais cargos eletivos sem que haja uma obrigatoriedade na lei.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
174	Deputado ANDRÉ MOURA	SE	PSC

DATA	ASSINATURA
24/03/2015	

MPV 671
00022

1



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

Data	Proposição
	Medida Provisória nº 671/2015

Autor	Nº do prontuário
Deputado ANDRÉ MOURA	
<input checked="" type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> Substitutiva <input type="checkbox"/> Modificativa <input type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o § 3º do artigo 27, da Medida Provisória nº 671, de 19 de Março de 2015.

JUSTIFICATIVA

Se o inciso VI do mesmo artigo determina que é gestão irregular ou temerária formar déficit ou prejuízo anual acima de 20% da receita bruta apurada no anterior, não é razoável que se abra exceção para o aumento do endividamento no caso de planejamento e execução de obras de infraestrutura, tais como estádios e centros de treinamento.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
174	Deputado ANDRÉ MOURA	SE	PSC

DATA	ASSINATURA
24/03/2015	



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MPV 671
00023

Data

Proposição

Medida Provisória nº 671/2015

Autor

Deputado ANDRÉ MOURA

Nº do prontuário

☐ Supressiva ☐ Substitutiva ☐ Modificativa ☒ Aditiva ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 671, de 19 de Março de 2015, passa a ser acrescida do seguinte artigo:

“Art. O art. 4º da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 4º

§ 1º-B Estender-se-á o pagamento em até trezentas e sessenta prestações mensais, quando tratar-se de débitos vencidos com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS das entidades referidas nos § 12 e 13 deste artigo cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2014, inscritos ou não como Dívida Ativa, mesmo que em fase de execução fiscal ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

.....

.....

JUSTIFICATIVA

As entidades sem fins econômicos são muito oneradas com a elevada carga tributária existente no País, em especial, com a contribuição previdenciária incidente sobre suas folhas de pagamento.

Essas entidades são voltadas em sua maioria para prestação de serviços à comunidade e, portanto, seus custos são representados, majoritariamente, pelo pagamento de salários. Dessa forma, a contribuição previdenciária consome grande parte dos recursos arrecadados, com dificuldade, por essas entidades.

Em momentos de restrição financeira, para garantir a manutenção de suas atividades, as entidades sem fins econômicos não têm outra opção senão atrasar o pagamento da contribuição devida ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Nessas situações, é importante que o Estado ofereça condições para que essas instituições possam quitar suas dívidas e manter suas atividades. Por essa razão, é que propomos a extensão do atual parcelamento das dívidas previdenciárias de duzentas e quarenta para trezentas e sessenta prestações mensais.

Na década de noventa, as entidades sem fins econômicos surgiram como uma esperança de renovação do espaço público, do resgate da solidariedade e da cidadania, por meio de fórmulas simples como o voluntariado e filantropia, mas revestidas de natureza empresarial.

Com essa nova roupagem, essas instituições têm prestado enorme serviço à comunidade. Trata-se de um setor capaz de auxiliar o Poder Público a enfrentar os problemas sociais mais prementes do país. Em relação à atuação do Estado, possuem as seguintes vantagens, que as tornam imprescindíveis para a comunidade: operação com maior autonomia, controle social direto da sociedade, a eficiência de gestão e a qualidade dos seus serviços.

Pela importância que as instituições sem fins econômicos têm para a sociedade, assim como pelo apoio que prestam ao próprio Estado,

3

devem ser criados incentivos para garantir a sua sobrevivência.			
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
174	Deputado ANDRÉ MOURA	SE	PSC
DATA	ASSINATURA		
24/03/2015			



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MPV 671
00024

1

Data

Proposição

Medida Provisória nº 671/2015

Autor

Deputado ANDRÉ MOURA

Nº do prontuário

☐

Supressiva

☐

Substitutiva

☐

Modificativa

☒

Aditiva

☐

Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couberem os seguintes artigos à Medida Provisória nº 671, de 19 de Março de 2015:

“Art. Para efeitos dos artigos 28 e 29 da presente lei, no caso de haver repasse de recursos federais, de forma direta ou indireta, às entidades desportivas profissionais de futebol, o Tribunal de Contas da União fiscalizará o emprego das respectivas verbas e, no caso de constatação de ilícito penal, o Ministério Público deverá ser comunicado.”

“Art. Na constatação de qualquer indício de gestão irregular ou temerária o Ministério Público deverá ser comunicado imediatamente para sejam feitas as investigações e, no caso de constatação de ilícito penal, sejam propostas as ações penais cabíveis.”

JUSTIFICATIVA

A notícia qualquer indício de gestão irregular ou temerária deve ser obrigatoriamente repassada ao Ministério Público para que seja investigada a atitude e todo e qualquer repasse federal deve ser submetido à

2

<i>fiscalização do Tribunal de Contas de União como manda a Magna Carta.</i>			
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
174	Deputado ANDRÉ MOURA	SE	PSC
DATA	ASSINATURA		
24/03/2015			

**MPV 671
00025**

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

24/03/2015

Proposição

Medida Provisória nº 671 de 2015

Autor

Deputado MANOEL JUNIOR - PMDB/RJ

Nº Prontuário

1 ☒ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4. ☐* ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo Global

Página

Artigos

Parágrafos

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art.xx A Lei 13.097 de 19 de Janeiro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações.

Art.xx. Suprimir o Parágrafo 4º do art. 56 da Lei 13.097 de 19 de Janeiro de 2015.

JUSTIFICAÇÃO

No intuito de aprimorar o debate sobre a matéria, apresentamos uma importante demanda da sociedade brasileira. Ante o exposto, solicito apoio dos nobres pares na aprovação desta emenda.

ASSINATURA

DEPUTADO MANOEL JUNIOR

MPV 671
00026

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671/2015

EMENDA MODIFICATIVA

O § 1º do art. 27 da Medida Provisória passa a vigorar com a seguinte redação, suprimidos os incisos I e II:

"Art

27.....

§1º Em qualquer hipótese, o dirigente não será responsabilizado caso comprove que agiu de boa-fé e que as medidas realizadas evitaram prejuízo maior à entidade.

§2º.....

....

.....
.....

JUSTIFICATIVA

No texto enviado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo o §1º do art. 27 da MPV continha dois incisos. A presente emenda suprimiu o inciso I e uniu o texto do parágrafo ao inciso II, já que sem o texto que se propõe a exclusão não há necessidade de divisão, além de uma pequena modificação.

A supressão do inciso I se justifica pelos próprios propósitos da MPV, entre eles a prevenção à gestão temerária com a profissionalização dos dirigentes (tema que passa necessariamente pela responsabilização destes quando praticarem atos lesivos ao patrimônio do clube). Provar dolo em ato de gestão é algo complicado, diferente, por exemplo, citando um caso extremo, de prová-lo em um caso de homicídio em que o assassino atira na cabeça da vítima.

Por outro lado, culpa grave pode ser classificado como um conceito jurídico aberto, em que sua determinação é subjetiva e passível de digressões que seriam inoportunas, novamente, aos propósitos da MPV. Especialmente no âmbito interno dos clubes de futebol, deixar margem para subjetivismo ao definir essas questões permitirá que o gestor 'improbo' articule politicamente seu não enquadramento nas sanções previstas no texto legal.

Ainda, o texto estabelece que o gestor temerário poderia não ser responsabilizado se provasse estar de boa-fé e que seus atos visavam a evitar prejuízo maior à entidade. Ora, novamente o subjetivismo do texto confere bastante margem de manobra e interpretação. Se estamos querendo mudar a gestão dos clubes de futebol brasileiros, hoje extremamente endividados em sua grande maioria, precisamos estabelecer regras objetivas e que punam aquele dirigente que pratiquem atos lesivos ao patrimônio das entidades, independentemente de boa-fé. Ressalto que um gestor público, por exemplo, pode vir a ser obrigado a ressarcir prejuízos causados ao Erário mesmo quando de boa-fé, não sendo plausível livrar um dirigente que, a despeito de gerir entidade privada, administra indiretamente dinheiro público, seja pelos benefícios concedidos nessa lei, seja pela obrigação de pagar tributos que nem sempre é cumprida.

Deputado **Heráclito Fortes**

MPV 671
00027

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671/2015

EMENDA MODIFICATIVA

O art. 28 da Medida Provisória passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28 Os dirigentes que praticarem atos de gestão irregular ou temerária serão responsabilizados por meio de mecanismos de controle social internos da entidade, sem prejuízo de eventual responsabilização criminal.

§1º.....
.....

§2º.....
.....

§3º Casa constatada a prática de gestão irregular ou temerária em processo administrativo ou criminal, o dirigente será proibido de disputar cargos eletivos, ocupar cargos na gestão ou desempenhar função administrativa em qualquer entidade desportiva profissional por 30 anos.

JUSTIFICATIVA

A alteração sugerida no *caput* serve apenas para deixar claro o que todo e qualquer jurista aprende na primeira semana da faculdade de Direito: há independência entre as esferas administrativa, penal e civil. Entretanto, em um país como o Brasil, cujo ordenamento jurídico permite e prevê a mais variada gama de recursos, não tardaria para um dirigente alegar em processo judicial que a MPV restringiu sua responsabilidade à seara administrativa, o que demandaria ao Poder Judiciário tempo para analisar, ainda que o resultado pudesse ser facilmente previsto.

Quanto à modificação sugerida no §3º, ela se destina a corrigir uma distorção no texto enviado pelo Poder Executivo relativa aos objetivos da MPV: não faria sentido restringir a participação de um dirigente cuja gestão foi irregular e/ou temerária aos cargos eletivos das entidades desportivas, já que as diretorias dos clubes de futebol e afins têm cargos de direção ou gestão não eletivos, ou seja, pessoas indicadas para exercer tais funções. Novamente, o texto do Poder Executivo é muito flexível, permitindo a um gestor 'improbo' gerir ou dirigir

um clube de futebol ou entidade desportiva, bastando a ele não ocupar cargo eletivo.

Por fim, sugere-se o aumento do tempo de afastamento do dirigente 'improbo' para 30 anos, ao invés dos parcos 10 anos constantes do texto do Poder Executivo. Muito se lê na imprensa esportiva a opinião de pessoas qualificadas de que deveria haver banimento. Entretanto, fazendo um paralelo com o Direito Penal, seria o equivalente a uma prisão perpétua, o que não é possível no ordenamento jurídico pátrio, por isso a sugestão de aumentar para 30 anos. Pode parecer exagerado, porém, se os clubes de futebol estarão sujeitos à eliminação das competições e ao rebaixamento, punições máximas na seara desportiva, o gestor também deve se sujeitar a sanção equivalente.

Deputado **Heráclito Fortes**

**MPV 671
00028**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671/2015

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber na Medida Provisória nº 671/2015, os seguintes artigos:

Art. O art. 1º, inc. I, da Lei Complementar nº 64/90 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido da alínea r:

"Art 1

.....

r) os que forem condenados criminalmente por ato de gestão temerária ou irregular em clube de futebol, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena."

JUSTIFICATIVA

Previsão de inelegibilidade para os dirigentes de clube de futebol condenados por ato de gestão temerária ou irregular, de modo a evitar que essas pessoas possam ser eleitas para cargos no Poder Executivo ou Legislativo.

Deputado **Heráclito Fortes**

MPV 671
00029

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671/2015

EMENDA MODIFICATIVA

O art. 4º da Medida Provisória passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

.....

.....

.....

VIII previsão, em seu estatuto ou contrato social, do afastamento imediato e inelegibilidade, pelo período de 30 anos, de dirigente ou administrador que praticar ato de gestão irregular ou temerária;

JUSTIFICATIVA

A alteração objetiva compatibilizar o dispositivo com outra modificação, sugerida no art. 28 da MPV.

Deputado **Heráclito Fortes**

**MPV 671
00030**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671/2015

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber na Medida Provisória nº 671/2015, os seguintes artigos:

"Art. Além das sanções administrativas e civis, o dirigente que praticar ato de gestão temerária ou irregular (art. 27 desta Lei) ficará sujeito às penas previstas nesse capítulo.

§1º A ação penal para o crime de gestão temerária ou irregular em entidade desportiva será pública incondicionada.

Art. Praticar ato de gestão temerária ou irregular em clube de futebol.

Pena - Reclusão, de 4 a 12 anos, e multa.

Parágrafo único. Aumenta-se a pena em 2/3 se do ato resultar a eliminação do clube de competição esportiva ou o descenso à divisão inferior do clube de futebol.

JUSTIFICATIVA

A inclusão de tipo penal específico para o ato de gestão temerária ou irregular praticado por dirigente de clube de futebol objetiva deixar claro que não mais se tolerará que essas entidades e seus milhões de torcedores sejam prejudicadas por gestores 'ímprobos', que se livram das consequências de seus atos meramente sendo afastados ou condenados a ressarcir os danos (coisa de que não se tem notícia no Brasil).

Deputado **Heráclito Fortes**



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671
00031

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data
24/03/2015

Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015.

Autor
Senador Eduardo Amorim

Nº do Prontuário

1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. x Aditiva 5. Substitutivo Global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda nº

Inclua-se o inciso XI no art. 4º da Medida Provisória 671, de 19 de março de 2015, com a seguinte redação:

“Art. 4º

XI – realização, pelos clubes de futebol que participam da primeira e da segunda divisão do Campeonato Brasileiro, de um jogo beneficente anual de seu time principal masculino, com renda líquida total revertida em favor das Santas Casas de Misericórdia e de Hospitais Benéficos e Filantrópicos sem fins lucrativos, para distribuição igualitária do montante por todas as unidades da Federação, e comprovação da entrega da renda às entidades beneficiárias.”

E dê-se a seguinte redação à alínea “a” do inciso II do art. 34 da Medida Provisória 671, de 19 de março de 2015:

“Art. 34

II -
 a) Nos incisos VIII a XI do *caput* do art. 4º”.

JUSTIFICATIVA

É caótica a situação da saúde no Brasil, como também o é a situação financeira das Santas Casas de Misericórdia e de Hospitais Benéficos e Filantrópicos que, por todo o país, prestam o relevante serviço de atender à população mais carente, desamparada da proteção estatal no âmbito da saúde.

Nada mais justo que os times da elite do futebol do Brasil, reservem uma única data ao longo do ano para realizarem um jogo beneficente em favor das Santas Casas de Misericórdia e de Hospitais Benéficos e Filantrópicos sem fins lucrativos, para diminuir um pouco a situação de penúria financeira em que ora se encontram.

Fica a data e o local de realização do jogo a cargo das entidades desportivas

profissionais de futebol, podendo, inclusive, destinar data no início de cada temporada, como jogo treino.

Tal exigência, pela nova redação sugerida à alínea “a” do inciso II do art. 34, será considerada apenas a partir de 2016.

PARLAMENTAR

MPV 671
00032



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data
24/03/2015

Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015.

Autor
Senador Eduardo Amorim

Nº do Prontuário

1. Supressiva 2. ☒ Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo Global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda nº

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 21 da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015:

“Art. 21

....

§2º O APFUT contará com a participação, em igual número, de representantes do Poder Executivo, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e da sociedade civil, na forma do regulamento.”

JUSTIFICATIVA

O APFUT – Autoridade Pública de Governança do Futebol tem o objetivo de regulamentar, acompanhar e fiscalizar as obrigações assumidas no âmbito do PROFUT, e deve atuar em sintonia com a Receita Federal do Brasil em relação ao acompanhamento do Programa e do parcelamento instituído.

Possui autoridade normativa e de fiscalização, e na redação original da Medida Provisória 671, de 2015, há previsão de que seja integrado apenas por integrantes do Poder Executivo Federal e da sociedade, sem especificar o percentual de integrantes de cada uma destas origens. E ainda não permite a participação de membros indicados pelas Casas do Congresso Nacional, ou seja, do Poder Legislativo, que há anos vem tentando encontrar o melhor tratamento para o setor futebolístico nacional.

Desta forma, apresentamos a presente emenda, garantindo a participação de representantes do Legislativo Federal, e fixando igualdade de participação entre os representantes conforme sua origem.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

**MPV 671
00033****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 19 DE MARÇO DE 2015.**

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, a seguinte alteração:

“Art. XX. O Tribunal de Contas da União deverá fiscalizar as entidades desportivas profissionais de futebol que aderirem ao PROFUT.”

JUSTIFICAÇÃO

O Tribunal de Contas da União tem como objetivo primordial examinar as prestações de contas dos órgãos ou entidades repassadores de recursos federais. Pode examinar também as contas de Estado, município ou mesmo de entidades privadas que receberem esses recursos. As prestações de contas são encaminhadas anualmente ao Tribunal pelo controle interno de cada órgão para apreciação e julgamento quanto ao fiel cumprimento no estabelecido no convênio ou nos instrumentos congêneres.

As entidades desportivas profissionais de futebol receberão vultosos benefícios fiscais do Poder Público. Dessa forma, nada mais justo que o Tribunal de Contas da União, zeloso na aplicação dos recursos públicos, as fiscalize.

Deputado **ARNALDO JORDY**
PPS/PA



CONGRESSO NACIONAL

**MPV 671
00034****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 19 DE MARÇO DE 2015.**

O Parágrafo 2º do Artigo 21 da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, passa a ter a seguinte redação:

“§ 2º O APFUT contará com a participação de representantes do Poder Executivo federal, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e da sociedade civil, na forma do regulamento.”

JUSTIFICAÇÃO

O Poder Legislativo tem como uma das suas funções principais a fiscalização dos atos do Poder Executivo. A presente lei, ao criar a Autoridade Pública de Governança do Futebol – APFU, no âmbito do Ministério dos Esportes, pretende que o poder público participe da melhoria da gestão do futebol brasileiro. Nada mais justo, portanto, que o Poder Legislativo esteja representado nesse colegiado.

O Futebol é um dos maiores ativos que o nosso país possui. Sua grandeza não se limita aos valores envolvidos, mas amplia-se para a importância que ele tem na nossa cultura e na construção de nossa identidade. Trabalhar para que o futebol brasileiro volte a ter a importância que merece é obrigação de todos aqueles que desejam contribuir para a construção de um país mais justo e de um povo mais feliz.

Deputado **ARNALDO JORDY**
PPS/PA

MPV 671
00035

EMENDA Nº – CM
(à MPV nº 671, de 2015)

Acrescente-se onde couber na Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, o seguinte artigo:

“Art. *As entidades desportivas profissionais de futebol previstas nesta Medida Provisória poderão se organizar em sociedade, regidas por meio de seu respectivo contrato social, e deverão observar os termos previstos nos art. 997 e seguintes do Código Civil e as demais normas correlatas*” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A emenda que ora apresentamos tem por objetivo abrir a possibilidade para que entidades de prática desportiva de futebol possam formar sociedades civis nos termos do Código Civil e enfim se profissionalizar angariando recursos no mercado financeiro e gerando lucros aqueles que pertençam a tal sociedade.

Sala das Sessões,

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas

MPV 671
00036

EMENDA Nº – CM
(à MPV nº 671, de 2015)

Modifiquem-se os incisos I do parágrafo único do art. 3º e o IV do art. 5º, ambos da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, para fazer constar a seguinte redação:

“Art.
3º
Parágrafo Único.....
I – estatuto ou contrato social e atos de designação e responsabilidade de seus gestores;
.....
Art.....
5º
IV – estabeleça em seu estatuto ou contrato social: (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A emenda que ora apresentamos tem por objetivo ajustar os termos constantes em todo o corpo da Medida Provisória a fim de que conste o termo contrato social nas referidas passagens acima discriminadas, em conformidade com as demais disposições da referida Medida Provisória.

Sala das Sessões,

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas

**MPV 671
00037****EMENDA Nº – CM
(à MPV nº 671, de 2015)**

Acrescente-se onde couber na Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, as alterações na Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998, com a seguinte redação:

“Art. 14.

§ 1º Aplica-se aos comitês e às entidades referidas no caput o disposto no inciso II do art. 217 da Constituição Federal, desde que seus estatutos ou contratos sociais estejam plenamente de acordo com as disposições constitucionais e legais aplicáveis.

.....
Art. 16. As entidades de prática desportiva e as entidades de administração do desporto, bem como as ligas de que trata o art. 20, são pessoas jurídicas de direito privado, com organização e funcionamento autônomo, e terão as competências definidas em seus estatutos ou contratos sociais.

§ 1º As entidades nacionais de administração do desporto poderão filiar, nos termos de seus estatutos ou contratos sociais, entidades regionais de administração e entidades de prática desportiva.

§ 2º

§ 3º É facultada a filiação direta de atletas nos termos previstos nos estatutos ou contratos sociais das respectivas entidades de administração do desporto.

.....
Art. 23. Os estatutos ou contratos sociais das entidades de administração do desporto, elaborados de conformidade com esta Lei, deverão obrigatoriamente regulamentar, no mínimo:

.....
Art. 27

.....
§ 2º A entidade a que se refere este artigo não poderá utilizar seus bens patrimoniais, desportivos ou sociais para integralizar sua parcela de capital ou oferecê-los como garantia, salvo com a concordância da maioria absoluta da assembleia-geral dos associados ou sócios e na conformidade do respectivo estatuto ou contrato social.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A emenda que ora apresentamos tem por objetivo ajustar os dispositivos legais constantes em todo o corpo da norma em tela, a fim de que conste o termo contrato social nas referidas passagens acima discriminadas, abrindo a possibilidade para que entidades de prática desportiva e as entidades de administração do desporto possam formar sociedades civis nos termos do Código Civil e enfim se profissionalizar angariando recursos no mercado financeiro e gerando lucros aqueles que pertençam a tal sociedade.

Sala das Sessões,

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****MPV 671****00038****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 19 DE MARÇO DE 2015**

Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA
(Da Senhora Clarissa Garotinho)

O §4º do Art. 4º da Medida Provisória 671, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º As entidades desportivas profissionais com faturamento anual inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ficam dispensadas do cumprimento do disposto nos incisos IV, V, IX e XI do **caput.**.(NR)”

Deputada Federal **CLARISSA GAROTINHO**

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****MPV 671****00039****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 19 DE MARÇO DE 2015**

Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA
(Da Senhora Clarissa Garotinho)

O Art. 4º da Medida Provisória 671, de 2015, passa a vigorar acrescido do Inciso XI com a seguinte redação:

"XI – participação obrigatória em pelo menos um torneio organizado por qualquer entidade de administração de desporto ou liga de futebol feminino.(NR)"

Deputada Federal **CLARISSA GAROTINHO**

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****MPV 671****00040****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 19 DE MARÇO DE 2015**

Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA**(Da Senhora Clarissa Garotinho)**

O Art. 22 da Medida Provisória 671, de 2015, passa a vigorar acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Sempre que matéria for veiculada em jornal de grande circulação, emissoras de rádio ou canais de televisão denunciando descumprimento dos arts 4º e 5º desta Lei, será obrigação do APFUT a apuração das eventuais irregularidades..(NR)”

Deputada Federal **CLARISSA GAROTINHO**

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****MPV 671
00041****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 19 DE MARÇO DE 2015**

Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências.

**EMENDA MODIFICATIVA
(Da Senhora Clarissa Garotinho)**

O §2º do Art. 23 da Medida Provisória 671, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º O APFUT poderá sobrestar, por um prazo não superior a 45 dias, o andamento do processo para aguardar a definição da apuração no âmbito da entidade de administração do desporto ou liga. (NR)”

Deputada Federal **CLARISSA GAROTINHO**



CONGRESSO NACIONAL

MPV 671

00042

ETIQUETA

MPV 671

EMENDA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 25/03/2015	Proposição Medida Provisória n. 671, de 19 de março de 2015			
Autor Dep. Laércio Oliveira (SD-SE)			nº do prontuário	
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. X Aditiva	5. Substitutivo Global
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea

Acrescentem-se os §§ 4º a 8º ao Art. 42, da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, alterada pelo Art. 33 da Medida Provisória n. 671 de 2015, com seguinte redação:

“Art. 33

.....

“Art. 42.

.....

§ 4º As empresas que obtiverem autorização para a captação, a fixação, a emissão, a transmissão, a retransmissão ou a reprodução de imagens de eventos esportivos por quaisquer mídias existentes e que vierem a ser criadas deverão, obrigatoriamente, respeitar a correta denominação e símbolos das entidades de prática desportiva participantes da competição, o nome da praça esportiva na qual será realizada a competição esportiva e também a denominação adotada para o campeonato, prova ou torneio.

§ 5º A correta denominação e símbolos das entidades de prática desportiva participantes da competição serão aqueles que forem informados pelas entidades de prática desportiva;

§ 6º O nome da praça esportiva será aquele informado pela entidade responsável pela sua administração, podendo ser entidade de prática ou administração do esporte, ente público ou empresa privada de qualquer natureza, devendo o nome ser informado quando do envio das informações necessárias ao cumprimento do disposto no art. 23 da Lei n. 10.671, de 15 de maio de 2003.

§ 7º O nome correto do campeonato, prova ou torneio deverá ser informado pela entidade de administração do esporte.

§ 8º Todas as denominações mencionadas nos §§ 4º a 7º poderão incluir nomes comerciais, que deverão obrigatoriamente ser mencionados para caracterizar o cumprimento do disposto no *caput*, ressalvado o previsto no § 2º deste artigo.”

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A negociação dos nomes de estádios e praças esportivas em geral (em língua inglesa *naming rights*) constitui-se em importante fonte de receita para atividade esportiva em grande maioria dos centros mais desenvolvidos do esporte e da economia mundial.

O Brasil, contudo, ainda não adquiriu a cultura de comercialização dos *naming rights*, o que é em muito justificado pelo fato de as empresas de telecomunicação responsáveis pela transmissão dos eventos esportivos não adotarem, como regra, a menção da nomenclatura comercial que venha a se associar à denominação de entidade esportiva, praça esportiva ou mesmo nome de competição, prova ou torneio.

Por isso, em se tratando a presente Medida Provisória de louvável tentativa de solução do graves problemas financeiros de grande parte dos tradicionais clubes de futebol brasileiros, é absolutamente justificável e recomendável a inclusão de dispositivo legal que obrigue à veiculação do nome correto de entidades de prática desportiva, seus símbolos, o nome dos estádios e arenas e a denominação adotada para as competições.

Denominações que incorporem nomes comerciais, em função de contratações de patrocínio ou por qualquer outro motivo, são fontes de receita lícitas, saudáveis e, no atual estágio da situação financeira das entidades de prática desportiva – o que é a razão maior da MPV – são indispensáveis.

Deve haver, portanto, proteção legal para assegurar que tais contratações sejam preservadas e que garantam sua real eficácia, o que somente se dará, na prática, a partir da veiculação dos nomes corretos, inclusive e principalmente os comerciais, nas transmissões dos eventos esportivos.

Sala das Sessões, 25 de março de 2015,

Dep. Laércio Oliveira (SD-SE)



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671

EMENDA

MPV 671

00043

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 25/03/2015	Proposição Medida Provisória n. 671, de 19 de março de 2015
Autor Dep. Laércio Oliveira (SD-SE)	nº do prontuário
1 Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. X Aditiva 5. Substitutivo Global	
Página	Artigos 4 e 5
Parágrafo	Inciso XI e XII do Artigo 4 Inciso VII do Artigo 5
alínea	

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se nova redação ao § 3º e acrescente-se o § 4º ao art. 27 da Medida Provisória no 671, de 2015:

“Art. 27

§ 3º Para os fins do disposto no inciso VI do caput, não serão considerados atos de gestão irregular ou temerária o aumento de endividamento decorrente de despesas relativas ao planejamento e à execução de obras de infraestrutura, tais como estádios e centros de treinamento, inclusive obras de modernização e serviços de manutenção e conservação de estádios e centros de treinamento já existentes.

§ 4º A não realização das providências para conservação, manutenção e zelo pela segurança em estádios e centros de treinamento quando de responsabilidade legal ou contratual da entidade de prática desportiva serão consideradas ato de gestão irregular ou temerária para fins de aplicação do disposto neste Capítulo.”

JUSTIFICAÇÃO

As arenas e centros de treinamento são, atualmente, importantes fontes de receita para as entidades desportivas. A MPV 671 reconhece esse fato ao excluir, do limite de gastos imposto aos clubes, os valores despendidos para construção de novas arenas e centros de treinamento.

Nos últimos anos, em função da Copa do Mundo de Futebol de 2014, foram construídas e reformadas no Brasil uma série de estádios, arenas e centros de treinamento. Os gastos com modernização e melhorias das arenas já existentes devem portanto ser incluídos no rol das despesas que não caracterizariam gestão temerária ou aumento de endividamento previstos na Medida Provisória.

Em contrapartida, é importante que as entidades esportivas detentoras da obrigação legal ou contratual de administrar arenas esportivas assumam a responsabilidade pela sua conservação e manutenção, para garantir segurança e conforto ao usuário que prestigia os eventos esportivos.

Sala das Sessões, 25 de março de 2015,

Dep. Laércio Oliveira (SD-SE)

MPV 671**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 2015 00044**

Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA Nº

Inclua-se onde couber:

CAPÍTULO...

ENTIDADES FILANTRÓPICAS

Art.... Ficam remitidos os débitos com a Fazenda Nacional, inclusive aqueles com exigibilidade suspensa, das entidades filantrópicas que atuavam na área da saúde e que encerraram suas atividades até 31 de dezembro de 2013.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não implica restituição de quantias pagas.

JUSTIFICAÇÃO

As entidades filantrópicas são de importância estratégica para o nosso sistema de saúde, que é um dos mais abrangentes do mundo. Apesar disso, essas entidades vêm, ao longo dos anos, passando por uma grave crise financeira, que já levou muitas delas ao encerramento de suas atividades.

Nesse contexto, resolvemos apresentar a presente emenda, cujo objetivo é oferecer às entidades filantrópicas que atuavam na área da saúde e encerraram suas atividades até 31 de dezembro de 2013 um mecanismo para quitação de dívidas que não puderam ser pagas antes do encerramento das operações das referidas entidades.

Tendo em vista os relevantes objetivos sociais de que se reveste nossa emenda, estamos certos de que contaremos com o apoio de nossos ilustres Pares.

Sala da Comissão, em 24 de março de 2015.

Deputada GORETE PEREIRA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 2015**MPV 671****00045**

Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA Nº

Inclua-se onde couber:

CAPÍTULO ...

ENTIDADES FILANTRÓPICAS

Art.... As entidades filantrópicas ficam anistiadas das dívidas relativas ao não recolhimento de tributos da União e que foram geradas a partir da aplicação de multas.

JUSTIFICAÇÃO

As santas casas de misericórdia e as entidades sem fins lucrativos destinadas a prestar serviços na área de saúde, que dependem do repasse de verbas oriundas do Poder Público, têm comprometidos todos os compromissos financeiros por elas assumidos quando os repasses não são feitos em tempo hábil.

Ressalve-se que para o benefício aqui tratado fica evidenciado que o inadimplemento apurado é alheio à sua vontade, pois se o repasse ocorresse em dia, as obrigações não estariam em atraso.

Existem casos em que a atuação da fiscalização trabalhista causa inúmeros transtornos às entidades filantrópicas, que têm se pautado pelo trabalho em prol de comunidades carentes e que se veem, temporariamente, sem condições de cumprir as muitas exigências constantes

da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Nesse contexto, a proposição que ora apresentamos tem por finalidade minorar os efeitos negativos a que se sujeitam essas instituições, propugnando pela extinção do valor das dívidas oriundas da aplicação de multas para as entidades filantrópicas e que prestam relevantes serviços à sociedade.

Sala da Comissão, em 24 de março de 2015.

Deputada GORETE PEREIRA

EMENDA nº, de 2015**MPV 671
00046**

Dê-se nova redação ao inciso I do § 1º do art. 21:

“Art. 21. Fica criado, no âmbito do Ministério do Esporte, o Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT, com as seguintes competências:

.....

§1º

I - critérios para que os pagamentos das obrigações financeiras atrelados a financiamentos voltados para as despesas realizadas com o planejamento e a execução de obras de infraestrutura, tais como estádios e centro de treinamento, sejam subordinados às obrigações financeiras relativas ao PROFUT e para que tais financiamentos não sejam impedidos pela limitação de antecipação de receitas;

.....”

Justificação

A MP 671 define um programa de refinanciamento de dívidas das entidades esportivas com a União, na forma de adesão, sob condicionantes.

Preservar as boas circunstâncias financeiras do devedor é essencial para o sucesso do PROFUT. Por esta razão, há limites para endividamento e despesas com pessoal das entidades, bem

como o atrelamento de exigências a padrões administrativos austeros.

Consequentemente, não se enquadra no desenho de responsabilidade financeira a exclusão de endividamentos, seja para que fim for, da contabilidade de dívidas. Ao mesmo tempo, esta emenda permite que, na presença de financiamentos concedidos a entidades registradas no PROFUT, o credor saiba que os pagamentos relativos a este financiamento não irão interferir nos termos e na adimplência da entidade ao programa PROFUT. Ou seja, se a entidade está no PROFUT suas disponibilidades financeiras serão voltadas a cumprir os termos do programa, só depois, em caso de capacidade de pagamento, a dívida com o financiamento será paga. Caso contrário, novos financiamentos poderiam corroer a capacidade de pagamento das entidades.

Nestes termos, peço apoio de meus pares para esta emenda, em favor do equilíbrio e do bom andamento das finanças das entidades esportivas que vierem a aderir ao PROFUT.

Senador Aécio Neves



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1.

MPV 671 ETIQUETA

00047

2. data
25/03/20153. proposição
MEDIDA PROVISÓRIA nº 671 de 20154. autor
DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE JR

5. n.º do prontuário

1. ☐ Supressiva2. ☐ substitutiva3. ☐ modificativa4. ☒ aditiva5. ☐ Substitutivo global

7. página

8. artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se na Medida Provisória nº 671, de 2015, as seguintes alterações:

“ Art. 31^a

§ 4º– As regras previstas nos Arts. 4º, exceto incisos I e X, 4º, parágrafos 3º e 5º e Arts 7º até o art. 20, combinados com o Artigo 35, aplicam-se, no que couber, à instituição referida no Decreto nº 4.948/2004, tanto ao órgão central quanto suas filiais.

§ 5º – Em relação à instituição citada no parágrafo quarto acima, caberá ao Ministério da Justiça fiscalizar o cumprimento das obrigações de controle financeiro fixadas nesta Medida Provisória notificando eventuais descumprimentos aos órgãos competentes de fiscalização tributária e trabalhista.”

JUSTIFICATIVA

Visando recolocar a Cruz Vermelha Brasileira – CVB no cenário internacional a direção nacional assinou acordo tripartite juntamente com a Federação Internacional de Cruz Vermelha – FICV e com o comitê internacional de Cruz Vermelha – CICV. Em decorrência desse Acordo, no ano de 2013, foi realizada uma ampla auditoria internacional nas finanças e nos processos internos da CVB. Após o cumprimento de todas as metas desse Acordo tripartite (CVB x FICV x CICV) a Cruz Vermelha Brasileira terá um padrão gerencial similar às melhores Sociedades de Cruz Vermelha no mundo.

Essa emenda dará condições para qu a dívida fiscal da Cruz Vermelha Brasileira possa ser quitada conforme sua capacidade de pagamento efetiva. As leis federais que tratam do REFIS não permitiram uma adequação da CVB por conta dos desembolsos exigidos.

O Órgão central da Cruz Vermelha Brasileira possui dívidas de R\$ 45 milhões junto à receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional. Há ainda cerca de R\$ 3 milhões d dívidas de FGTS. A esse montante deve ser acrescido R\$ 30 milhões relacionados com dívidas de duas Filiais, cerca de 100 unidades, em todo o território nacional.

A origem desse endividamento remonta ao início dos anos 1990, quando o governo federal cancelou todos os Certificados de Filantropia existentes no país. Por acreditar que o Movimento

Internacional de Cruz Vermelha não precisaria passar pelo processo de recadastramento imposto às demais Instituições, os antigos gestores da CVB sofreram autuações e multas que se arrastam ao longo do tempo.

As condições de parcelamento e as regras de transparência fixadas na Medida Provisória 671, observadas as peculiaridades, permitiriam que a Cruz Vermelha voltasse a ser 100% regular em seu status tributário, segundo as mesmas condições oferecidas neste teto legal às instituições esportivas.

PARLAMENTAR

MÁRIO NEGROMONTE JR.
Deputado Federal – PP/BA

**CONGRESSO NACIONAL****MPV 671
00048**ESPAÇO RESERVADO
PARA ETIQUETA**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

DATA		PROPOSIÇÃO		
		MPV nº 671 de 19 de março de 2015		
AUTOR		PRONTUÁRIO		
CARLOS EDUARDO CADOCA				
1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutiva Global				
PÁGINA	ARTIGOS	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
	25	2º		
TEXTO				
Suprima-se o parágrafo 2º do artigo 25 da Medida Provisória nº 671 de 2015.				

JUSTIFICAÇÃO	
<p>Entendo que a Autoridade Pública de Governança do Futebol não deve deixar de realizar a comunicação ao órgão federal responsável pelo parcelamento. Nem quando a entidade de administração do desporto ou liga aplicar a sanção de rebaixamento para a divisão imediatamente inferior ou eliminação do campeonato do ano seguinte.</p> <p>Objetivando manter o caráter fiscalizador e o bom trânsito de informações entre os responsáveis por esse refinanciamento, solicito o apoio a esta emenda.</p>	



CONGRESSO NACIONAL

MPV 671

00049

 ESPAÇO RESERVADO
PARA ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA		PROPOSIÇÃO	
		MPV nº 671 de 19 de março de 2015	
AUTOR		PRONTUÁRIO	
CARLOS EDUARDO CADOCA			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutiva Global			
PÁGINA	ARTIGOS	PARÁGRAFO	INCISO
	27	3º	

TEXTO <p><u>Dê-se ao parágrafo 3º do artigo 27 Medida Provisória nº 671 de 2015, a seguinte redação:</u></p> <p>“Art. 27.</p> <p>§ 3º Para os fins do disposto no inciso VI do caput, não serão considerados atos de gestão irregular ou temerária o aumento de endividamento decorrente de despesas relativas ao planejamento e à execução de obras de infraestrutura, tais como estádios e centros de treinamento, <u>DESDE QUE HAJA CONCRETA PREVISÃO E COMPROVAÇÃO DE ELEVAÇÃO DE RECEITAS CAPAZES DE ARCAR COM O CUSTO DO INVESTIMENTO.</u>”</p>
--

JUSTIFICAÇÃO <p>Por mais que entenda que o investimento no esporte é bem-vindo, acredito que a entidade alvo de refinanciamento deverá frear a realização de obras civis. Sabemos que essas obras geralmente custam muito mais que o orçado inicialmente, causando transtornos para quem está com as suas contas em dia e, principalmente, para os desequilibrados financeiramente.</p> <p>A adesão ao refinanciamento visa, inclusive, a recuperar tributos não recolhidos ao erário. O momento é de moralizar a gestão financeiro-administrativa. Permitir que obras de infraestrutura, como estádios e centros de treinamento sejam realizadas sem a concreta previsão de elevação de receita, ou sem ser firmado contrato com outras empresas, para que estas arquem com o investimento é, no mínimo, temerário.</p> <p>Com base no exposto, solicitamos aos nossos pares, a aprovação da presente emenda.</p>



CONGRESSO NACIONAL

MPV 671

00050

 ESPAÇO RESERVADO
PARA ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA		PROPOSIÇÃO	
		MPV nº 671 de 19 de março de 2015	
AUTOR		PRONTUÁRIO	
CARLOS EDUARDO CADOCA			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutiva Global			
PÁGINA	ARTIGOS	PARÁGRAFO	INCISO
	6º	4º	

TEXTO Dê-se ao parágrafo 4º do artigo 6º Medida Provisória nº 671 de 2015, a seguinte redação: “Art. 6º § 4º A entidade nacional de administração do desporto e a liga serão responsáveis pela organização do calendário anual de eventos oficiais da modalidade, <u>DESDE QUE CUMPRAM O QUE DETERMINA ESTA LEI E ESTEJAM EM DIA COM TODAS AS SUAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E PREVIDENCIÁRIAS.</u> ”

JUSTIFICAÇÃO O objetivo é o de acrescentar mais uma contrapartida à entidade ou liga que forem beneficiados pelo PROFUT. Só poderá organizar os eventos oficiais da modalidade, aquele que estiver cumprindo com o acordado no refinanciamento de suas dívidas, bem como mantendo em dia, as suas obrigações tributárias e previdenciárias. Com base no exposto, solicitamos aos nossos pares, a aprovação da presente emenda.
--



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671

00051

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
26/03/2015Proposição
Medida Provisória nº 671/2015autor
Deputado ORLANDO SILVA

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☒ Modificativa 4 ☐ Aditiva 5 ☐ Substitutivo global

Página

Artigos:

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

O art. 3º da Medida Provisória nº 671, de 2015, passa a contar com a seguinte redação

“Art. 3º

.....
 XI – comercializem a preço popular ao menos 10% (dez por cento) do total de assentos que tenham disponíveis para comercialização em cada partida ou prova que organize ou participe.

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal dispõe em seu art. 217 que “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, **como direito de cada um**”. No mesmo sentido, a Lei Geral do Desporto, mais conhecida como Lei Pelé (Lei nº 9.615, de 1998), prevê em seu art. 4º, §2º que a organização desportiva do país “integra o patrimônio cultural brasileiro e é considerada de elevado interesse social”.

Em assim sendo, o fomento do Estado ao esporte perpassa também pela necessidade do devido acesso de pessoas de baixa renda ao espetáculo desportivo. Afinal, como dizia Carlos Drummond de Andrade: “A partida de futebol é mais disputada por torcedores do que por atletas no campo”.

Ocorre que hoje, ainda que as partidas de futebol e demais provas de outras modalidades sejam uma forma não apenas de diversão ao trabalhador brasileiro, mas até mesmo de promoção de convívio social e educação através do esporte, há pessoas que não conseguem acompanhar seus clubes e atletas nos campeonatos que disputam, visto que, muitas das vezes, o preço dos ingressos é alto.

Assim, proponho que as entidades esportivas que venham a aderir ao PROFUT, refinanciando as dívidas que possuem com a União, ofereçam como contrapartida, além das demais já previstas na referida MP, ingressos a preços populares.

Há que se recordar que este mecanismo foi utilizado na Copa das Confederações FIFA de 2013 e Copa do Mundo FIFA de 2014 justamente por previsão na chamada Lei Geral da Copa, que incorporou descontos em ingressos dessas competições por iniciativa de deputados federais, ou seja, via apresentação de emendas parlamentares ao PL original na Câmara Federal.

Como a adesão PROFUT é livre aos clubes e demais entidades esportivas, a presente propositura resguarda a autonomia constitucional prevista no art. 217 da CF.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671

00052

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

 data
 26/03/2015

 Proposição
 Medida Provisória nº 671/2015

 autor
 Deputado ORLANDO SILVA

nº do prontuário

 1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa X 4. Aditiva 5 ☐ Substitutivo global

Página

Artigo:

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se ao texto da Medida Provisória 671, de 2015, onde couber:

Art. _____. O §10 do art. 56 da Lei nº 9.615, de 1998, passa a contar com a seguinte redação:

Art. 56.....

.....

§ 10. Os recursos financeiros de que trata o inciso VIII serão repassados à Confederação Brasileira de Clubes - CBC e destinados única e exclusivamente para a formação de atletas olímpicos e paraolímpicos, devendo ser observados os princípios gerais da administração pública, mediante regulamento próprio da entidade destinado a compras e contratações, ficando assegurada a cada entidade beneficiária dos recursos repassados pela CBC a faculdade de utilizar até 50% (cinquenta por cento), em cada projeto, para a concessão de auxílios em forma de bolsas a atletas, assim como para remuneração de membros de comissão técnica, ficando sob a responsabilidade da entidade beneficiária as contratações e os eventuais litígios trabalhistas delas decorrentes.

JUSTIFICATIVA

A Confederação Brasileira de Clubes – CBC – é destinatária desde 2011 de recursos oriundos das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para fomento à formação de atletas olímpicos e paraolímpicos nos clubes esportivos.

A presente emenda visa adaptar o texto do §10 do art. 56 da Lei Geral do Desporto, ou Lei Pelé, como é conhecida, à realidade hoje experimentada pelas entidades beneficiárias pelos incentivos previstos na Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438, de 2006) quanto à execução dos recursos recebidos e a consequente prestação de contas. A previsão atualmente constante da Lei Pelé de que estes procedimentos se deem na forma da legislação de convênios é desarrazoada, visto que impõe às entidades privadas da área esportiva os mesmos procedimentos previstos aos entes públicos, confundindo-os, portanto.

Também é objetivo desta emenda a adaptação do mesmo dispositivo acima para que seja possível a destinação de recursos repassados à CBC na forma da Lei Pelé para pagamento de bolsas a atletas e remuneração a membros de equipes técnicas. Hoje a forma como a norma é editada gera insegurança quanto à possibilidade de se utilizar esta verba para estes fins tão importantes à formação de atletas nos clubes.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671

00053

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

 data
 26/03/2015

 Proposição
 Medida Provisória nº 671/2015

 autor
 Deputado ORLANDO SILVA

nº do prontuário

 1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4 ☒ Aditiva 5 ☐ Substitutivo global

Página

Artigos:

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se ao texto da Medida Provisória 671, de 2015, onde couber:

Art. _____. Fica assegurado o regime de que tratam o art. 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e os arts. 13 e 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, às entidades desportivas da modalidade futebol cujas atividades profissionais sejam administradas por pessoa jurídica regularmente constituída, segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se apenas às atividades diretamente relacionadas com a manutenção e administração de equipe profissional de futebol, não se estendendo às outras atividades econômicas exercidas pelas referidas sociedades empresariais beneficiárias.

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 11.345, de 2006, já havia previsto em seu art. 13 a extensão de benefícios fiscais anteriormente destinados somente às entidades desportivas organizadas na forma associativa também às entidades constituídas na forma empresarial. Ocorre que o referido benefício já se expirou e os clubes que continuam a adotar a forma empresarial não podem mais deles usufruir.

Desse modo, a presente proposição visa restabelecer a isonomia anteriormente garantida às entidades esportivas associativas e empresariais na fruição dos benefícios tributários previstos em lei.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671**00054****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 26/03/2015	Proposição Medida Provisória nº 671/2015
--------------------	---

autor Deputado ORLANDO SILVA	nº do prontuário
---------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input type="checkbox"/> Modificativa	4 <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	---	--

Página	Artigos:	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se ao texto da Medida Provisória 671, de 2015, onde couber:

Art. O disposto no art. 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e nos arts. 13 e 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, aplica-se às entidades de prática desportiva e de administração do desporto, inclusive no que se refere às receitas provenientes do futebol profissional.

JUSTIFICATIVA

O futebol hoje se constitui em uma forma de manifestação popular, verdadeiro patrimônio nacional. As atividades a ele relacionadas movimentam importantes setores da economia e garantem emprego e renda a dezenas de milhares de pessoas em todo o país.

A proposição que ora apresentamos visa justamente deixar claro que as isenções de tributos federais que hoje são estendidas às entidades esportivas devam também alcançar as atividades relacionadas ao futebol profissional, de forma a valorizá-las e de se fazer justiça através da devida isonomia entre os beneficiários.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671

00055

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
26/03/2015Proposição
Medida Provisória nº 671/2015autor
Deputado ORLANDO SILVA

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa X 4. Aditiva 5 ☐ Substitutivo global

Página

Artigo:

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se ao texto da Medida Provisória 671, de 2015, onde couber:

Art. _____. O art. 22 da Lei nº 9.528, de 1997, passa a contar com a seguinte redação:

Art. 22.....

§ 6º-A. A contribuição empresarial das entidades de prática desportiva previstas no inciso VI, do art. 13 da Lei nº 9.615, de 1998, que não mantém equipe de futebol profissional, destinada à Seguridade Social, em substituição à prevista nos incisos I e II deste artigo, corresponde a cinco por cento de sua receita bruta, excetuando-se as receitas sociais, destinadas ao custeio dos clubes esportivos.

JUSTIFICATIVA

As entidades de prática desportiva organizadas na forma de clubes esportivos e que o hoje são responsáveis pela formação e manutenção da ampla maioria dos atletas olímpicos em nosso país são penalizadas pela ausência de isonomia com as entidades que mantêm equipes profissionais de futebol. Estas últimas possuem o benefício atual de recolherem 5% de sua receita bruta auferida através da exploração das atividades futebolísticas para o INSS, enquanto que aos clubes esportivos o tratamento é o mesmo dado às empresas privadas.

A presente emenda busca, portanto, harmonizar e dar isonomia de tratamento às entidades de prática desportiva brasileiras, independentemente das modalidades esportivas que promova, quanto ao recolhimento dos valores devidos ao INSS.

Ademais, a desoneração da folha de pagamentos dos clubes esportivos permitirá o marco zero do segmento e o retorno dos investimentos no esporte de base, pois a medida ora proposta já existia em passado recente, demonstrando a sua viabilidade e com a integração aos recursos da Nova Lei Pelé (Lei n. 9615/98) resultaria significativamente na evolução do esporte nacional.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671

00056

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

 data
 26/03/2015

 Proposição
 Medida Provisória nº 671/2015

 autor
 Deputado ORLANDO SILVA

nº do prontuário

 1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4 ☒ Aditiva 5 ☐ Substitutivo global

Página

Artigos:

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se ao texto da Medida Provisória 671, de 2015, onde couber:

Art. _____. O art. 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1º A partir do ano-calendário de 2007 e até o ano-calendário de 2024, inclusive, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 11.438, de 2006, permite às empresas tributadas com base no lucro real contribuir com o desenvolvimento do esporte em nosso país através do mecanismo de incentivo fiscal previsto na norma. Ocorre que o prazo de vigência do benefício expira no final do vigente ano, de modo a comprometer a preparação de nosso atletas e parafletas para os próximos grandes eventos.

Desse modo, a presente proposição visa prorrogar a vigência da Lei de Incentivo ao Esporte para os próximos dois ciclos olímpicos e paralímpicos completos, de modo a estendê-la ao ano de 2020.

PARLAMENTAR

EMENDA Nº - CM MPV 671
(à MPV nº 671, de 2015) 00057

Inclua-se o inciso XI, abaixo indicado, ao art. 4º da Medida Provisória nº 671, de 2015, adaptando, consequentemente, a redação do § 2º deste mesmo artigo e o inciso I do art. 34, todos da presente MP:

“Art. 4º

.....
XI - cumprimento das obrigações constantes da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 – Estatuto do Torcedor, em especial, a comprovação, com, no mínimo, 12 horas que anteceder o respectivo evento esportivo, da entrega do laudos técnicos mencionados no art. 23 do diploma legal citado, também, para os órgãos de segurança pública responsáveis pela segurança do torcedor dentro e fora dos estádios e demais locais de realização de eventos esportivos. (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

Independentemente da discussão sobre a saúde financeira dos clubes de futebol brasileiro, bem como sobre o melhor caminho para se alcançar o almejado equilíbrio em suas contas e a responsabilização dos seus dirigentes, quando da prática de gestão temerária frente às instituições, não se pode deixar de lado a exigência destes quanto à segurança do torcedor por ocasião dos eventos esportivos.

Assim, proponho trazer este tema a lume, por meio da inclusão de um dispositivo, dentre aqueles que ditam as condições para que as entidades possam manter-se no PROFUT - Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, obrigando o cumprimento das obrigações arroladas no Estatuto do Torcedor para que as entidades consigam os benefícios instituídos pela MP 671/15. Não só isto, se cria, também, por este dispositivo, a obrigação dos órgãos públicos responsáveis pela segurança

dos torcedores serem informados, como já é o Ministério Público, das condições de segurança dos estádios a serem utilizados na competição.

Ou seja, além de aperfeiçoar o Estatuto do Torcedor, estabelecemos, nesta ocasião, um prazo de, no mínimo, 12 horas, para a entrega dos laudos previstos no art. 23 deste diploma legal.

Por tudo isto, temos certeza que a nossa emenda será acolhida pelo relator da matéria e aprovada pelos nobres pares.

Sala da Comissão,

Deputado Subtenente Gonzaga-PDT/MG

EMENDA Nº - CM
(à MPV nº 671, de 2015)

MPV 671
00058

Inclua-se, no art. 5º da Medida Provisória nº 671, de 2015, o inciso VII, com a seguinte redação:

“Art. 5º.....

VII - assegure a segurança e incolumidade do torcedor dentro dos estágios, por meio de segurança e brigada de incêndio privadas, custeadas pelo detentor do mando de jogo ou da segurança pública mediante pagamento de taxa a ser estabelecida em lei estadual ou distrital. (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

O Capítulo IV da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, Estatuto do Torcedor, que trata da “Segurança do Torcedor Participe do Evento Esportivo”, logo no seu artigo inicial determina que o torcedor tem direito a segurança nos locais onde são realizados os eventos esportivos, antes, durante e após a realização das partidas. Já o inciso I do art. 14, deste mesmo capítulo, diz que o detentor do mando de jogo e os dirigentes das entidades esportivas envolvidas no evento deverão solicitar ao Poder Pública a presença de agentes públicos de segurança, devidamente identificados, **responsáveis pela segurança dos torcedores dentro e fora dos estádios.**

Por tratar-se, na sua grande maioria, de eventos privados, que gera lucro para os seus organizadores, alguns estados membros já instituíram por meio de legislação estadual taxa de segurança pública quando, por exemplo, os seus agentes dão suporte a eventos privados.

Sabe-se que a instituição de tal tributo, tem gerado algumas disputas judiciais como a abaixo indicada:

“DIREITO CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. AGRAVOS REGIMENTAIS EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TAXA DE SEGURANÇA PÚBLICA. ADI ESTADUAL. LEI ESTADUAL 6.763/75, MODIFICADA PELA LEI ESTADUAL 12.425/96. POLÍCIA OSTENSIVA. EVENTOS. REUNIÃO OU AGLOMERAÇÃO DE PESSOAS. INCONSTITUCIONALIDADE. ADIs 1.942-MC/PA E 2.424/CE.

1. Impossibilidade de cobrança de taxa de segurança pública de eventos abertos ao público, ainda que tal serviço seja solicitado por particular para a sua segurança ou para a de terceiros. Visto que incumbe ao Estado prestá-la a toda a população, essa atividade somente pode ser sustentada por imposto. Precedentes. (...)”

Assim sendo, para evitar celeumas jurídicas desnecessárias, restringimos na redação ora proposta, a possibilidade da cobrança da referida taxa quando os agentes públicos forem utilizados na segurança interna do evento esportivo, ou seja, no interior dos estádios. Neste caso, o promotor o detentor do mando do jogo poderá optar pela contratação de segurança e brigadistas privados, aumentando a possibilidade de contratação de pessoal, ou o ressarcimento ao estado pelo uso de seus agentes, mas sem descuidar da segurança do torcedor.

Sala da Comissão,

Deputado Subtenente Gonzaga/PDT-MG



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671**00059**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data

Proposição

Medida Provisória nº 671/15

Autor

Deputado Danrlei de Deus Hinterholz

Nº do prontuário

1. Supressiva	2. substitutiva	3. x modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
---------------	-----------------	-------------------	------------	------------------------

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altera-se o inciso I do parágrafo 1º do Art. 4º da Medida Provisória 671, de 19 de março de 2015, com a seguinte redação:

“Art. 4º

.....

I – a participação de atletas nos colegiados de direção, os quais representarão dez por cento do colegiado, e na eleição para os cargos da entidade;

.....”(NR)

Justificativa

O texto da Medida Provisória estabelece que os atletas tenham participação nos colegiados de direção, porém não delimita qual seria o peso dessa participação. Propomos a inclusão de um peso, no caso de dez por cento, para que a opinião e posicionamentos dos atletas tenham o mínimo de representatividade.

PARLAMENTAR

**CONGRESSO NACIONAL****MPV 671****00060**ESPAÇO RESERVADO
PARA ETIQUETA**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

DATA		PROPOSIÇÃO		
		MPV nº 671 de 19 de março de 2015		
AUTOR		PRONTUÁRIO		
CARLOS EDUARDO CADOCA				
1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutiva Global				
PÁGINA	ARTIGOS	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
	4º	4º		
TEXTO				
Suprima-se o § 4º do art. 4º da Medida Provisória nº 671 de 2015.				

JUSTIFICAÇÃO
<p>O intuito da Medida Provisória é contribuir para o fortalecimento do futebol brasileiro, por meio do refinanciamento de dívidas, mediante a adoção de ações voltadas para a melhor governança.</p> <p>Com esse princípio, não creio ser adequado que as entidades desportivas profissionais de futebol com faturamento anual inferior a cinco milhões de reais recebam tratamento diferenciado das demais. Com a aprovação desta emenda, elas também serão proibidas de antecipar ou comprometer receitas referentes a períodos posteriores ao término da gestão ou do mandato, acima de trinta por cento das receitas referentes ao primeiro ano do mandato subsequente; bem como em substituição de passivos onerosos.</p> <p>Elas também deverão reduzir o déficit ou prejuízo, obedecendo os prazos descritos nas alíneas "a", "b" e "c", do inciso V do art. 4º assim como limitar a 70% da receita bruta anual, os gastos com folha de pagamento e direitos de imagem de atletas profissionais.</p> <p>Com base no exposto, solicitamos aos nossos pares, a aprovação da presente emenda.</p>



CONGRESSO NACIONAL

MPV 671

00061

 ESPAÇO RESERVADO
PARA ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA		PROPOSIÇÃO	
		MPV nº 671 de 19 de março de 2015	
AUTOR		PRONTUÁRIO	
CARLOS EDUARDO CADOCA			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutiva Global			
PÁGINA	ARTIGOS	PARÁGRAFO	INCISO
	22	1º	VI
ALÍNEA			

TEXTO

Dê-se ao inciso VI do parágrafo 1º do artigo 22 Medida Provisória nº 671 de 2015, a seguinte redação:

“Art. 22.

§ 1º

VI – os órgãos dispostos no artigo 35.”

JUSTIFICAÇÃO

Entendo que os órgãos responsáveis pela edição de normas necessárias à execução dos parcelamentos previstos nesta lei são legitimados a também, apresentar denúncias de descumprimento das condições previstas nos art. 4º e 5º à Autoridade Pública de Governança do Futebol.

Com base no exposto, solicitamos aos nossos pares, a aprovação da presente emenda.



CONGRESSO NACIONAL

MPV 671

00062

 ESPAÇO RESERVADO
PARA ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA		PROPOSIÇÃO	
		MPV nº 671 de 19 de março de 2015	
AUTOR		PRONTUÁRIO	
CARLOS EDUARDO CADOCA			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutiva Global			
PÁGINA	ARTIGOS	PARÁGRAFO	INCISO
	4º	5º	

TEXTO	
<p>Dê-se ao parágrafo 5º do artigo 4º Medida Provisória nº 671 de 2015, a seguinte redação:</p> <p>Art. 4º Para que as entidades desportivas profissionais de futebol mantenham-se no PROFUT, serão exigidas as seguintes condições:</p> <p>.....</p> <p>§ 5º Não constitui descumprimento da condição prevista no inciso VII do caput a existência de débitos em discussão judicial, <u>CUJO PROCESSO TENHA SIDO PROTOCOLADO ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DESTA LEI.</u></p>	

JUSTIFICAÇÃO	
<p>A presente emenda insere um limitador temporal para deixar mais clara a necessidade de se honrar os compromissos com contratos e pagamentos de encargos relativos a profissionais, principalmente após a entrada em vigor da presente lei. A redação original da MP dá a entender que somente os débitos existentes na data da vigência.</p> <p>Caso haja débitos em discussão judicial envolvendo o cumprimento dos contratos e regular pagamento dos encargos relativos a todos os profissionais contratados, referentes a verbas atinentes a salários, de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, de contribuições previdenciárias, de pagamento das obrigações contratuais e outras havidas com os atletas e demais funcionários, inclusive direito de imagem, ainda que não guardem relação direta com o salário, cujas causas tenham se iniciado posteriormente à entrada em vigor da presente lei, a entidade desportiva mencionada no caput estará sim, sujeita à exclusão do PROFUT.</p> <p>Com base no exposto, solicitamos a aprovação desta proposta, que fortalecerá a administração do futebol no Brasil.</p>	

MPV 671
00063



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição Medida Provisória nº 671, de 2015.			
<small>autor</small> Dep. Mendonça Filho	<small>Nº do prontuário</small>			
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> 1 Supressiva 2 Substitutiva 3 <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa 4 Aditiva 5 Substitutiva global </div>				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
<small>TEXTO / JUSTIFICACÃO</small>				
<p style="text-align: center;">Dê-se aos incisos I e II do art. 9º da MP 671/15 a seguinte redação:</p> <p>“Art. 9º</p> <p>I – em até cento e vinte parcelas, com redução de setenta e cinco por cento das multas, de trinta e cinco por cento dos juros e de cem por cento dos encargos legais; ou</p> <p>II – em até duzentas e quatro parcelas, com redução de sessenta e cinco por cento das multas, de trinta por cento dos juros e de cem por cento dos encargos legais.</p> <p style="text-align: right;">”</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>O aumento de cinco por cento nas deduções de multas e juros devidos pelas entidades desportivas significa um bônus para aqueles que se comprometerem a cumprir as determinações que se apresentam no texto da MP em tela.</p> <p>Vale ressaltar que o montante da dívida se encontra em números muito elevados, e o desconto pretendido nesta emenda representará importante alívio para os combalidos cofres dos clubes brasileiros.</p>				

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

MPV 671

ETIQU 00064 ETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição Medida Provisória nº 671, de 2015.			
autor Dep. Mendonça Filho			Nº do prontuário	
1. Supressiva 2. Substitutiva 3. (X) Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutiva global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Dê-se ao § 10 do art. 9º da MP 671/15 a seguinte redação:</p> <p>“Art. 9º</p> <p>.....</p> <p>.....</p> <p>§ 10 O valor de cada uma das parcelas, determinado na forma desse artigo, será acrescido de juros obtidos pela aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.</p> <p>.....”</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>A utilização do IPCA como índice de reajuste da dívida fiscal dos clubes mostra-se mais adequado, haja vista o não atrelamento legal de débitos tributários a títulos federais, objetos de remuneração da taxa sugerida pelo texto da MP.</p>				

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

MPV 671**00065**

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição Medida Provisória nº 671, de 2015.
------	--

autor Dep. Mendonça Filho	Nº do prontuário
-------------------------------------	------------------

1 Supressiva	2. Substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutiva global
--------------	-----------------	---	------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao § 10 do art. 9º da MP 671/15 a seguinte redação:

“Art. 9º

.....

§ 10 O valor de cada uma das parcelas, determinado na forma desse artigo, será acrescido de juros obtidos pela aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

.....”

JUSTIFICATIVA

A utilização da TJLP como índice de reajuste da dívida fiscal dos clubes mostra-se mais adequada, haja vista o não atrelamento legal de débitos tributários a títulos federais, objetos de remuneração da taxa sugerida pelo texto da MP.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671

00066

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição Medida Provisória nº 671, de 2015.			
autor Dep. Mendonça Filho	Nº do prontuário			
1 Supressiva 2. Substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutiva global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p style="text-align: center;">Dê-se ao § 10 do art. 9º da MP 671/15 a seguinte redação:</p> <p>“Art. 9º</p> <p>.....</p> <p>§ 10 O valor de cada uma das parcelas, determinado na forma desse artigo, será acrescido de juros obtidos pela aplicação do Índice de Geral de Preços do Mercado – IGP-M, acumulado mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.</p> <p style="text-align: right;">”</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>A utilização do IGP-M como índice de reajuste da dívida fiscal dos clubes mostra-se mais adequada, haja vista o não atrelamento legal de débitos tributários a títulos federais, objetos de remuneração da taxa sugerida pelo texto da MP.</p>				

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671

00067

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição Medida Provisória nº 671, de 2015.
------	--

autor Dep. Mendonça Filho	Nº do prontuário
------------------------------	------------------

1 Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. (X) Aditiva	5. Substitutiva global
--------------	-----------------	-----------------	----------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber o seguinte artigo à MP 671/15:

Art. # O artigo 42 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art.42.....

§ 4º Nos torneios e campeonatos profissionais, de âmbito nacional ou regional, a comercialização dos direitos de que trata o *caput* deste artigo deverá ser realizada de forma coletiva e unificada, por meio de instituição que represente todas as entidades de prática desportiva participantes do torneio ou campeonato, que será escolhida pela concordância mínima de sessenta por cento (60%) das entidades de prática desportiva participantes do torneio ou campeonato;

§ 5º Ressalvado o disposto no §1º deste artigo, a receita proveniente da comercialização dos direitos de que trata o *caput* deste artigo, realizada na forma do §4º, será distribuída na seguinte proporção:

I – cinquenta por cento (50%) da receita serão divididos equitativamente entre todas as entidades de prática desportiva participantes do torneio ou campeonato;

II – vinte e cinco por cento (25%) da receita serão divididos conforme a classificação na última temporada do mesmo torneio ou campeonato; e

III – vinte e cinco por cento (25%) da receita serão divididos de forma proporcional à média da audiência constatada nos jogos transmitidos no ano anterior.

§ 6º Os contratos que tiverem por objeto a comercialização de que trata o *caput* deste artigo:

I – deverão ser publicados nos sítios eletrônicos das entidades de administração de desporto, de âmbito nacional ou regional, organizadoras dos campeonatos ou torneios objeto dos referidos contratos;

II – não poderão conter nenhuma cláusula de preferência para renovação ao contratado para transmitir as partidas do torneio ou campeonato.

§ 7º A instituição representante das entidades de prática desportiva pertencentes à principal divisão de campeonato profissional de âmbito nacional, escolhida na forma do disposto no § 4º, deverá, nos termos do §5º, negociar os

direitos de transmissão de imagem dos eventos esportivos em pelo menos dois pacotes distintos de transmissão, um para a TV aberta e outro para a TV fechada, que inclui o sistema *pay per view*.

§ 8º As emissoras de televisão aberta não poderão dedicar mais do que dez por cento do tempo de transmissão ao vivo, de todas as partidas da principal divisão de campeonato profissional de âmbito nacional, para a transmissão de jogos ao vivo de uma entidade de prática desportiva individualmente e mais do que vinte por cento para a transmissão de jogos ao vivo de duas entidades de prática desportiva."

JUSTIFICATIVA

"O Brasil é o país do futebol". Este é o bordão repetido inúmeras vezes e que parece refletir uma parte importante da alma do brasileiro.

Mas, por trás de toda a aura de romantismo que cerca a relação do futebol com o povo, há um conjunto grande de negócios de bilhões de Reais. Além dos recursos dos anunciantes e patrocinadores, estão os crescentes valores pagos pelos direitos de transmissão dos jogos de futebol.

O direito sobre a transmissão da imagem constitui hoje a principal fonte de receita dos clubes de futebol, considerando apenas os recursos obtidos diretamente pela venda que atingem cerca de 40% das receitas totais dos clubes. Além disso, muitos patrocinadores somente irão arriscar investir naquele clube que se sabe terá exposição razoável na grande mídia televisiva.

No Brasil, o campeonato brasileiro possui um interesse estratégico tanto para emissoras como para clubes. De fato, o "Brasileirão" é a competição que agrupa os melhores e mais tradicionais times do país, justamente os que contam com as maiores torcidas. Nesse sentido, ele é capaz de proporcionar mais jogos interessantes do ponto de vista da transmissão televisiva quando comparado a outros torneios nacionais (Campeonatos Estaduais e a Copa do Brasil) ou internacionais, nos quais a participação de clubes brasileiros é limitada (Libertadores e Sul-Americana).

A comercialização dos direitos televisivos de campeonatos esportivos, principalmente aqueles das ligas profissionais de futebol, bem como a distribuição dos recursos advindos desses contratos, são temas que têm gerado muitas discussões e embates.

No Brasil, a divisão dos recursos oriundos das negociações dos campeonatos nacionais tem se mostrado demasiadamente injusta e excludente. Seguimos modelo semelhante ao que é adotado na Espanha, onde as negociações são individuais e não coletivas.

Naquele país, dois times dominam o mercado da comercialização desses direitos - Real Madrid e Barcelona -, que são os dois primeiros colocados no ranking espanhol e cobram 120 milhões de euros pelos seus contratos. O terceiro colocado, o Valencia, recebe 44 milhões de euros, ou seja, praticamente um terço dos privilegiados concorrentes. Já outros clubes tradicionais, como Atlético de Bilbao e Sevilha, recebem ainda menos: cerca de 20 milhões de euros. Ou seja, seis vezes menos que os principais clubes do país. Esses contratos durarão até 2015.

Diante dessa realidade, verifica-se que, na Espanha, por conta das negociações individuais, dificilmente algum clube que não seja o Real Madrid ou o Barcelona consegue se sobressair por temporadas consecutivas. Não por acaso, nos últimos quinze anos, apenas em quatro ocasiões o campeão espanhol não foi o Real Madrid, nem o Barcelona. É comum vermos uma disputa bipolarizada entre esses dois clubes, que quase sempre disparam nos dois primeiros lugares da competição, relegando aos demais a briga pelas 3ª e 4ª colocações, num campeonato que concede vagas na "Champions League". Não restam dúvidas de que isso é fruto da imensa desigualdade na negociação dos direitos televisivos.

Na Itália, os clubes eram livres para negociar os direitos de televisão individualmente. Mas essa liberdade acabou ao final da temporada de 2010/11. Isso ocorreu devido ao flagrante desequilíbrio orçamentário que passou a existir entre os clubes da principal divisão. Em razão disso, o Ministério do Esporte italiano determinou que as cotas de televisão voltassem a ser negociadas coletivamente.

Ou seja, assim como acontece atualmente na Espanha, havia um desequilíbrio a favor dos grandes clubes italianos – Inter, Milan e Juventus. Ao negociarem os seus direitos individualmente, esses três acabavam por concentrar grande parte dos recursos, prejudicando, assim, os demais clubes da primeira divisão e, por conseguinte, a competitividade do certame.

Diante desse fato, na Itália, foi necessária uma intervenção estatal, via Ministério do Esporte, para que se procurasse um modelo de negociação coletiva com regras estabelecidas para uma divisão mais equânime desses recursos, que passou a ser feita da seguinte forma:

- a) 40% divididos igualmente entre todas as entidades de prática desportiva participantes do campeonato;
- b) 30% divididos conforme o desempenho no campeonato anterior (mérito desportivo); e
- c) 30% divididos com base no tamanho da torcida.

Na "Premier League" da Inglaterra, liga de futebol de maior faturamento no mundo, a negociação é coletiva e a divisão também é realizada em três partes:

- a) 50% divididos igualmente entre todas as entidades de prática desportiva participantes do campeonato;
- b) 25% divididos com base na classificação final da temporada anterior; e
- c) 25% divididos de forma proporcional ao número de jogos transmitidos na televisão.

Esse modelo permitiu, por exemplo, que o "Manchester United", campeão em 2008/09, tenha recebido 66 milhões de euros, enquanto que o "Middlesbrough", penúltimo colocado, tenha encaixado 40 milhões de euros. Na Alemanha, a negociação é coletiva e a divisão é feita de modo igualitário. A *Bundesliga* destina 75% do montante dos recursos para os clubes da primeira divisão e 25% para os da segunda, mas dentro das divisões a repartição é feita por igual. Isso gera insatisfação nos clubes maiores que, com razão, pleiteiam critérios que também ponderem seus méritos, ou seja, o desempenho esportivo e a representatividade de suas torcidas.

No caso do Brasil, as negociações eram coletivas até 2011. A competição de 2012 marcou o início de uma nova era no que diz respeito às vendas dos direitos de transmissão televisiva. Pela primeira vez, desde os anos 1990, os clubes negociaram individualmente aquilo que ficou chamado de "cota de TV", abandonando a negociação por intermédio do Clube dos Treze. Os contratos assinados entre os

clubes e a Rede Globo são válidos para os campeonatos de 2012 a 2015.

Com o fim do Clube dos Treze e o término das negociações por parte dessa entidade, o futebol brasileiro passou de um modelo de negociação coletiva para o modelo de negociação individual.

Sobre esse fato, é necessário esclarecer que a negociação liderada pelo Clube dos Treze não assegurava critérios justos para a divisão da "cota". A entidade executava, a seu critério, a divisão dos recursos financeiros privilegiando os seus associados em detrimento dos demais clubes, que eram denominados "convidados". Entre os associados, havia também uma estratificação arbitrária, com alguns clubes mais aquinhoados que outros.

Mas, se esse modelo já era injusto, a mudança veio para piorar. O futebol brasileiro, desse modo, passou de um modelo que gerava desigualdade para outro que a aprofundava.

A dinâmica perversa desse modelo não é difícil de ser compreendida: clubes com maiores orçamentos podem contratar melhores times; melhores times têm maior probabilidade de conquistar maior número de títulos; maior número de títulos implica em maior crescimento das torcidas; maiores torcidas proporcionam maiores audiências nas TVs, o que resulta em contratos de transmissão financeiramente mais vantajosos. A partir daí, todo o ciclo vicioso volta a se repetir.

Para confirmar o argumento, os números são claros. No período de 2012 a 2015 as cotas são as seguintes:

Grupo 1 – Flamengo e Corinthians: R\$ 110 milhões;

Grupo 2 – São Paulo: R\$ 80 milhões;

Grupo 3 – Vasco e Palmeiras: R\$ 70 milhões;

Grupo 4 – Santos: R\$ 60 milhões;

Grupo 5 – Cruzeiro, Atlético-MG, Grêmio, Internacional, Fluminense e Botafogo: R\$ 45 milhões;

Grupo 6 – Coritiba, Goiás, Sport, Vitória, Bahia e Atlético-PR: R\$ 27 milhões;

Grupo 7 – Atlético-GO (2012), Figueirense (2012), Náutico (2012 e 2013), Ponte Preta (2012 e 2013), Portuguesa (2012 e 2013) e Criciúma (2013): R\$ 18 milhões.

No período de 2016 a 2018, essa inaceitável iniquidade aumenta:

Grupo 1 – Flamengo e Corinthians: R\$ 170 milhões

Grupo 2 – São Paulo: R\$ 110 milhões

Grupo 3 – Vasco e Palmeiras: R\$ 100 milhões

Grupo 4 – Santos: R\$ 80 milhões

Grupo 5 – Cruzeiro, Atlético-MG, Grêmio, Internacional, Fluminense e Botafogo: R\$ 60 milhões.

Grupo 6 – Coritiba, Goiás, Sport, Vitória, Bahia e Atlético-PR: R\$ 35 milhões

Grupo 7 – Demais clubes: negociações anuais com as TVs, a depender da participação na Série A.

Como é possível notar, nesse último período, clubes que participam do Grupo 6 receberão apenas 20,5% do que receberão Flamengo e Corinthians. Como é possível existir competitividade com tamanha disparidade?

Antes que se aprofunde esse *apartheid* futebolístico no Brasil, é necessário que aprendamos com as melhores experiências internacionais, o que é o caso da Inglaterra, França, Alemanha e, ultimamente, da Itália.

O futebol, no Brasil, é mais que um mero esporte. É patrimônio cultural do

povo. Depois da língua portuguesa, é o principal traço da identidade nacional. Por isso, merece uma regulação justa, equilibrada, que garanta o princípio da competitividade e, ao mesmo tempo, do mérito esportivo e da representatividade das torcidas. Além disso, essa proposta se justifica pelo caráter de concessão pública que têm as transmissões de TV no país.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta emenda.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671

00068

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição Medida Provisória nº 671, de 2015.
------	--

autor Dep. Mendonça Filho	Nº do prontuário
------------------------------	------------------

1 Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. X Aditiva	5. Substitutiva global
--------------	-----------------	-----------------	--------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao parágrafo único a denominação de §1º e inclua-se o seguinte §2º ao art. 5º:

“§2º As taxas cobradas pelas entidades nacional e estaduais de administração do desporto ou liga sobre as receitas de bilheteria das partidas de futebol serão, nos campeonatos e torneios realizados a partir de 2016, limitadas a 5% (cinco por cento) do valor arrecadado.”

JUSTIFICATIVA

A atual divisão dos recursos auferidos pelas bilheterias de estádios de futebol do Brasil não reproduz a real necessidade das entidades envolvidas nos eventos esportivos.

Tanto nos campeonatos estaduais quanto no campeonato brasileiro de futebol, as receitas destinadas às entidades desportivas mostram-se extremamente diminutas quando comparadas com as taxas cobradas pelas federações organizadoras das competições.

Números verificados nos campeonatos regionais de 2014 comprovam o exposto acima. No campeonato carioca, até o final de sua primeira fase, nos jogos do Clube de Regatas do Flamengo, a Federação de Futebol do Estado de Rio de Janeiro – FERJ arrecadou o montante de R\$ 322.699,40 contra R\$ 384.962,91 arrecadados pelo Flamengo. Nos jogos do Fluminense Football Club, a FERJ arrecadou R\$ 241.136,00 contra R\$ 363.159,92 pelo Fluminense. Nos jogos do Clube de Regatas Vasco da Gama, a FERJ arrecadou R\$ 189.693,00 contra um resultado negativo de R\$ 220.519,23 do Vasco da Gama. E, finalmente, nos jogos do Botafogo Futebol e Regatas, a FERJ arrecadou R\$ 70.464,50 contra um resultado negativo de R\$ 486.377,40 do Botafogo.

Esses números tornam claras as dificuldades enfrentadas pelos maiores empregadores do futebol brasileiro, os grandes clubes do Brasil, em favor de facilidades financeiras para as federações, que não arcam com os salários pagos aos principais envolvidos no evento – os atletas da modalidade futebol. Nesse contexto, há federações estaduais que chegam a receber 10% das rendas de bilheteria dos campeonatos e torneios realizados no Brasil.

Uma limitação nas taxas devidas às entidades de administração do desporto reverterá em maiores receitas para os endividados clubes brasileiros, de maneira que possam arcar com suas obrigações trabalhistas e tributárias.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671

00069

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
26/03/2015Proposição
Medida Provisória nº 671/2015autor
DEP. André Figueiredo PDT/CE

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa X 4 ☒ Aditiva 5 ☐ Substitutivo global

Página

Artigo:

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se ao texto da Medida Provisória 671, de 2015, onde couber:

Art. _____. O §10 do art. 56 da Lei nº 9.615, de 1998, passa a contar com a seguinte redação:

Art. 56.....

§ 10. Os recursos financeiros de que trata o inciso VIII serão repassados à Confederação Brasileira de Clubes - CBC e destinados única e exclusivamente para a formação de atletas olímpicos e paraolímpicos, devendo ser observados os princípios gerais da administração pública, mediante regulamento próprio da entidade destinado a compras e contratações, ficando assegurada a cada entidade beneficiária dos recursos repassados pela CBC a faculdade de utilizar até 50% (cinquenta por cento), em cada projeto, para a concessão de auxílios em forma de bolsas a atletas, assim como para remuneração de membros de comissão técnica, ficando sob a responsabilidade da entidade beneficiária as contratações e os eventuais litígios trabalhistas delas decorrentes.

JUSTIFICATIVA

A Confederação Brasileira de Clubes – CBC – é destinatária desde 2011 de recursos oriundos das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para fomento à formação de atletas olímpicos e paraolímpicos nos clubes esportivos.

A presente emenda visa adaptar o texto do §10 do art. 56 da Lei Geral do Desporto, ou Lei Pelé, como é conhecida, à realidade hoje experimentada pelas entidades beneficiárias pelos incentivos previstos na Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438, de 2006) quanto à execução dos recursos recebidos e a consequente prestação de contas. A previsão atualmente constante da Lei Pelé de que estes procedimentos se deem na forma da legislação de convênios é desarrazoada, visto que impõe às entidades privadas da área esportiva os mesmos procedimentos previstos aos entes públicos, confundindo-os, portanto.

Também é objetivo desta emenda a adaptação do mesmo dispositivo acima para que seja possível a destinação de recursos repassados à CBC na forma da Lei Pelé para pagamento de bolsas a atletas e remuneração a membros de equipes técnicas. Hoje a forma como a norma é editada gera insegurança quanto à possibilidade de se utilizar esta verba para estes fins tão importantes à formação de atletas nos clubes.

ASSINATURA

Brasília, 25 de março de 2015.



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 671

00070 ETIQUETA

DATA
25.03.2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, de 2015

AUTOR
DEP. ANDRÉ FIGUEIREDO – PDT/CE

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (x) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------	--------	-----------	--------	--------

Inclua-se no Art. 4º da M.P. 671 de 2015, o inciso XI, com a seguinte redação:

“ ... Art. 4º, ...

XI - A obrigação de que todos os atletas contratados pelas entidades esportivas estejam devidamente matriculados em unidades de ensino e acompanhados até o término de curso superior, que poderá inclusive ser oferecido na modalidade à distância.”

JUSTIFICAÇÃO

Os atletas oferecem o melhor de suas vidas ao clube que defendem. A sua mais jovial força e habilidade, colocadas a favor de obter vitórias, conquistas e renda!

Em troca, alguns entendem que é suficiente o salário pago, independente de ser de grande ou pequena monta. Certo é, porém, que a história comprova que um grande número de atletas, não se integra a sociedade, quando se percebem longe das luzes e câmeras do auge de suas carreiras e em igual grande número, muitos não conseguem “administrar” os bons tempos – para guardar aos tempos vindouros, o suficiente para manterem vida digna.

Nesse rumo – garantir “oportunidade” para nossos atletas terem formação acadêmica superior – lhes dará um caminho digno ao final de suas vidas esportivas. Assim poderão ser, Advogados, Médicos, Administradores, Profissionais de Educação Física, contadores e etc., profissões que

somadas ao tempo de dedicação aos clubes, como Atleta de Alto Rendimento, lhes garantirão sustento e objetivo social, pós carreira.

ASSINATURA

Brasília, 23 de março de 2015.



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 671**00071** ETIQUETADATA
25.03.2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, de 2015

AUTOR
DEP. ANDRÉ FIGUEIREDO – PDT/CE

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (x) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------	--------	-----------	--------	--------

Inclua-se no Art. 4º da M.P. 671 de 2015, o inciso XII, com a seguinte redação:

“... Art. 4º, ...

XII - Cumprimento de que todos os profissionais administrativos e técnicos, principalmente os da área da saúde, sejam devidamente registrados nos respectivos conselhos profissionais.”

JUSTIFICAÇÃO

Devemos nos preocupar com o principal artista no show dos esportes, especialmente no futebol, os atletas. Seu rendimento pode ser maior ou menor, de acordo com o atendimento que recebe, como treinamento, orientação psicológica, alimentar ou mesmo na gestão de seus contratos e etc.

Oferecer atendimento administrativo e técnico, com profissionais devidamente habilitados, além de boa intenção em melhor atender propiciando condições elevadas nos serviços que o clube fornece aos seus atletas, até para que esses possam render ainda

mais e melhor, deve ser antes uma obrigação, para que ao atleta seja garantida qualidade de vida e saúde.

ASSINATURA

Brasília, 23 de março de 2015.



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671

00072

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
26/03/2015Proposição
Medida Provisória nº 671/2015autor
DEP ANDRÉ FIGUEIREDO PDT/CE

nº do prontuário

1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa ☒ 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página

Artigo:

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se ao texto da Medida Provisória 671, de 2015, onde couber:

Art. _____. O art. 22 da Lei nº 9.528, de 1997, passa a contar com a seguinte redação:

Art. 22.....

§ 6º-A. A contribuição empresarial das entidades de prática desportiva previstas no inciso VI, do art. 13 da Lei nº 9.615, de 1998, que não mantém equipe de futebol profissional, destinada à Seguridade Social, em substituição à prevista nos incisos I e II deste artigo, corresponde a cinco por cento de sua receita bruta, excetuando-se as receitas sociais, destinadas ao custeio dos clubes esportivos.

JUSTIFICAÇÃO

As entidades de prática desportiva organizadas na forma de clubes esportivos e que o hoje são responsáveis pela formação e manutenção da ampla maioria dos atletas olímpicos em nosso país são penalizadas pela ausência de isonomia com as entidades que mantém equipes profissionais de futebol. Estas últimas possuem o benefício atual de recolherem 5% de sua receita bruta auferida através da exploração das atividades futebolísticas para o INSS, enquanto que aos clubes esportivos o tratamento é o mesmo dado às empresas privadas.

A presente emenda busca, portanto, harmonizar e dar isonomia de tratamento às entidades de prática desportiva brasileiras, independentemente das modalidades esportivas que promova, quanto ao recolhimento dos valores devidos ao INSS.

Ademais, a desoneração da folha de pagamentos dos clubes esportivos permitirá o marco zero do segmento e o retorno dos investimentos no esporte de base, pois a medida ora proposta já existia em passado recente, demonstrando a sua viabilidade e com a integração aos recursos da Nova Lei Pelé (lei n. 9615/98) resultaria significativamente na evolução do esporte nacional.

ASSINATURA

Brasília, 25 de março de 2015.



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671

00073

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

 data
 26/03/2015

 Proposição
 Medida Provisória nº 671/2015

 autor
 DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO PDT/CE

nº do prontuário

 1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa **X** 4. Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo:

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se ao texto da Medida Provisória 671, de 2015, onde couber:

“Art. ____ . A alínea "b" do inciso IV do artigo 2º da Lei nº 11.345 de 14 de setembro de 2006, passa a contar com a seguinte redação:

Art. 2º.....

IV -

b) 1/3 (um terço), para as ações dos clubes sociais, de acordo com os projetos aprovados pela Federação Nacional de Clubes Esportivos
"

JUSTIFICAÇÃO

A Federação Nacional dos Clubes Esportivos - FENACLUBES foi fundada em 2002, por iniciativa da Confederação Brasileira de Clubes - CBC, tendo, após 10 anos de tramitação, obtido seu Registro Sindical em 06 de março de 2012, sendo hoje a entidade detentora do código de entidade sindical nº. 000.843.00000-7 e processo de Registro Sindical nº 46000.012940/2002-12. Portanto, a FENACLUBES é representante oficial da categoria econômica dos clubes esportivos de prática formal e não formal, no âmbito sindical, como entidade de grau superior e tem a missão de representar a categoria econômica em todo o território nacional, e especialmente nas localidades onde não atuam as entidades de primeiro grau.

ASSINATURA

Brasília, 25 de março de 2015.



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 671

00074 ETIQUETA

DATA
24/03/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, de 2015

AUTOR
DEP. ANDRÉ FIGUEIREDO – PDT-CE

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 ()
SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALINEA

Inclua-se onde couber a seguinte emenda aditiva ao texto da MP 671, de 2015:

“ O art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56.....

.....

IX - Os recursos destinados ao Ministério do Esporte referidos no inciso VI do art. 6º desta Lei;

.....

§ 11. Os recursos a que se refere o inciso IX deste artigo:

I - serão exclusiva e integralmente aplicados em projetos de iniciação desportiva, em modalidades olímpicas e paraolímpicas e de criação nacional, de crianças e jovens matriculados no ensino fundamental de estabelecimentos de ensino públicos ou em instituições especializadas de educação especial reconhecidas pelo Ministério da Educação;

II - serão utilizados por meio da celebração de convênios entre o Ministério do Esporte, as entidades de prática desportiva e os órgãos gestores dos sistemas de ensino das escolas participantes dos projetos autorizados;

III - terão a prestação de contas informada em sítio eletrônico do Ministério do Esporte na rede mundial de computadores;

IV - financiarão as seguintes despesas:

a) pagamento de pró-labore para os profissionais contratados para implementação do projeto;

b) locação de espaços físicos para a prática das atividades desportivas;

c) locação de veículos automotores para o transporte dos alunos e equipe técnica;

d) aquisição de materiais esportivos e equipamentos para implementação do projeto, inclusive os adaptados e/ou apropriados para pessoas com deficiência;

e) alimentação compatível com a prática desportiva realizada pelos alunos beneficiários.

§ 12. Ato do Poder Executivo fixará:

I - o teto de remuneração a ser pago para os profissionais de que trata o § 11, inciso IV, alínea "a" deste artigo, por categoria profissional, tempo de formação e títulos acadêmicos ou profissionais, e carga horária mínima de dezesseis horas semanais;

II - percentual máximo dos recursos liberados para o projeto que poderão ser destinados para os custos previstos no § 11, inciso IV, alíneas "b", "c", "d" e "e" deste artigo.

§ 13. Não poderá fazer parte do quadro de profissionais remunerados pelos projetos financiados pelos recursos de que trata o inciso IX deste artigo qualquer componente da diretoria executiva ou conselhos consultivos da

entidade de prática desportiva que conste em ata de eleição e posse.

§ 14. O descumprimento pela entidade exequente do disposto nos §§ 12 e 13 deste artigo levará à suspensão do envio dos recursos financeiros para o projeto, que se manterá até que a situação seja normalizada.

§ 15. Os projetos financiados pelos recursos de que trata o inciso IX deste artigo deverão ser obrigatoriamente executados por profissionais de educação física, podendo, quando necessário, ser feita a contratação de outras categorias de profissionais, todos devidamente registrados no conselho profissional correspondente.

§ 16. Quinze por cento (15%) dos recursos de que trata o inciso IX serão destinados para o financiamento de projetos de iniciação esportiva de modalidades paraolímpicas." (NR)

"Art. 56-D A entidade proponente dos projetos de que trata o § 11 do art. 56 desta Lei será:

I - entidade de prática desportiva, com no mínimo um ano de funcionamento, filiada a entidade de administração de desporto de âmbito nacional ou regional; ou

II – estabelecimento de ensino fundamental e médio da rede pública, estabelecimento de ensino privado localizado em município com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM baixo ou muito baixo, ou instituição especializada de educação especial reconhecida pelo Ministério da Educação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda dispõe que uma parte dos recursos necessários ao fomento das práticas desportivas formais e não-formais a que se refere o art. 217 da Constituição Federal

serão destinados ao Ministério do Esporte e serão aplicados exclusivamente em projetos de iniciação desportiva, em modalidades olímpicas e paralímpicas e de criação nacional, de crianças e jovens matriculados no ensino **fundamental e médio** de estabelecimento de ensino público e privados localizados em municípios com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal- IDHM baixo ou muito baixo, ou em instituições especializadas de educação especial reconhecidas pelo Ministério da Educação.

ASSINATURA

Brasília, 24 de março de 2015.



NACIONAL

NTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 011

00075 ETIQUETA

DATA 25/03/2015	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 671/2015			
AUTOR Deputado William Woo – PV/SP			Nº PRONTUÁRIO 533	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTIT 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFOS	INCISO	ALINEA

Acrescente-se, onde couber, à presente Medida Provisória, o seguinte artigo:

“Art... O inciso I do artigo 15 da lei nº 4.502 de 30 de novembro de 1964 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15:

I – ao custo de fabricação, acrescido da margem normal de lucro, quando o produto for destinado a outro estabelecimento do próprio remetente ou a estabelecimento de firma com a qual mantenha relação de interdependência ”.

JUSTIFICAÇÃO

A lei do IPI fala em preço tributável mínimo, quando da venda de produtos para empresas interdependentes, no caso o “... preço corrente no mercado atacadista da praça do remetente...”.

Ocorre que a apuração respectiva é difícilima, para não se dizer impossível, já que impõe o conhecimento de preços e detalhes comerciais de um sem número de negócios, ocorridos na praça do remetente.

Ou seja, a apuração desse preço mínimo tributável impõe o conhecimento de informações de terceiros, as quais não estão disponíveis aos contribuintes. Com efeito, para seguir a regra em questão necessário que todos os atacadista de uma mesma praça disponibilizem, mensalmente, seus preços e demais condições comerciais.

Ora, e como visto, não faz sentido manter uma disposição legal de

ASSINATURA

_____/_____/_____



NACIONAL

NTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 25/03/2015	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 671/2015			
AUTOR Deputado William Woo – PV/SP			Nº PRONTUÁRIO 533	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTIT 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFOS	INCISO	ALINEA
<p>impossível atendimento e totalmente divorciada das práticas atuais de mercado. Nesse particular, vale dizer que a redação vigente da regra foi editada há quase 50 anos, portanto, em outro cenário e ambiente econômico.</p> <p>Dessa forma, e para se evitar a vigência de norma de impossível atendimento, bem como os desvios interpretativos decorrentes de tão ultrapassada norma, necessário que seja dada uma nova redação ao tema, no caso, o uso do preço de custo, acrescido da margem normal de lucro.</p> <p>Importante dizer que a base tributável mínima ora proposta segue as normas correlatas, conforme se depreende do inciso III do artigo 15 citado.</p> <p>Ou seja, a proposição pretende busca equalizar o tratamento do preço mínimo tributável, seguindo o que já é aplicado para outros fatos.</p>				

ASSINATURA

/ /



) NACIONAL

MPV 671

NTAÇÃO DE EMENDAS

00076 ETIQUETA

DATA 25/03/2015	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 671/2015
AUTOR Deputado William Woo – PV/SP	Nº PRONTUÁRIO 533
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTIT 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA	ARTIGO
PARÁGRAFOS	
INCISO	
ALINEA	

Acrescente-se, onde couber, à presente Medida Provisória, o seguinte artigo:

“Art...

Fica revogado:

I - o artigo 8º da Lei 7.798 de 10 de Julho de 1.989”.

JUSTIFICAÇÃO

A lei do IPI fala em preço tributável mínimo, quando da venda de produtos para empresas interdependentes, no caso o “... preço corrente no mercado atacadista da praça do remetente...”.

Ocorre que a apuração respectiva é difícilíssima, para não se dizer impossível, já que impõe o conhecimento de preços e detalhes comerciais de um sem número de negócios, ocorridos na praça do remetente.

Ou seja, a apuração desse preço mínimo tributável impõe o conhecimento de informações de terceiros, as quais não estão disponíveis aos contribuintes. Com efeito, para seguir a regra em questão necessário que todos os atacadistas de uma mesma praça disponibilizem, mensalmente, seus preços e demais condições comerciais.

Ora, e como visto, não faz sentido manter uma disposição legal de impossível atendimento e totalmente divorciada das práticas atuais de mercado. Nesse particular, vale dizer que a redação vigente da regra foi editada há quase 50 anos, portanto, em outro cenário e ambiente econômico.

ASSINATURA

/ /



) NACIONAL

NTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

DATA 25/03/2015	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 671/2015
--------------------	---

AUTOR Deputado William Woo – PV/SP	Nº PRONTUÁRIO 533
--	----------------------

TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTIT 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
---	--	--	--	--

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFOS	INCISO	ALÍNEA
--------	--------	------------	--------	--------

Dessa forma, e para se evitar a vigência de norma de impossível atendimento, bem como os desvios interpretativos decorrentes de tão ultrapassada norma, necessário que seja dada uma nova redação ao tema, no caso, o uso do preço de custo, acrescido da margem normal de lucro.

Importante dizer que a base tributável mínima ora proposta segue as normas correlatas, conforme se depreende do inciso III do artigo 15 citado.

Ou seja, a proposição pretende busca equalizar o tratamento do preço mínimo tributável, seguindo o que já é aplicado para outros fatos.

ASSINATURA

/ /



) NACIONAL

MPV 671**NTAÇÃO DE EMENDAS****00077** ETIQUETA

DATA 25/03/2015	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 671/2015			
AUTOR Deputado William Woo – PV/SP			Nº PRONTUÁRIO 533	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTIT 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFOS	INCISO	ALINEA

Inclua-se, onde couberem, os seguintes artigos na Medida Provisória nº 671, de 2015, com a seguinte redação:

“Art... A Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

.....

§ 2º

I - alcança os mostradores de informações (displays) utilizados em telefones celulares do tipo ‘smartphones’, “tablets” e outros relacionados em ato do Poder Executivo, com tecnologia baseada em componentes de cristal líquido - LCD, fotoluminescentes (painel mostrador de plasma – PDP), eletroluminescentes (diodos emissores de luz – LED, diodos emissores de luz orgânicos – OLED ou displays eletroluminescentes a filme fino – TFEL) ou similares com microestruturas de emissão de campo elétrico, destinados à utilização como insumo em equipamentos eletrônicos;” (NR)

.....

§ 5º O disposto no inciso I do caput alcança os dispositivos eletrônicos semicondutores, montados e encapsulados diretamente sob placa de circuito impresso ou substrato - chip on board, classificada no código 8523.51, 8523.59 e 8523.52.00 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI. (NR).

“Art. 3º

.....

“§ 1º-A Para efeito do disposto no § 1º, o circuito integrado classificado na posição 8542, 8523.51, 8523.52.00 e 8523.59 da NCM, quando importado após a realização das etapas previstas nas alíneas ‘b’ e ‘c’ ou ambas do inciso I do art. 2º, desde que a etapa ‘a’ tenha sido realizada no País, é considerado como insumo.

ASSINATURA
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 30%; border-bottom: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"></div> <div style="width: 60%; border-bottom: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"></div> </div>



) NACIONAL

NTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

DATA 25/03/2015		PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 671/2015		
AUTOR Deputado William Woo – PV/SP		Nº PRONTUÁRIO 533		
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTIT 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFOS	INCISO	ALÍNEA
<p>§ 1º-B Para efeito do disposto no § 1º, o circuito integrado classificado na posição 8542, 8523.51, 8523.52.00 e 8523.59 da NCM, quando importado após a realização da etapa prevista na alínea 'c', do inciso I, do art. 2º, desde que a etapa 'b' tenha sido realizada no País, é considerado como insumo.</p> <p>§ 1º-C A importação a que se referem os parágrafos anteriores deverá ser feita por empresa beneficiária do PADIS para as etapas de concepção, desenvolvimento ou projeto previstas na alínea 'a', do inciso I, do caput do art. 2º.</p> <p>§ 2º As disposições do caput e do § 1º deste artigo alcançam somente os bens ou matérias-primas e insumos aprovados no projeto. (NR).</p> <p>.....</p> <p>§ 5º Conforme ato do Poder Executivo e projeto aprovado nas condições e pelo prazo nele fixados, e desde que destinados às atividades de que tratam os incisos I a III do caput do art. 2º desta Lei, poderá também ser reduzida a zero a alíquota do Imposto de Importação - II incidente sobre máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, ferramentas computacionais (software), para incorporação ao seu ativo imobilizado, e matéria-prima e insumos importados por pessoa jurídica beneficiária do Padis." (NR)</p> <p>"Art. 4º Nas vendas dos dispositivos referidos nos incisos I a III do caput do art. 2º desta Lei, e dos serviços a eles associados, efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do Padis, ficam reduzidas: "(NR)</p> <p>§ 2º (REVOGADO)."</p> <p>.....</p> <p>"Art. 5º</p> <p>.....</p> <p>§ 2º (REVOGADO)."</p> <p>"Art. 6º</p> <p>.....</p> <p>§ 5º Serão considerados como aplicação em pesquisa e desenvolvimento</p>				
ASSINATURA				
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>_____</div> <div>_____</div> </div>				



) NACIONAL

NTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

DATA 25/03/2015	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 671/2015
--------------------	---

AUTOR Deputado William Woo – PV/SP	Nº PRONTUÁRIO 533
--	----------------------

TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTIT 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFOS	INCISO	ALÍNEA
--------	--------	------------	--------	--------

do ano-calendário os dispêndios correspondentes à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento realizadas até 31 de março ao ano subsequente, em cumprimento às obrigações de que trata o este artigo, decorrentes da fruição dos incentivos do PADIS.”

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de alteração do inciso I, do § 2º, do art. 2º, visa ampliar o alcance dos benefícios do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS, para outros mostradores de informações (displays).

Com relação ao acréscimo do § 5º no mesmo art. 2º, é que com essa medida, espera-se ampliar os atuais e atrair novos investimentos, bem como uma elevação da oferta de componentes fabricados no País, com posterior redução de importação e, adicionalmente, contribuição para o adensamento da cadeia do complexo eletrônico – por meio do aperfeiçoamento de Processos Produtivos Básicos (PPBs) de produtos incentivados pela Lei de Informática e que são consumidores desses dispositivos semicondutores, por exemplo. Essa medida foi aprovada no âmbito do PBM/TIC e pelo GEPBM nos últimos três anos.

A inclusão do § 1º-A, no art. 3º visa contemplar a situação em que o projeto de um circuito integrado poderá ser feito no Brasil, mas as etapas de 'difusão' ou 'corte, encapsulamento e teste' (ou as duas), para produção do circuito integrado, poderão ser executadas no exterior. Neste caso, o chip retornará ao Brasil por meio de uma operação de importação, como um insumo ou mesmo pronto para comercialização, havendo, portanto, isenção de tributos de importação.

Procedimento semelhante será aplicado no caso previsto no § 1º- B, em que uma importação de chip encapsulado/testado no exterior poderá ocorrer e ser desonerada dos tributos incidentes na importação desde que a etapa de 'difusão' seja feita no Brasil. Poderá ocorrer, por exemplo, no caso de um chip ter sido projetado no exterior, difundido no Brasil mas cuja etapa final

ASSINATURA

/ /



) NACIONAL

NTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

DATA 25/03/2015	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 671/2015
--------------------	---

AUTOR Deputado William Woo – PV/SP	Nº PRONTUÁRIO 533
--	----------------------

TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTIT 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFOS	INCISO	ALÍNEA
--------	--------	------------	--------	--------

('corte/encapsulamento/teste') venha a ocorrer no exterior. Ao retornar, esse chip será considerado insumo para efeitos da legislação e, portanto, será desonerado de tributos na importação.

A inclusão do § 1º-C, reforça a necessidade de que a importação de tais produtos deve ser feita por empresa beneficiária do PADIS.

A proposta de revogação do § 2º do art. 4º visa conceder incentivos fiscais adicionais para a empresa que realiza a montagem final de dispositivos LCD, OLEDs. Essa atividade parece ser a mais viável para início de operações de uma empresa no Brasil, de forma similar à etapa "c" de encapsulamento e testes para os circuitos integrados. Em particular, destacam-se os 'displays' usados na fabricação de 'smartphones' e 'tablets', produtos que vêm cada vez mais ocupando espaço no consumo nacional e com grande produção local.

Por fim, a proposta de revogação do § 2 do art. 5º, visa ampliar por tempo indeterminado o prazo para que as empresas interessadas na apresentação de projetos possam continuar obtendo os incentivos fiscais do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS. Pela redação atual da Lei, este prazo encerra agora em 31 de maio de 2015.

ASSINATURA

/ /



) NACIONAL

NTAÇÃO DE EMENDAS**MPV 671****00078**

ETIQUETA

DATA 25/03/2015		PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 671/2015		
AUTOR Deputado William Woo – PV/SP			Nº PRONTUÁRIO 533	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTIT 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFOS	INCISO	ALÍNEA

Acrescente-se, onde couber, à presente Medida Provisória, o seguinte artigo:

“Art... A Lei nº 9.779 de 19 de Janeiro de 1.999 passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Artigo 11-A – O saldo credor do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, tratado no artigo 11, a critério do contribuinte, poderá também ser utilizado para quitação de matéria prima, produto intermediário e material de embalagem, tributados pelo imposto, e aplicados na industrialização, isso mediante a sua transferência para o respectivo vendedor.”

JUSTIFICAÇÃO

Os contribuintes sujeitos ao IPI costumam ser credores do imposto, isso em função da própria estrutura de sua apuração.

Com efeito, várias cadeias produtivas têm a tributação do IPI quando da aquisição da matéria prima, produto intermediário e material de embalagem, mas não têm a incidência do IPI na saída do produto final.

Com isso, esses contribuintes se tornam credores do IPI, mas não conseguem dar vazão ao uso desses créditos, mesmo para compensação com outros tributos federais (na forma do artigo 11 da Lei 9.779/99)

Dessa forma, necessário que esses contribuintes tenham também a opção

ASSINATURA
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 30%; border-bottom: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"></div> <div style="width: 60%; border-bottom: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"></div> </div>



> NACIONAL

NTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

DATA 25/03/2015	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 671/2015			
AUTOR Deputado William Woo – PV/SP			Nº PRONTUÁRIO 533	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTIT 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFOS	INCISO	ALÍNEA

de pagar os insumos gravados com o IPI, com o saldo acumulado do imposto.

Importante dizer que essa sistemática está plenamente alinhada com o princípio constitucional da não cumulatividade, através da qual os contribuintes podem utilizar o imposto pago na operação anterior, para quitação da sua operação própria.

Por fim, imperioso destacar que a sistemática ora proposta não acarretará em diminuição da arrecadação do imposto, já que a presente apenas permite o uso do crédito efetivamente apurado, o qual é um direito dos contribuintes, não sendo uma receita do fisco.

ASSINATURA

/ /



) NACIONAL

NTAÇÃO DE EMENDAS**MPV 671****00079**

ETIQUETA

DATA 25/03/2015	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 671/2015			
AUTOR Deputado William Woo – PV/SP			Nº PRONTUÁRIO 533	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTIT 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFOS	INCISO	ALÍNEA

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo na Medida Provisória nº 671, de 2015, com as seguintes redações:

“Art... – Fica revogado o § 2º, do art. 4º, da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007.”

“Art... – Fica revogado o § 2º, do art. 5º, da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007”.

“Art... – O inciso I, do § 2º, do art. 2º, da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

....

§ 2º

I - alcança os mostradores de informações (displays) utilizados em telefones celulares do tipo ‘smartphones’ e outros relacionados em ato do Poder Executivo, com tecnologia baseada em componentes de cristal líquido - LCD, fotoluminescentes (painel mostrador de plasma – PDP), eletroluminescentes (diodos emissores de luz – LED, diodos emissores de luz orgânicos – OLED ou displays eletroluminescentes a filme fino – TFEL) ou similares com microestruturas de emissão de campo elétrico, destinados à utilização como insumo em equipamentos eletrônicos;” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Pela presente proposta, entende-se que é pertinente conceder incentivos fiscais adicionais para a empresa que realiza a montagem final de dispositivos LCD, OLEDs. Essa atividade parece ser a mais viável para início de

ASSINATURA

_____/_____/_____/_____



) NACIONAL

NTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

DATA 25/03/2015	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 671/2015			
AUTOR Deputado William Woo – PV/SP			Nº PRONTUÁRIO 533	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTIT 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFOS	INCISO	ALÍNEA

operações de uma empresa no Brasil, de forma similar à etapa “c” de encapsulamento e testes para os circuitos integrados. Em particular, destacam-se os ‘displays’ usados na fabricação de ‘smartphones’ e ‘tablets’, produtos que vêm cada vez mais ocupando espaço no consumo nacional e com grande produção local.

A proposta também tem por objetivo retirar do texto da Lei nº 11.484, de 2007, o prazo limitador de 8 anos, para que as empresas interessadas na apresentação de projetos, visando obter os incentivos fiscais do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS. Ocorre que, num cenário de tendência ao aumento de investimentos com os incentivos fiscais do PADIS para a produção local de semicondutores – incluindo células e painéis solares – e de displays, não se vê razão para limitar a apresentação de projeto por parte dos interessados.

Por fim, outro objetivo da proposta é ampliar o alcance dos benefícios do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS, para outros mostradores de informações (displays).

ASSINATURA

/ /



) NACIONAL

NTAÇÃO DE EMENDAS**MPV 671****00080** ETIQUETA

DATA 25/03/2015	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 671/2015
--------------------	---

AUTOR Deputado William Woo – PV/SP	Nº PRONTUÁRIO 533
--	----------------------

TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTIT 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFOS	INCISO	ALÍNEA
--------	--------	------------	--------	--------

Acrescente-se, onde couber, à presente Medida Provisória, o seguinte artigo:

“Art... O Artigo 15 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964 passa a vigorar aditado do seguinte parágrafo:

Art. 15.....

.....

“Parágrafo Único – O termo praça, tratado neste artigo, se refere à cidade onde está situado o remetente”.

JUSTIFICAÇÃO

A lei do IPI fala em preço tributável mínimo, quando da venda de produtos para empresas interdependentes.

Ocorre que o Fisco Federal vem distorcendo o conceito da praça, vindo a expandi-lo de forma totalmente arbitrária e sem critério.

Dessa forma, vários contribuintes são autuados sob a alegação de que não seguiram o preço mínimo tributável, pois na visão fiscal o preço de venda deveria considerar os preços praticados em outras cidades.

ASSINATURA

_____/_____/_____



> NACIONAL

NTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

DATA 25/03/2015	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 671/2015
--------------------	---

AUTOR Deputado William Woo – PV/SP	Nº PRONTUÁRIO 533
--	----------------------

TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTIT 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
---	--	--	--	--

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFOS	INCISO	ALÍNEA
--------	--------	------------	--------	--------

Ou seja, os contribuintes estão vivendo um clima de total insegurança jurídica, já que o fisco federal não acolhe o conceito de praça hoje consagrado, o qual diz ser a cidade onde está o remetente.

Dessa forma, e para evitar a insegurança jurídica trazida pela interpretação da lei fiscal, necessário deixar pacificado o entendimento corrente, que diz que praça corresponde à cidade onde está situado o remetente das mercadorias.

ASSINATURA	



) NACIONAL

NTAÇÃO DE EMENDAS**MPV 671****00081**
ETIQUETA

DATA 25/03/2015	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 671/2015			
AUTOR Deputado William Woo – PV/SP			Nº PRONTUÁRIO 533	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTIT 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFOS	INCISO	ALÍNEA
<p>Acrescente-se à presente Medida Provisória, onde couber, o seguinte artigo:</p> <p>“Art... o artigo 8º da Lei Complementar nº 24 de 7, de janeiro de 1975, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:</p> <p>Art 8º...</p> <p>“§ 2º – As disposições tratadas nos incisos supra só se aplicarão para os fatos geradores seguintes a edição de norma constitucional ou infra constitucional, que regule a vigência e extensão dos incentivos fiscais já concedidos pelas unidades federadas.”</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>As unidades federadas, sem exceção e em especial as menos abastadas, para desenvolver as atividades industriais em suas fronteiras, editaram um sem número de normas legais concedendo incentivos fiscais do ICMS, mesmo que sem a validação das outras unidades federadas.</p> <p>Essas normas, como não poderiam deixar de ser, foram responsáveis por incontáveis investimentos produtivos em todas as unidades federadas, em especial naquelas que até então eram preteridas dessas escolhas, quer pela distância dos grandes centros, quer pela falta de estrutura industrial.</p> <p>De outra mão, é certo que essas unidades federadas conseguiram gerar emprego e renda para os seus cidadãos, isso pelas oportunidades geradas por essas empresas incentivadas, donde emerge a premissa de que a concessão de incentivos fiscais estaduais foi, e continua sendo, a principal forma de crescimento das regiões menos abastadas do país.</p>				
ASSINATURA				
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>_____ / ____ / _____</div> <div>_____</div> </div>				



) NACIONAL

NTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

DATA 25/03/2015	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 671/2015			
AUTOR Deputado William Woo – PV/SP			Nº PRONTUÁRIO 533	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTIT 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFOS	INCISO	ALÍNEA

Importante dizer que essas iniciativas das unidades federadas, ocorreram em função da inércia do Governo Federal, negligentes quanto à criação de uma política consistente de desenvolvimento regional.

Ademais, essa mesma inércia do Governo Federal foi a principal responsável pela chamada “guerra fiscal entre os estados”, pela qual as unidades federadas atacam impiedosamente os contribuintes, ora glosando os créditos destacados nos documentos fiscais, ora impedindo a livre concorrência entre fabricantes.

Ou seja, ao invés da “guerra fiscal” ser tratada no âmbito político entre as unidades federadas e a União, via as reuniões periódicas no Confaz, o tema foi indevidamente direcionado contra os contribuintes, mediante a aplicação de pesadas multas para aqueles que adquirem produtos de regiões incentivadas.

Dáí, imperioso evitar que as unidades federadas fiquem livres para autuar os contribuintes que adquirem produtos advindos de regiões incentivadas, isso até que exista a tão necessária reforma tributária do ICMS, assim necessário a inclusão do inciso supra, no artigo 8º da Lei Complementar 24/75.

A presente medida, em especial, acabará com a insegurança jurídica que ronda os contribuintes brasileiros que, a qualquer momento, podem sofrer retaliações em suas operações e base tributável.

ASSINATURA

/ /



) NACIONAL

NTAÇÃO DE EMENDAS**MPV 671****00082**

ETIQUETA

DATA 25/03/2015	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 671/2015
--------------------	---

AUTOR Deputado William Woo – PV/SP	Nº PRONTUÁRIO 533
--	----------------------

TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTIT 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFOS	INCISO	ALÍNEA
--------	--------	------------	--------	--------

Acrescente-se, onde couber, à presente Medida Provisória, o seguinte artigo:

“Art... A Lei Complementar 87 de 13 de Setembro de 1.996 passa a vigorar com o seguinte artigo 10-A:

Artigo 10-A - É assegurado ao contribuinte substituto o uso do saldo credor do imposto próprio, conforme apurado em sua conta gráfica, para pagamento do imposto decorrente da substituição tributária, devido em função de operações internas.

Parágrafo único – O pagamento tratado no “caput” desse artigo independe de qualquer autorização por parte do sujeito ativo da obrigação tributária.”

JUSTIFICAÇÃO

Os contribuintes sujeitos ao recolhimento da substituição tributário do imposto sobre a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, não podem utilizar o saldo credor do imposto próprio, para liquidação do imposto substituído.

Com efeito, é muito comum que os contribuintes do ICMS apresentem a estranha situação onde, para fins do ICMS normal é credor do imposto e, quanto ao ICMS por substituição tributária é devedor.

Ou seja, ao mesmo tempo esses contribuintes são devedores e credores do mesmo imposto, mas não podem utilizar o saldo credor do imposto próprio, para quitação do imposto por substituição.

É certo que a constituição de saldo credor do imposto decorre das anomalias da lei fiscal, ou seja, não é uma situação nascida da vontade do contribuinte, mas sim em função da má redação da lei fiscal, que impõe o

ASSINATURA

/ /



) NACIONAL

NTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

DATA 25/03/2015	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 671/2015			
AUTOR Deputado William Woo – PV/SP			Nº PRONTUÁRIO 533	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTIT 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFOS	INCISO	ALÍNEA

acúmulo do imposto próprio.

Evidente que esse imposto próprio tem a mesma origem e constituição do imposto devido em função da substituição tributária, razão pela qual os créditos acumulados daquele, devem ser usados para quitação do saldo devedor do imposto por substituição.

Importante dizer que essa sistemática está plenamente alinhada com o princípio constitucional da não cumulatividade, através da qual os contribuintes podem utilizar o imposto pago na operação anterior, para quitação da sua operação própria.

Por fim, imperioso destacar que a sistemática ora proposta não acarretará em diminuição da arrecadação do imposto (tanto próprio, como por substituição tributária), já que a presente apenas permite o uso do crédito efetivamente apurado, o qual é um direito dos contribuintes, não sendo uma receita do fisco.

ASSINATURA



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

MPV 671
00083

EMENDA Nº – CM

(à MPV nº 671, de 2015)

Acrescente-se à Medida Provisória nº 671, de 20 de março de 2015, onde couber, dois novos artigos com a seguinte redação:

Art. ____ O art. 22 da Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. Os contratos de fornecimento de energia elétrica celebrados entre concessionárias geradoras de serviço público, inclusive as sob controle federal, com consumidores finais, vigentes na data de publicação desta Lei e que tenham atendido ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, deverão ser aditados para vigorar de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2042, seguindo o disposto nos parágrafos abaixo, mantidas as demais condições contratuais, inclusive as tarifas e os respectivos critérios de reajuste em vigor.

§ 1º. O montante total de energia que será disponibilizado por cada concessionária geradora para atendimento aos respectivos contratos de fornecimento de que trata este artigo será calculado mediante a transformação em energia das reservas de potência contratuais de referência vigentes, incluindo as respectivas flexibilidades contratuais e perdas elétricas, considerando a operação de cada unidade consumidora com fator de carga unitário.

§ 2º. O montante total de energia referido no parágrafo anterior será composto pela garantia física hidráulica complementada por parcela a ser revertida das cotas de garantia física de energia e de potência de que trata o inciso II do § 1º do art. 1º da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, alocadas às distribuidoras pelas respectivas concessionárias de geração.

§ 3º. A garantia física hidráulica, mencionada no parágrafo anterior, corresponderá ao somatório das parcelas de garantia física de que tratam os §§ 10 e 13 do art. 1º da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

§ 4º. A parcela a ser revertida das cotas de garantia física de energia e de potência de que trata o §2º deste artigo, deverá considerar, além do montante necessário para o complemento da garantia física hidráulica, uma quantidade de energia equivalente a 5%



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

(cinco por cento) do montante destinado ao atendimento desses consumidores, visando à mitigação do risco hidrológico.

§ 5º. Os contratos de que trata este artigo poderão ser rescindidos ou não aditados caso o consumidor prescindir totalmente da energia elétrica da concessionária de geração, em especial por exercício da opção de que trata o art. 15 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, da opção por autoproduzir a energia elétrica de que necessita, ou da desativação da sua unidade industrial, desde que manifestado com 12 (doze) meses de antecedência, ficando, porém, assegurado às concessionárias de geração a manutenção das respectivas parcelas de garantia física mencionadas nos §§ 2º, 3º e 4º deste artigo.

§ 6º. O montante total de que trata o § 2º será mantido durante todo o período estabelecido no caput e somente poderá ser reduzido por meio de lei, devendo, nesse caso, haver a consequente diminuição dos montantes de energia previstos nos contratos, de forma proporcional, sem ônus para as respectivas concessionárias de geração, inclusive as sob controle federal.

§ 7º. No caso da concessionária geradora de serviço público sob controle federal atuante na região Nordeste, a parcela de sua receita anual composta pela diferença entre o somatório do valor apurado considerando a tarifa média de energia aplicável aos respectivos contratos de fornecimento de que trata este artigo e a respectiva RAG – Receita Anual de Geração média, de que tratam os arts. 13 e 15 da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, deverá ser aplicada em investimentos de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, conexões elétricas e geração de energia a partir de fontes renováveis, tudo na citada região Nordeste.

§ 8º Caberá à Aneel a implementação dos procedimentos de que trata este artigo em um prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do início do prazo referido no caput.

Art. ____ O art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 1º.....
.....
.....

§ 13. As usinas hidrelétricas em operação comercial em 1º de junho de 2014 passíveis de prorrogação das concessionárias geradoras de serviço público, inclusive as sob controle federal, vinculadas ao atendimento dos contratos de fornecimento alcançados pelo art. 22 da Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009, terão seus prazos de concessão prorrogados, a critério das concessionárias, não se lhes aplicando, excepcionalmente, o disposto nos incisos I e II do § 1º e no § 5º deste artigo.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

§ 14. O disposto no § 7º do art. 22 da Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009, só se aplicará à receita proveniente da venda da energia das usinas hidrelétricas de que trata o § 13 retro, a partir da prorrogação dos prazos das respectivas concessões.”

Justificativa

A inclusão dos artigos ora propostos visa evitar um retrocesso sem precedentes na moderna industrialização do nordeste brasileiro, bem como criar as bases para investimentos em energia renovável, notadamente energia eólica, e, infraestrutura de transmissão e conexão na mencionada região. Isso ocorrerá com a consolidação do regime jurídico específico e diferenciado para os consumidores industriais atendidos diretamente por concessionárias de geração de serviço público, inclusive as sob controle federal.

O fornecimento de energia elétrica em referência teve início na região Nordeste do País há quase 70 anos, com a edição do Decreto nº 19.706, de 03 de outubro de 1945, que outorgou à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica do rio São Francisco. Adicionalmente, o Decreto nº 19.706, de 03 de outubro de 1945, previu a possibilidade da CHESF atender diretamente a consumidores industriais que viessem a se instalar naquela região. Essa medida visou incentivar o desenvolvimento econômico-social da região Nordeste, mediante a atração e instalação de novas indústrias, com a consequente geração de empregos, tributos e divisas.

As indústrias dependentes dos contratos de fornecimento da CHESF, integrantes dos setores químicos, metalúrgico, siderúrgico, mineração, entre outros, têm a energia elétrica como um dos seus principais insumos, sendo caracterizadas como eletrointensivas. A participação nos custos da eletricidade na fabricação de alguns produtos pode chegar, por exemplo, até a 70% em alguns setores fabris.

Nos últimos 30 anos elas investiram não apenas em suas fábricas, mas levaram outros integrantes de suas cadeias produtivas para a região, multiplicando os efeitos econômicos de sua produção. Essas companhias estão localizadas em municípios de pequeno porte na Bahia, Alagoas e Pernambuco, e muitas vezes são responsáveis por parcela significativa dos empregos e da renda geradas nessas cidades. Juntos, esses consumidores geram atualmente 9 mil empregos diretos e 145 mil se somados os diretos e indiretos. Essas fábricas estão há décadas desenvolvendo a economia do Nordeste, gerando emprego e riqueza em municípios, que em alguns casos são as únicas empregadoras de grande porte. Nas cidades do Nordeste onde estão instaladas, essas empresas faturam conjuntamente cerca de R\$ 10 bilhões. Dada sua capacidade multiplicadora de riqueza dentro de cada Estado, onde estão outras empresas fornecedoras e clientes, respondem por um valor agregado à economia local anual estimado em R\$ 16 bilhões.

Atualmente, o fornecimento direto de energia elétrica pela CHESF a esses consumidores é essencial para viabilizar a manutenção de suas plantas industriais na região, bem como preservar a competitividade de várias cadeias produtivas instaladas no nordeste.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

A alternativa de aquisição de energia elétrica por esses consumidores, após o término de seus atuais contratos, em 30 de junho de 2015, junto às concessionárias locais de distribuição de energia elétrica, se mostra inviável em razão do volume expressivo de energia elétrica por eles demandado, de aproximadamente 800MW, em contraste com a situação crítica de subcontratação de energia elétrica enfrentada pelas concessionárias locais de distribuição. O mercado livre de energia, tão pouco, tem condições de atender a essa demanda na região nordeste a partir de meados de 2015, em função da baixa liquidez desse ambiente de comercialização decorrente da Lei 12.783/2013 (conversão da MP 579/2012). Adicionalmente, a Lei 12.783/2013 promoveu subsídio entre regiões, visto que a contribuição prestada pelas hidroelétricas da CHESF representou 66% da energia e cotas que possibilitou a redução tarifária média de 20% para o conjunto dos brasileiros, enquanto a região Nordeste, por outro lado, representa somente 15% do consumo nacional.

Assim, diante da iminência do término dos contratos de fornecimento de energia desses consumidores, em 30 de junho de 2015, a viabilidade da manutenção dessas plantas na região Nordeste encontra-se seriamente ameaçada, sendo necessário viabilizar a sua manutenção mediante a prorrogação em caráter permanente dos contratos de fornecimento vigentes.

A consolidação do regime jurídico específico, diferenciado, dos consumidores industriais atendidos diretamente por concessionárias de geração de serviço público, inclusive as sob controle federal pode proporcionar via a emenda proposta, a continuidade dos contratos com as indústrias, proporcionando a CHESF uma geração de caixa para investir em energia renovável e infraestrutura energética na Região Nordeste. Assim, há a oportunidade de se criar um ciclo virtuoso. A manutenção dos contratos industriais preserva na CHESF a energia hidroelétrica que pode proporcionar adicionalmente a expansão da geração de energia limpa e renovável no nordeste, com a energia das hidroelétricas vinculadas à continuidade dos contratos industriais, assegurando a competitividade das indústrias, viabilizando os recursos e possibilitando firmar energias renováveis como eólica e solar abundantes na região.

Essa solução corresponde a que melhor atende ao interesse público, considerando-se a necessidade de desenvolvimento econômico-social da região Nordeste, a competitividade da energia elétrica para a indústria brasileira lá instalada, viabilizando a expansão da geração de energia elétrica de fontes limpas, renováveis e não emissoras de gases de efeito estufa.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

MPV 671
00084

EMENDA Nº – CM
(à MPV nº 671, de 2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 671, de 20 de março de 2015, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

“Art. X. A pessoa jurídica produtora de nafta petroquímica sujeita ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) poderá descontar das referidas contribuições, devidas em cada período de apuração, crédito presumido relativo às vendas para centrais petroquímicas de nafta petroquímica de produção própria ou adquirida de terceiros, inclusive importada, nos termos e condições estabelecidos neste artigo.

§ 1º O crédito presumido corresponderá a 2,85% (dois inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) e 13,15% (treze inteiros e quinze centésimos por cento), relativamente à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, respectivamente, incidentes sobre o valor da receita de venda da nafta petroquímica.

§ 2º O crédito presumido não aproveitado em determinado mês poderá ser aproveitado nos meses subsequentes.

§ 3º O crédito presumido previsto neste artigo que a pessoa jurídica não conseguir utilizar até o final de cada trimestre-calendário poderá ser:

I – compensado com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica aplicável à matéria; ou

II – ressarcido em espécie, observada a legislação específica aplicável à matéria;

§ 4º O crédito presumido de que trata o caput poderá ser aproveitado em relação a vendas efetuadas até 31 de dezembro de 2020.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

§ 5º O crédito presumido de que trata o caput não se constitui receita para fins de incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)”.

Justificativa

A presente emenda visa garantir que não haja a interrupção do fornecimento de matéria-prima à indústria petroquímica nacional.

Para tanto, faz-se necessário prever a concessão de crédito presumido de PIS/Cofins sobre a venda de nafta petroquímica no mercado brasileiro, de forma a viabilizar que matéria-prima mais competitiva seja disponibilizada para a indústria petroquímica nacional.

Historicamente, o setor petroquímico nacional sempre contou com a nafta petroquímica produzida no Brasil. A demanda nacional de nafta petroquímica é de 10 milhões de toneladas anuais. As refinarias brasileiras têm capacidade de produzir 11 milhões de toneladas de nafta, sendo que, há mais de décadas, 7 milhões de toneladas são fornecidas à indústria petroquímica brasileira.

Ocorre, todavia, que, com o aumento da demanda nacional por gasolina, que tem crescido cerca de 15% ao ano, parte da nafta que vinha sendo fornecida à petroquímica passou a ser utilizada para a formulação de gasolina.

Com isso, foi reduzida a importação de gasolina e aumentada a importação de nafta. Esse fenômeno ocorrido nos últimos anos pode ocasionar o repasse para a indústria petroquímica do custo da importação de nafta que foi destinada à formulação da gasolina.

Tal repasse de custo ao setor petroquímico brasileiro, já combatido com o advento do shale gas norte-americano (custo 70% inferior ao da nafta), forçaria o fechamento de algumas linhas/unidades dos pólos petroquímicos localizados na Bahia, Rio Grande do Sul e na Região do ABC, em São Paulo, com impactos gravíssimos.

Estudo técnico da consultoria LCA, feito para a Abiquim, mostra que a redução de produção poderia levar à perda de cerca de 70 mil postos de trabalho, com redução de R\$ 2,3 bilhões na renda do trabalho. A receita da União seria reduzida em mais de R\$ 500 milhões, enquanto que a balança comercial seria reduzida em US\$ 2,1 bilhões. A redução na receita anual (líquida) da indústria seria da ordem de R\$ 13,1 bilhões e o PIB seria 0,1% menor.

Além disso, R\$ 1 bilhão em investimentos anunciados estão à espera da definição quanto ao custo da nafta nacional que será fornecida à indústria petroquímica brasileira.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

Nesse sentido, a presente emenda visa solucionar o problema por meio da concessão de crédito presumido de PIS/Cofins sobre a venda de nafta petroquímica no mercado brasileiro, de modo a assegurar a competitividade da indústria petroquímica nacional e viabilizar a realização de novos investimentos no setor.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

MPV 671
00085

EMENDA Nº – CM

(à MPV nº 671, de 2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 671, de 20 de março de 2015, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

“Art. X. As centrais petroquímicas sujeitas ao pagamento da CIDE, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), poderão descontar das referidas contribuições, devidas em cada período de apuração, crédito presumido relativo à aquisição de etanol utilizado como insumo produtivo.

§ 1º. O montante do crédito presumido a que se refere o caput será determinado mediante aplicação das seguintes alíquotas específicas sobre a aquisição do etanol:

a) R\$ 21,36 (vinte e um reais e trinta e seis centavos) por metro cúbico adquirido, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep;

b) R\$ 98,64 (noventa e oito reais e sessenta e quatro centavos) por metro cúbico adquirido, em relação à Cofins;

c) R\$ 100,00 (cem reais) por metro cúbico adquirido, em relação à CIDE.

§ 2º. O crédito presumido não aproveitado em determinado período de apuração poderá ser aproveitado nos períodos subsequentes e ser objeto de:

I - compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica aplicável à matéria; ou

II - pedido de ressarcimento em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria.

§ 3º. O crédito presumido de que trata este artigo não está sujeito à incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

§ 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a majorar e a reduzir as alíquotas específicas do crédito presumido, com parâmetro nos mesmos percentuais de majoração ou redução da tributação sobre a gasolina.”

Justificativa

A presente emenda visa garantir que não haja descontinuidade da implementação e desenvolvimento das iniciativas e investimentos da Química Verde no Brasil, tendo em vista a falta de competitividade de preço da matéria-prima renovável.

O retorno da CIDE na gasolina agravará ainda mais a situação da química verde, ao impactar diretamente nos preços do etanol, já que não se espera um aumento expressivo da oferta de etanol para fins industriais e o seu preço tem se mantido em torno de 70% do preço da gasolina.

O Decreto Federal nº 8.935/2015 reinstituiu a CIDE nas operações com gasolina em R\$ 100/m3. Além disso, aumentou a tributação do PIS/PASEP e da Cofins, em R\$ 120/m3. Esse aumento repercutiu diretamente no preço da gasolina e, por via reflexa, no preço do etanol comprado pelas indústrias da química verde.

Tendo em vista a particularidade setorial da química verde que utiliza matérias-primas renováveis e a sua importância estratégica para economia brasileira, a presente emenda visa introduzir medida neutralizadora a esse novo custo tributário atribuído às Centrais Petroquímicas inseridas no âmbito da química verde.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

MPV 671

00086

EMENDA Nº – CM

(à MPV nº 671, de 2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 671, de 20 de março de 2015, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

“Art. X. A pessoa jurídica produtora de nafta petroquímica sujeita à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), sem prejuízo do previsto no §3º do art.5º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, poderá descontar da referida contribuição, devidas em cada período de apuração, crédito presumido relativo às vendas para centrais petroquímicas de nafta petroquímica de produção própria ou adquirida de terceiros, inclusive importada, nos termos e condições estabelecidos neste artigo.

§ 1º. O crédito presumido de que trata o caput corresponderá a 16% (dezesesseis por cento) sobre o valor da receita de venda da nafta petroquímica.

§ 2º. O crédito presumido de que trata o caput não aproveitado em determinado mês poderá ser aproveitado nos meses subsequentes.

§ 3º. O crédito presumido previsto neste artigo que a pessoa jurídica não conseguir utilizar até o final de cada trimestre-calendário poderá ser:

I – compensado com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica aplicável à matéria; ou

II – ressarcido em espécie, observada a legislação específica aplicável à matéria;

§ 4º. O crédito presumido de que trata o caput poderá ser aproveitado em relação a vendas efetuadas até 31 de dezembro de 2020.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

§ 5º O crédito presumido de que trata o caput não será computado na base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)”.

Justificativa

A presente emenda visa garantir que não haja a interrupção do fornecimento de matéria-prima à indústria petroquímica nacional.

Para tanto, faz-se necessário prever a concessão de crédito presumido de CIDE sobre a venda de nafta petroquímica no mercado brasileiro, de forma a viabilizar que matéria-prima mais competitiva seja disponibilizada para a indústria petroquímica nacional.

Historicamente, o setor petroquímico nacional sempre contou com a nafta petroquímica produzida no Brasil. A demanda nacional de nafta petroquímica é de 10 milhões de toneladas anuais. As refinarias brasileiras têm capacidade de produzir 11 milhões de toneladas de nafta, sendo que, há mais de décadas, 7 milhões de toneladas são fornecidas à indústria petroquímica brasileira.

Ocorre, todavia, que, com o aumento da demanda nacional por gasolina, que tem crescido cerca de 15% ao ano, parte da nafta que vinha sendo fornecida à petroquímica passou a ser utilizada para a formulação de gasolina.

Com isso, foi reduzida a importação de gasolina e aumentada a importação de nafta. Esse fenômeno ocorrido nos últimos anos pode ocasionar o repasse para a indústria petroquímica do custo da importação de nafta que foi destinada à formulação da gasolina.

Tal repasse de custo ao setor petroquímico brasileiro, já combatido com o advento do shale gas norte-americano (custo 70% inferior ao da nafta), forçaria o fechamento de algumas linhas/unidades dos pólos petroquímicos localizados na Bahia, Rio Grande do Sul e na Região do ABC, em São Paulo, com impactos gravíssimos.

Estudo técnico da consultoria LCA, feito para a Abiquim, mostra que a redução de produção poderia levar à perda de cerca de 70 mil postos de trabalho, com redução de R\$ 2,3 bilhões na renda do trabalho. A receita da União seria reduzida em mais de R\$ 500 milhões, enquanto que a balança comercial seria reduzida em US\$ 2,1 bilhões. A redução na receita anual (líquida) da indústria seria da ordem de R\$ 13,1 bilhões e o PIB seria 0,1% menor.

Além disso, R\$ 1 bilhão em investimentos anunciados estão à espera da definição quanto ao custo da nafta nacional que será fornecida à indústria petroquímica brasileira.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

Nesse sentido, a presente emenda visa solucionar o problema por meio da concessão de crédito presumido de CIDE sobre a venda de nafta petroquímica no mercado brasileiro, de modo a assegurar a competitividade da indústria petroquímica nacional e viabilizar a realização de novos investimentos no setor.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

MPV 671

00087

EMENDA Nº – CM

(à MPV nº 671, de 2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 671, de 20 de março de 2015,, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

“**Art. X.** A Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 57-B. As centrais petroquímicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), poderão descontar das referidas contribuições, devidas em cada período de apuração, crédito presumido relativo à aquisição de etanol utilizado na produção de polietileno.

§ 1º O montante do crédito presumido de que trata o caput será determinado mediante aplicação de alíquota específica correspondente a R\$ 80,00 (oitenta reais) por metro cúbico de etanol.

§ 2º O crédito presumido de que trata o caput poderá ser utilizado conforme estabelecido no § 2º do art. 57-A.’

Justificativa

A presente emenda visa garantir que não haja descontinuidade da implementação e desenvolvimento das iniciativas e investimentos da Química Verde no Brasil.

Para tanto, faz-se necessário prever a concessão de crédito presumido de PIS/COFINS sobre as aquisições de etanol por centrais petroquímicas, de forma a viabilizar o acesso a matéria-prima mais competitiva.

Em verdade, o referido crédito presumido já está previsto no artigo 57-B, da Lei nº 11.196/2005, como forma de compensar o setor da química verde pela majoração da tributação do etanol adquirido pelas centrais petroquímicas, que, a partir da publicação da MP nº 613/2013, passaram a ter que pagar R\$ 120 por metro cúbico de etanol, ao invés dos R\$ 48 por metro cúbico previstos anteriormente.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

O que se pretende com essa emenda é tão-somente implementar tal crédito presumido, já que os projetos de investimento em química verde, para produção do polietileno verde, contavam com uma tributação de R\$ 48/m³ de etanol e crédito de 9,25% de PIS/COFINS sobre o preço do etanol adquirido, como equação indispensável à manutenção das suas linhas de produção e à aprovação de novos investimentos no setor.

Com efeito, as referidas mudanças na regra de recolhimento da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na comercialização do etanol tiveram impactos significativos sobre o custo do etanol adquirido pela indústria química verde.

Além disso, o retorno da CIDE na gasolina agravará ainda mais essa situação, ao impactar diretamente nos preços do etanol para a indústria química, já que não se espera um aumento expressivo da oferta de etanol e o seu preço tem se mantido em torno de 70% do preço da gasolina.

Nesse sentido, é preciso que os impactos das referidas medidas para o setor da Química Renovável sejam neutralizados por meio da implementação do crédito já previsto no art. 57-B, da Lei 11.196/2005, sob pena de comprometimento da implementação e desenvolvimento de projetos da indústria Química Renovável.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

MPV 671

00088

EMENDA Nº – CM

(à MPV nº 671, de 2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 671, de 20 de março de 2015, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

“**Art. X.** A utilização de prejuízos fiscais e de bases de cálculo negativas da CSLL para pagar débitos parcelados com base no artigo 3º da Medida Provisória nº 470, de 13 de outubro de 2009, nos artigos 1º a 13 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e no artigo 40 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e a cessão de créditos de terceiros de que trata o § 7º do artigo 40 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e o § 1º do artigo 33 da Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, não possuem efeitos fiscais para fins de determinação da base de cálculo do Imposto de Renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.”.

Justificativa

Os programas de parcelamentos de débitos instituídos nos últimos anos têm facultado aos contribuintes a regularização de débitos federais por meio de pagamento de parte desses valores com créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa de CSLL.

Alguns desses parcelamentos também têm facultado a utilização de créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL adquiridos de pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico.

Ocorre que, a despeito de prescrever tal possibilidade, as legislações de regência desses parcelamentos deixaram de estipular expressamente que a utilização dos prejuízos não têm reflexos tributários, até mesmo porque a utilização de prejuízos, por sua própria natureza, não é tributável e não passaria a ser pelo simples fato dos prejuízos terem sido usados na quitação de débitos parcelados.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

Nesse sentido, com o objetivo de conferir segurança jurídica às adesões de parcelamentos, a presente emenda propõe que se preveja expressamente a neutralidade fiscal na utilização de créditos de prejuízos fiscais próprios ou de terceiros para pagamento de débitos parcelados.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

MPV 671

00089

EMENDA Nº – CM
(à MPV nº 671, de 2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

“Art. ____ Os arts. 20 e 22 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20. Nos casos de incorporação, fusão ou cisão, o saldo existente na contabilidade, na data da aquisição da participação societária, referente à mais-valia de que trata o inciso II do *caput* do art. 20 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, decorrente da aquisição de participação societária, poderá ser considerado como integrante do custo do bem ou direito que lhe deu causa, para efeito de determinação de ganho ou perda de capital e do cômputo da depreciação, amortização ou exaustão.

.....”(NR)

“Art. 22. A pessoa jurídica que absorver patrimônio de outra, em virtude de incorporação, fusão ou cisão, na qual detinha participação societária adquirida com ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) decorrente da aquisição de participação societária, poderá excluir para fins de apuração do lucro real dos períodos de apuração subsequentes o saldo do referido ágio existente na contabilidade, à razão de 1/60 (um sessenta avos), no máximo, para cada mês do período de apuração.

Parágrafo único. Ficam convalidadas as exclusões para fins de apuração do lucro real decorrentes do aproveitamento do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*), decorrentes de aquisições de participações societárias de partes dependentes ou relacionadas anteriores ao advento desta Lei.”(NR)

Justificativa

As alterações nos referidos artigos têm por objetivo reconhecer, expressamente, a legitimidade da possibilidade de utilização do ágio interno decorrente de operações entre partes relacionadas/dependentes. A inclusão do parágrafo único, em particular, deixa clara a legitimidade da utilização do ágio interno nas operações anteriores



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

ao advento da Lei 12.973/2014, resultado da conversão da MP 627/2013, preservando-se o distanciamento entre o conceito jurídico e o conceito técnico-contábil até então existente.

O simples fato de as partes serem ligadas e relacionadas, por si só, não deve ser determinante para afastar o direito à dedutibilidade do ágio gerado em uma transação interna. Uma vez comprovadas a licitude das condutas, a lisura na avaliação da empresa adquirida, bem como o legítimo propósito negocial, deve ser expressamente prevista a hipótese de aproveitamento do ágio interno.

Nesse contexto, excluídas as hipóteses de simulação, é perfeitamente possível que haja uma operação legítima dentro de um grupo econômico com a formação de ágio.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

MPV 671
00090

EMENDA Nº – CM
(à MPV nº 671, de 2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

“**Art.** O art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 10-A. O empresário ou sociedade empresária que pleitear ou tiver deferido o processamento da recuperação judicial, nos termos dos arts. 51, 52 e 70, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, poderão parcelar seus débitos com a Fazenda Nacional, em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, com redução de 70% (setenta por cento) das multas de mora e de ofício, de 25% (vinte e cinco por cento) das isoladas, de 30% (trinta por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal e honorários advocatícios, observados os termos dispostos neste artigo.

.....
§ 1º-A A adesão ao parcelamento descrito no **caput** ocorrerá mediante a antecipação de até 20% (vinte por cento) do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções previstas no **caput**, conforme plano de recuperação aprovado pelo juiz responsável pela recuperação judicial.

§ 1º-B Para os fins do disposto no § 1º-A, o juiz deverá considerar o montante da dívida a ser parcelada nos termos deste artigo, a capacidade econômica do contribuinte e a repercussão do valor da antecipação na viabilidade do plano de recuperação judicial.

§ 1º-C A antecipação a que se refere o § 1º-A deverá ser paga em até 30 (trinta) dias da publicação do despacho do juiz que definir seu valor, nos termos do § 1º-B.

§ 1º-D O valor de cada parcela será calculado observando-se os seguintes percentuais mínimos, aplicados sobre o valor da dívida consolidada, descontadas as reduções previstas no **caput** e a antecipação a que se refere o § 1º-A:

I – da 1ª à 24ª prestação: 0,5% (cinco décimos por cento);



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

II – da 25ª à 48ª prestação: 0,7% (sete décimos por cento);

III – da 49ª à 119ª prestação: 1,0% (um por cento); e

IV – 120ª prestação: saldo devedor remanescente.

§ 1º-E O vencimento da primeira parcela dar-se-á após 12 (doze) meses contados da data de vencimento do pagamento da antecipação a que se refere o § 1º-A.

§ 8º O empresário ou a sociedade empresária de que trata o **caput** poderá, mediante requerimento, utilizar créditos próprios de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, apurados até 31 de dezembro de 2013 e declarados até 30 de junho de 2014, para a quitação antecipada dos débitos parcelados de que trata este artigo.

§ 9º As sociedades empresárias referidas no **caput** que tenham protocolizado tempestivamente requerimento de adesão ao benefício previsto no artigo 2º da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, e que tenham sido excluídas do referido programa pelo inadimplemento das antecipações exigidas pelo § 2º do artigo 2º da mesma lei poderão utilizar-se dos prejuízos fiscais e base de cálculo negativa para pagamento destes valores, sem prejuízo da sua utilização para quitação antecipada, nos termos do § 8º deste artigo.

§ 10. O pagamento das antecipações previstas no § 2º do art. 2º da Lei nº 12.996, de 2014, nos termos do § 9º, restabelece a adesão ao parcelamento respectivo.

§ 11. A utilização de prejuízos fiscais e de bases de cálculo negativas da CSLL para pagar débitos parcelados nos termos deste artigo não possui efeitos fiscais para fins de determinação da base de cálculo do Imposto de Renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.’ (NR)”

JUSTIFICATIVA

Propomos emenda para alongar os prazos do refinanciamento de débitos tributários, previsto na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, das empresas em recuperação judicial, bem como permitir a utilização de créditos próprios de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL para a quitação antecipada dos débitos parcelados.

Muito embora a reabertura dos programas de parcelamento de débitos federais previstos nas Leis nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“REFIS da Crise”), e nº 12.249, de 11 de junho de 2010 (“REFIS-Autarquias”), tenha



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

representado importante medida para auxiliar a recuperação de empresas em estado pré-falimentar, faz-se necessário o aperfeiçoamento desses programas, com o alongamento dos prazos de refinanciamento para as empresas em recuperação judicial, de forma a manter as empresas em operação e preservar a geração de empregos.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

MPV 671

00091

EMENDA Nº – CM

(à MPV nº 671, de 2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, o seguinte dispositivo:

Art. __º O artigo 41 da Lei 12.973, de 13 de maio de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41. A amortização de direitos classificados no ativo não circulante intangível é considerada dedutível na determinação do lucro real, observado o disposto no inciso III do caput do art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

Parágrafo único. No caso de ativos fixos contabilizados como ativo intangível por força de normas contábeis e da legislação comercial, aplica-se à amortização desses ativos o disposto no parágrafo 15 do artigo 57 da Lei 4.506, de 30 de novembro de 1964.(NR)”

Justificativa

Com o objetivo de contribuir com o aperfeiçoamento da legislação tributária para que o Brasil continue crescendo, apresentamos a presente emenda.

Trata-se de inserir o parágrafo único ao art. 41 da recente Lei nº 12.973, de 2014, para permitir que as concessionárias de serviço público



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

tenham a alternativa de amortizar esse intangível nos prazos de vida útil admitidos pela Receita Federal para depreciação de cada espécie de bem do ativo fixo.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

MPV 671**00092****EMENDA Nº – CM**

(à MPV nº 671, de 2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

“Art. ____ O caput do art. 23 e o § 2º do art. 24-A do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 23. A contrapartida do ajuste de que trata o artigo 22, por aumento ou redução no valor de patrimônio líquido do investimento, não será computada na determinação do lucro real ou do lucro presumido.

Parágrafo único.....
.....”

“Art. 24-A.
.....

§2º. O valor registrado na subconta de que trata o parágrafo 1º será baixado à medida que o ativo da investida for realizado, inclusive mediante depreciação, amortização, exaustão, alienação ou baixa, ou quando o passivo da investida for liquidado ou baixado, e o ganho respectivo não será computado na determinação do lucro real ou do lucro presumido nos períodos de apuração em que a investida computar o ganho na determinação do lucro real ou do lucro presumido.

.....”



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

Justificativa

A nova redação dada ao art.23, procura deixar claro que o resultado da equivalência patrimonial exigida pela legislação societária não está incluído no conceito de receita bruta definido no inciso IV do caput do artigo 12 do Decreto-Lei 1.598.

A alteração do §2º do artigo 24-A, visa deixar claro que se já houve a tributação na investida, seja pelo lucro real, seja pelo lucro presumido, não pode haver tributação no nível da investidora, pois estaria claramente sendo tributado duas vezes o mesmo fato gerador.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

MPV 671

00093

EMENDA Nº – CM

(à MPV nº 671, de 2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

Art. _º Fica revogado:

II - o § 17 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

Justificativa

Trata-se de proposta de revogação do §17 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, o qual prevê aplicação de multa isolada de 50% sobre o valor do débito objeto de declaração de compensação não homologada.

O dispositivo legal sob análise foi incluído pela Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, que também incluiu os §§ 15 e 16 no mesmo art. 74 da Lei nº 9.430/96.

Esses parágrafos, por sua vez, tratam da multa isolada aplicada, quando de pedido de ressarcimento indeferido ou indevido. O governo havia revogado essa penalidade, por meio da MP 656/2014. Mas a revogação foi vetada pela Presidência, quando da promulgação da Lei nº 13.097/15.

Na exposição de motivos da MP 656/14, a revogação dos §§ 15 e 16 no mesmo art. 74 da Lei nº 9.430/96 teve como fundamento o seguinte:



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

“a presente proposta de Medida Provisória também visa revogar a aplicação da multa isolada (§§15 e 16 do art. 74 da Lei nº 9.430/1996) incidente sobre o valor do crédito objeto de pedido de ressarcimento indeferido ou indevido. A jurisprudência judicial é quase unânime em afastar essa multa sob o argumento de que sua aplicação fere o direito constitucional de petição”.

Com o mesmo propósito, a Medida Provisória 668/15 dispõe sobre a revogação dos §§ 15 e 16 do art. 74 da Lei nº 9.430/96, mas não a revogação do § 17 do mesmo dispositivo legal.

Até a edição da Medida Provisória nº 668/2015, os dispositivos em referência estavam assim redigidos:

“Art. 74. O sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão.

(...)

§ 15. Será aplicada multa isolada de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do crédito objeto de pedido de ressarcimento indeferido ou indevido.

§ 16. O percentual da multa de que trata o § 15 será de 100% (cem por cento) na hipótese de ressarcimento obtido com falsidade no pedido apresentado pelo sujeito passivo.

§ 17. Aplica-se a multa prevista no § 15, também, sobre o valor do crédito objeto de declaração de compensação não homologada, salvo no caso de falsidade da declaração apresentada pelo sujeito passivo.” (grifou-se)

Como se vê, o Poder Executivo não teve o mesmo cuidado ao disciplinar a multa pela não homologação da declaração de compensação, prevista no § 17 do art. 74 da Lei 9.430/96, a qual padece dos mesmos vícios dos dispositivos já revogados.

Esse dispositivo legal, no entanto, também está em desacordo com os princípios constitucionais vigentes, quando prevê punição contra o contribuinte que age de boa-fé. A imposição da multa viola, assim, o direito



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

fundamental de petição aos poderes públicos (artigo 5º, inciso XXXIV, letra a, da Constituição Federal – CF); o direito ao contraditório e à ampla defesa (artigo 5º, inciso LV da CF); a vedação da utilização de tributos com efeito de confisco (artigo 150, inciso IV, da CF); e os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, resultando em verdadeira sanção política que o STF há tempos proíbe por inconstitucional.

Se não fosse o bastante, a mesma razão que fundamentou a revogação dos §§ 15 e 16 do art. 74 da Lei 9.430/96 (“jurisprudência judicial quase unânime em afastar a multa sob o argumento de que sua aplicação fere o direito constitucional de petição”), também fundamenta a revogação do § 17 do mesmo dispositivo:

“TRIBUTÁRIO. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO. MULTA. DIREITO DE PETIÇÃO DO CONTRIBUINTE. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE SUSCITADA.

1. A multa prevista no artigo 74 da Lei n. 9.430/96, parágrafos 15 e 17, conflita com o disposto no artigo 5º, inciso XXXIV, da Constituição Federal, pois, ainda que não obste totalmente a realização do pedido de compensação, cria obstáculos consideráveis ao direito de petição do contribuinte.

2. Além disso, a aplicação da multa com base apenas no indeferimento do pedido ou na não homologação da declaração de compensação afronta o princípio da proporcionalidade.

(...)”¹

“CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. PIS E COFINS. RESSARCIMENTO. MULTA. LEI 9.430/96.

1. O contribuinte dotado de boa-fé não pode ser ameaçado de multa em caso de mero indeferimento de pedido de ressarcimento ou de compensação, apenas por exercer regularmente seu direito constitucional de petição.

2. Exceto se o contribuinte obrou de má-fé ao pleitear pedido de restituição ou declaração de compensação, não há que se falar na imposição da referida multa.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

3. Não se trata de declarar a inconstitucionalidade dos parágrafos 15 e 17 do art. 74 da Lei 9.430/96, mas tão somente interpreta-los à luz da Constituição, de modo que a multa punitiva fique condicionada à verificação de má-fé por parte do contribuinte.

4. Apelação improvida.”

Por todo o exposto, propõe-se que seja também seja revogado o § 17 do art. 74 da Lei 9.430/96 por meio d Medida Provisória 671/15.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

MPV 671

00094

EMENDA Nº – CM

(à MPV nº 671, de 2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

Art. __. O art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 28.

§ 9º-A. Dentre as importâncias recebidas a título de ganhos eventuais, previstas na alínea "e", item "7", do § 9º, deste artigo estão incluídas as verbas recebidas a título de incentivo à admissão ou contratação, pagas antes do início do contrato de trabalho.”(NR)

JUSTIFICAÇÃO

No intuito de atrair bons profissionais, empresas têm lançado mão de pagamentos de bônus de admissão ou contratação. Tal medida, como se sabe, serve como forma de compensar, ou mesmo indenizar, aquele profissional que é incentivado a pedir demissão de outra empresa.

Desta forma, o pagamento de tais valores não decorre, direta ou indiretamente, de qualquer prestação de serviço ou relação contratual que justifique a incidência da contribuição previdenciária prevista no art. 22, da Lei nº 8.212/91, uma vez que tal desembolso não possui natureza jurídica remuneratória.

Percebe-se, no entanto, que embora o art. 28, § 9º, alínea ‘e’, item 7 da Lei nº 8.212/91, traga hipótese de não incidência das contribuições previdenciárias sobre importâncias recebidas a título de ganhos eventuais e os abonos expressamente desvinculados do salário, a previsão legal, ainda assim, não tem sido suficiente para garantir a necessária segurança jurídica com relação à inexigibilidade do tributo.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

Nesse sentido, faz-se necessário tornar claro e expresso que as vebas pagas e/ou recebidas a título de incentivo à admissão ou contratação não integram o salário-de-contribuição para fins de apuração da contribuição previdenciária devida pelo empregador/empregado.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

MPV 671

00095

EMENDA Nº – CM

(à MPV nº 671, de 2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

“Art. ____ O art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 26. O valor correspondente à compensação de débitos relativos às contribuições de que trata o art. 2º desta Lei será repassado ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social no máximo 2 (dois) dias úteis após a data em que ela for promovida de ofício ou for apresentada a declaração de que trata o § 1º do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.’ (NR)”

Justificativa

Trata-se de emenda para alterar a Lei nº 11.457, de 2007, objetivando autorizar a compensação dos débitos relativos a contribuições previdenciárias com créditos de outros tributos federais.

A Lei da Super-Receita promulgada em 2007 concentrou na nova Secretaria da Receita Federal do Brasil as atribuições antes divididas entre a Secretaria da Receita Federal e o INSS. Por opção do legislador, a Lei nº 11.457/07 expressamente afastou a aplicação do art. 74 da Lei nº 9.430/96 às contribuições previdenciárias, sendo, por isso, impossível a compensação de outros tributos com as contribuições previdenciárias vincendas.

Considerando a conjuntura em que se encontra atualmente a economia brasileira, necessitando urgente de medidas que a impulsionem, proponho a revisão do tema da compensação tributária de créditos previdenciários com débitos tributários, de forma que os créditos tributários acumulados pelos exportadores possam ser regularmente



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

utilizados para liquidação dos débitos previdenciários a cargo da indústria. Essa medida, não incorre em qualquer renúncia fiscal que venha a afetar a meta de superávit primário prevista pelo Ministério da Fazenda para o corrente exercício.

Conto com o apoio dos nobres pares para aprovação da presente iniciativa, uma vez que de grande significado para indústria brasileira.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ

MPV 671
00096

EMENDA Nº - CM

(à MPV nº 671, de 2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

“**Art.** O art. 22 da Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 22.’

§ 1º O percentual referido no **caput** poderá variar entre 3,0% (três cento) e 5,0% (cinco por cento), admitindo-se diferenciação por bem.

§ 2º Até 31 de dezembro de 2018, o percentual referido no **caput** será de 3% (três por cento).

§ 3º Ato do Poder Executivo poderá rever as alíquotas de que tratam os §§ 1º e 2º, observada a evolução macroeconômica do País, e desde que a revisão produza efeitos no mínimo 180 (cento e oitenta) dias após a publicação, no Diário Oficial da União, do ato que a promoveu.

§ 4º Excepcionalmente, poderão ser acrescidos em até 2 (dois) pontos percentuais, os percentuais a que se referem os §§ 1º e 2º, em caso de exportação de bens em cuja cadeia de produção se verifique a ocorrência de resíduo tributário que justifique a devolução adicional de que trata este parágrafo, comprovado por estudo ou levantamento realizado conforme critérios e parâmetros definidos em regulamento.

§ 5º Considera-se também exportação a venda a empresa comercial exportadora – ECE, com o fim específico de exportação para o exterior.

§ 6º Na hipótese de a exportação realizar-se por meio de ECE, o direito ao crédito estará condicionado à informação da pessoa jurídica que vendeu à ECE o produto exportado no Registro de Exportação.

§ 7º Para efeitos do disposto no **caput**, entende-se como receita de exportação:

I - o valor do bem no local de embarque, no caso de exportação direta; ou

II - o valor da nota fiscal de venda para ECE, no caso de exportação via ECE.

§ 8º Do crédito de que trata este artigo:



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

I - 17,84% (dezessete inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento) serão devolvidos a título da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Contribuição para o PIS/Pasep; e

II - 82,16% (oitenta e dois inteiros e dezesseis centésimos por cento) serão devolvidos a título da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

§ 9º O valor do crédito apurado conforme o disposto neste artigo não será computado na base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

§ 10. Para cálculo do crédito de que trata o **caput**, o percentual a ser aplicado será o vigente na data de saída da nota fiscal de venda para o exterior, no caso de exportação direta, ou para a ECE, no caso de exportação via ECE.

§ 11. Na hipótese de exportação efetuada por cooperativa ou industrialização por encomenda, somente a cooperativa ou a pessoa jurídica encomendante, respectivamente, poderá fruir do Reintegra.' (NR)''

JUSTIFICAÇÃO

Em 15 de junho de 2014, o Governo Federal reconheceu a necessidade de equacionar o problema da acumulação de resíduos tributários no custo de exportação por meio da edição da Medida Provisória (MPV) nº 651, que reinstituiu o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – REINTEGRA.

Pelo regime, a pessoa jurídica exportadora pode apurar crédito, mediante a aplicação de percentual estabelecido em ato do Poder Executivo, sobre a receita auferida com a exportação desses bens para o exterior. De acordo com o texto original da MPV nº 651, de 2014, o percentual de ressarcimento tributário pode variar entre 0,1% (um décimo por cento) e 3,0% (três por cento).

A MPV nº 651/2014 foi regulamentada inicialmente pelo Decreto nº 8.304, de 12 de setembro de 2014, e pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 428, de 1º de outubro de 2014.

Com a conversão da MPV nº 651, de 2014, na Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, tornou-se necessária a edição de um novo decreto regulamentador, de forma a compatibilizar o ordenamento infralegal às diversas emendas legislativas incorporadas ao texto original da referida Medida Provisória.

Foi, então, editado o Decreto nº 8.415, de 27 de fevereiro de 2015, que, entre outras disposições, estabeleceu novos percentuais de



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

aplicação do Reintegra sobre o valor exportado pelos produtores exportadores: 1% (um por cento), entre 1º de março de 2015 e 31 de dezembro de 2016; 2% (dois por cento), entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017; e 3% (três por cento), entre 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018.

Ocorre que o novo decreto, nesse particular, abalou seriamente a questão da previsibilidade da tributação da pessoa jurídica exportadora, ao revogar a vigência da alíquota de 3% (três por cento) de forma súbita e imediata. Em vez de trazer segurança jurídica nas condições de vigência e de funcionamento deste Regime Especial, acabou demonstrando a indiferença do Governo Federal para com os exportadores brasileiros.

É preciso apontar que, à época da edição do Decreto nº 8.415, de 2015, os exportadores brasileiros já haviam formado os seus orçamentos para o ano corrente e precificado suas exportações para embarque nos próximos meses, na legítima crença do compromisso público assumido pela vigência da Lei nº 13.043, de 2014.

Diante deste diagnóstico, justifica-se o urgente aprimoramento do arcabouço jurídico que regula o Reintegra, de forma a conferir maior competitividade, segurança jurídica, e isonomia competitiva entre empresas do mesmo setor produtivo.

Para esta finalidade, propomos a presente emenda à Medida Provisória nº 671, de 2015, para reestabelecer a vigência da alíquota de 3% (três por cento) para o quadriênio 2015 – 2018, ressalvada a prerrogativa do Poder Executivo de vir a alterá-la com antecedência mínima de 180 dias, através de Decreto.

É importante destacar que não se trata de desoneração fiscal, mas, conforme corretamente apontado na Exposição de Motivos da MPV nº 651, de 2014, um mecanismo que visa a promover o permanente ressarcimento do resíduo tributário nas cadeias produtivas exportadoras beneficiando diretamente milhares de empresas exportadoras brasileiras. Tal prática não apenas é reconhecida e permitida pela Organização Mundial do Comércio (OMC), mas executada pelos principais países concorrentes do Brasil no mercado internacional, em busca da indispensável isonomia competitiva, sem a qual ficaria inviável concorrer no mercado exterior.

Sala da Comissão,

Senador **ROMERO JUCÁ**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

MPV 671**00097**

EMENDA Nº - CM
(à MPV nº 671, de 2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

“**Art.** O art. 22 da Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 22.

.....

§ 8º Na hipótese de exportações realizadas por empresas exportadoras devidamente habilitadas nos programas de parcelamento incentivado de que tratam as Leis nº 9.964, de 10 de abril de 2000, nº 10.684, de 30 de maio de 2003, nº 11.941, de 27 de maio de 2009, nº 12.973, de 13 de maio de 2014, nº 12.996, de 18 de junho de 2014, e nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, e a Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, na análise de deferimento dos créditos resultantes de que trata este artigo, não se aplicará a compensação em procedimento de ofício sobre as parcelas vincendas com exigibilidade suspensa.’ (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

Em 15 de junho de 2014, o Governo Federal reconheceu a necessidade de equacionar o problema da acumulação de resíduos tributários no custo de exportação por meio da edição da Medida Provisória (MPV) nº 651, que reinstituiu o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – REINTEGRA.

Pelo regime, a pessoa jurídica exportadora pode apurar crédito, mediante a aplicação de percentual estabelecido em ato do Poder Executivo, sobre a receita auferida com a exportação desses bens para o exterior.

A MPV nº 651/2014 foi regulamentada inicialmente pelo Decreto nº 8.304, de 12 de setembro de 2014, e pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 428, de 1º de outubro de 2014.

Com a conversão da MPV nº 651, de 2014, na Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, tornou-se necessária a edição de um novo decreto



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

regulamentador, de forma a compatibilizar o ordenamento infralegal às diversas emendas legislativas incorporadas ao texto original da referida Medida Provisória.

Foi, então, editado o Decreto nº 8.415, de 27 de fevereiro de 2015. Ocorre que o novo decreto não tratou de um grave problema relativo à garantia de liquidez dos créditos atribuídos pelo Reintegra, especialmente para as empresas exportadoras brasileiras que, porventura, em passado recente, também aderiram aos programas de parcelamento incentivado de débitos tributários federais (comumente denominados de “REFIS”).

Estamos falando da compensação de ofício entre os créditos obtidos pelas empresas exportadoras no âmbito do Reintegra com débitos cuja exigibilidade está suspensa, pois estão incluídos em parcelamento, de acordo com o art. 151, inciso VI, do Código Tributário Nacional. O procedimento adotado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) está previsto no art. 61 da Instrução Normativa RFB nº 1.300, de 20 de novembro de 2012.

Todavia, a aplicação da compensação de ofício, no caso do Reintegra, é não apenas ilegal, por ampliar o cabimento da compensação de ofício mediante mera Instrução Normativa, exorbitando sua função meramente regulamentar, mas também descabida, pois desvia a finalidade precípua do Reintegra, qual seja, de promover e estimular as exportações brasileiras, a partir do aumento da sua competitividade e rentabilidade. Ao se permitir a compensação de ofício inclusive com parcelas vincendas de parcelamentos, não haverá, como consequência, nenhum efeito positivo de caixa para as empresas exportadoras a curto prazo.

Obviamente, caberia tal compensação de ofício sobre parcelas do Refis já vencidas e ainda não liquidadas, mas jamais sobre parcelas vincendas, que tenham sido fruto de acordo voluntário de parcelamento entre a RFB e os contribuintes exportadores.

Diante deste diagnóstico, justifica-se o urgente aprimoramento do arcabouço jurídico que regula o Reintegra. Para isso, propomos a presente emenda à Medida Provisória nº 671, de 2015, a fim de vedar a compensação de ofício sobre as parcelas vincendas com exigibilidade suspensa, na análise de deferimento dos créditos resultantes do Reintegra.

Sala da Comissão,

Senador **ROMERO JUCÁ**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

MPV 671

00098

EMENDA Nº – CM

(à MPV nº 671, de 2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

“Art. ____ Para efeito de interpretação do disposto no art. 3º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e nos §§ 1º e 2º do art. 23 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, a incorporação de ações ou quotas nas operações de integralização de capital, considerando sua natureza de permuta, somente se sujeita à apuração do ganho de capital, nas hipóteses de a pessoa física subscritora:

I – optar por lançar, em sua declaração de bens, as ações ou quotas recebidas por valor superior ao das ações ou quotas transferidas a título de integralização; ou

II – receber torna, assim entendida como a percepção adicional de qualquer valor, em espécie, bens ou direitos distintos das ações ou quotas representativas do capital da pessoa jurídica objeto da integralização.

§ 1º Na hipótese do inciso II do caput, o ganho de capital será apurado apenas em relação à torna.

§ 2º A condição de permuta não se altera ainda que o valor pelo qual as ações ou quotas entregues pela pessoa física tenham ingressado no patrimônio da pessoa jurídica, em decorrência da avaliação estabelecida pela legislação societária, por valor superior ao constante da declaração de bens da pessoa física.

§ 3º O registro de ágio, pela pessoa jurídica objeto da integralização, em relação às operações realizadas pela pessoa física na forma deste artigo, permanece sujeito à legislação aplicável às pessoas jurídicas, especialmente em relação à sua amortização e dedutibilidade, por ser desvinculado do tratamento tributário aplicável à pessoa física integralizadora.”



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

JUSTIFICAÇÃO

Nas últimas duas décadas, graças, principalmente, à estabilidade econômica alcançada pelo Brasil e à consequente melhoria do ambiente de negócios para as empresas nacionais, diversas operações de reorganização societária resultaram na formação de conglomerados empresariais fortalecidos e eficientes, gerando, inclusive, maior contribuição aos cofres públicos.

Tal evolução implicou profunda revisão no modelo de gestão empresarial no País, impondo o profissionalismo e a concentração decisória, mas descentralizando e especializando as atividades-fins, mediante, principalmente, a instituição de holdings, fazendo de nossas empresas organismos mais consistentes para o enfrentamento da forte concorrência de uma economia globalizada e competitiva.

Em muitos casos, para a efetivação das reorganizações societárias, especialmente nas incorporações de empresas, fez-se necessário que pessoas físicas, na maioria das vezes de famílias de empreendedores históricos do Brasil, detentoras de significativas participações societárias nas empresas envolvidas no processo, se vissem na contingência de, até para salvaguardar seu patrimônio, integralizar o capital de outras empresas, mediante o aporte de suas participações. O art. 23 da Lei nº 9.249, de 1995, guarda perfeita consonância com uma correta política de estímulo à capitalização das empresas nacionais, dando-lhe o correto tratamento de permuta.

Porém, diante da intensidade das operações, do elevado porte das empresas e das grandes quantias envolvidas acabaram por despertar a atenção da RFB, que desencadeou diversas ações de fiscalização, das quais resultaram autuações que envolvem valores simplesmente impagáveis sob o argumento de um pretenso ganho de capital.

Assim, para preservar os legítimos interesses da Administração Tributária Federal, bem como fornecer a segurança jurídica necessária aos contribuintes, a presente proposta elucida as situações pelas quais se faz a adequada apuração do ganho de capital de pessoa física nas hipóteses do art. 23 da Lei nº 9.249, de 1995, combinado com o que dispõe a Lei nº 7.713, de 1988.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

MPV 671
00099

EMENDA Nº – CM
(à MPV nº 671, de 2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

“Art. ____ . Para efeito de interpretação, a substituição de participações societárias em decorrência de operações de reorganizações societárias, como cisão, fusão, incorporação de ações ou quotas não implica apuração de ganho de capital por não ter natureza de operação que importe alienação ou transferência de que tratam o art. 3º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 e o § 2º do artigo 23 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, respectivamente, mantendo a pessoa física o mesmo custo de aquisição das participações originárias para as participações recebidas em substituição, independentemente do valor pelo qual as participações originárias ingressaram no patrimônio da pessoa jurídica, observado o disposto no § 3º do art. 252 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.”

Justificativa

Objetivando estimular a capitalização das empresas nacionais, mediante aporte de bens de pessoas físicas ao capital da pessoa jurídica, foi editado o art. 23 da Lei nº 9.429, de 1995, mediante o qual a tributação do ganho de capital somente ocorrerá no caso de a pessoa física optar por atribuir às participações recebidas o valor pelo qual os bens aportados foram registrados no patrimônio da pessoa jurídica e desde que superior ao daqueles bens.

Referido dispositivo legal também estimulou as reorganizações societárias, por incluir, dentre os bens passíveis de aporte pela pessoa física, participações societárias de sua propriedade. Assim, a manutenção do mesmo valor das participações originárias para as participações recebidas pela integralização caracteriza mera permuta, sem qualquer acréscimo patrimonial, sequer caracterizando fato gerador do imposto de renda.

O afã arrecadatório de curto prazo, que se origina de uma leitura distorcida das normas vigentes em matéria de imposto de renda de pessoas físicas, em processos de



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

reorganização empresarial que não produzam qualquer ganho ou variação patrimonial para os titulares (pessoas físicas) das participações societárias, descapitalizam o investidor, reduzem a competitividade de nossa economia, criam obstáculos ao investimento produtivo e, principalmente, ao crescimento das empresas.

A não incidência de tributação nas operações de incorporação de participações societárias sem que ocorra torna, portanto, decorre da não existência de ganho de capital nessas operações. Não se trata de desoneração ou renúncia tributária, mas, tão somente, da não ocorrência de ganhos, da não ocorrência do fato gerador, conforme definido na legislação do IRPF.

Nesse sentido, convém tornar claro e expresso que tais operações não se subordinam às regras de apuração do ganho de capital, afastando-se, por conseguinte, a aplicação das normas contidas no art. 3º da Lei nº 7.713, de 1988, e no § 2º do art. 23 da Lei nº 9.249, de 1995, mas desde que atendidos os requisitos da Lei Societária, especialmente quanto à justa e correta avaliação dos bens e direitos aportados ao capital da pessoa jurídica, motivo pelo qual se faz necessária a inclusão de dispositivo interpretativo, como forma de atribuir efetividade às normas legais vigentes, aos seus pressupostos legais e, em especial, a segurança jurídica.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

MPV 671

00100

EMENDA Nº – CM

(à MPV nº 671, de 2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

“**Art. ____.** Fica autorizada a concessão de subvenção com a finalidade de promover a equalização de juros para as empresas industriais exportadoras, visando a manter a competitividade da indústria de exportação brasileira de produtos manufaturados, que necessitam de capital intensivo.

§ 1º Somente poderão se habilitar à subvenção as empresas industriais, predominantemente exportadoras, com, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de exportação da sua produção total e cujo faturamento anual seja de, no máximo, 70% (setenta por cento) do seu ativo permanente.

§ 2º A referida subvenção limitar-se-á à diferença convertida em reais entre os juros pagos e a taxa LIBOR interbancária, quando financiamento em moeda estrangeira, ou a diferença entre os juros pagos e a taxa TJLP, quando o financiamento for em moeda nacional.

§ 3º Eventuais receitas financeiras, obtidas com aplicação de sobras de caixa, serão deduzidas da subvenção na mesma razão do disposto no § 2º.

§ 4º Os custos incorridos com *hedge* cambial, poderão ser computados na referida subvenção, limitados ao fluxo de pagamento de juros e amortizações do exercício corrente.

§ 5º A referida subvenção não será computada na base de cálculo da apuração do lucro real e nem base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, constituindo-se uma receita não tributável.

§ 6º O limite anual de dispêndio do Tesouro Nacional, para o cumprimento do disposto neste artigo, será estabelecido pela Lei Orçamentária, sendo que no exercício de 2015 será limitado a R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões) de reais.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

§ 7º O Ministro de Estado da Fazenda editará regulamento definindo os parâmetros e limites da respectiva subvenção, dentro dos parâmetros deste artigo.”

Justificativa

A alteração proposta na presente Medida Provisória tem como objetivo o desenvolvimento econômico do Brasil. Visa conceder incentivo, na forma de subvenção econômica, para as empresas industriais exportadoras brasileiras, promovendo a equalização de juros com o fim de garantir a competitividade.

A modificação proposta é fundamental no presente momento, uma vez que indústria apresenta quadro negativo. Os indicadores mostram uma estagnação do setor industrial brasileiro, que vem apresentando taxas de crescimento modestas e até negativas. Contribuem para isso os elevados custos dos insumos, como energia elétrica e mão de obra, e a infraestrutura sabidamente deficiente no Brasil. Reverter o quadro é urgente para arrecadação de impostos, manutenção de empregos e desenvolvimento do país.

A proposta também é relevante se consideramos os problemas do setor externo brasileiro. O balanço de pagamentos do país tem se deteriorado de forma preocupante, com o aumento do déficit em transações correntes, especialmente se tomado como proporção do PIB. Para isso, tem contribuído a redução do saldo da balança comercial, com a expansão das importações sem o correspondente incremento das exportações.

O benefício será concedido às empresas industriais, preponderantemente exportadoras, que tenham no mínimo 80% (oitenta por cento) de exportação da sua produção total, e cujo faturamento anual seja de no máximo 70% (setenta por cento) do seu ativo permanente. Garante-se, com isso, que o benefício seja direcionado efetivamente a indústrias exportadoras, permitindo-lhes financiar-se a um custo menor, mais próximo daqueles suportados por seus concorrentes estrangeiros. A emenda traz outras salvaguardas para que o referido objetivo seja alcançado com o menor custo possível. Em primeiro lugar, limita-se o montante da subvenção: quando se tratar de empréstimo internacional, o limite será a diferença entre os juros pagos e a taxa LIBOR; quando nacional, a diferença entre a taxa de juros e a TJLP. Além disso, eventuais receitas financeiras obtidas com aplicação de sobras de caixa serão deduzidas da subvenção.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

Por outro lado, a subvenção não será considerada rendimento tributável para fins de imposto de renda, nem integrará a base de cálculo da CSLL. Se não fosse assim, o benefício terminaria por ser devolvido em parte para a própria Tesouro Nacional, responsável pelo benefício, reduzindo-se seu alcance.

Por fim, há um limite global para o benefício de R\$ 400.000.000,00 para 2015, suficiente para alcançar os resultados esperados, mas que não coloca em risco a responsabilidade fiscal. Inclusive, sempre atento a seguir as normas legais, ressalto que o recurso orçamentário para a presente medida se encontra no Orçamento da União, na funcional 28.846.0909.00OB.0001, ação AUXÍLIO À CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO (LEIS NºS 10.438, DE 26/04/2002, E 12.783, DE 11/01/2013) – NACIONAL.

Assim, a modificação proposta é relevante e oportuna tanto por dinamizar a combatida indústria brasileira, quanto por promover uma melhoria das contas externas do país.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ

MPV 671**00101****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 19 DE MARÇO DE 2015.**

Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências.

EMENDA SUBSTITUTIVA N. , de 2015

Alterar o inciso III do art. 27 da Medida Provisória n. 671, de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27.....

.....

III - celebrar contrato com empresa ou sociedade civil da qual o dirigente, seu cônjuge ou companheiro, ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, sejam sócios ou administradores;” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A MPV 671/2015 cria o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro – Profut, objetivando promover a gestão transparente e democrática e o equilíbrio financeiro das entidades profissionais de futebol.

Diversamente do contido no antigo PLV 18/2014, no bojo da MPV 656/2014, a renúncia fiscal originada pela redução de multas, juros e encargos legais tem contrapartida no fortalecimento da governança das entidades desportivas e no respeito dos direitos dos atletas.

Nesse contexto, descreve condutas caracterizadoras de gestão irregular ou temerária, na linha da fórmula de antinepotismo definida pela Súmula Vinculante n. 13. Ocorre que, nesse desiderato, olvida-se de preterir a contratação de empresa ou sociedade civil cuja propriedade seja do próprio dirigente.

Sala das Sessões, em de de 2015

Deputado DOMINGOS NETO

(PROS/CE)

MPV 671**00102****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 19 DE MARÇO DE 2015.**

Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências.

EMENDA SUBSTITUTIVA N. , de 2015

Alterar o inciso III do § 2º do art. 27 da Medida Provisória n. 671, de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27.....

§ 2º.....

III - celebrar contrato com empresa ou sociedade civil da qual o dirigente, seu cônjuge ou companheiro, ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, sejam sócios ou administradores;” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A MPV 671/2015 cria o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro – Profut, objetivando promover a gestão transparente e democrática e o equilíbrio financeiro das entidades profissionais de futebol.

Diversamente do contido no antigo PLV 18/2014, no bojo da MPV 656/2014, a renúncia fiscal originada pela redução de multas, juros e encargos legais tem contrapartida no fortalecimento da governança das entidades desportivas e no respeito dos direitos dos atletas.

Nesse contexto, descreve condutas caracterizadoras de gestão irregular ou temerária, na linha da fórmula de antinepotismo definida pela Súmula Vinculante n. 13. Ocorre que, ao se referir aos terceiros dos quais não se poderia receber doações ou outras transferências, inclui o próprio dirigente, criando contradição sobre a matéria.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**MPV 671
00103**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências.

EMENDA SUBSTITUTIVA N. , de 2015

Alterar o inciso IX do art. 4º da Medida Provisória n. 671, de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

IX – demonstração de que os custos com folha de pagamento e direitos de imagem de atletas profissionais de futebol não superam oitenta por cento da receita bruta anual;” (NR)

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****JUSTIFICAÇÃO**

A MPV 671/2015 cria o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro – Profut, objetivando promover a gestão transparente e democrática e o equilíbrio financeiro das entidades profissionais de futebol.

Diversamente do contido no antigo PLV 18/2014, no bojo da MPV 656/2014, a renúncia fiscal originada pela redução de multas, juros e encargos legais tem contrapartida no fortalecimento da governança das entidades desportivas e no respeito dos direitos dos atletas.

Nesse contexto, a exigência constante do inciso IX do art. 4º da MPV 671/2015 parece criar condições bem dificultosas para a permanência das entidades no Profut, haja vista a periclitante situação de endividamento dos clubes de futebol. Com a presente, intenta-se flexibilizar o percentual limite de endividamento, passando de 70 para 80%, o que tornará mais factível a permanência de tais instituições no Profut.

Sala das Sessões, em de de 2015

Deputado DOMINGOS NETO

(PROS/CE)



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671

00104

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

	proposição Medida Provisória n.º 671 de 19 de março de 2015
--	---

autor Deputado Silvío Torres	n.º do prontuário
--	-------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
---------------	---------------	-------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber o seguinte artigo à Medida Provisória nº 671 de 19 de março de 2015:

Art. O art. 4º da Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º - A:

“Art. 4º

§ 2º - A. A seleção brasileira de futebol, nas suas diversas categorias, integra o patrimônio cultural brasileiro e é considerada de elevado interesse social, inclusive para fins do disposto nos incisos I e III do art. 5º da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.”(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Em 2007 apresentei o Projeto de Lei nº 1.429 com o objetivo de colocar a seleção brasileira de futebol, em suas diversas categorias, no rol dos bens imateriais do patrimônio cultural brasileiro.

A ideia é proteger esse patrimônio, que utiliza a bandeira brasileira, o hino brasileiro e leva o nome do Brasil na camisa. Lamentavelmente, a seleção alterna desempenho espetacular com desempenho frustante em função de influências negativas que recebe, de variada natureza, como pessoais, econômicas, políticas, que colocam em risco tudo o que ela representa. As CPIs desta Casa e do Senado Federal provaram o que essas influências são capazes de provocar.

A Seleção é um patrimônio da cultura brasileira e quando fatos externos prejudicam seu desempenho, sabotam todo o povo brasileiro. Neste sentido, estamos apresentando a presente emenda.

Deputado Silvío Torres

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

MPV 671

00105

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 2015

Autor	Partido
Deputado MIRO TEIXEIRA	PROS - RJ

1. ____ Supressiva 2. ____ Substitutiva 3. X Modificativa 4. ____ Aditiva

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 30 da MP 671 a seguinte redação:

“Art. 30. Aplicam-se a todas as entidades desportivas previstas no parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.615, de 1998, o disposto no art. 4º, incisos II, III, VIII e §§ 1º e 3º e no art. 28 a art. 29.

Parágrafo único. As entidades desportivas de que trata o caput farão a adequação necessária em seu estatuto ou contrato social do disposto no art. 4º, incisos II, III, VIII e §§ 1º e 3º no prazo de até 2 (dois) anos.”

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão dos citados dispositivos do art. 4º dispõe sobre a fixação do período do mandato dos dirigentes em até 4 anos, permitida uma recondução (II), comprovação da existência e a autonomia do conselho fiscal (III e § 3º), previsão estatutária do afastamento e inelegibilidade pelo período de cinco anos do dirigente que praticar ato de gestão irregular ou temerária (VIII) e a participação de atletas nos colegiados de direção (§1º).

A Lei nº 9.615, de 1998 (normas gerais sobre desporto), art. 18-A, exige essas condições para que a entidade se beneficie de isenções fiscais e se habilite ao recebimento de recursos da administração pública.

Na esteira do aperfeiçoamento da gestão das entidades desportivas nacionais proporcionado pela MP 671 busca-se estender essas mesmas normas a outras entidades desportivas de forma ampla, e não somente nos casos acima citados.

ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MPV 671

00106

/03/2015

Proposição

Medida Provisória nº 671 / 2015

Autor

Deputado NEWTON CARDOSO JR – PMDB / MG

Nº Prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4. * ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo Global

Página

Artigos

Parágrafos

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Dê-se ao *caput* do art. 87, constante da Lei nº Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, a seguinte redação:

“Art. 87. A pessoa jurídica poderá deduzir, na proporção de sua participação, o imposto sobre a renda pago no exterior pela controlada direta ou indireta, **e coligada**, incidente sobre as parcelas positivas computadas na determinação do lucro real da controladora no Brasil, até o limite dos tributos sobre a renda incidentes no Brasil sobre as referidas parcelas.”

..... (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A redação atual não permite que o imposto corporativo pago pela coligada no exterior seja aproveitado no Brasil, como crédito. Isso leva a uma dupla tributação da mesma renda, já que o lucro da coligada é tributado uma vez no exterior, e outra no Brasil.

Por exemplo, suponha-se uma coligada que teve lucro de \$ 100, e pagou \$ 20 de imposto de renda no exterior. O lucro líquido de \$ 80 será tributado novamente no Brasil, na alíquota de 34% (ou 40%, se a investidora for um banco), sem que os \$ 20 pagos no exterior sejam aproveitados como crédito.

Com isso, o lucro efetivamente disponível para a investidora no Brasil será de apenas \$ 52,8, e terá havido uma tributação efetiva 47,2%.

A sistemática do artigo 87 seria mantida para os instrumentos mantidos a custo, nos quais, de fato, a matriz brasileira não dispõe de informações suficientes em relação a sua investida que lhe permita aproveitar o crédito de imposto corporativo no exterior.

ASSINATURA

DEPUTADO NEWTON CARDOSO JR



CONGRESSO NACIONAL

MPV 671

00107 ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

/03/2015

Proposição

Medida Provisória nº 671 / 2015

Autor

Deputado NEWTON CARDOSO JR – PMDB / MG

Nº Prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4. * ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo Global

Página

Artigos

Parágrafos

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Dê-se ao § 5º do art. 81, constante da Lei nº Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, a seguinte redação:

“Art. 81

.....

§ 5º Para fins do disposto neste artigo, **poder-se-á** equiparar à condição de **controlada, à opção do contribuinte**, os empreendimentos controlados em conjunto com partes não vinculadas.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O tratamento como controlada, que aparentemente é mais gravoso ao contribuinte residente no Brasil por tributar os lucros do exterior em bases correntes, pode ser mais adequado em algumas situações empresariais, quando as subsidiárias co-controladas operam de maneira integrada com a matriz brasileira. Caso o contribuinte não opte pela tributação com base no regime de caixa, deverá tributar os lucros do exterior de acordo com a mesma sistemática aplicável à tributação de lucros auferidos por suas controladas no exterior, ainda que auferidos por suas coligadas.

ASSINATURA

DEPUTADO NEWTON CARDOSO JR



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MPV 671**00108**

/03/2015

Proposição

Medida Provisória nº 671 / 2015

Autor

Deputado NEWTON CARDOSO JR – PMDB / MG

Nº Prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4. * ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo Global

Página

Artigos

Parágrafos

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Dê-se ao art. 89, constante da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, a seguinte redação:

“Art. 89. A matriz e a pessoa jurídica controladora domiciliada no Brasil ou a ela equiparada, nos termos do art. 83, poderão considerar como imposto pago, para fins da dedução de que trata o art. 87, o imposto sobre a renda retido na fonte, na proporção de sua participação, decorrente de rendimentos recebidos pela filial, sucursal ou controlada domiciliada no exterior.

Parágrafo único. O disposto no caput somente será permitido se for reconhecida a receita total auferida pela filial, sucursal ou controlada, com a inclusão do imposto retido.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O dispositivo veda o aproveitamento no Brasil, como crédito, do imposto de renda retido na fonte em nome de controlada no exterior, que não tenha sido compensado com o imposto de renda corporativo devido por essa mesma controlada no exterior.

Isso é especialmente problemático para controladas em países com alíquotas de imposto de renda corporativo inferiores a 25%, como é o caso de diversos países na Europa. Nesses casos, certas parcelas de impostos retidos na fonte fatalmente serão desperdiçadas.

Esse dispositivo cria uma distinção entre imposto de renda retido na fonte no exterior, e imposto de renda corporativo pago no exterior, privilegiando essa segunda categoria.

Todavia, essa distinção não se justifica – em ambos os casos, o imposto é o mesmo; a única diferença é a modalidade do pagamento.

Esta inclusive, é uma sistemática já consagrada pela legislação brasileira desde a edição do artigo 9 da MP nº. 2.158-35/2001.

ASSINATURA

DEPUTADO NEWTON CARDOSO JR



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MPV 671

00109

/03/2015

Proposição

Medida Provisória nº 671 / 2015

Autor

Deputado NEWTON CARDOSO JR - PMDB / MG

Nº Prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4. ☐* ☐ Aditiva 5. ☐ ☐ Substitutivo Global

Página

Artigos

Parágrafos

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art. A Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 29. Os aeródromos civis são classificados em públicos e privados:

I – públicos: aqueles em que a infraestrutura aeroportuária civil pública é destinada ao serviço de transporte aéreo regular de passageiros ou de carga, bem como ao serviço especializado de táxi aéreo, sendo:

a) bem público, construído, mantido e explorado economicamente pela administração pública direta ou indireta, ou sob o regime de concessão, conforme o disposto no art. 36 desta lei;

b) bem particular, construído, mantido e explorado economicamente por particulares detentores de propriedade, posse ou direito de uso de áreas, mediante autorização, conforme o disposto no art. 36 desta lei.

II – privados: aquele em que a infraestrutura aeroportuária civil privada é destinada ao uso exclusivo do proprietário da área, detentor de posse ou o de direito de uso, sem exploração economicamente, conforme o disposto no art. 35 deste Lei.

Parágrafo único- Para o disposto na alínea “b” do inciso I do caput, o particular interessado na autorização para a exploração de infraestrutura aeroportuária civil pública deverá apresentar título de propriedade, inscrição de ocupação, certidão de aforamento, cessão de direito real ou outro instrumento jurídico que assegure o

direito de uso e fruição do respectivo terreno, além de outros documentos previstos no instrumento de abertura.”

.....

....

“Art. 35. Os aeródromos civis, públicos ou privados, serão construídos, mantidos e operados sob a responsabilidade dos proprietários das áreas, detentores de posse ou os de direito de uso.”

(NR)

.....

.....

“Art. 37. Os aeródromos civis públicos poderão ser usados por quaisquer aeronaves, sem distinção de propriedade ou nacionalidade, mediante o ônus da utilização, salvo se, por motivo operacional ou de segurança, houver restrição de uso por determinados tipos de aeronaves ou serviços aéreos.

§ 1º. As facilidades colocadas à disposição das aeronaves, dos passageiros ou da carga, e o custo operacional do aeroporto serão cobrados mediante:

I – tarifas, fixadas em tabelas aprovadas pela autoridade aeronáutica, quando o serviço for explorados pela Administração Pública, Direta ou Indireta, ou por particulares, sob o regime de concessão.

II – preços, fixados livremente, quando o serviço for explorados por particulares, sob o regime de autorização, sendo observadas às atribuições da União para reprimir toda prática prejudicial à concorrência e o abuso de poder econômico, nos termos da legislação própria.

§ 2º. A partir da data de homologação de que trata o art. 30 desta Lei, para fins de manutenção da delegação da exploração de aeródromos civis públicos, explorados mediante autorização, o autorizatário ficará obrigado a recolher Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico anual ao sistema, que se constituirá como receita do Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC, nos termos do inciso III, § 1º, art. 63, da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

§ 3º O recolhimento da contribuição anual ao sistema de que trata o parágrafo anterior deverá ser efetuado a partir do início do sexto ano da data de homologação para a abertura ao tráfego, de que trata o § 1º, do art. 30 desta Lei.

§ 4º A contribuição será calculada sobre a receita bruta da atividade específica do autorizatário, decorrente da exploração, conforme a quantidade de Unidades de Carga de Trabalho (UCT),

processadas anualmente no aeródromo, de acordo com as correspondentes faixas progressivas:

- I – até 500.000: 0%;
- II – de 500.001 a 3.000.000: 0,5%;
- III – 3.000.001 a 10.000.000: 1,0%;
- IV – 10.000.001 a 20.000.000: 1,5%;
- V – a partir de 20.000.001: 2,0%.

§ 5º Para o disposto no parágrafo anterior, considera-se que a Unidade de Carga de Trabalho (UCT) equivale ao processamento de 1 (um) passageiro ou 100 (cem) quilos de carga e mala postal, embarcados, desembarcados ou em conexão no aeródromo, em operações de transporte aéreo público, regular ou não regular, doméstico ou internacional, realizadas por empresas brasileiras ou estrangeiras, exceto as operações de táxi aéreo.

§ 6º Não incide o art. 1º da Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, e o previsto na Portaria 861/GM2 do Ministério da Aeronáutica, de 09 de dezembro de 1997, para os aeródromos civis públicos, explorados mediante autorização.” (NR)

.....
....

JUSTIFICAÇÃO

No intuito de aprimorar o debate sobre a matéria, apresentamos uma importante demanda da sociedade.

Ante o exposto, solicito apoio dos nobres pares na aprovação desta emenda.

ASSINATURA

DEPUTADO NEWTON CARDOSO JR



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MPV 671

00110

/03/2015

Proposição

Medida Provisória nº 671 / 2015

Autor

Deputado MANOEL JUNIOR – PMDB / PB

Nº Prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4. * ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo Global

Página

Artigos

Parágrafos

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

“Art. A Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

§1º

IX - no inciso II do art. 58-C desta Lei, no caso de venda das bebidas mencionadas no art. 58-A desta Lei, quando efetuada por pessoa jurídica optante pelo regime especial instituído pelo art. 58-J desta Lei;

.....

Art. 10.

.....

XXX - as receitas decorrentes da alienação de participações societárias.

.....

Art. 58-C

.....

II - mediante a aplicação das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) e 11,9% (onze inteiros e nove décimos por cento), respectivamente.

.....

Art. 58-J. A pessoa jurídica que industrializa ou importa os produtos de que trata o art. 58-A desta Lei poderá optar por regime especial de tributação, no qual a Contribuição para o PIS/Pasep, a Cofins e o IPI serão apurados por meio de alíquotas específicas, expressas em reais por litro, correspondentes ao resultado da multiplicação dos valores de referência constantes do Anexo Único desta lei, pelos fatores de distanciamento entre marcas a serem divulgados pelo Poder Executivo.

.....
§4º Decorrido o prazo mínimo de 12 meses do último reajuste, os valores de referência indicados no Anexo Único poderão ser reajustados linearmente pelo Poder Executivo não excedendo ao índice acumulado de inflação dos últimos doze meses divulgado por instituição de notória especialização, observadas as condições de mercado e políticas governamentais.

§ 5º Os fatores de distanciamento entre marcas corresponderão ao resultado da divisão do preço de venda a varejo de cada marca comercial pela média geral dos preços de venda a varejo do mercado.

§ 6º A média geral dos preços de venda a varejo do mercado corresponderá ao valor da média ponderada dos preços de venda a varejo das marcas de maior volume de produção que componham, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do volume de produção total nacional, conforme apurado por meio dos equipamentos de que trata o art. 58-T do ano-calendário anterior.

§7º O Poder Executivo poderá atualizar os fatores de distanciamento entre marcas, em periodicidade não inferior a três anos, observado o resultado da divisão do preço de venda a varejo de cada marca comercial pela média geral dos preços de venda a varejo praticados no mercado, conforme descrição de embalagem constante do Anexo Único desta Lei.

§8º A atualização dos fatores de distanciamento entre as marcas poderá ser feita com base em pesquisa realizada por instituição de notória reputação encomendada por Pessoa Jurídica optante pelo Regime Especial de Tributação ou por entidade que a represente, mediante termo de compromisso firmado pelo encomendante com a anuência da Receita Federal do Brasil, na forma do regulamento.

.....

§ 17. O Poder Executivo poderá conceder redução de até 10% (dez por cento) sobre os valores de referência indicados no Anexo Único, desde que tenham instalado em seus estabelecimentos equipamentos contadores de produção de que trata o art. 58-T desta lei.

§18. A permanência da pessoa jurídica no regime especial de tributação previsto no caput está condicionada à manutenção dos postos de trabalho existentes no ano-calendário anterior à opção, exceto no caso de caso fortuito, força maior ou ocorrência de fato que venha alterar substancialmente a situação econômico-financeira da optante ou reestruturação societária.

§ 19. O reajuste dos valores de referência previsto no §4º, bem como a atualização dos fatores de distanciamento entre marcas prevista nos §§7º e 8º deste artigo, serão divulgados por ato do Poder Executivo, vigorando a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação no Diário Oficial da União.

§ 20. No caso das embalagens destinadas a consumo familiar para bebidas não-alcoólicas (PET e REFPET), os valores de referência expressos no Anexo Único consideram a redução de 25% (vinte e cinco por cento) em relação à carga tributária vigente em 1º de julho de 2014 para tais embalagens.

.....
Art. 58-M. Para os efeitos do regime especial as alíquotas específicas das contribuições e do imposto aplicam-se às pessoas jurídicas referidas no art. 58-A também na operação de revenda dos produtos nele relacionados, admitido, neste caso, o crédito dos valores cobrados nas respectivas aquisições.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se às operações de revenda promovidas por estabelecimento da pessoa jurídica ou firma coligada, controlada ou controladora ou interligada, mediante opção a ser exercida nos termos e condições definidos pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 58-N.

I – uma única vez sobre os produtos nacionais na saída do estabelecimento industrial, observado o disposto no parágrafo único e no art. 58-M; e

.....;

Art. 58-O.

.....

§2º

.....
II -anterior ao de início de vigência da alteração da alíquota específica pelo Poder Executivo, hipótese em que a produção de efeito dar-se-á a partir do primeiro dia do mês de início de vigência da citada alteração.

.....
§ 5º No ano-calendário de 2014, a opção de que trata o caput deste artigo poderá ser exercida até o último dia útil do mês de dezembro, produzindo efeito a partir de 1º de janeiro de 2015.

.....
§ 8º Fica reaberto o prazo da opção referida no caput deste artigo até o dia 30 de junho de 2015, hipótese em que alcançará os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro do mesmo ano.

.....
Art. 67.

.....
§ 1º Na hipótese prevista neste artigo, a base de cálculo do Imposto de Importação será arbitrada em valor equivalente à média dos valores por quilograma das mercadorias importadas a título definitivo, pela mesma via de transporte internacional, constantes de declarações registradas no semestre anterior, incluídas as despesas de frete e seguro internacionais, nos termos, limites e condições disciplinados pelo Poder Executivo.

.....
Art. 69.

.....
§ 3º Quando aplicada sobre a exportação, a multa prevista neste artigo incidirá sobre o preço normal definido no art. 2º do Decreto-lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977.

.....
Art. 76.

I -.....

.....
d) emissão de documento de identificação ou quantificação de mercadoria sob controle aduaneiro em desacordo com o previsto em ato normativo, relativamente a sua efetiva qualidade ou quantidade;

e) prática de ato que prejudique a identificação ou quantificação de mercadoria sob controle aduaneiro;

.....

g) consolidação ou desconsolidação de carga efetuada em desacordo com disposição estabelecida em ato normativo e que altere o tratamento tributário ou aduaneiro da mercadoria;

.....
j) descumprimento de obrigação de apresentar à fiscalização, em boa ordem, os documentos relativos à operação que realizar ou em que intervier, bem como outros documentos exigidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; ou

k) descumprimento de determinação legal ou de outras obrigações relativas ao controle aduaneiro previstas em ato normativo não referidas às alíneas “c” a “j”;

II -

.....
d)

e); ou

f) agressão ou desacato à autoridade aduaneira no exercício da função.

III -

.....
d) prática de ato que embarace, dificulte ou impeça a ação da fiscalização aduaneira, para benefício próprio ou de terceiros;

.....
§ 1º A aplicação das sanções previstas neste artigo será anotada no registro do infrator pela administração aduaneira, após a decisão definitiva na esfera administrativa, devendo a anotação ser cancelada após o decurso de 5 (cinco) anos de sua efetivação.

§ 2º Para os efeitos do disposto neste artigo, considera-se interveniente o importador, o exportador, o beneficiário de regime aduaneiro ou de procedimento simplificado, o despachante aduaneiro e seus ajudantes, o transportador, o agente de carga, o operador de transporte multimodal, o operador portuário, o depositário, o administrador de recinto alfandegado, o perito ou qualquer outra pessoa que tenha relação, direta ou indireta, com a operação de comércio exterior.

.....
§ 4º Na aplicação da sanção prevista no inciso I do caput e na determinação do prazo para a aplicação das sanções previstas no inciso II do caput serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - os danos que dela provierem; e

III - os antecedentes do infrator, inclusive quanto à proporção das irregularidades no conjunto das operações por ele realizadas e seus esforços para melhorar a conformidade à legislação, segundo os critérios estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 5º Para os fins do disposto na alínea "a" do inciso II do caput deste artigo, será considerado reincidente o infrator que:

I - cometer nova infração pela mesma conduta já sancionada com advertência, no período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado da data da aplicação da sanção; ou

II - não sanar a irregularidade que ensejou a aplicação da advertência, depois de um mês de sua aplicação, quando se tratar de conduta passível de regularização.

§ 5º-A. Para os efeitos do § 5º, no caso de operadores que realizam grande quantidade de operações, poderá ser observada a proporção de erros e omissões em razão da quantidade de documentos, declarações e informações a serem prestadas, segundo os critérios estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil..

.....
§ 10. Feita a intimação, a não apresentação de impugnação no prazo de 20 (vinte) dias implicará revelia, cabendo a imediata aplicação da penalidade.

§ 10-A. A intimação a que se refere o § 10 deste artigo será:

I - pessoal, pelo autor do procedimento ou por agente preparador, na repartição ou fora dela, produzindo efeitos com a assinatura do sujeito passivo, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa, com declaração escrita de quem o intimar; ou

II - por via postal, telegráfica ou por qualquer outro meio ou via, produzindo efeitos com o recebimento no domicílio indicado à Secretaria da Receita Federal do Brasil pelo interveniente na operação de comércio exterior ou com o decurso de 15 (quinze) dias da expedição da intimação ao referido endereço; ou

III - por meio eletrônico, com prova de recebimento, mediante envio ao domicílio tributário do sujeito passivo ou registro em meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo, produzindo efeitos:

a) 15 (quinze) dias contados da data registrada no comprovante de entrega no domicílio tributário do sujeito passivo;

b) na data em que o sujeito passivo efetuar consulta ao endereço eletrônico a ele atribuído pela administração

tributária, se ocorrida antes do prazo previsto na alínea a deste inciso; ou

c) na data registrada no meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo; ou

IV - por edital, quando resultarem improficuos os meios previstos nos incisos I a III deste parágrafo, ou no caso de pessoa jurídica declarada inapta perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, produzindo efeitos com o decurso de 15 (quinze) dias da publicação ou com qualquer manifestação do interessado no mesmo período.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

No intuito de aprimorar o debate sobre a matéria, apresentamos a presente contribuição que representa importante demanda social.

ASSINATURA

DEPUTADO MANOEL JUNIOR



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MPV 671

00111

/03/2015

Proposição

Medida Provisória nº 671 / 2015

Autor

Deputado MANOEL JUNIOR – PMDB / PB

Nº Prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4. * ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo Global

Página

Artigos

Parágrafos

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art. A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

§ 2º

II - para a energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes, início de entrega no mesmo ano ou nos dois anos subsequentes ao da licitação e prazo de suprimento de no mínimo um e no máximo quinze anos;

Art. 21-D. Os empreendimentos de geração termoelétrica contratados em leilões de energia de reserva e que estejam com obras atrasadas em relação ao cronograma de implantação, na data da publicação desta Lei, terão prazos de conclusão das obras e de início de suprimento dos contratos de comercialização prorrogados por até dezoito meses, a requerimento do empreendedor, sem aplicação de penalidades, desde que se cumpram as seguintes condições:

I – protocolar, em até trinta dias contados da publicação desta Lei, junto ao órgão competente, o requerimento de prorrogação dos prazos, instruídos com os seguintes documentos:

- a) Novo cronograma de execução físico-financeira das obras, respeitado o prazo máximo previsto no caput;
- b) Prova de desistência de eventuais ações ajuizadas contra o poder público em razão de atrasos ora disciplinados; e

c) Declaração do empreendedor de que concorda com a manutenção dos preços e demais condições do edital.

II – protocolar junto ao órgão competente, em até noventa dias contados da publicação desta Lei, a prova de transferência do controle acionário ou da gestão do empreendimento a empresas públicas ou a sociedades de economia mista com atuação no setor elétrico.

.....
Art. 24-A. A cada consumidor de energia elétrica corresponderá uma ou mais unidades consumidoras, no mesmo local ou em locais diversos. Parágrafo único. As medições de consumidores que prestam serviço de transporte público coletivo de tração elétrica ou serviço público de saneamento básico deverão ser integralizada, para fins de faturamento, desde que atendidas as seguintes condições, cumulativamente:

I – os pontos de medição ocorram em municípios conturbados;

II – os medidores estejam localizados em uma mesma área de concessão ou permissão; e

III – o fornecimento de energia seja feito na mesma tensão.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

No intuito de aprimorar o debate sobre a matéria, apresentamos a presente contribuição que representa importante demanda social.

ASSINATURA

DEPUTADO MANOEL JUNIOR



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MPV 671

00112

/03/2015

Proposição

Medida Provisória nº 671 / 2015

Autor

Deputado MANOEL JUNIOR PMDB / PB

Nº Prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4. ☐* ☐ Aditiva 5. ☐ ☐ Substitutivo Global

Página

Artigos

Parágrafos

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art. X. A Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 29. Os aeródromos civis são classificados em públicos e privados:

I – públicos: destinados ao uso público, podendo ser explorados comercialmente, conforme o disposto no art. 36.

II – privados: destinados, exclusivamente, ao uso particular do seu proprietário, vedada a exploração comercial, conforme o disposto no §2º, do artigo 30.”(NR)

.....

“Art.36.....

.....

§ 6º. O particular interessado no regime de autorização para construir, manter e explorar aeródromos públicos deve apresentar título de propriedade, inscrição de ocupação, certidão de aforamento, cessão de direito real ou outro instrumento jurídico que assegure o direito de uso e fruição do respectivo terreno, além de outros documentos que a Administração Pública poderá exigir quando da análise do requerimento de autorização

§ 7º. A autorização para aeródromo civil público em que haja exploração de transporte aéreo regular poderá ser precedida de chamada pública, a critério da conforme disciplinado pela ANAC, observadas as seguintes diretrizes:

I – a chamada pública, com prazo de trinta dias, terá por finalidade identificar outros interessados em autorização de aeródromos públicos que pretendam explorar transporte aéreo regular na mesma região do requerente;

II – somente poderão participar da chamada pública os projetos que tenham obtido parecer favorável do Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Comando da Aeronáutica sobre a sua viabilidade; e

III – encerrada a chamada pública, a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e a ANAC terão sessenta dias para decidir sobre o processo.

§ 8º A autorização para aeródromo civil público em que haja exploração de transporte aéreo regular deverá respeitar condições que minimizem as assimetrias regulatórias existentes entre as modalidades de exploração de infraestrutura aeroportuária previstas na legislação. (NR)”

§ 9º A homologação para a abertura ao tráfego, de que trata o art. 30, § 1º, da Lei nº 7.565, de 1986, deverá ser obtida pelo requerente da autorização junto à ANAC no prazo estabelecido no termo de autorização.”

.....

“Art. 37.

§ 1º. As facilidades colocadas à disposição das aeronaves, dos passageiros ou da carga, e o custo operacional do aeroporto serão cobrados mediante:

I – tarifas, fixadas em tabelas aprovadas pela autoridade aeronáutica, quando o serviço for explorado pela Administração Pública, Direta ou Indireta, ou por particulares, sob o regime de concessão, permissão ou autorização.

II – preços de mercado, fixados livremente, quando o serviço for explorado por particulares, sob o regime jurídico de autorização, no caso de aeroporto civil público, construído a partir de projetos *greenfield*.

§ 2º. Em relação ao inciso II os autorizatários terão liberdade para estabelecer os preços para os serviços prestados nos aeródromos civis públicos, cabendo à ANAC reprimir toda prática prejudicial à concorrência e o abuso de poder econômico, nos termos da legislação própria, observadas as atribuições dos órgãos de defesa da concorrência.

§ 3º. Para fins exclusivamente de comparabilidade, será aplicada aos preços dos serviços, livremente estabelecidos, prestados pelos aeródromos civis públicos autorizados, a mesma estrutura de tarifas aeroportuárias, conforme o disposto na legislação e regulamentação federal em vigor, sem prejuízo da criação de novos serviços que não tenham a mesma correspondência à estrutura de tarifas regulamentadas pela ANAC.”(NR)

Art. XX. A Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 63 B. A partir da data da homologação de que trata o art. 30 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para fins de manutenção da outorga de aeroporto civil público, construído a partir de projetos *greenfield*, sob o regime de autorização, o autorizatário fica obrigado a recolher contrapartida anual à União, sendo que o seu valor:

I – constituirá receita ao Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC, nos termos do inciso III, § 1º, art. 63, desta Lei.

II - será calculado mediante a incidência de percentual a ser fixado pela União sobre o valor resultante da aplicação do adicional, previsto no art. 1º, da Lei nº 7.920, de 1989, como devido fosse, aos valores cobrados pelos serviços aeronáuticos referidos no art. 1º da mesma Lei.

III - será recolhido na forma regulamentada pela ANAC a partir do início do oitavo ano da data de homologação para a abertura ao tráfego, de que trata o art. 30, §1º, da Lei nº 7.565, de 1986.”

“Art. 63 C. Os aeroportos civis públicos, construídos a partir da publicação desta Lei, com base em projetos *greenfield*, explorados sob o regime jurídico de autorização, não estarão na sujeição passiva dos adicionais tarifários, previstos nos artigos 1º da Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, e 1º da Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999.

Parágrafo único. Considera-se projeto *greenfield* o empreendimento concebido e executado onde não existe atualmente infraestrutura física para a finalidade de aeroporto.”

JUSTIFICAÇÃO

No intuito de aprimorar o debate sobre a matéria, apresentamos uma importante demanda da sociedade.

Ante o exposto, solicito apoio dos nobres pares na aprovação desta emenda.

ASSINATURA

DEPUTADO MANOEL JUNIOR



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MPV 671

00113

6/03/2015

Proposição

Medida Provisória nº 671 / 2015

Autor

Deputado MANOEL JUNIOR - PMDB / PB

Nº Prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4. ☐* ☐ Aditiva 5. ☐ ☐ Substitutivo Global

Página

Artigos

Parágrafos

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art. A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.22.....

.....

§ 15. Aplica-se o disposto ao § 13, independente de valores diferenciados pagos, desde que não se caracterize quantidade de trabalho como fator de remuneração."

JUSTIFICAÇÃO

No intuito de aprimorar o debate sobre a matéria, apresentamos uma importante demanda da sociedade.

Ante o exposto, solicito apoio dos nobres pares na aprovação desta emenda.

ASSINATURA

DEPUTADO MANOEL JUNIOR



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MPV 671**00114**

25/03/2015

Proposição

Medida Provisória nº 671 / 2015

Autor

Deputado EDIO LOPES – PMDB / RR

Nº Prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4. * ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo Global

Página

Artigos

Parágrafos

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art. . As empresas titulares de projetos aprovados pelas extintas Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), beneficiárias de recursos incentivados sob a forma de debêntures, conversíveis ou não-conversíveis, subscritas em favor do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) ou do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), relativamente às debêntures vencidas e vincendas até a data de publicação desta lei, poderão, dispensados os juros moratórios e multas previstos nas respectivas escrituras de emissão:

I – quitar, total ou parcialmente o saldo atualizado das debêntures vencidas e vincendas, com encargos de situação de normalidade, em moeda corrente do país, com redução de 30% (trinta por cento) sobre o montante de pagamento à vista, ou redução de 15% (quinze por cento) sobre o montante parcelado no prazo máximo de 10 anos, não podendo a parcela inicial ser inferior a 5% (cinco por cento);

II – quitar total ou parcialmente o montante dos encargos contratuais incorporados ao saldo devedor, considerado em situação de normalidade, mediante a utilização de Precatórios Federais, Créditos Fiscais junto a RFB passíveis de restituição, Títulos da Dívida Agrária - TDA ou de outros títulos de créditos não prescritos de responsabilidade do Banco Central do Brasil ou do Tesouro Nacional, próprios ou de terceiros, tomando por base

os respectivos valores atualizados até o mês anterior ao da data de formalização da repactuação ;

III – converter em ações preferenciais nominativas, total ou parcialmente, o saldo devedor inadimplido e o vincendo, atualizado com encargos de situação de normalidade;

IV – renegociar, total ou parcialmente, o saldo devedor inadimplido e o vincendo, apurado com encargos de situação de normalidade, mediante a emissão de novas debêntures não conversíveis, com prazo de carência e de amortização máximos de dois e dez anos, respectivamente, conforme capacidade de pagamento de cada empresa, aplicando-se a taxa de juros praticada pelos Fundos Constitucionais FNE e FNA, na ocasião da formalização do novo contrato.

§ 1º As disposições estabelecidas neste artigo não se aplicam às empresas que, durante a execução de seus projetos, comprovadamente apresentaram desvios ou fraudes na aplicação dos recursos incentivados.

§ 2º As empresas poderão se utilizar, a seu critério, de uma ou mais das alternativas elencadas no *caput* deste artigo, desde que procedam à total regularização dos respectivos débitos vencidos junto aos Fundos credores.

Art. ... Aplica-se, no que couber, o disposto no art. 1º ao Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (FUNRES) e ao Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES)."

JUSTIFICAÇÃO

A política de incentivos fiscais e creditícios à iniciativa privada nas regiões Norte e Nordeste do Brasil foi instituída pelo Governo Federal há cerca de 60 anos, com o objetivo de estimular e atrair investimentos produtivos, possibilitando a redução das disparidades socioeconômicas historicamente verificadas entre citadas regiões e as Regiões Sul e Sudeste.

Nesse mister, foram instituídos vários organismos regionais, como o BNB e a SUDENE, no Nordeste, e o BASA, a SUDAM e a SUFRAMA, no Norte. No âmbito da SUDAM e da SUDENE, foram criados programas especiais de fomento aos setores agropecuário e industrial, de

modo a suprir a reduzida taxa de poupança interna e compensar as desvantagens locacionais dos empreendimentos que se instalassem naquelas áreas.

Particularmente merece enfoque especial o mecanismo de participação acionária no capital das empresas titulares dos projetos beneficiários desses recursos incentivados. Originários da renúncia fiscal de parte do imposto de renda devido pelas pessoas jurídicas em todo o território nacional, a dedução opcional era convertida em investimento acionário a favor da empresa contribuinte optante dessa modalidade.

Referido mecanismo sofreu várias alterações ao longo do tempo, sendo uma das mais relevantes a ocorrida em 1974, através do Dec. Lei nº 1.376/74, quando foi instituída a sistemática dos Fundos de Investimentos Regionais, denominados de FINAM e FINOR, com atuação nas regiões Norte e Nordeste, respectivamente, alterada pelo Decreto-Lei nº 2.304/86. Entretanto, este mecanismo de fomento sofreu modificação radical em 1991, com a edição da Lei nº 8.167/91, regulamentada pelo Decreto nº 101/91, tornando compulsória a aplicação dos recursos incentivados exclusivamente sob a forma de debêntures conversíveis e não conversíveis. Posteriormente, a Lei nº 8.167 foi modificada pela Lei nº 9.808/99 e pelas MPs nºs 2.058/2000 e 2.119-14/2001.

Este novo formato foi imposto a todos os projetos anteriormente aprovados pela SUDAM e SUDENE sob a égide da legislação anterior, desvirtuando sua concepção original. As empresas beneficiárias que não pretendessem aderir ao novo regime teriam seus projetos cancelados, independentemente do estágio em que se encontrassem, em frontal ofensa ao direito adquirido.

Nessa nova sistemática, regulamentada internamente pela Resolução SUDAM nº 7.077, de 16/08/1991, e pela Portaria SUDENE nº 855, de 15/12/1994, a cada liberação de recursos, a empresa beneficiária emitia as debêntures correspondentes, parte delas conversíveis em ações quando seu projeto fosse declarado concluído, subordinando-se, porém, à incidência de juros desde a data de sua emissão.

Ocorreram, desde então, duas comprometedoras incongruências: de um lado, os recursos previstos nos cronogramas financeiros dos projetos eram liberados com acentuado e habitual atraso, em contrapartida aos prévios aportes de recursos próprios dos controladores, sem que estes

merecessem qualquer tipo de atualização monetária; de outro, os recursos incentivados, sob a forma de debêntures, passaram a sofrer a incidência de juros desde sua emissão ou liberação. É de fácil compreensão as distorções acarretadas por aqueles perversos e equivocados procedimentos ao longo do efetivo período de implantação dos projetos, não inferior a cinco anos, fato agravado pela economia vivenciando elevado nível de inflação.

Ademais, há de considerar-se, ainda, a má prática adotada pelos então gestores do FINAM e do FINOR, em decorrência da insuficiência dos recursos disponíveis em relação ao montante demandado pelos empreendimentos aprovados, ou seja, a de negociar a prematura emissão do Certificado de Empreendimento Implantado – CEI, em troca da liberação de alguma parcela de recursos incentivados, já recomendada em nível de fiscalização físico-contábil, mas normalmente de valor inferior ao requerido pelo projeto.

É evidente que referidas distorções comprometeram a estabilidade financeira e operacional das empresas incentivadas, afetando significativamente sua capacidade de pagamento e resultando na generalizada inadimplência quando do vencimento das debêntures emitidas, então com valor bastante acrescido pela acumulação dos juros ao longo dos anos.

Consoante informações emanadas do Ministério da Integração Nacional, existem atualmente 1.180 empresas beneficiárias de incentivos em situação de irregularidade junto aos fundos FINAM e FINOR, cujo passivo, representado por debêntures, conforme balanços em 31.12.2013 dos Bancos operadores BASA e BNB, é da ordem de R\$ 23,5 bilhões, parte dos quais poderá ser recuperável, desde que oferecidas condições excepcionais compatíveis. Caso contrário, em prevalecendo as condições contratuais firmadas nas escrituras de emissão daqueles títulos, referida dívida permanecerá impagável, em face da incapacidade das empresas de liquidá-la.

Para ilustrar referido cenário, são apresentados a seguir os dados relativos ao FINAM e ao FINOR, operados pelo Banco da Amazônia e pelo Banco do Nordeste do Brasil:

FINAM:

- Número total de projetos beneficiários de recursos do fundo:
- Número total de empresas emissoras de debêntures:

- Número total de empresas inadimplentes junto ao fundo: 668
- Valor atualizado das debêntures vencidas: R\$ 6,3 bilhões
- Índice de inadimplência:

FINOR :

- Número total de projetos beneficiários de recursos do fundo: 1.120
- Número total de empresas beneficiárias emissoras de debêntures: 519
- Número total de empresas inadimplentes junto ao fundo: 512
- Índice de inadimplência: 99%
- Valor atualizado das debêntures vencidas (em 31.12.2013): R\$ 17,2 bilhões

Observa-se, pela abrangência da inadimplência, que o problema tem origem na perversa sistemática operacional adotada na forma de concessão dos incentivos. Há de se convir que sua magnitude é por demais significativa para continuar seguindo sem uma solução adequada, "status quo" que não interessa a nenhuma das partes, conforme se justifica adiante:

a) Não interessa aos fundos FINAM e FINOR manter tão elevada soma de recursos contabilizada como prejuízo, mormente face à real possibilidade de recuperar parte dela e realimentar suas disponibilidades e ampliar suas operações;

b) Igualmente, não interessa aos Bancos Operadores BASA e BNB apresentarem balanços negativos em suas carteiras relativas aos respectivos Fundos geridos;

c) Muito menos às empresas beneficiárias interessa a manutenção de suas inadimplências, haja vista que se encontram inscritas no CADIN e acionadas judicialmente pelos Bancos operadores, permanecendo consequentemente impedidas de contratarem operações de crédito junto à rede de bancos oficiais para expansão de suas atividades produtivas;

d) Tampouco interessa ao Ministério da Integração Nacional, responsável maior pelas políticas de desenvolvimento regional e ao qual estão subordinadas a SUDAM, a SUDENE, o BASA e o BNB, manter "engessadas" centenas de empresas produtivas e viáveis, prejudicadas que foram pelas distorções já mencionadas, inviabilizando a recuperação de recursos de remoto retorno, quando poderia reintegrá-los ao sistema.

Cabe observar, por oportuno, que grandes avanços foram registrados nas Regiões Norte e Nordeste em decorrência desta e de outras políticas regionais de desenvolvimento, a exemplo da redução das taxas de analfabetismo, mortalidade infantil, natalidade e desemprego, seguidas da elevação da renda “per capita” e do padrão de vida das populações residentes nas regiões incentivadas.

Entretanto, apesar do esforço envidado ao longo de mais de meio século, a renda per capita das regiões incentivadas continua defasada em relação à média nacional. No caso específico da Região Nordeste, por exemplo, ela tem-se mantido relativamente inalterada, nos últimos 50 anos, correspondendo a cerca de 50% da média nacional.

Referida constatação, em respeito aos preceitos constitucionais estatuidos no art. 43, § 2º, inciso II, e art. 151, inciso I, impõe a necessidade da continuidade das políticas de concessão de incentivos fiscais e creditícios às regiões menos desenvolvidas do país, justificando, inclusive, a adoção de normas especiais de correção das distorções incorridas.

Face ao exposto, requeremos a aceitação da presente Emenda, haja vista sua relevância e benefícios para as economias das Regiões Norte e Nordeste, a exemplo das recentes medidas para renegociação de débitos com os Fundos Constitucionais.

ASSINATURA

DEPUTADO EDIO LOPES



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MPV 671

00115

25/03/2015

Proposição

Medida Provisória nº 671 / 2015

Autor

Deputado EDIO LOPES – PMDB / RR

Nº Prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4. * ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo Global

Página

Artigos

Parágrafos

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Dê-se ao inciso I do art. 84, constante da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, a seguinte redação:

“Art. 84.....

I - renda ativa própria - aquela obtida diretamente pela pessoa jurídica mediante a exploração de atividade econômica própria, excluídas as seguintes receitas, quando não forem decorrentes de atividade operacional da pessoa jurídica que estejam essencialmente relacionadas com o seu objeto social:

- a) royalties;
- b) juros;
- c) dividendos;
- d) participações societárias;
- e) aluguéis;
- f) ganhos de capital, salvo na alienação de participações societárias ou ativos de caráter permanente adquiridos há mais de 2 (dois) anos;
- g) aplicações financeiras, exceto aquelas realizadas para fins de *hedge*; e
- h) intermediação financeira.”

..... (NR)

JUSTIFICAÇÃO

No regime atual, a consolidação de prejuízos de uma subsidiária no exterior com lucros de outra está condicionada a que ambas tenham renda ativa.

Diversas receitas estão excluídas do conceito de renda ativa, independentemente do objeto social da pessoa jurídica que as aufera.

Tal exclusão cria distorções, pois faz com que receitas operacionais, decorrentes da exploração do objeto social principal da pessoa jurídica, não sejam consideradas ativas. É o que ocorre com receita de aluguel auferida por uma empresa imobiliária, por exemplo.

ASSINATURA

DEPUTADO EDIO LOPES



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MPV 671

00116

25/03/2015

Proposição

Medida Provisória nº 671 / 2015

Autor

Deputado EDIO LOPES - PMDB / RR

Nº Prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4. * ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo Global

Página

Artigos

Parágrafos

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art. X O art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.65.

§ 27. Na hipótese de depósitos ou garantias de instrumentos da dívida pública federal, exceto precatório, o órgão credor poderá receber, a título de dação em pagamento, pelo valor reconhecido pelo mesmo órgão credor como representativo de valor real ou pelo valor de mercado.

§ 36. Para efeito do disposto nos §§ 25 e 27 deste artigo, as dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) serão consideradas instrumentos da dívida pública federal, devendo ser recebidas pelo órgão credor como dação em pagamento, após o procedimento de que trata o inciso VII do art. 3º da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, para fins de dedução no valor do débito consolidado objeto de pagamento à vista ou parcelamento, ressalvado o direito de o órgão credor cobrar do devedor eventual diferença verificada, por qualquer motivo.

§ 37. Em caso de rejeição do pedido de novação por uma das instâncias referidas no art. 3º da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, a dação em pagamento de que trata o § 36 deste artigo será tornada sem efeito, na parte correspondente aos créditos perante os FCVS rejeitados, cabendo ao órgão credor efetuar a apuração do valor original do débito, para fins de cobrança, observado, no que couber, o disposto no § 12 deste artigo, caso o devedor não efetue o pagamento do montante do débito correspondente aos FCVS rejeitados no prazo de até 30 dias da comunicação da rejeição.”

§ 38-As instâncias referidas no art. 3º da Lei 10.150, de 21 de dezembro de 2000, disporão do prazo de até cinco anos para análise dos pedidos de

novação, sendo que o requerimento do devedor suspendera a exigibilidade das parcelas até ulterior análise dos referidos pedidos de novação.

§ 39. Para efeito do disposto nos §§§ 36, 37 e 38 deste artigo, a opção pela utilização da dação em pagamento deverá ser feita até 30 de novembro de 2014, mediante o pagamento em espécie equivalente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do saldo do parcelamento e a quitação integral do saldo remanescente mediante a utilização dos instrumentos da dívida pública federal dados em dação de pagamento." (NR)

Art. Y A Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 65-A:

"Art. 65-A. Fica o Banco Central do Brasil autorizado a utilizar os créditos perante o FCVS recepcionados na forma do § 36 do art. 65 desta Lei, para efeito da transferência de resultado de que trata o *caput* do art. 7º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. Nas hipóteses de que tratam os §§ 36 e 37 do art. 65 desta Lei, fica assegurado à União o direito de cobrar do devedor eventual diferença apurada, decorrente de rejeição parcial ou total do pedido de novação, por uma das instâncias referidas no art. 3º da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000".

Art. Z A Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-A:

"Art. 3º-A. Em caso de transferência dos créditos perante o FCVS a instituição que não seja titular de conta de reservas bancárias, será exigida do cedente sua participação como interveniente no contrato de novação de que trata o § 6º do art. 3º desta Lei.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no *caput* os casos em que o cedente tenha sido extinto ou esteja em liquidação, ou quando a transferência de créditos tiver ocorrido em virtude de lei federal ou por resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN)."

JUSTIFICAÇÃO

A proposta altera o parcelamento de débitos administrados pelas autarquias e fundações públicas federais e de débitos de qualquer natureza, tributários ou não tributários, com a Procuradoria-Geral Federal, previsto no art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010. Assim, a possibilidade de opção pelo pagamento à vista ou pelo parcelamento de débitos é reaberta até 30 de junho de 2011; na hipótese de depósitos ou garantias de instrumentos da dívida pública federal, exceto precatórios, já vinculados ao débito a ser pago ou parcelado, o órgão credor deverá recebê-los, a título de dação em pagamento, pelo valor por ele aceito como garantia ou, na sua ausência, pelo valor

reconhecido pelo mesmo órgão credor como representativo de valor real; as dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) serão consideradas instrumentos da dívida pública federal, devendo ser recebidas pelo órgão credor como dação em pagamento.

Também propomos a alteração da Lei nº 12.249, de 2010, para autorizar o Banco Central do Brasil a utilizar os créditos perante o FCVS recebidos em dação em pagamento no cômputo do resultado a ser transferido semestralmente ao Tesouro Nacional.

Por fim, sugerimos o acréscimo do art. 3-A à Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, para dispor que, em caso de transferência dos créditos perante o FCVS para instituição que não seja titular de conta de reservas bancárias, será exigida do cedente sua participação como interveniente no contrato de novação.

ASSINATURA

DEPUTADO EDIO LOPES



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MPV 671

00117

25/03/2015

Proposição

Medida Provisória nº 671 / 2015

Autor

Deputado EDIO LOPES – PMDB / RR

Nº Prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4. * ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo Global

Página

Artigos

Parágrafos

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

A Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, passa a vigorar com o artigo 1º-A, nos seguintes termos:

“Art. 1º-A. Os empreendimentos industriais referidos no art. 1º poderão apurar crédito presumido do IPI, como ressarcimento das contribuições de que tratam as Leis Complementares nºs 7, de 7 de setembro de 1970; 8, de 3 de dezembro de 1970; e 70, de 30 de dezembro de 1991, no montante do valor das contribuições devidas, em cada mês, decorrente das vendas no mercado interno, multiplicado por:

I - 2 (dois), no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;

II - 1,9 (um inteiro e nove décimos), no período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016;

III - 1,8 (um inteiro e oito décimos), no período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017;

IV - 1,7 (um inteiro e sete décimos), no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018; e

V - 1,5 (um inteiro e cinco décimos), no período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

§ 1º No caso de empresa sujeita ao regime de apuração não-cumulativa da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, o montante do crédito presumido de que trata o caput deste artigo será calculado com base no valor das contribuições efetivamente devidas, em cada mês, decorrentes das vendas no mercado interno, considerando-se os débitos e os créditos referentes a essas operações de venda.

§ 2º Para os efeitos do § 1º, o contribuinte deverá apurar separadamente os créditos decorrentes dos custos, despesas e encargos vinculados às receitas auferidas com a venda no mercado interno e os créditos decorrentes dos custos, despesas e encargos vinculados às receitas de exportações, observados os métodos de apropriação de créditos previstos nos §§ 8º e 9º do

art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nos §§ 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

§ 3º Para apuração do valor da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS devidas na forma do § 1º, devem ser utilizados os créditos decorrentes da importação e da aquisição de insumos no mercado interno.

§ 4º O benefício de que trata este artigo fica condicionado à realização de investimentos:

I – no valor mínimo de R\$ 1.250.000.000,00 (um bilhão e duzentos e cinquenta milhões de reais) na região, incluindo pesquisa,

desenvolvimento e inovação tecnológica, até 31 de dezembro de 2019; e

II - em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica na região, inclusive na área de engenharia automotiva, correspondentes a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do crédito presumido apurado.

§ 5º A empresa perderá o benefício de que trata este artigo caso não comprove para o Ministério da Ciência e Tecnologia a realização dos investimentos previstos no § 4º, na forma estabelecida em regulamento."

JUSTIFICAÇÃO

No intuito de aprimorar o debate sobre a matéria, apresentamos a presente contribuição que representa importante demanda social.

ASSINATURA

DEPUTADO EDIO LOPES



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MPV 671

00118

DATA
26/03/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, de 2015.

AUTOR
DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - PDT

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Acrescentem-se os seguintes artigos à Medida Provisória nº 671, de 2015, para alterar os arts. 42 e 58 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 42. A partir de 1º de janeiro de 2015, para efeito de determinar o lucro real, o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas ou autorizadas pela legislação do Imposto de Renda, poderá ser reduzido em **setenta** por cento.

Parágrafo único. A parcela dos prejuízos fiscais apurados até 31 de dezembro de 2014, não compensada em razão do disposto no caput deste artigo, poderá ser utilizada nos anos-calendário subsequentes.

Art. 58. Para efeito de determinação da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro, o lucro líquido ajustado poderá ser reduzido por compensação da base de cálculo negativa, apurada em períodos-base anteriores em **setenta** por cento.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é contribuir para com a criação de um ambiente mais propício à expansão das atividades econômicas, com o objetivo de alavancar a geração de emprego e renda. Dados relativos à variação do Produto Interno Bruto - PIB confirmam a necessidade de se estimular o crescimento econômico, seja pela redução da carga tributária, da taxa de juros ou pelo aumento de recursos disponíveis para investimentos.

A regra tributária conhecida como "trava de prejuízos" surgiu no ano de 1995 sob o argumento de que seria necessária para fortalecer os cofres públicos, em especial para substituir uma das principais fontes de financiamento do Tesouro Nacional: o chamado "imposto inflacionário".

No entanto, a nova forma de tributação passou a representar um caráter prejudicial à atividade econômica como um todo, vez que limita a aferição de lucro das empresas ao permitir que apenas 30% dos prejuízos sejam compensados.

Essa emenda pretende permitir que, pelo menos, 70% desses prejuízos sejam compensados. Acredita-se que a almejada redução tenha o condão de incentivar empresários a investir nas mais diversas atividades, o que com certeza representará ganhos para a sociedade como um todo.

ASSINATURA

Brasília, 26 de março de 2015.



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MPV 671**00119**DATA
26/03/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, de 2015.

AUTOR
DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - PDT

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Acrescentem-se os seguintes artigos à Medida Provisória nº 671, de 2015, para alterar os arts. 15 e 16 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15. O prejuízo fiscal apurado a partir do encerramento do ano-calendário de 2015 poderá ser compensado, cumulativamente com os prejuízos fiscais apurados até 31 de dezembro de 2014, com o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação do imposto de renda, observadas o limite máximo, para a compensação, de **setenta** por cento do referido lucro líquido ajustado.

Art. 16. A base de cálculo da contribuição social sobre o lucro, quando negativa, apurada a partir do encerramento do ano-calendário de 2015 poderá ser compensada, cumulativamente com a base de cálculo negativa apurada até 31 de dezembro de 2014, com o resultado do período de apuração ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação da referida contribuição social, determinado em anos-calendário subsequentes, observado o limite máximo de redução de **setenta** por cento, previsto no art. 58 da Lei nº 8.981, de 1995.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é contribuir para com a criação de um ambiente mais propício à expansão das atividades econômicas, com o objetivo de alavancar a geração de emprego e renda. Dados relativos à variação do Produto Interno Bruto - PIB confirmam a necessidade de se estimular o crescimento econômico, seja pela redução da carga tributária, da taxa de juros ou pelo aumento de recursos disponíveis para investimentos.

A regra tributária conhecida como "trava de prejuízos" surgiu no ano de 1995 sob o argumento de que seria necessária para fortalecer os cofres públicos, em especial para substituir uma das principais fontes de financiamento do Tesouro Nacional: o chamado "imposto inflacionário".

No entanto, a nova forma de tributação passou a representar um caráter prejudicial à atividade econômica como um todo, vez que limita a aferição de lucro das empresas ao permitir que apenas 30% dos prejuízos sejam compensados.

Essa emenda pretende permitir que, pelo menos, 70% desses prejuízos sejam compensados. Acredita-se que a almejada redução tenha o condão de incentivar empresários a investir nas mais diversas atividades, o que com certeza representará ganhos para a sociedade como um todo.

ASSINATURA

Brasília, 26 de março de 2015.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MPV 671

00120

Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015.

EMENDA Nº , DE 2015

(Do Sr. Marcelo Aro)

Dê-se ao artigo 14 da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, a seguinte redação:

Art. 14. As dívidas das entidades desportivas profissionais de futebol relativas ao FGTS e às contribuições instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, poderão ser parceladas em até 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais, observadas as condições estabelecidas nesta Subseção.

§ 2º Aplicam-se às dívidas a que se refere o **caput** as reduções previstas no inciso II do **caput** do art. 9º desta Lei.

JUSTIFICAÇÃO

Busca-se com a presente emenda estender às dívidas relativas ao FGTS e às contribuições instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, o mesmo tratamento dado aos débitos perante a União, quais sejam a opção pelo parcelamento em até 240 meses e a redução de multas, juros e encargos legais nos percentuais previstos para o prazo mais alargado.

Assim, potencializa-se o efeito da medida do ponto de vista das entidades desportivas, sem, no entanto, representar ônus relevante à Fazenda Nacional. Objetiva-se,

assim, dar alcance máximo à medida, antecipando a recuperação financeira das referidas entidades, o que favorecerá, acima de tudo, o desporto nacional.

Sala das Sessões, em 26 de março de 2015.

DEP. MARCELO ARO
PHS/MG



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MPV 671

00121

Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015.

EMENDA Nº , DE 2015

(Do Sr. Marcelo Aro)

Dê-se ao parágrafo primeiro do artigo 11 da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, a seguinte redação:

Art. 11.

§ 1º Os depósitos existentes vinculados aos débitos a serem pagos ou parcelados nos termos desta Lei serão automaticamente convertidos em renda da União, após aplicação das reduções para pagamento à vista ou parcelamento.

JUSTIFICAÇÃO

Busca-se com a presente emenda estender aos débitos perante a União o mesmo tratamento dado, pela própria Medida Provisória, às dívidas relativas ao FGTS e às contribuições instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, qual seja a conversão automática dos depósitos em renda. A medida se justifica, primeiro, por força do § 2º do art. 7º da Medida Provisória, que prevê que o requerimento de parcelamento implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos abrangidos pelo parcelamento e configura confissão extrajudicial. Além disso, segundo o § 3º do mesmo artigo, o devedor deverá desistir de forma irrevogável de impugnações ou recursos administrativos, de ações judiciais propostas ou de qualquer defesa em sede de execução fiscal e, cumulativamente, renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam os processos administrativos e as ações judiciais.

Portanto, estando extinta a liide que originou o depósito, não se mostra razoável que os respectivos valores, já objeto de parcelamento, permaneçam bloqueados, pois, se assim o fosse, estaríamos diante de um inusitado depósito em garantia de um parcelamento, verdadeira sobreposição de causas suspensivas da exigibilidade do crédito tributário. A situação fica ainda mais grave quando deparamo-nos com a realidade das entidades desportivas brasileiras, que possuem, sob juízo, significativos valores oriundos

principalmente de transações para o mercado internacional, os quais, se não convertidos, mitigarão de modo irreparável o potencial de pagamento dos compromissos.

Por fim, destaco que tal tratamento não inova em nosso ordenamento jurídico, pois já foi positivado, dentre outros, no chamado Refis da Crise, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

Sala das Sessões, em 26 de março de 2015.

DEP. MARCELO ARO
PHS/MG



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MPV 671

00122

Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015.

EMENDA Nº , DE 2015
(Do Sr. Marcelo Aro)

Dê-se ao parágrafo primeiro do artigo 7º da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, a seguinte redação:

Art. 7º

§ 1º O disposto neste artigo se aplica aos débitos tributários ou não tributários, cujos fatos geradores tenham ocorrido até a data de adesão ao PROFUT, constituídos ou não, inscritos ou não como Dívida Ativa, mesmo que em fase de execução fiscal ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

.....

JUSTIFICAÇÃO

Busca-se com a presente emenda estender o parcelamento aos débitos tributários ou não tributários cujos fatos geradores tenham ocorrido até a data de adesão ao PROFUT, potencializando o efeito da medida do ponto de vista das entidades desportivas, sem, no entanto, representar ônus relevante à Fazenda Nacional. Objetiva-se, assim, dar alcance máximo à medida, antecipando a recuperação financeira das referidas entidades, o que favorecerá, acima de tudo, o desporto nacional.

Sala das Sessões, em 26 de março de 2015.

DEP. MARCELO ARO
PHS/MG



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MPV 671

00123

Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015.

EMENDA Nº , DE 2015

(Do Sr. Marcelo Aro)

Acrescente-se ao artigo 4º da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, o seguinte parágrafo:

Art. 4º

§ 6º Serão deduzidos dos déficits ou prejuízos previstos no inciso V do **caput** os valores referentes a amortização de dívidas contraídas junto a outras entidades desportivas de futebol profissional, salários e direitos de imagem, desde que os respectivos contratos tenham sido celebrados antes da data de publicação desta Lei.

JUSTIFICAÇÃO

Para que a concessão do parcelamento nos termos da Medida Provisória que instituiu o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro – PROFUT não se traduza em mera benesse, o Poder Público cuidou de elencar condições para a adesão e manutenção no programa. Como se trata de alívio tributário e trabalhista de reiteradas inadimplências, age bem o legislador ao estabelecer condições para que o comportamento não volte a se repetir. Nessa esteira, um dos dispositivos mais relevantes do PROFUT é o que estabelece a supressão gradativa dos déficits ou prejuízos.

No entanto, apesar da boa intenção, os prazos para adequação se mostram exíguos, colocando em risco todo o Programa. Importa ressaltar que os grandes clubes trabalham com planejamento de médio e longo prazo, principalmente no que concerne aos contratos que envolvem atletas destacados. Como se trata de valores nada desprezíveis, tanto em relação aos direitos federativos quanto a salários e direito de imagem, os acordos entre clubes e destes com os respectivos atletas, via de regra, são de longa duração, chegando a prever vínculos de até 5 anos.

Diante disso, no ano 2017, prazo inicialmente previsto para a primeira redução de déficit ou prejuízo, diversos contratos celebrados antes da publicação da Medida Provisória ainda estarão vigentes, impactando o respectivo resultado operacional. E não se deve cogitar sua repactuação, pois haveriam obstáculos jurídicos e éticos para tal, neste último caso tanto em relação aos credores quanto, principalmente, aos atletas. Portanto, o que se busca com a presente emenda é respeitar o prazo dado às entidades desportivas para se adequarem às condições do PROFUT, sem, no entanto, ofender a segurança jurídica e o planejamento de longo prazo.

Sala de reuniões, em de março de 2015.

DEP. MARCELO ARO
PHS/MG



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MPV 671

00124

Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015.

EMENDA Nº , DE 2015

(Do Sr. Marcelo Aro)

Suprime o § 3º do artigo 26 da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015.

Art. 26.

§ 3º O dirigente que, tendo conhecimento do não cumprimento dos deveres estatutários ou contratuais por seu predecessor ou pelo administrador competente, deixar de comunicar o fato ao órgão estatutário competente, será responsabilizado solidariamente.

JUSTIFICAÇÃO

A supressão do § 3º do art. 26 busca corrigir uma impropriedade no tratamento da gestão temerária nas entidades desportivas profissionais de futebol. Antes, diga-se de passagem que acerta o dispositivo que aduz que dirigentes de entidades desportivas profissionais respondam solidária e ilimitadamente pelos atos ilícitos praticados e pelos atos de gestão irregular ou temerária ou contrários ao previsto no contrato social ou estatuto.

No entanto, traduz-se em medida desproporcional o parágrafo que prevê a responsabilização solidária de dirigente que, tendo conhecimento do não cumprimento dos deveres estatutários ou contratuais por seu predecessor ou pelo administrador competente, deixar de comunicar o fato ao órgão estatutário competente. Teríamos, assim, caso o texto prospere, penalizações semelhantes para aquele que agiu com dolo, o predecessor, e o que agiu, no máximo, com culpa, o sucessor.

Além disso, dificilmente surgiriam elementos consistentes para comprovar que o dirigente sucessor teve realmente conhecimento do ato punível praticado pelo predecessor, o que poderia desandar em intermináveis disputas políticas, fugindo ao escopo do artigo em questão.

Sala das Sessões, em 26 de março de 2015.

DEP. MARCELO ARO
PHS/MG

EMENDA Nº - CM MPV 671
(à MPV nº 671, de 2015)
00125

Suprima-se a alínea *c*, do inciso VI, do art. 5º da Medida Provisória nº 671, de 2015, e modifique-se o parágrafo único do mesmo art. 5º para suprimir a menção à referida alínea *c*, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º.....
.....

Parágrafo único. A aplicação das penalidades de que tratam as alíneas “a” e “b” do inciso VI do **caput** não têm natureza desportiva ou disciplinar e prescindem de decisão prévia da Justiça Desportiva.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Em essência, o rebaixamento não é punição. É na verdade uma ferramenta para equilibrar as competições. Um time é rebaixado ou ascende à série superior em razão de seu desempenho esportivo para que a competição seja equilibrada e consequentemente atraente, esportiva e economicamente.

Essa “punição”, ao invés de se concentrar no dirigente que não cumpriu as obrigações do clube, pune toda torcida e tem reflexos em todos os outros clubes.

Se determinado clube não tiver time capaz de disputar em uma determinada divisão em equilíbrio com os demais, é justo que dispute em outra inferior, mas não é aceitável que decisões administrativas ou da justiça desportiva provoquem desequilíbrios na competição.

Sala das Sessões,

Senador ANTONIO ANASTASIA



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671**00126**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 25/03/2015	Proposição Medida Provisória nº 671/15
--------------------	---

Autor Deputado Evandro Rogério Roman	Nº do prontuário
--	------------------

1. Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. Substitutivo global
---------------	-----------------	-----------------	--	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se no Art. 4º da Medida Provisória 671, de 19 de março de 2015, o inciso XI com a seguinte redação:

“Art. 4º

.....

XI – Obrigatoriedade de que todos os profissionais administrativos e técnicos de áreas já regulamentadas, especialmente os da área da saúde, sejam devidamente registrados nos respectivos conselhos profissionais.

.....”(NR)

JUSTIFICATIVA

Devemos nos preocupar com o principal artista no show dos esportes, especialmente no futebol, o atleta. Seu rendimento pode ser maior ou menor, de acordo com o atendimento que recebe como treinamento, orientação psicológica, alimentar ou mesmo na gestão de seus contratos e etc.

Oferecer atendimento administrativo e técnico, com profissionais devidamente habilitados, além de ser uma boa intenção em melhor atender, propiciando condições elevadas nos serviços que o clube fornece aos seus atletas (até para que esses possam render ainda mais e melhor), deve ser antes de tudo uma obrigação, para que ao atleta seja garantida qualidade de vida e saúde, indispensáveis ao desempenho de suas atividades.

PARLAMENTAR

DEP. EVANDRO ROGÉRIO ROMAN
PSD / PR



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671**00127****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**Data
25/03/2015Proposição
Medida Provisória nº 671/15Autor
Deputado Evandro Rogério Roman

Nº do prontuário

1. Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. ☒ aditiva 5. Substitutivo global**Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****alínea**

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se no Art. 4º da Medida Provisória 671, de 19 de março de 2015, o inciso XI com a seguinte redação:

“Art. 4º

.....

XI – que todos os atletas tenham diploma de nível superior reconhecido Ministério da Educação e/ou estejam devidamente matriculados, por oferta da entidade ou por ação pessoal, em unidades de ensino, e sejam acompanhados até o término de curso superior, que poderá inclusive ser oferecido na modalidade à distância.

.....”(NR)

JUSTIFICATIVA

Os atletas oferecem o melhor de suas vidas ao clube que defendem. A sua mais jovial força e habilidade, colocadas a favor de obter vitórias, conquistas e renda.

Em troca, alguns entendem que é suficiente o salário pago, independente de ser de grande ou pequena monta. Na prática, a realidade comprova que um grande número de atletas não se integra à sociedade, quando se apercebem longe das luzes e câmeras, e do auge de suas carreiras; além do que grande número deles que não conseguem “administrar os bons tempos” – guardar recursos financeiros para os tempos vindouros, de forma suficiente para manterem uma vida digna.

Nesse rumo, garantir “oportunidade” para nossos atletas terem formação acadêmica superior é o que lhes dará um caminho digno ao final de suas vidas esportivas. Assim, poderão ser Advogados, Médicos, Administradores, Profissionais de Educação Física, contadores e etc., profissões que somadas ao tempo de dedicação aos clubes, como atleta de alto rendimento, lhes garantirão sustento e objetivo social, pós carreira.

PARLAMENTAR

DEP. EVANDRO ROGÉRIO ROMAN
PSD / PR



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671

00128

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 26/03/2015	Proposição Medida Provisória nº 671/15			
Autor Deputado Evandro Rogério Roman			Nº do prontuário	
1. Supressiva 2. substitutiva 3. x modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Altera-se o inciso X do Art. 4º da Medida Provisória 671, de 19 de março de 2015, com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 4º</p> <p>.....</p> <p>X – manutenção de investimento mínimo de cinco por cento do faturamento bruto no futebol feminino.</p> <p>.....”(NR)</p> <p style="text-align: center;">Justificativa</p> <p>A presente emenda vem acrescentar um valor percentual, no caso de cinco por cento, aos investimentos no futebol feminino.</p> <p>Acreditamos ainda ser um valor pequeno, porém, como um valor mínimo podemos garantir o desenvolvimento de novos talentos o que nos propiciará uma melhora no espetáculo.</p>				
PARLAMENTAR				
DEP. EVANDRO ROGÉRIO ROMAN PSD / PR				



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671

00129

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
25/03/2015Proposição
Medida Provisória nº 671/2015, de 19 de março de 2015autor
Deputado José Rocha (PR-BA)

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4 ☒ Aditiva 5 ☐ Substitutivo global

Página

Artigo:

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se ao texto da Medida Provisória 671, de 2015, onde couber:

“ O art. 22 da Lei nº 9.528, de 1997, passa a contar com a seguinte redação:
Art. 22.....

§ 6º- A. A contribuição empresarial das entidades de prática desportiva previstas no inciso VI, do art. 13 da Lei nº 9.615, de 1998, que não mantém equipe de futebol profissional, destinada à Seguridade Social, em substituição à prevista nos incisos I e II deste artigo, corresponde a cinco por cento de sua receita bruta, excetuando-se as receitas sociais, destinadas ao custeio dos clubes esportivos.

JUSTIFICATIVA

As entidades de prática desportiva organizadas na forma de clubes esportivos e que o hoje são responsáveis pela formação e manutenção da ampla maioria dos atletas olímpicos em nosso país são penalizadas pela ausência de isonomia com as entidades que mantêm equipes profissionais de futebol. Estas últimas possuem o benefício atual de recolherem 5% de sua receita bruta auferida através da exploração das atividades futebolísticas para o INSS, enquanto que aos clubes esportivos o tratamento é o mesmo dado às empresas privadas.

A presente emenda busca, portanto, harmonizar e dar isonomia de tratamento às entidades de prática desportiva brasileiras, independentemente das modalidades esportivas que promova, quanto ao recolhimento dos valores devidos ao INSS.

Ademais, a desoneração da folha de pagamentos dos clubes esportivos permitirá o marco zero do segmento e o retorno dos investimentos no esporte de base, pois a medida ora proposta já existia em passado recente, demonstrando a sua viabilidade e com a integração aos recursos da Nova Lei Pelé (lei n. 9615/98) resultaria significativamente na evolução do esporte nacional.

PARLAMENTAR

Deputado José Rocha (PR-BA)



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671**00130****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**data
25/03/2015Proposição
Medida Provisória nº 671/2015, de 19 de março de 2015autor
Deputado José Rocha (PR-BA)

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa **X** 4. Aditiva 5 ☐ Substitutivo global**Página****Artigo:****Parágrafo****Inciso****alínea**

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA**Inclua-se ao texto da Medida Provisória 671, de 2015, onde couber:**

“A alínea “b” do inciso IV do artigo 2º da Lei nº 11.345 de 14 de setembro de 2006, passa a contar com a seguinte redação:

Art. 2º

IV -

b) 1/3 (um terço), para as ações dos clubes sociais, de acordo com os projetos aprovados pela Federação Nacional de Clubes Esportivos.”

JUSTIFICATIVA

A Federação Nacional dos Clubes Esportivos - FENACLUBES foi fundada em 2002, por iniciativa da Confederação Brasileira de Clubes - CBC, tendo, após 10 anos de tramitação, obtido seu Registro Sindical em 06 de março de 2012, sendo hoje a entidade detentora do código de entidade sindical nº. 000.843.00000-7 e processo de Registro Sindical nº 46000.012940/2002-12. Portanto, a FENACLUBES é representante oficial da categoria econômica dos clubes esportivos de prática formal e não formal, no âmbito sindical, como entidade de grau superior e tem a missão de representar a categoria econômica em todo o território nacional, e especialmente nas localidades onde não atuam as entidades de primeiro grau.

PARLAMENTAR

Deputado José Rocha - PR/BA



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671

00131

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

 data
 25/03/2015

 Proposição
 Medida Provisória nº 671/2015, de 19 de março de 2015

 autor
 Deputado José Rocha (PR-BA)

nº do prontuário

 1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4 ☒ Aditiva 5 ☐ Substitutivo global

Página

Artigo:

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se ao texto da Medida Provisória 671, de 2015, onde couber:

“O §10 do art. 56 da Lei nº 9.615, de 1998, passa a contar com a seguinte redação:

Art. 56.....

§ 10. Os recursos financeiros de que trata o inciso VIII serão repassados à Confederação Brasileira de Clubes - CBC e destinados única e exclusivamente para a formação de atletas olímpicos e paraolímpicos, devendo ser observados os princípios gerais da administração pública, mediante regulamento próprio da entidade destinado a compras e contratações, ficando assegurada a cada entidade beneficiária dos recursos repassados pela CBC a faculdade de utilizar até 50% (cinquenta por cento), em cada projeto, para a concessão de auxílios em forma de bolsas a atletas, assim como para remuneração de membros de comissão técnica, ficando sob a responsabilidade da entidade beneficiária as contratações e os eventuais litígios trabalhistas delas decorrentes.

JUSTIFICATIVA

A Confederação Brasileira de Clubes – CBC – é destinatária desde 2011 de recursos oriundos das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para fomento à formação de atletas olímpicos e paraolímpicos nos clubes esportivos.

A presente emenda visa adaptar o texto do §10 do art. 56 da Lei Geral do Desporto, ou Lei Pelé, como é conhecida, à realidade hoje experimentada pelas entidades beneficiárias pelos incentivos previstos na Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438, de 2006) quanto à execução dos recursos recebidos e a consequente prestação de contas. A previsão atualmente constante da Lei Pelé de que estes procedimentos se deem na forma da legislação de convênios é desarrazoada, visto que impõe às entidades privadas da área esportiva os mesmos procedimentos previstos aos entes públicos, confundindo-os, portanto.

Também é objetivo desta emenda a adaptação do mesmo dispositivo acima para que seja possível a destinação de recursos repassados à CBC na forma da Lei Pelé para pagamento de bolsas a atletas e remuneração a membros de equipes técnicas. Hoje a forma como a norma é editada gera insegurança quanto à possibilidade de se utilizar esta verba para estes fins tão importantes à formação de atletas nos clubes.

PARLAMENTAR

Deputado José Rocha (PR-BA)



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671

00132

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
25/03/2015Proposição
Medida Provisória nº 671/2015, de 19 de março de 2015autor
Deputado José Rocha (PR-BA)

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva ☐ 3. Modificativa ☐ 4. Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo:

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

O Artigo 4º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

IX – demonstração de que os custos com folha de pagamento de todos os profissionais contratados, inclusive o direito de imagem de atletas profissionais de futebol e da comissão técnica não superem setenta por cento da receita bruta anual; e

XI - Ao final de cada competição, nacional ou estadual todos os clubes, inclusive os que não se beneficiarem deste programa deverão comprovar ao APFUT, que cumpriram com as obrigações contidas no inciso VII deste artigo e ficarão sujeitos as mesmas sanções previstas no artigo 5º desta Lei".

§ 1º

I – a participação de representantes sindicais de atletas e de treinadores nos colegiados de direção e na eleição para os cargos da entidade; e

II – a representação da categoria de atletas e de treinadores, através de seus sindicatos, no âmbito dos órgãos e conselhos técnicos incumbidos da aprovação de regulamentos das competições.

§ 4º As entidades desportivas profissionais com faturamento anual inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ficam dispensadas do cumprimento do disposto nos incisos IV e IX do **caput**.

O artigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14º

§ 5º O presente parcelamento não elide a aplicação do § 2º do artigo 31 da Lei 9.615/98.

O artigo 21 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 21º

§ 2º O APFUT contará com a participação de representantes do Poder Executivo federal, das entidades sindicais e da sociedade civil, na forma do regulamento.

§ 5º Decreto do Poder Executivo federal disporá sobre a organização e o funcionamento do APFUT, devendo contar obrigatoriamente com representantes sindicais de atleta e treinadores.

O artigo 22 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 22º Para apurar eventual descumprimento das condições previstas nos art. 4º e art. 5º, o APFUT agirá de ofício, **conforme previsão no inciso XI do artigo 4º** ou quando provocada mediante denúncia fundamentada.

§ 1º São legitimados para apresentar a denúncia referida no caput:

IV – as entidades sindicais de;

V – **suprimido**

O artigo 24 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 24º

III – advertir a entidade desportiva profissional e fixar prazo de até 15 dias para que regularize a situação objeto da denúncia;

Justificativa

Modifica-se o texto do inciso IX **do artigo 4º** para incluir na limitação dos gastos da receita bruta, todos os profissionais ligados diretamente ao futebol profissional, inclusive o pagamento do direito de imagem dos atletas profissionais de futebol e da comissão técnica.

A inclusão do inciso XI **no artigo 4º** torna obrigatória a comprovação ao APFUT do cumprimento das obrigações do inciso VII. **Democraticamente todas as equipes terão que demonstrarem serem cumpridoras de suas obrigações.**

Também nos inciso I e II do § 1º do artigo 4º acrescentamos que a representação dos atletas e treinadores deve ser realizada pelas suas entidades sindicais, que constitucionalmente são os representantes legais das categorias.

Por fim no §4º do artigo 4§ excluímos o inciso V - É necessário que todas as equipes sem qualquer distinção, reduzam seus déficits. Os pequenos clubes são os maiores responsáveis por ações judiciais cobrando salários. O déficit deve ser eliminado por todos os clubes.

Acrescentamos o §5º no artigo 14, porque o artigo 31 da Lei 9.615/98 estabelece que a mora contumaz no recolhimento do FGTS é motivo para rescisão contratual. O presente parágrafo tem o condão de evitar que o clube use o parcelamento para não cumprir com sua obrigação

direta com os atletas. Os clubes poderão pagar parceladamente o FGTS de seus empregados e no caso de atletas, somente os que já tiveram seus contratos encerrados.

No §2º e §5 do artigo 21 e ainda no inciso IV do §1º do artigo 22, que trata do funcionamento do APFUT estabelecemos que a representação de atletas, treinadores e de empregados sejam exercidos pelos suas respectivas entidade sindicais, pois conforme o artigo 8º da Carta Magna “É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas”. E suprimimos o inciso V deste §1º do artigo 22, pois entidades associativas não representam a categoria e somente seus associados.

Finalmente no artigo 24, inciso III, reduzimos o prazo para 15 dias, pois caso contrário em caso de denuncia por inadimplemento salarial, o clube poderia ter o prazo de 180 dias para pagar o salário de seu empregado, o que se mostraria inadequado frente a transparência e celeridade que pretende ter esta legislação.

PARLAMENTAR

Deputado José Rocha (PR-BA)

CONGRESSO NACIONAL
APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 671

00133

ETIQUETA

Data
26/03/2015Proposição
Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015Autor
Deputado Otavio Leite (PSDB/RJ)N.º do prontuário
3161 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
--------	--------	------------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se aonde couber na Medida Provisória nº 671 de 2015, o seguinte artigo:

“ Art ... Às entidades desportivas profissionais que se constituírem regularmente em sociedade empresária, segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, fica assegurado o regime de que tratam o art. 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e os arts. 13 e 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, por 5 (cinco) anos contados a partir do início das operações da sociedade empresária.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a gestão mais moderna dos times de futebol com os mesmos direitos tributários das entidades esportivas.

PARLAMENTAR

CONGRESSO NACIONAL
APRESENTAÇÃO DE EMENDASMPV 671
00134

ETIQUETA

Data
26/03/2015Proposição
Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015Autor
Deputado Otavio Leite (PSDB/RJ)N.º do prontuário
3161 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafos

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se no Art. 4º da Medida Provisória n.º 671 de 2015, os incisos XI e XII com as seguintes redações:

“... Art. 4º, ...

XI - Cumprimento de que todos os profissionais administrativos e técnicos, principalmente os da área da saúde, sejam devidamente registrados nos respectivos conselhos profissionais;

XII - A obrigação de que todos os atletas contratados pelas entidades esportivas estejam devidamente matriculados em unidades de ensino e acompanhados até o termino de curso superior.”

JUSTIFICAÇÃO

O estado deve sempre estar atento para legislar protegendo o cidadão brasileiro. Oferecer atendimento administrativo e técnico, com profissionais devidamente habilitados, além de boa intenção em melhor atender, propiciando condições elevadas na oferta dos serviços que o clube fornece aos seus atletas, até para que esses possam render ainda mais e melhor, deve ser antes uma obrigação, para que ao atleta seja garantida cidadania.

No mesmo rumo, garantir aos nossos atletas a oportunidade da formação acadêmica superior lhes dará um caminho digno ao final de suas vidas esportivas. Assim poderão ser, Advogados, Médicos, Administradores, Profissionais de Educação Física, contadores e etc., profissões que somadas ao tempo de dedicação aos clubes como Atleta de Alto Rendimento, lhes garantirão sustento e objetivo social pós carreira.

PARLAMENTAR

CONGRESSO NACIONAL
APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 671

00135 ETIQUETA

Data
26/03/2015Proposição
Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015.Autor
Deputado Otavio Leite (PSDB/RJ)N.º do prontuário
3161 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafos

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 8º da Medida Provisória n.º 671 de 2015, de 19 de março de 2015.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a supressão do art. 8 da MP n.º 671/2015 que condiciona à indicação de instituição financeira que centralizará todas suas receitas e movimentações financeiras. A exclusão do referido artigo é necessária em razão dos seguintes pontos:

- 1 - Tratar-se de garantia adicional a qualquer outra já ofertada em parcelamentos fiscais;
- 2 - Ferir a contratos assinados com patrocinadores e bancos;
- 3 - De custo elevado para os clubes, pois o banco deverá, a fim de garantir o depósito no dia 30 de cada mês, bloquear os valores desde o dia 01;
- 4 - O Art 11 não autoriza o levantamento de garantias existentes, logo, seria uma garantia em cima de garantia;
- 5 - O não pagamento de três parcelas levar a rescisão do parcelamento.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MPV 671

00136

data
26/03/2015Proposição
Medida Provisória nº 671/2015autor
Deputado Otavio Leite – PSDB/RJnº do prontuário
3161 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa X 4. Aditiva 5 ☐ Substitutivo global

Página

Artigo:

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se ao texto da Medida Provisória 671, de 2015, onde couber:

“Art. ____ . A alínea "b" do inciso IV do artigo 2º da Lei nº 11.345 de 14 de setembro de 2006, passa a contar com a seguinte redação:

Art. 2º.....

.....

IV -

.....

b) 1/3 (um terço), para as ações dos clubes sociais, de acordo com os projetos aprovados pela Federação Nacional de Clubes Esportivos

.....”

JUSTIFICATIVA

A Federação Nacional dos Clubes Esportivos - FENACLUBES foi fundada em 2002, por iniciativa da Confederação Brasileira de Clubes - CBC, tendo, após 10 anos de tramitação, obtido seu Registro Sindical em 06 de março de 2012, sendo hoje a entidade detentora do código de entidade sindical nº. 000.843.00000-7 e processo de Registro Sindical nº 46000.012940/2002-12. Portanto, a FENACLUBES é representante oficial da categoria econômica dos clubes esportivos de prática formal e não formal, no âmbito sindical, como entidade de grau superior e tem a missão de representar a categoria econômica em todo o território nacional, e especialmente nas localidades onde não atuam as entidades de primeiro grau.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MPV 671

00137

data
26/03/2015Proposição
Medida Provisória nº 671/2015autor
Deputado Otavio Leite – PSDB/RJnº do prontuário
3161 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa ☒ 4. Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo:

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se ao texto da Medida Provisória 671, de 2015, onde couber:

Art. _____. O art. 22 da Lei nº 9.528, de 1997, passa a contar com a seguinte redação:

Art. 22.....

§ 6º-A. A contribuição empresarial das entidades de prática desportiva previstas no inciso VI, do art. 13 da Lei nº 9.615, de 1998, que não mantém equipe de futebol profissional, destinada à Seguridade Social, em substituição à prevista nos incisos I e II deste artigo, corresponde a cinco por cento de sua receita bruta, excetuando-se as receitas sociais, destinadas ao custeio dos clubes esportivos.

JUSTIFICATIVA

As entidades de prática desportiva organizadas na forma de clubes esportivos e que o hoje são responsáveis pela formação e manutenção da ampla maioria dos atletas olímpicos em nosso país são penalizadas pela ausência de isonomia com as entidades que mantêm equipes profissionais de futebol. Estas últimas possuem o benefício atual de recolherem 5% de sua receita bruta auferida através da exploração das atividades futebolísticas para o INSS, enquanto que aos clubes esportivos o tratamento é o mesmo dado às empresas privadas.

A presente emenda busca, portanto, harmonizar e dar isonomia de tratamento às entidades de prática desportiva brasileiras, independentemente das modalidades esportivas que promova, quanto ao recolhimento dos valores devidos ao INSS.

Ademais, a desoneração da folha de pagamentos dos clubes esportivos permitirá o marco zero do segmento e o retorno dos investimentos no esporte de base, pois a medida ora proposta já existia em passado recente, demonstrando a sua viabilidade e com a integração aos recursos da Nova Lei Pelé (Lei n. 9615/98) resultaria significativamente na evolução do esporte nacional.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671

00138

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
26/03/2015Proposição
Medida Provisória nº 671/2015autor
Deputado Otavio Leite – PSDB/RJnº do prontuário
3161 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa ☒ 4. Aditiva 5 ☐ Substitutivo global

Página

Artigo:

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se ao texto da Medida Provisória 671, de 2015, onde couber:

Art. _____. O §10 do art. 56 da Lei nº 9.615, de 1998, passa a contar com a seguinte redação:

Art. 56.....

§ 10. Os recursos financeiros de que trata o inciso VIII serão repassados à Confederação Brasileira de Clubes - CBC e destinados única e exclusivamente para a formação de atletas olímpicos e paraolímpicos, devendo ser observados os princípios gerais da administração pública, mediante regulamento próprio da entidade destinado a compras e contratações, ficando assegurada a cada entidade beneficiária dos recursos repassados pela CBC a faculdade de utilizar até 50% (cinquenta por cento), em cada projeto, para a concessão de auxílios em forma de bolsas a atletas, assim como para remuneração de membros de comissão técnica, ficando sob a responsabilidade da entidade beneficiária as contratações e os eventuais litígios trabalhistas delas decorrentes.

JUSTIFICATIVA

A Confederação Brasileira de Clubes – CBC – é destinatária desde 2011 de recursos oriundos das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para fomento à formação de atletas olímpicos e paraolímpicos nos clubes esportivos.

A presente emenda visa adaptar o texto do §10 do art. 56 da Lei Geral do Desporto, ou Lei Pelé, como é conhecida, à realidade hoje experimentada pelas entidades beneficiárias pelos incentivos previstos na Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438, de 2006) quanto à execução dos recursos recebidos e a consequente prestação de contas. A previsão atualmente constante da Lei Pelé de que estes procedimentos se deem na forma da legislação de convênios é desarrazoada, visto que impõe às entidades privadas da área esportiva os mesmos procedimentos previstos aos entes públicos, confundindo-os, portanto.

Também é objetivo desta emenda a adaptação do mesmo dispositivo acima para que seja possível a destinação de recursos repassados à CBC na forma da Lei Pelé para pagamento de bolsas a atletas e remuneração a membros de equipes técnicas. Hoje a forma como a norma é editada gera insegurança quanto à possibilidade de se utilizar esta verba para estes fins tão importantes à formação de atletas nos clubes.

PARLAMENTAR

MPV 671**00139****Medida Provisória n.º 671, de 19 de março de 2015.**

Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências.

Emenda Substitutiva Global n.º _____**(Do Deputado Otavio Leite – PSDB/RJ)**

Substitua-se, integralmente, o texto da Medida Provisória n.º 671, de 19 de março de 2015, pelo seguinte::

Institui a Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte – LRFE, que estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas, institui parcelamento especial para recuperação de dívidas pela União, altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, cria a Loteria Exclusiva – Lotex, e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte – LRFE, estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática a serem cumpridas por entidades desportivas, institui parcelamento especial para recuperação de dívidas pela União e cria novas fontes de recursos para o esporte.

Parágrafo único. Para fins do disposto no *caput* deste artigo são consideradas como entidades desportivas as definidas nos incisos III, IV, V e VI do parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE FISCAL E FINANCEIRA E DE GESTÃO TRANSPARENTE E DEMOCRÁTICA

Art. 2º As entidades desportivas que aderirem aos parcelamentos instituídos nesta Lei sujeitam-se ao cumprimento do disposto no art. 18-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dos seguintes princípios e práticas:

I – adoção de critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros contábeis e de estruturação das demonstrações contábeis, padronizados nos termos da lei e das normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;

II – publicação das demonstrações contábeis padronizadas nos termos do inciso I em sítio eletrônico da entidade e, quando couber, da respectiva entidade de administração desportiva na rede mundial de computadores, até o último dia útil do mês de abril de cada ano;

III – publicação em sítio eletrônico da rede mundial de computadores de seus atos constitutivos e alterações;

IV – controle do déficit financeiro, com a meta de progressivamente eliminá-lo;

V – divulgação, em notas explicativas das demonstrações contábeis referidas nos incisos I e II deste artigo, de relatório específico sobre a reavaliação anual de endividamento, acompanhado de pronunciamento de auditoria independente realizada por auditores registrados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

VI – proibição de antecipação de receitas de qualquer natureza referentes a períodos posteriores ao término da gestão ou do mandato, preservados os atuais contratos, exceto:

- a) para investimentos em ativos fixos ou em substituição a passivos onerosos, assim entendidos como medidas de saneamento financeiro que importem em diminuição comprovada de dívida de curto, médio e longo prazo.
- b) até o limite de 30% (trinta por cento) de receitas de quaisquer naturezas referentes ao primeiro ano do mandato subsequente;

VII – responsabilização pessoal dos dirigentes que descumprirem, no exercício de seus respectivos mandatos, a exigência estabelecida no inciso VI deste artigo, nos termos do § 11 do art. 27 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, com as alterações promovidas por esta Lei;

VIII – equilíbrio financeiro-esportivo nas competições profissionais, por meio do qual apenas disputarão competições profissionais as entidades de prática desportiva que apresentarem certidões negativas de débitos, nos termos do art. 11 desta Lei;

IX – cumprimento e regular pagamento dos contratos de trabalho de todos os profissionais contratados, na esfera desportiva e administrativa;

X – da previsão no estatuto ou contrato social das entidades de prática e de administração do desporto profissional, referidas no § 10 do art. 27 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, bem como das ligas, do afastamento imediato e inelegibilidade pelo período de 4 (quatro) anos do dirigente que praticar ato de gestão temerária, nos termos da Lei;

XI - equilíbrio dos gastos, por meio do qual o custo com a folha de pagamento de funcionários e atletas de modalidade desportiva profissional não poderá ser superior a 70% (setenta por cento) da receita total

da entidade, excetuando a entidade esportiva que só disponha de modalidade de futebol, cujo percentual não poderá ser superior a 85%.

§ 1º As demonstrações contábeis de que trata o inciso II deste artigo deverão:

I – ser elaboradas separadamente por atividade econômica, por modalidade esportiva, distinguindo-as, quando for o caso, das atividades recreativas e sociais mantidas pela entidade;

II – explicitar os valores referentes a:

- a) receitas de transmissão e de imagem;
- b) receitas de patrocínios, publicidade, luva e marketing;
- c) receitas com transferência de atletas;
- d) receitas de bilheteria;
- e) receitas e despesas com atividades sociais da entidade;
- f) despesas totais com modalidade desportiva profissional;
- g) despesas com pagamento de direitos econômicos de atletas;
- h) despesas com pagamento de direitos de imagem de atletas;
- i) despesas com modalidades desportivas não-profissionais;
- j) receitas decorrentes de repasses de recursos públicos de qualquer natureza, origem e finalidade.

§ 2º Excluem-se do cumprimento do princípio estabelecido no inciso VI do caput deste artigo as entidades desportivas

constituídas regularmente em sociedade empresária segundo o tipo sociedade anônima de que trata os arts. 1.088 e 1.089 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 3º A entidade desportiva disporá do período compreendido entre a data de publicação desta Lei e o dia 31 de dezembro de 2018, para adequar seu planejamento econômico-financeiro de modo a cumprir o princípio estabelecido no inciso VI do caput deste artigo, cuja observância será exigida, para fins do disposto no inciso II do art. 12 desta Lei, a partir de 1º de janeiro de 2019.

CAPÍTULO III

DO PARCELAMENTO E DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES A ELE RELATIVOS

Art. 3º A entidade desportiva de que trata o parágrafo único do art. 1º desta Lei poderá, nos termos e nas condições desta Lei, parcelar em até 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais os débitos, tributários ou não tributários, com a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e o Banco Central do Brasil, vencidos até a data de publicação desta Lei, com redução de 70% (setenta por cento) das multas de mora e de ofício, de 70% (setenta por cento) das multas isoladas, de 30% (trinta por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal.

§ 1º As reduções previstas no *caput* deste artigo não são cumulativas com outras previstas em lei e serão aplicadas somente em relação aos saldos devedores dos débitos.

§ 2º Para serem incluídos no parcelamento de que trata esta Lei, os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados, de forma irrevogável e irretroatável, até o último dia útil do mês subsequente ao de publicação desta Lei.

§ 3º Os débitos consolidados constituirão montante único, por entidade desportiva, e os pagamentos das prestações mensais a ele relativos serão feitos em código de arrecadação único, cabendo ao Ministério

da Fazenda, a cada mês, uma vez pagas as prestações, organizar e executar a partilha dos respectivos valores arrecadados a que faz jus cada órgão ou entidade da União.

Art. 4º A opção pelo parcelamento de que trata esta Lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome da entidade desportiva na condição de contribuinte ou responsável, configura confissão extrajudicial nos termos dos arts. 348, 353 e 354 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC), e condiciona a entidade desportiva à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 5º A dívida será consolidada na data do protocolo do requerimento do parcelamento.

§ 1º A consolidação abrangerá todos os débitos existentes em nome da entidade desportiva que esteja na esfera administrativa ou judicial, na condição de contribuinte ou responsável, constituídos ou não, excetuados específicos débitos, definidos e escolhidos pela entidade esportiva, que no caso não farão jus aos benefícios dessa lei, uma vez concluída a apreciação judicial.

§ 2º A dívida consolidada será dividida pelo número de prestações que forem indicadas pela entidade desportiva, não podendo cada prestação mensal ser inferior à R\$ 3.000,00 (três mil reais).

§ 3º Enquanto não consolidado o parcelamento, a entidade desportiva deverá calcular e recolher, mensalmente, parcela equivalente ao montante dos débitos objeto do parcelamento dividido pelo número de prestações indicado no requerimento de parcelamento, em valor não inferior ao estipulado no § 2º deste artigo, observado o disposto no parágrafo único do art. 10 desta Lei.

§ 4º O valor de cada prestação será acrescido de juros correspondentes à variação mensal da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) para o mês do pagamento.

§ 5º As prestações vencerão no último dia útil de cada mês, devendo a 1ª (primeira) prestação ser paga até o último dia útil do mês subsequente ao de requerimento de parcelamento.

§ 6º A entidade desportiva constituída como sociedade empresária poderá, para quitação da dívida consolidada nos termos deste artigo, liquidar valores correspondentes a multas de mora ou de ofício, a juros moratórios, após as reduções de que trata o *caput* do art. 3º, e a até 30% (trinta por cento) do valor principal do tributo, inclusive inscrito em dívida ativa, com utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido próprios, cujo valor a ser utilizado será determinado mediante a aplicação, sobre o montante do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa, das alíquotas de 25% (vinte e cinco por cento) e 9% (nove por cento), respectivamente.

§ 7º A entidade desportiva poderá reduzir em até 50% (cinquenta por cento) o valor das primeiras 36 (trinta e seis) prestações mensais.

§ 8º Os valores reduzidos na forma do § 7º deste artigo deverão ser pagos em até 36 (trinta e seis) prestações mensais, a partir do mês subsequente ao de vencimento da última prestação mensal de que trata o art. 3º desta Lei, observada a prestação mínima estipulada no § 2º deste artigo e observado o disposto no § 4º deste artigo.

§ 9º. Alternativamente ao disposto nos §§ 7º e 8º deste artigo, a entidade desportiva que, até o dia anterior à data de formalização do requerimento de que trata o art. 10 desta Lei, tiver efetuado o recolhimento dos tributos e das contribuições federais vencidas até a data de publicação desta Lei, inclusive o pagamento das prestações mensais de parcelamentos anteriormente concedidos, poderá reduzir em até 50% (cinquenta por cento) o valor das primeiras 48 (quarenta e oito) prestações mensais.

§ 10. Os valores reduzidos na forma do § 9º deste artigo deverão ser pagos em até 48 (quarenta e oito) prestações mensais, a partir do mês subsequente ao de vencimento da última prestação mensal de que trata o art. 3º desta Lei, observada a prestação mínima estipulada no § 2º deste artigo e observado o disposto no § 4º deste artigo.

§ 11. Alternativamente ao disposto nos §§ 7º a 10 deste artigo, a entidade desportiva poderá suspender o pagamento das primeiras 12 (doze) parcelas, que deverão ser pagas em até 12 (doze) prestações mensais, a partir do mês subsequente ao de vencimento da última prestação mensal de que trata o art. 3º desta Lei, observada a prestação mínima estipulada no § 2º deste artigo e observado o disposto no § 4º deste artigo.

Art. 6º As entidades desportivas que desejarem parcelar saldos remanescentes de parcelamentos anteriormente concedidos deverão formalizar desistência desses parcelamentos.

§ 1º A desistência dos parcelamentos anteriormente concedidos implicará imediata rescisão destes, considerando-se a entidade desportiva notificada das respectivas extinções, dispensada qualquer outra formalidade, abrangendo, obrigatoriamente, todos os débitos consolidados no respectivo parcelamento.

§ 2º No caso de desistência do parcelamento de que trata o art. 4º da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, os recursos de que trata o inciso II do art. 2º da referida Lei serão integralmente utilizados para pagamento das prestações mensais do parcelamento de que trata o art. 20 desta Lei, utilizando-se os mesmos procedimentos previstos na legislação vigente.

Art. 7º Para incluir no parcelamento os débitos que se encontrem em discussão na esfera administrativa ou judicial, submetidos ou não à causa legal de suspensão de exigibilidade, a entidade desportiva deverá desistir, de forma irrevogável, das impugnações ou recursos administrativos, das ações judiciais propostas ou de qualquer defesa em sede de execução fiscal que tenham por objeto os débitos que serão parcelados na forma desta Lei, e, cumulativamente, renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam os processos administrativos ou as ações judiciais.

Art. 8º Observado o disposto no art. 6º desta Lei, a entidade desportiva que possuir ação judicial em curso na qual requer o restabelecimento de sua opção ou a sua reinclusão em outros parcelamentos, para fazer jus à inclusão dos débitos abrangidos pelos referidos parcelamentos no parcelamento de que trata esta Lei, deverá desistir da respectiva ação judicial e renunciar a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda a

referida ação, protocolando requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do inciso V do *caput* do art. 269 do CPC, até o prazo final para requerimento do parcelamento.

Art. 9º. Os depósitos existentes vinculados aos débitos a serem parcelados nos termos desta Lei serão automaticamente convertidos em pagamento definitivo.

§ 1º Os percentuais de redução previstos no *caput* do art. 3º desta Lei serão aplicados sobre o valor do débito atualizado à época do depósito e incidirão sobre o valor das multas de mora e de ofício, das multas isoladas, dos juros de mora e do encargo legal efetivamente depositados.

§ 2º A transformação em pagamento definitivo dos valores depositados somente ocorrerá após a aplicação dos percentuais de redução.

§ 3º A pessoa jurídica que, após a transformação dos depósitos em pagamento definitivo, possuir débitos não liquidados pelo depósito poderá obter as reduções de que trata o § 1º e utilizar créditos decorrentes de prejuízo fiscal ou de base de cálculo negativa da CSLL, nos termos do § 6º do art. 5º desta Lei.

§ 4º Na hipótese do § 3º, as reduções serão aplicadas sobre os valores atualizados na data da consolidação da dívida.

§ 5º Para fins de aplicação do disposto nos §§ 1º e 4º, a RFB deverá consolidar o débito, considerando a utilização de montantes de prejuízo fiscal ou de base de cálculo negativa da CSLL e informar ao Poder Judiciário o resultado para fins de transformação do depósito em pagamento definitivo ou levantamento de eventual saldo.

§ 6º O montante transformado em pagamento definitivo será o necessário para apropriação aos débitos envolvidos no litígio objeto da desistência, inclusive a débitos referentes ao mesmo litígio que eventualmente estejam sem o correspondente depósito ou com depósito em montante insuficiente a sua quitação.

§ 7º Após a transformação em pagamento definitivo de que trata o § 2º, o sujeito passivo poderá requerer o levantamento do saldo remanescente, se houver.

§ 8º Na hipótese de que trata o § 7º, o saldo remanescente somente poderá ser levantado pelo sujeito passivo após a confirmação pela RFB dos montantes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL utilizados.

§ 9º O saldo remanescente de que trata o § 7º será corrigido pela taxa Selic.

Art. 10. O requerimento de parcelamento deverá ser formalizado na unidade da Receita Federal do Brasil – RFB de circunscrição do requerente até o último dia útil do 4º (quarto) mês subsequente ao da publicação desta Lei.

Parágrafo único. Não será deferido o requerimento de parcelamento que não contenha, no mínimo, a totalidade dos débitos da entidade desportiva inscritos em dívida ativa.

Art. 11. A concessão do parcelamento instituído nesta Lei para as entidades desportivas profissionais, referidas no § 10 do art. 27 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, depende, sem prejuízo de outras exigências legais, da previsão, em cláusulas específicas do regulamento geral das competições profissionais de que participam ou organizam:

I - da obrigatoriedade de cada entidade de prática desportiva profissional apresentar, com antecedência máxima de 45 (quarenta e cinco) dias e mínima de 30 (trinta) dias do início de cada competição, as Certidões Negativas de Débitos - CND emitidas pelos órgãos ou entidades que administram os débitos de que trata esta Lei, bem como a documentação comprobatória do cumprimento do art. 2º desta Lei, como condição para se inscrever em qualquer das divisões da competição;

II - do descenso, para a divisão imediatamente inferior à que se encontra classificada, da entidade de prática desportiva profissional que não apresentar as Certidões Negativas de Débitos - CND de que trata o inciso I deste artigo, no prazo estabelecido;

III - do acesso, para ocupar vaga desocupada pela entidade desportiva profissional de que trata o inciso II deste artigo, de entidade de prática desportiva profissional participante da divisão que receberá a entidade rebaixada nos termos do inciso II deste artigo, obedecida a ordem de classificação do campeonato do ano anterior;

IV - do impedimento de participar da competição, nos casos em que a entidade de prática desportiva profissional que não apresentar as Certidões Negativas de Débitos - CND de que trata o inciso I deste artigo, no prazo estabelecido, esteja classificada na única ou última divisão da competição;

V - da proibição de contratação de novos atletas até a apresentação das Certidões Negativas de Débitos - CND de que trata o inciso I deste artigo.

§ 1º As Certidões Negativas de Débitos de que trata o inciso I deste artigo poderão, nos termos de regulamento, ser consolidadas em documento único.

§ 2º Na hipótese de entidade de administração do desporto, inclusive ligas, não publicar o regulamento geral da competição com as previsões estabelecidas neste artigo, o parcelamento poderá ser concedido a entidade de prática desportiva que passe a integrar uma nova liga ou outra entidade de administração da sua modalidade desportiva que as cumpra.

Art. 12. A manutenção da entidade desportiva no parcelamento é condicionada às seguintes exigências:

I – recolhimento regular e espontâneo das obrigações tributárias federais correntes, vencidas a partir da data de publicação desta Lei, inclusive as retenções legais na condição de responsável tributário na forma da lei; e

II – cumprimento dos princípios e práticas estabelecidos no art. 2º e do disposto no art. 11 desta Lei.

Parágrafo único. O descumprimento das exigências listadas neste artigo acarretará a rescisão do parcelamento.

Art. 13. Implicará imediata rescisão do parcelamento, com cancelamento dos benefícios concedidos, a falta de pagamento:

I – de 3 (três) parcelas consecutivas; ou

II – de até 2 (duas) prestações, estando extintas todas as demais ou estando vencida a última prestação do parcelamento.

Parágrafo único. É considerada inadimplida a parcela parcialmente paga.

Art. 14. Rescindido o parcelamento:

I – será efetuada a apuração do valor original do débito, restabelecendo-se os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores; e

II – serão deduzidas do valor referido no inciso I do *caput* deste artigo as prestações extintas.

Art. 15. Na hipótese de rescisão do parcelamento de que trata esta Lei, a entidade desportiva de que trata o parágrafo único do art. 1º desta Lei não poderá se beneficiar de incentivo ou benefício fiscal previsto na legislação federal nem poderá receber repasses de recursos públicos federais da administração direta ou indireta, pelo prazo de 2 (dois) anos, contados da data da rescisão.

Art. 16. Aplica-se ao parcelamento de que trata esta Lei o disposto no *caput* e nos §§ 2º e 3º do art. 11 e no art. 12 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

Art. 17. Ao parcelamento de que trata esta Lei não se aplicam:

I – o § 1º do art. 3º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000; e

II – o § 10 do art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

Art. 18. A concessão do parcelamento de que trata esta Lei independe de apresentação de garantia, mantidas aquelas decorrentes de

débitos transferidos de outras modalidades de parcelamento ou de execução fiscal, as quais poderão ser substituídas a requerimento da parte interessada.

Art. 19. O Ministério da Fazenda editará as normas necessárias à execução do parcelamento previsto neste capítulo.

CAPÍTULO IV

DO PARCELAMENTO DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 20. A entidade desportiva de que trata o parágrafo único do art. 1º desta Lei poderá, nos termos e nas condições definidos pelo Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, parcelar em até 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais os débitos para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, vencidos até a data de publicação desta Lei.

§ 1º Para os efeitos do parcelamento do *caput* deste artigo, fica o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS autorizado a reduzir até 90% (noventa por cento) dos valores das multas e dos juros aplicados aos respectivos créditos de que é titular, limitada a redução ao que exceder o valor devido ao trabalhador.

§ 2º A concessão do parcelamento de que trata o *caput* deste artigo condiciona os entes contratantes, no que couber, às exigências do art. 11 desta Lei, quanto à apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

§ 3º Os recursos mencionados no § 2º do art. 6º desta Lei servirão, de igual forma, ao pagamento do parcelamento mencionado no *caput* deste artigo.

CAPÍTULO V

DO ACOMPANHAMENTO DAS PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE FISCAL E FINANCEIRA E DE GESTÃO TRANSPARENTE E DEMOCRÁTICA

Art. 21. Qualquer pessoa poderá denunciar ao Conselho Nacional de Esporte o descumprimento do art. 2º e do inciso I do art. 12 desta Lei, para fins de rescisão do parcelamento.

Art. 22. As entidades desportivas profissionais que aderirem ao parcelamento somente poderão disputar competições organizadas por entidade de administração do desporto, ou ligas, que institua, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei, Comitê de Acompanhamento para aplicar, no âmbito da gestão esportiva, as sanções ao descumprimento do art. 2º e art. 11 desta Lei.

§ 1º O Comitê de Acompanhamento terá a seguinte composição:

I – um representante da entidade de administração do desporto;

II – um representante das entidades de prática desportiva que participem das competições oficiais da divisão principal;

III – um representante dos treinadores, indicado pelo correspondente órgão sindical de classe;

IV – um contador ou auditor, indicado pelo Conselho Federal de Contabilidade;

V – um representante dos atletas, indicado pelo correspondente órgão sindical de classe.

§ 2º - É vedado aos dirigentes desportivos das entidades de administração e das entidades de prática, e ainda, aos integrantes da Justiça Desportiva, o exercício de cargo ou função no Comitê de Acompanhamento.

CAPÍTULO VI

DAS LOTERIAS

Art. 23. Fica o Poder Executivo Federal autorizado a instituir a Loteria Instantânea Exclusiva – LOTEX, regida pelo Decreto-Lei nº

204, de 27 de fevereiro de 1967, tendo como tema marcas, emblemas, hinos, símbolos, escudos e similares relativos às entidades de prática desportiva da modalidade futebol, implementada em meio físico ou virtual.

§ 1º A loteria de que trata o *caput* será autorizada pelo Ministério da Fazenda e regulamentada e administrada pela Caixa Econômica Federal – CEF.

§ 2º Poderá participar do concurso de prognóstico a entidade de prática desportiva da modalidade futebol que, cumulativamente:

I – ceder os direitos de uso de sua denominação, marca, emblema, hino, símbolos e similares para divulgação e execução do concurso;

II – publicar demonstrações financeiras nos termos do inciso II do art. 2º desta Lei.

§ 3º Sobre a premiação da Loteria Instantânea Exclusiva – LOTEX, não haverá incidência do Imposto sobre a Renda.

§ 4º Da totalidade da arrecadação anual da LOTEX, 65% serão destinados à premiação, 9% ao Ministério do Esporte para serem aplicados em projetos de iniciação desportiva escolar, 5% para programas de iniciação esportiva escolar disponibilizado para a rede pública de ensino, e organizados por entidades de prática desportiva, 18% para despesas de custeio e manutenção, 3% para o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, conforme disposto na Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994 e o restante formará a renda líquida, de acordo com a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 5º Fica a Caixa Econômica Federal autorizada, no que se refere à Loteria Instantânea Exclusiva – LOTEX e outros concursos que utilizem ou venham a utilizar a imagem de agremiações de futebol, a negociar com as respectivas entidades de prática desportiva todos os aspectos relacionados com a utilização de suas denominações, marcas, emblemas, hinos, símbolos e similares.

§ 6º As entidades de prática desportiva profissionais, referidas no § 10 do art. 27 da Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998, da modalidade futebol, também poderão participar da Lotex na condição de

agentes lotéricos, na forma autorizada pela Caixa Econômica Federal, assegurada a remuneração correspondente dessa atividade.

Art. 24. Fica o prêmio da TIMEMANIA, concurso de prognóstico específico sobre o resultado de sorteio de números e símbolos instituído pela Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, isento do Imposto sobre a Renda, destinando-se o percentual de 46% (quarenta e seis por cento) de sua arrecadação exclusivamente para a premiação.

Parágrafo único. Fica a Caixa Econômica Federal autorizada a alterar a mecânica da TIMEMANIA de modo a viabilizar apostas combinadas nesse certame, inclusive com um sorteio especial anual, na forma que tecnicamente a CEF entender viabilizar.

Art. 25. Fica o Poder Executivo Federal autorizado a instituir modalidade de loteria por cota fixa *on line*, ou por meio de outros canais, sobre o resultado de atividades esportivas de qualquer natureza vinculadas a entidades legalmente organizadas, desde que esteja disponível tecnologia necessária.

§1º. A modalidade de loteria por cota fixa de que trata o *caput* será autorizada pelo Ministério da Fazenda e executada, direta ou indiretamente, pela Caixa Econômica Federal.

§2º. Os recursos que couberem à União serão destinados a programas de iniciação esportiva escolar.

CAPÍTULO VII

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO

Art. 26. O § 2º do art. 50 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 50

.....

§ 2º Incorre na pena de multa, de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), quem é encontrado a participar do jogo, ainda que pela internet ou

por qualquer outro meio de comunicação, como ponteiro ou apostador.

....." (NR)

Art. 27. O art. 3º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

"Art. 3º

IV – desporto de formação, caracterizado pelo fomento e aquisição inicial dos conhecimentos desportivos que garantam competência técnica na intervenção desportiva, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva em termos recreativos, competitivos ou de alta competição.

§ 1º O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:

I - de modo profissional, caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva;

II - de modo não-profissional, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio.

§ 2º O desporto de formação pode ser organizado por entidades de prática desportiva formadoras, certificadas nos termos do art. 29, § 3º, desta Lei, de forma gratuita, e praticado por menores com idade a partir de 08 (oito) anos, e por escolas públicas ou privadas, desde que tenha o seu funcionamento devidamente autorizado pelo poder público, conforme determinação legal." (NR)

Art. 28. O art. 6º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º

VI – dez por cento do montante arrecadado por loteria instantânea exclusiva com tema de marcas, emblemas, hinos, símbolos, escudos e similares relativos às entidades de prática desportiva da modalidade futebol,

implementada em meio físico ou virtual, sujeita a autorização federal;

....." (NR)

Art. 29. O art. 27 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 14 e 15:

"Art. 27.

.....

§ 14. Constitui ato de gestão temerária para efeito do disposto no § 11 deste artigo a antecipação de receitas de qualquer natureza, referentes a períodos posteriores ao término da gestão ou do mandato vigentes, salvo para investimentos em ativos fixos operacionais ou em substituição a passivos onerosos, assim entendidos como medidas de saneamento financeiro que importem em diminuição comprovada de dívida de curto, médio e longo prazo.

§ 15. É permitido ao dirigente antecipar até o limite de 30% (trinta por cento) de receitas de quaisquer naturezas referentes ao primeiro ano do mandato subsequente, sem que tal prática seja caracterizada como gestão temerária." (NR)

Art. 30. A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 27-D - A atividade de agente desportivo pode ser exercida por pessoas físicas devidamente licenciadas pela entidade nacional de administração do desporto.

§ 1º Os parentes em primeiro, o cônjuge e advogado podem exercer a atividade de agente desportivo.

§ 2º A remuneração a ser paga ao agente desportivo é de, no máximo, 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato de trabalho intermediado por ele, limitada a 12 (doze) prestações mensais, sendo vedada a sua participação, por qualquer forma, em direito econômico oriundo de transferência do atleta por ele representado.

§ 3º O contrato de representação a ser firmado entre atleta e agente desportivo deve ser por prazo determinado, até o limite de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por outro contrato uma única vez.

§ 4º A responsabilidade pelo pagamento dos honorários do agente desportivo é do atleta, podendo ser da entidade de prática se o atleta concordar por escrito."

Art. 31. O § 2º do art. 42 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 42

.....

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica à exibição de flagrantes de espetáculo ou evento desportivo para fins exclusivamente jornalísticos, desportivos, educativos, ou para a captação de apostas legalmente autorizadas, respeitadas as seguintes condições:

.....” (NR)

Art. 32. O art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56.....

.....

IX - Os recursos destinados ao Ministério do Esporte referidos no inciso VI do art. 6º desta Lei;

.....

§ 10. Os recursos financeiros de que trata o inciso VIII serão repassados à Confederação Brasileira de Clubes - CBC e destinados única e exclusivamente para a formação de atletas olímpicos e paraolímpicos, devendo ser observado o conjunto de normas aplicáveis à celebração de convênios pela União, ficando assegurada a cada entidade beneficiária dos recursos repassados pela CBC a faculdade de utilizar até 50% (cinquenta por cento), em cada projeto, para a concessão da bolsa de aprendizagem de que trata o § 4º do art. 29 desta Lei e/ou custeio de comissão técnica, ficando sob a responsabilidade da entidade beneficiária as contratações e os eventuais litígios trabalhistas delas decorrentes.”

§ 11. Os recursos a que se refere o inciso IX deste artigo:

I - serão exclusiva e integralmente aplicados em projetos de iniciação desportiva, em modalidades olímpicas e paraolímpicas e de criação nacional, de crianças e jovens matriculados na educação infantil ou no ensino fundamental de estabelecimentos de ensino públicos ou em instituições especializadas de educação especial reconhecidas pelo Ministério da Educação;

II - serão utilizados por meio da celebração de convênios entre o Ministério do Esporte, as entidades de prática desportiva e os órgãos gestores dos sistemas de ensino das escolas participantes dos projetos autorizados;

III – terão a prestação de contas informada em sítio eletrônico do Ministério do Esporte na rede mundial de computadores;

IV - financiarão as seguintes despesas:

- a) pagamento de pró-labore para os profissionais contratados para implementação do projeto;
- b) locação de espaços físicos para a prática das atividades desportivas;
- c) locação de veículos automotores para o transporte dos alunos e equipe técnica;
- d) aquisição de materiais esportivos e equipamentos para implementação do projeto, inclusive os adaptados e/ou apropriados para pessoas com deficiência;
- e) alimentação compatível com a prática desportiva realizada pelos alunos beneficiários.

§ 12. Ato do Poder Executivo fixará:

I – o teto de remuneração a ser pago para os profissionais de que trata o § 11, inciso IV, alínea “a” deste artigo, por categoria profissional, tempo de formação e títulos

acadêmicos ou profissionais, e carga horária mínima de dezesseis horas semanais;

II – percentual máximo dos recursos liberados para o projeto que poderão ser destinados para os custos previstos no § 11, inciso IV, alíneas “b”, “c”, “d” e “e” deste artigo.

§ 13. Não poderá fazer parte do quadro de profissionais remunerados pelos projetos financiados pelos recursos de que trata o inciso IX deste artigo qualquer componente da diretoria executiva ou conselhos consultivos da entidade de prática desportiva que conste em ata de eleição e posse.

§ 14. O descumprimento pela entidade exequente do disposto nos §§ 12 e 13 deste artigo levará à suspensão do envio dos recursos financeiros para o projeto, que se manterá até que a situação seja normalizada.

§ 15. Os projetos financiados pelos recursos de que trata o inciso IX deste artigo deverão ser obrigatoriamente executados por profissionais de educação física, podendo, quando necessário, ser feita a contratação de outras categorias de profissionais, todos devidamente registrados no conselho profissional correspondente.

§ 16. Quinze por cento (15%) dos recursos de que trata o inciso IX serão destinados para o financiamento de projetos de iniciação esportiva de modalidades paraolímpicas.” (NR)

Art. 33. Acrescentem-se à Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998, os seguintes artigos:

“**Art. 56-D** A entidade proponente dos projetos de que trata o § 11 do art. 56 desta Lei será:

I - entidade de prática desportiva, com no mínimo um ano de funcionamento, filiada a entidade de administração de desporto de âmbito nacional ou regional; ou

II – estabelecimento de ensino fundamental da rede pública.”

“Art. 56-E. Os projetos de que trata o § 11 do art. 56 desta Lei serão avaliados por comissão criada no âmbito do Ministério do Esporte, de acordo com os seguintes critérios técnicos:

I – número de alunos a serem atendidos;

II – viabilidade técnica e operacional;

III – viabilidade financeira;

IV – condições de continuidade do projeto.

§ 1º Os projetos aprovados terão seus recursos liberados após a apresentação de certidões negativas emitidas pelo FGTS e Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 2º Anualmente, com antecedência mínima de seis meses do início do período de execução dos projetos, o Ministério do Esporte divulgará o edital de convocação de apresentação dos projetos esportivos, onde deverá constar:

I – o saldo existente para financiar os projetos a serem executados no ano seguinte;

II – o valor máximo que poderá ser autorizado por projeto;

III – o número total de projetos que poderão ser autorizados.

§ 3º Os projetos serão executados no período de março a dezembro de cada ano, totalizando dez meses de funcionamento.

§ 4º Os projetos aprovados apenas receberão os recursos após a publicação dos planos de trabalho constantes desses projetos, com planilha detalhada dos itens de gasto do projeto no sítio eletrônico do Ministério do Esporte na rede mundial de computadores. ”

Art. 34. O art. 2º da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

IV -

b) 1/3 (um terço) para as ações dos clubes sociais, de acordo com os projetos aprovados pela Federação Nacional dos Clubes Esportivos – FENACLUBES;

.....” (NR)

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. Fica o Futebol Brasileiro constituído como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil para todos os efeitos legais.

Art. 36. As exigências e aplicações dos princípios, dispositivos e penalidades estabelecidos nesta Lei não configuram ofensa ao disposto no art. 10 da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, nem ao disposto no art. 89 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

Art. 37. Às entidades desportivas profissionais que se constituírem regularmente em sociedade empresária, segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, fica assegurado o regime de que tratam o art. 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e os arts. 13 e 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, por 5 (cinco) anos contados a partir do início das operações da sociedade empresária.

Art. 38. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016 quanto ao

disposto nos §§ 14 e 15 do art. 27 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, incluídos pelo art. 31 desta Lei.

Sala das Sessões, em de março de 2015.

Deputado OTAVIO LEITE
PSDB/RJ

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 2015**MPV 671
00140**

Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA Nº

Inclua-se onde couber:

CAPÍTULO...
ENTIDADES FILANTRÓPICAS

Art. Fica reaberto, até o último dia útil do mês de agosto de 2016, o prazo previsto na Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, para adesão ao ProSUS das entidades privadas filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos que atuam na área da saúde.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o Ministério da Saúde, apenas 265 das 600 instituições esperadas pediram adesão ao ProSUS, o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na área da saúde e participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde. A lei (Lei nº 12.873/2013) que cria o benefício foi sancionada em 2013 e tem como objetivo promover a recuperação econômica e financeira, bem como a estruturação de entidades.

Segundo dados da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas, a dívida acumulada chega a cerca de R\$ 17 bilhões. As principais razões para essa crise são a defasagem da tabela de referências de valores do SUS, que determina os repasses do Ministério da Saúde, a falta de investimentos dos governos estaduais em novos hospitais e unidades de saúde e irregularidades administrativas.

Cabe ressaltar que a tendência é o déficit só aumentar tendo em vista que cada vez mais a rede privada deixa de atender os pacientes e os filantrópicos passam a atender. E quanto mais atendimento pelo SUS, mais prejuízo porque a tabela está há mais de uma década sem reajuste, portanto bastante defasada.

O Ministério da Saúde constatou que a baixa adesão foi motivada principalmente por conta do período da publicação da portaria, pouco antes da Copa do Mundo, e pelo fato de que muitas entidades não conseguiram elaborar um projeto a tempo.

Assim, a presente emenda visa corrigir os problemas da baixa adesão, ampliando o prazo para agosto de 2016, tempo hábil para as entidades se organizarem e elaborarem o projeto necessário. Dessa forma, conto com o apoio dos pares para a aprovação da proposta.

Sala da Comissão, em 26 de março de 2015.

Deputada GORETE PEREIRA



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MPV 671**00141**DATA
25.03.2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, de 2015

AUTOR

DEP. FELIX MENDONCA JUNIOR – PDT/BA

Nº PRONTUÁRIO

TIPO

1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Inclua-se ao texto da Medida Provisória 671, de 2015, onde couber:

O art. 1º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º.....

§ 3º

I - pagos à vista, com redução de cem por cento das multas de mora e de ofício, de cem por cento das multas isoladas, de cem por cento dos juros de mora e de cem por cento sobre o valor do encargo legal;

II - parcelados em até 180 (cento e oitenta meses) prestações mensais, com redução de 80% (oitenta por cento) das multas de mora e de ofício, de 80% (oitenta por cento) das multas isoladas, de 40% (quarenta por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal.

§4º.....(NR).

JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista o período de reduzida atividade econômica por que passa o País, a presenteemenda tem como objetivo estender aos optantes pelo pagamento à vista ou parcelamentos de que trata o art. 1º da Lei nº 11.941/09 os percentuais dos descontos de multas, juros e encargo legal concedidos pelo art. 39 da Lei nº 12.865/13 às instituições financeiras e equiparadas.

ASSINATURA

Brasília, 23 de março de 2015.



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MPV 671**00142**DATA
25.03.2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, de 2015

AUTOR

DEP. FELIX MENDONCA JUNIOR – PDT/BA

Nº PRONTUÁRIO

TIPO

1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Inclua-se ao texto da Medida Provisória 671, de 2015, onde couber:

Dê ao § 1º, do art. 2º da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, a seguinte redação:
'Art. 2º

§ 1º Poderão ser pagas ou parceladas na forma deste artigo as dívidas de que tratam o § 2º do art. 1º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e o § 2º do art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2014. (NR)

.....
.....

JUSTIFICAÇÃO

Acreditamos que incluir as dívidas, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2014, aperfeiçoa a Lei no seu objetivo de criar melhor condição para que o contribuinte, que deseja regularizar a sua situação com a Fazenda Nacional, possa solucionar o seu passivo tributário, levando em conta as dificuldades decorrentes do período de retração da atividade econômica por que passa o País.

ASSINATURA

Brasília, 23 de março de 2015.

MPV 671
00143

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N.º 671, DE 2015.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 2015

Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao inciso X do art. 4º da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, a seguinte redação:

“Art. 4º

.....

X – manutenção de investimento de no mínimo dez por cento da receita bruta anual na formação de atletas nas categorias de base do futebol, nos termos do art. 29 da Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998.

.....(NR)”

JUSTIFICAÇÃO

O art. 4º, inciso X, desta Medida Provisória determina, como uma das condições para que as entidades desportivas profissionais de

futebol mantenham-se no PROFUT, a manutenção de investimento mínimo na formação de atletas de categorias de base de clubes formadores de futebol.

Entendemos que o texto necessita ser aperfeiçoado para indicar o que deve ser considerado investimento mínimo. Outras condições elencadas nesse mesmo artigo são objetivas em suas determinações. A redução do déficit, por exemplo, indica os percentuais de dez por cento da receita bruta no período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2018, cinco por cento no período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020 e déficit zero a partir de 1º de janeiro de 2021. Também temos o limite de setenta por cento da receita bruta anual para os custos com folha de pagamento e direitos de imagem de atletas. Nessa direção, sugerimos que o investimento mínimo na formação de atletas seja de dez por cento da receita bruta anual.

As categorias de base dos clubes formadores é um dos pilares estruturantes do futebol. Oportunizar aos jovens, crianças e adolescentes a prática do futebol associadas à educação são ferramentas efetivas de inclusão social. Contribuir na formação faz com que os jovens adquiram conceitos de disciplina, saúde, formação de caráter, contribuindo para toda a vida. Os jovens com rendimento superior deverão ser destacados e incentivados para que no futuro se tornem nossos craques de futebol.

Convictos de que a indicação de um percentual mínimo da receita bruta anual deve estar explícito para que a condição imposta no art. 4º, inciso X, da Medida Provisória seja mais eficaz, contamos com o apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação desta Emenda.

Sala das Comissões, em de de 2015.

Deputado AFONSO HAMM

MPV 671**00144****COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N.º 671, DE 2015.****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 2015**

Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte capítulo à Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, renumerando-se o posterior:

“CAPÍTULO IV

FUNDO DE INICIAÇÃO DO FUTEBOL COM RECURSOS DE LOTERIA INSTANTÂNEA EXCLUSIVA – LOTEX, PARA FINANCIAMENTO DE PROJETOS DAS CATEGORIAS DE BASE DOS CLUBES FORMADORES DE FUTEBOL – INICIE-FUT

Art. 30. Fica o Poder Executivo Federal autorizado a instituir a Loteria Instantânea Exclusiva – LOTEX, tendo como tema marcas, emblemas, hinos, símbolos, escudos e similares relativos às entidades de

prática desportiva da modalidade futebol, implementada em meio físico ou virtual.

§ 1º A loteria de que trata o *caput* será autorizada pelo Ministério da Fazenda e executada diretamente, pela Caixa Econômica Federal, ou indiretamente, mediante concessão.

§ 2º Poderá participar do concurso de prognóstico a entidade de prática desportiva da modalidade futebol que ceder os direitos de uso de sua denominação, marca, emblema, hino, símbolos e similares para divulgação e execução do concurso.

§ 3º Sobre a premiação da Loteria Instantânea Exclusiva – LOTEX, não haverá incidência do Imposto sobre a Renda.

§ 4º Da totalidade da arrecadação de cada emissão da LOTEX, 65% (sessenta e cinco por cento) serão destinados à premiação, 10% (dez por cento) ao Ministério do Esporte para serem aplicados em projetos de iniciação desportiva, 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento) para as entidades de prática desportiva referidas no § 2º deste artigo, 18,3% (dezoito inteiros e três décimos por cento) para despesas de custeio e manutenção, 3% (três por cento) para o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, conforme disposto na Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994 e o restante formará a renda líquida, de acordo com a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 5º Fica a Caixa Econômica Federal autorizada, no que se refere à Loteria Instantânea Exclusiva – LOTEX e outros concursos que utilizem ou venham a utilizar a imagem de agremiações de futebol, a negociar com as respectivas entidades de prática desportiva todos os aspectos relacionados com a utilização de suas denominações, marcas, emblemas, hinos, símbolos e similares.

§ 6º As entidades de prática desportiva profissionais, referidas no § 10 do art. 27 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, da modalidade futebol, também poderão participar da Lotex na condição de agentes lotéricos, na forma autorizada pela Caixa Econômica Federal, assegurada a remuneração correspondente dessa atividade.”

Art. 31. O art. 6º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º.....

.....
VI – 10% (dez por cento) do montante arrecadado por loteria instantânea exclusiva com tema de marcas, emblemas, hinos, símbolos, escudos e similares relativos às entidades de prática desportiva da modalidade futebol, implementada em meio físico ou virtual, sujeita a autorização federal;

.....” (NR)

Art. 32. O art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56.....”

.....
IX - os recursos destinados ao Ministério do Esporte referidos no inciso VI do art. 6º desta Lei;

.....
§ 11. Os recursos a que se refere o inciso IX deste artigo:

I - serão exclusiva e integralmente aplicados em projetos de iniciação de categorias de base dos clubes formadores de futebol, de crianças e jovens matriculados no ensino fundamental de estabelecimentos de ensino públicos, estabelecimentos de ensino privados localizados em municípios com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM baixo ou muito baixo, ou em instituições especializadas de educação especial reconhecidas pelo Ministério da Educação;

II - serão utilizados por meio da celebração de convênios entre o Ministério do Esporte, os clubes formadores de futebol e os órgãos gestores dos sistemas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal aos quais estiverem vinculadas as escolas beneficiárias dos projetos autorizados;

III – terão a prestação de contas informada em sítio eletrônico do Ministério do Esporte na rede mundial de computadores;

IV - financiarão as seguintes despesas:

a) pagamento de pró-labore para os profissionais contratados para implementação do projeto;

b) locação de espaços físicos para a prática das atividades de futebol;

c) locação de veículos automotores para o transporte dos alunos e equipe técnica;

d) aquisição de materiais esportivos e equipamentos para implementação do projeto, inclusive os adaptados e/ou apropriados para pessoas com deficiência;

e) alimentação compatível com a prática desportiva realizada pelos alunos beneficiários.

§ 12. Ato do Poder Executivo fixará a regulamentação do referido Fundo.

JUSTIFICAÇÃO

Em 2014 a Câmara dos Deputados discutiu no âmbito da Comissão Especial para dar parecer ao Projeto de Lei nº 5.201, de 2013, os principais pontos que estão colocados na MPV n.º 671, de 2015. O texto enviado pelo Poder Executivo, no entanto, não incorporou a criação de uma loteria na modalidade instantânea para financiar projetos de iniciação desportiva que estava no substitutivo aprovado na Comissão Especial.

Sugiro, portanto, que a criação da nova loteria e os critérios para utilização dos seus recursos na execução de projetos de iniciação nas categorias de base do futebol seja incluído no texto da MPV n.º 671, de 2015. Nesta emenda apresentamos o texto negociado nas últimas semanas nesta Casa, no que se refere à Lotex e aos projetos a serem por ela financiados.

Ressalto também que as categorias de base dos clubes formadores é um dos pilares estruturantes do futebol. Oportunizar aos jovens, crianças e adolescentes a prática do futebol associadas à educação são ferramentas efetivas de inclusão social.

Contribuir na formação faz com que os jovens adquiram conceitos de disciplina, saúde, formação de caráter, contribuindo para toda a vida. Os jovens com rendimento superior deverão ser destacados e incentivados para que no futuro se tornem nossos craques de futebol.

Esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação desta Emenda.

Sala das Comissões, em de de 2015.

Deputado AFONSO HAMM



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 671

00145

DATA
25.03.2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, de 2015

AUTOR
DEP. FELIX MENDONCA JUNIOR – PDT/BANº
PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (x) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO
GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Inclua-se ao texto da Medida Provisória 671, de 2015, onde couber:

Dê ao Art. 2º da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, a seguinte redação:

Art. 2º Fica reaberto, até o 15º (décimo quinto) dia após a publicação da Lei decorrente da conversão da Medida Provisória nº 671, de 20 de março de 2015, o prazo previsto no § 12 do art. 1º e no art. 7º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, bem como o prazo previsto no § 18 do art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, atendidas as condições estabelecidas neste artigo.

JUSTIFICAÇÃO

Acreditamos que reabrir o prazo para adesão aos refinanciamentos previstos na Lei é mais do que justo para criar condições para o contribuinte, que deseja regularizar a sua situação com a Fazenda Nacional, possa solucionar o seu passivo tributário.

ASSINATURA

Brasília, 23 de março de 2015.



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MPV 671

00146

/03/2015

Proposição

Medida Provisória nº 671 / 2015

Autor

Deputado NEWTON CARDOSO JR - PMDB / MG

Nº Prontuário

1		Supressiva	2.		Substitutiva	3		Modificativa	4.	*	Aditiva	5.		Substitutivo Global
---	--	------------	----	--	--------------	---	--	--------------	----	---	---------	----	--	---------------------

Página

Artigos

Parágrafos

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art. A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.22.....

.....

§ 15. Aplica-se o disposto ao § 13, independente de valores diferenciados pagos, desde que não se caracterize quantidade de trabalho como fator de remuneração."

JUSTIFICAÇÃO

No intuito de aprimorar o debate sobre a matéria, apresentamos uma importante demanda da sociedade.

Ante o exposto, solicito apoio dos nobres pares na aprovação desta emenda.

ASSINATURA

DEPUTADO NEWTON CARDOSO JR

MPV 671

00147

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N.º 671, DE 2015.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 2015

Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao inciso X do art. 4º da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, a seguinte redação:

“Art. 4º

X – manutenção de investimento de no mínimo:

- a) dez por cento da receita bruta anual na formação de atletas, nos termos do art. 29 da Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998; e de***
- b) cinco por cento da receita bruta anual no esporte feminino.***

.....(NR)”

JUSTIFICAÇÃO

O art. 4º, inciso X, desta Medida Provisória determina, como uma das condições para que as entidades desportivas profissionais de futebol mantenham-se no PROFUT, a manutenção de investimento mínimo na formação de atletas e no futebol feminino.

Entendemos que a indicação de um percentual mínimo da receita bruta anual deve estar colocada para que a condição imposta no art. 4º, inciso X, da Medida Provisória seja mais eficaz. Outras condições elencadas nesse mesmo artigo são objetivas em suas determinações. A redução do déficit, por exemplo, indica os percentuais de dez por cento da receita bruta no período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2018, cinco por cento no período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020 e déficit zero a partir de 1º de janeiro de 2021. Na limitação dos custos com folha de pagamento e direitos de imagem de atletas, o artigo 4º define o teto de setenta por cento da receita bruta anual. Propomos que na formação de atletas seja investido o mínimo de dez por cento da receita bruta anual e no esporte feminino, cinco por cento.

Contamos com o apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação desta Emenda.

Sala das Comissões, em de de 2015.

Deputada FLÁVIA MORAIS

MPV 671**00148**

EMENDA Nº

_____/____

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**
DATA
 26/03/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 2015
TIPO
 1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ AGLUTINATIVA 3 ☐ SUBSTITUTIVA 4 ☐ MODIFICATIVA 5 ☒ ADITIVA

AUTOR	PARTIDO	UF	PÁGINA
DEPUTADO (A)..... JOÃO DERLY	PCdoB	RS	01/02
<p align="center">EMENDA ADITIVA</p> <p>Acrescente-se onde couber o seguinte artigo à Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015:</p> <p>“Art.xx. As entidades de prática desportiva, sem fins econômicos, que promovam atividades desportivas lacustres ou marítimas, olímpicas ou paraolímpicas, em especial o iatismo, remo e demais modalidades náuticos, que já possuam instalações ou edificações consolidadas em áreas de preservação permanente, antes de 25 de maio de 2012, às margens de reservatórios, lagos, lagoas, baías e cursos d’água, são consideradas pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal como de interesse social para fins de licenciamento ou regularização ambiental, podendo manter inalterada a ocupação”.</p>			

JUSTIFICATIVA

Várias entidades de prática desportiva (clubes esportivos e social) no Brasil se instalaram às margens de reservatórios artificiais, lagos, lagoas, cursos d'água e outros locais apropriados à prática de esportes náuticos, formando diversos atletas olímpicos e paraolímpicos, em especial nas modalidades de Iatismo e de remo. Exemplificando, a lagoa Rodrigo de Freitas no Rio de Janeiro tem sido local tradicionalmente utilizado para a prática do remo, inclusive sediando diversas competições nessa modalidade. Também em Brasília, o Lago Paranoá tem sido celeiro de campeões olímpicos, como foi para os irmãos Lars e Torben Grael que iniciaram sua formação no Iatismo no Iate Clube de Brasília, e se transformaram em medalhistas olímpicos e destaque no cenário internacional das competições de barcos à vela. Também em Brasília, o Cota Mil Iate Clube desenvolve um projeto com apoio de organismos internacionais para formação de atletas paraolímpicos. Importante mencionar a grande relevância dos clubes na formação de atletas, cumprindo dessa forma sua responsabilidade social e no incentivo às práticas esportivas náuticas, não podendo ter suas instalações e marinas questionadas, já que as mesmas foram construídas há décadas, antes mesmo da regulamentação do Código Florestal de 2012 e da publicações de Resoluções do CONAMA dispondo sobre áreas de preservação permanente.

A exemplo da Lei que instituiu o Programa Minha Casa Minha Vida (LEI Nº 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009), facultando a manutenção de edificações em áreas de preservação permanente, para fins de regularização de ocupações, tendo havido a possibilidade de sua regularização, o que se propõe é que as ocupações de clubes esportivos sociais com instalações para a prática de esportes náuticos sejam mantidos como se encontravam antes da vigência do Novo Código Florestal, como o próprio código permiti em seus artigos 62, 64 e 65 essas excepcionalidades na ocupação das APP.

DATA

ASSINATURA

MPV 671**00149****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

EMENDA Nº

_____/____

DATA
26/03/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 2015

TIPO

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ AGLUTINATIVA 3 ☐ SUBSTITUTIVA 4 ☐ MODIFICATIVA 5 ☒ ADITIVA

AUTOR	PARTIDO	UF	PÁGINA
DEPUTADOJOÃO DERLY.....	PCdoB	RS	01/01

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se art. 35-A à MP nº 671/2015

Art. 35-A. O art. 1º da Lei nº 11.438 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Poderão ser deduzidos, por tempo indeterminado, do imposto de renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.”

JUSTIFICATIVA

Em dezembro de 2006, foi publicada a Lei nº 11.438, destinada a fomentar as atividades de caráter desportivo. Em seu art. 1º, possibilita que, até o ano-calendário de 2015, pessoas físicas e jurídicas deduzam do imposto de renda devido os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.

A Lei de Incentivo foi um grande sucesso, por isso, entendemos fundamental a ampliação do prazo, por tempo indeterminado, para incentivarmos ainda mais o esporte nacional.

26/03/2015
DATA_____
ASSINATURA

MPV 671**00150**

EMENDA Nº

_____/____/____

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**DATA
26/03/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 2015

TIPO			
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> AGLUTINATIVA 3 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 4 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 5 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA			
AUTOR	PARTIDO	UF	PÁGINA
DEPUTADO JOÃO DERLY	PCdoB	RS	01/01
<p align="center">EMENDA ADITIVA</p> <p>Acrescente-se ao art. 4ª da MP nº 671/2015, o seguinte inciso XI e parágrafos:</p> <p>XI - Destinação de, pelo menos, cinco por cento da capacidade de lotação máxima dos estádios de futebol para a venda ao público de ingressos populares.</p> <p>§6º Entende-se como ingresso popular aquele cujo valor seja igual ou inferior a trinta por cento do menor valor cobrado.</p> <p>§7º A diferença entre o ingresso de menor valor e o ingresso popular será contabilizada e deduzida do montante da dívida.</p> <p>§8º Os ingressos populares serão vendidos preferencialmente para beneficiários de programas sociais e cidadãos que comprovem, no ato da compra, receberem até dois salários mínimos mensais.</p> <p align="center">JUSTIFICATIVA</p> <p>O Futebol atualmente é uma relevante atividade de mercado. Porém, em paralelo a esta importante atividade econômica, também é um patrimônio cultural brasileiro. Por isso, com o objetivo de preservar a dimensão popular deste esporte, propomos esta emenda.</p>			
_____ DATA		_____ ASSINATURA	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3ª SUPLENÇA - DEPUTADA FEDERAL LUIZA ERUNDINA PSB/SP

MPV 671

00151

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 2015

MPV nº 671/2015, que "Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências."

Acrescente-se ao art. 28 da Medida Provisória nº 670, de 19 de março de 2015, o §4º com a seguinte redação:

Art. 28.

.....

§4º. Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, poderão ser responsabilizados civil e criminalmente os dirigentes que descumprirem, no exercício de seus respectivos mandatos, as exigências estabelecidas nesta Lei de gestão e boas práticas, conforme art. 27, §11 da Lei nº 9.616, de 1998.

.....

..... (NR).

JUSTIFICATIVA

O objetivo desta Emenda é explicitar que as sanções previstas no que pretende ser o marco legal da modernização da gestão e da

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****3º SUPLENÇA - DEPUTADA FEDERAL LUIZA ERUNDINA PSB/SP**

responsabilidade fiscal do futebol brasileiro não excluem as eventuais sanções no campo da juridicidade penal e civil.

Aliás, vê-se de modo cristalino que as punições previstas na Medida Provisória nº 671, de 2015, sobretudo, o disposto no art. 28, prescrevem sanções de natureza jurídica administrativa. Diante da falta de clareza, poderá haver questionamentos jurídicos e judiciais, com grave prejuízo para o erário e a própria modernização do futebol brasileiro, sobre a atipicidade penal e/ou inexistência do dever de responder civilmente por certas condutas praticadas.

Logo, a regra geral prevista em nosso Ordenamento Jurídico de que as sanções administrativas não excluem as sanções civil e criminal não só pode, como deve, ser claramente explicitada na legislação em elaboração.

Ou seja, a gestão temerária e uma conduta que descumpra a responsabilidade fiscal podem ensejar, hipotética e concomitantemente, sanções jurídicas administrativa, civil e criminal. Ou apenas uma dessas sanções.

Sala das Comissões, em

DEPUTADA LUIZA ERUNDINA**PSB/SP**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3ª SUPLENÇA - DEPUTADA FEDERAL LUIZA ERUNDINA PSB/SP

MPV 671

00152

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 2015

MPV nº 671/2015, que "Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências."

Acrescente-se ao art. 5º da Medida Provisória nº 670, de 19 de março de 2015, os dispositivos abaixo, renumerando-se os seus atuais incisos e parágrafos:

Art. 5º.

.....

I - estabeleça as cláusulas específicas do regulamento geral das competições profissionais de que participem ou organizem;

II - enquadre-se na disposições do art. 18-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998;

.....

.....

VI -

a)

b) proibição de registro de contrato especial de trabalho desportivo, para fins do §5º do art.28 da Lei nº 9.615, de 1998;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3º SUPLENÇA - DEPUTADA FEDERAL LUIZA ERUNDINA PSB/SP

- c) proibição do registro de novos atletas até o pagamento da dívida;
- d) descenso para a divisão imediatamente inferior ou eliminação do campeonato do ano seguinte;
- e) acesso, para ocupar vaga desocupada em decorrência da aplicação da alínea "d", de entidade de prática desportiva profissional participante da divisão, que receberá a entidade rebaixada, obedecida a ordem de classificação do campeonato do ano anterior; e
- f) impedimento de participar da competição, para os casos em que a entidade de prática desportiva esteja ocupando a última divisão da competição.

§ 1º.

§2º. Aplica-se o descenso de que trata o inciso VI, alínea "d" deste artigo, no âmbito de competições nacionais, às entidades de prática desportiva que participem destas competições; e no âmbito de competições estaduais, às entidades que participem exclusivamente destas competições.

..... (NR).

JUSTIFICATIVA

O escopo desta Emenda é tornar as entidades de administração do desporto e as ligas mais transparentes na gestão e mais permeáveis ao



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3º SUPLENÇA - DEPUTADA FEDERAL LUIZA ERUNDINA PSB/SP

controle externo, mas sem mitigar a autonomia e a discricionariedade administrativa do gerenciamento e dos rumos a serem dados.

Para tanto, acrescentam-se alguns requisitos no rol do art. 5º da Medida Provisória. Este artigo diz que as entidades desportivas profissionais de futebol que aderirem ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT) somente poderão disputar competições organizadas por entidade de administração do desporto ou liga que:

1. publique, em sítio eletrônico próprio, sua prestação de contas e demonstrações contábeis padronizadas, após terem sido submetidas a auditoria independente;
2. garanta a representação da categoria de atletas no âmbito dos órgãos e conselhos técnicos incumbidos da aprovação de regulamentos das competições;
3. assegure a existência e a autonomia do seu conselho fiscal;
4. estabeleça em seu estatuto:
 - d.1) mandato de até quatro anos para seu presidente ou dirigente máximo e demais cargos eletivos, permitida uma única recondução; e
 - d.2) a participação de atletas nos colegiados de direção e na eleição para os cargos da entidade;
5. preveja, em seu regulamento geral de competições, a exigência, como condição de inscrição, que todos os participantes:
 - e.1) observem o disposto I a X do caput do art. 4º; e
 - e.2) tenham regularidade fiscal, atestada por meio de apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Certificado de Regularidade do FGTS.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
3º SUPLENTE - DEPUTADA FEDERAL LUIZA ERUNDINA PSB/SP

6. preveja, em seu regulamento geral de competições, no mínimo, as seguintes sanções para o descumprimento das condições previstas nos incisos I a X do caput do art. 4º:

f.1) advertência;

f.2) proibição de registro de contrato especial de trabalho desportivo, para os fins do § 5º do art. 28 da Lei nº 9.615, de 1998; e

f.3) descenso para a divisão imediatamente inferior ou eliminação do campeonato do ano seguinte.

Por conseguinte, a presente Emenda, renumerando diversos dispositivos do aludido art. 5º, e não suprimindo nenhum previsto originalmente na Medida Provisória em tela, acresce as seguintes regras: Que a entidade de administração do desporto ou liga,

1. Estabeleça cláusulas específicas do regulamento geral das competições profissionais de que participem ou organizem;
2. Enquadre-se nas disposições que autorizam o recebimento de recursos públicos (previstos do art. 18-A da Lei nº 9.615, de 1998);
3. Estipule, no regulamento geral de competições, como penalidade para hipótese de descumprimento da boa gestão e da responsabilidade fiscal:
 - A proibição do registro de novos atletas até o pagamento da dívida;
 - Acesso, para ocupar vaga desocupada em decorrência da punição do rebaixamento, de entidade de prática desportiva profissional participante da divisão, que receberá a entidade rebaixada, obedecida a ordem de classificação do campeonato do ano anterior;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3º SUPLENÇA - DEPUTADA FEDERAL LUIZA ERUNDINA PSB/SP

- Impedimento de participar da competição, para os casos em que a entidade de prática desportiva esteja ocupando a última divisão da competição.

Ademais, a Emenda também esclareceu no referido art. 5º da Medida Provisória em apreço que se aplica o descenso (rebaixamento do clube de futebol no campeonato), no âmbito de competições nacionais, às entidades de prática desportiva que participem destas competições; e no âmbito de competições estaduais, às entidades que participem exclusivamente destas competições.

A Emenda é fruto de sugestões apresentadas pelo movimento Bom Senso Futebol Clube.

Sala das Comissões, em

DEPUTADA LUIZA ERUNDINA

PSB/SP



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3º SUPLENTE - DEPUTADA FEDERAL LUIZA ERUNDINA PSB/SP

MPV 671

00153

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 2015

MPV nº 671/2015, que "Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências."

Dê-se ao art. 22 da Medida Provisória nº 670, de 19 de março de 2015, a seguinte redação:

Art. 22.

.....

§2º. Sem prejuízo do previsto no caput deste artigo, as ouvidorias do Ministério dos Esportes, do Ministério do Trabalho e Emprego, da Secretaria da Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e do Banco Central, no âmbito de suas atribuições, receberão denúncias, inclusive sob anonimato, sobre o descumprimento de quaisquer regras desta Lei,

.....

..... (NR).

JUSTIFICATIVA

Esta Emenda tem a finalidade de permitir o não esvaziamento das ouvidorias de diversos órgãos da União e a conquista para a probidade



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3º SUPLENÇA - DEPUTADA FEDERAL LUIZA ERUNDINA PSB/SP

administrativa que é o anonimato da denúncia, isto é, a certeza do autor da denúncia de que seu nome não será amplamente divulgado, evitando retaliações.

Observa-se há na Medida Provisória nº 671, de 2015, uma pretensa centralização de competência para conhecer e dirimir as denúncias contra os clubes de futebol, no tocante à gestão temerária e/ou descumprimento da responsabilidade fiscal, afastando o papel das ouvidorias, da transparência e da participação democrática.

Explica-se. A Medida Provisória nº 671, de 2015, prescreve que as eventuais denúncias contra os clubes de futebol somente podem ser protocoladas junto à Autoridade Pública de Governança do Futebol – APFUT. Ainda assim, a denúncia só pode ser apresentada, exclusivamente, pelas 6 entidades arroladas no art. 22 da MP, que seriam os legitimados a propor denúncia¹.

Ora, a importância dos jogos de futebol para a Nação brasileira e a necessidade premente de ajuste modernizante dos clubes e campeonatos, conjugado com a norma constitucional que garante o direito de petição aos órgãos do Estado não podem ser flagrantemente anulados.

As denúncias podem e devem ser recebidas pelos diversos órgãos da União que, de modo direto e vinculado, relacionam-se com o tema da boa gestão e da responsabilidade fiscal do futebol brasileiro. Tais órgãos são, em diversas passagens, citados nominalmente nos dispositivos da MP para atuação em suas correspondentes áreas de competência².

Como sabei, as ouvidorias públicas e a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) são exemplos de instrumentos

¹ Art. 22. Para apurar eventual descumprimento das condições previstas nos art. 4º e art. 5º, o APFUT agirá de ofício ou quando provocada mediante denúncia fundamentada. § 1º São legitimados para apresentar a denúncia referida no caput: I - a entidade nacional ou regional de administração do desporto; II - a entidade desportiva profissional; III - o atleta profissional vinculado à entidade desportiva profissional denunciada; IV - a associação de atletas profissionais; V - a associação de empregados de entidade desportiva profissional; e VI - o Ministério do Trabalho e Emprego.

² Exemplifique-se: arts. 2º e 35 da Medida Provisória.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****3º SUPLENÇA - DEPUTADA FEDERAL LUIZA ERUNDINA PSB/SP**

institucionais e jurídicos que, ao lado dos outros canais de participação e controle social existentes, buscam operacionalizar o princípio da democracia participativa consagrado na Constituição. Essa Lei estabelece, ainda, que cada órgão público deve designar uma autoridade responsável pelo monitoramento e implementação do Sistema de Informação do Cidadão (SIC). Embora não exista definição legal de que as ouvidorias sejam responsáveis por este serviço, na prática da União, muitas delas vêm assumindo tal responsabilidade.

Ora, a recente experiência brasileira de implantação da Lei de Acesso à Informação, com o apoio de ouvidorias públicas, é relevante não apenas por sua originalidade histórica, mas por evidenciar um movimento no qual as ouvidorias oferecem sua experiência na análise e tramitação de pedidos de informação originados da aplicação da Lei. São tais órgãos os responsáveis por receberem, examinarem e encaminharem denúncias, reclamações, elogios, sugestões e pedidos de informação referentes a procedimentos e ações de agentes, órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

A proposta de constituição de um Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro não pode prescindir dessa recente e já exitosa experiência da participação democrática e controle social.

Sala das Comissões, em

DEPUTADA LUIZA ERUNDINA**PSB/SP**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3º SUPLENTE - DEPUTADA FEDERAL LUIZA ERUNDINA PSB/SP

MPV 671

00154

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 2015

MPV nº 671/2015, que "Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências."

Acrescente-se ao art. 28 da Medida Provisória nº 670, de 19 de março de 2015, o §4º com a seguinte redação:

Art. 33.

.....

Art. 31. A entidade desportiva profissional empregadora que tiver em atraso com pagamento de salário de atleta profissional, no todo ou em parte, ou de direito de imagem, no todo ou em parte, por período igual ou superior a três (3) meses terá o contrato especial de trabalho desportivo daquele atleta rescindido, ficando o atleta livre para se transferir para qualquer outra entidade desportiva de mesma modalidade, nacional ou internacional, e exigir a cláusula compensatória desportiva e os haveres devidos.

.....

§5º. O atleta com contrato especial de trabalho desportivo rescindido na forma do caput, fica



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3º SUPLENÇA - DEPUTADA FEDERAL LUIZA ERUNDINA PSB/SP

autorizado a se transferir para outra entidade de prática desportiva, inclusive, da mesma divisão, independentemente do número de partidas das quais tenha participado na competição, bem como disputar a competição que estiver em andamento quando da rescisão contratual.

.....

..... (NR).

JUSTIFICATIVA

O objetivo desta Emenda é possibilitar que o atraso no pagamento, no todo em parte, do direito de imagem seja colocado no rol daquelas hipóteses que autorizam a rescisão contratual do jogador com o clube de futebol empregador.

Atualmente o art. 31 da Lei nº 9.615, de 1998, na redação dada pela Lei nº 12.395, de 2011, trata da rescisão contratual decorrente de atraso do salário.

Art. 31. A entidade de prática desportiva empregadora que estiver com pagamento de salário de atleta profissional em atraso, no todo ou em parte, por período igual ou superior a 3 (três) meses, terá o contrato especial de trabalho desportivo daquele atleta rescindido, ficando o atleta livre para se transferir para qualquer outra entidade de prática desportiva de mesma modalidade, nacional ou internacional, e exigir a cláusula compensatória desportiva e os haveres devidos.

Sabe-se que a maior parte dos ganhos remuneratórios dos jogadores de futebol advém da venda do direito de imagem - muito mais do que o salário no sentido mais restrito do termo. Por conseguinte, esta



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3º SUPLENTE - DEPUTADA FEDERAL LUIZA ERUNDINA PSB/SP

Emenda cria a conexão entre a realidade posta e o direito do jogador de futebol ter sua remuneração (sentido amplo) assegurada.

E mais, a Emenda amplia a hipótese do jogador de futebol continuar com sua atividade profissional, sem prejuízo para o esporte, para o público e o campeonato em curso, na medida em que o jogador poderá pactuar novo contrato com outro clube, ainda que esteja em curso o campeonato.

Sala das Comissões, em

DEPUTADA LUIZA ERUNDINA

PSB/SP



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Eduardo Barbosa

MPV 671**00155**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 2015.

Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA Nº /2015 (DO SR. EDUARDO BARBOSA)

Acrescente-se à Medida Provisória nº 671, de 2015, o seguinte

art. 20-A:

“Art. 20-A Poderão ser pagos ou parcelados em até 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais os débitos administrados pelas autarquias e fundações públicas federais, e os débitos de qualquer natureza, tributários ou não tributários, e os débitos com a Procuradoria-Geral Federal, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, ainda que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, provenientes de competências vencidas até 28 de fevereiro de 2014, de responsabilidade das entidades de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência sem fins econômicos, e das demais entidades sem fins econômicos que atuem nas áreas de saúde e de assistência social.

§ 1º Os débitos parcelados terão redução de sessenta por cento das multas de mora ou de ofício, de vinte e cinco por cento dos juros de mora e de cem por cento dos encargos legais.

§ 2º No parcelamento a que se refere este artigo deverão ser observadas as normas específicas de cada órgão ou entidade, inclusive quanto aos critérios para a rescisão.

§ 3º Os pedidos de parcelamento de que trata este artigo deverão ser efetuados em até 120 dias da publicação desta lei.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Eduardo Barbosa

§ 4º A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no âmbito de suas respectivas competências, editarão os atos necessários à execução do parcelamento de que trata este artigo.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Desde a edição da Medida Provisória nº 589, de 2012, vimos buscando uma solução para o endividamento com a União, de entidades privadas sem fins econômicos, das áreas de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência e das demais entidades sem fins econômicos das áreas de saúde e de assistência social, impossibilitadas de quitar os seus débitos. Apesar da sensibilidade dos parlamentares para o assunto, naquela ocasião o encaminhamento mais adequado foi transferir a proposta para a Medida Provisória nº 600, de 2012, na qual a nossa proposição foi acatada e aprovada pelo Congresso Nacional.

Embora tenha sido fruto de acordo político com as lideranças do Governo no Parlamento, a iniciativa foi abortada pelo veto aposto pela Presidência da República, quando da transformação da Medida Provisória nº 600 na Lei nº 12.800, de 2013.

Para as entidades de maior porte, posteriormente, foi editada a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o PROSUS. Apesar da importância do novo Programa, que possibilitou sanear a situação cadastral de muitas entidades, a sua abrangência foi limitada, dado que os critérios para adesão não contemplavam as entidades de menor porte.

Diante do exposto, aproveitamos a oportunidade desta MP 671, de 2015, para oferecer condição de solução para os débitos das entidades referidas com a União e, para tanto, pedimos a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões, em 26 de março de 2015.

Deputado EDUARDO BARBOSA
PSDB / MG



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

MPV 671

00156

EMENDA Nº - CM
(a Medida Provisória nº 671, de 2015)

Altere-se o caput do art. 8º e elimine-se seu §2º, renumerando-se os seguintes, conforme abaixo:

“Art. 8º O parcelamento de que trata esta Seção fica condicionado à indicação, pela entidade desportiva profissional de futebol, de conta em instituição bancária na qual serão debitadas as parcelas da dívida consolidada objeto deste Programa.

.....”(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A centralização proposta é uma medida extrema, burocratizante e de eficácia duvidosa, pois não garante que os recursos que por pela conta transitarem estarão disponíveis no dia do vencimento da obrigação.

Adicionalmente, impede a adoção de política de minimização de riscos através da diversificação de contas bancárias além de inibir ações de captação de recursos incentivados, que normalmente obrigam o clube a manter conta segregada em instituição financeira indicada pela entidade promotora dos incentivos, e de marketing associados a instituições financeiras, cartões de crédito e outras.

Sala da Comissão,

Senador **TASSO JEREISSATI**

MPV 671**00157**

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

EMENDA Nº - CM

(a Medida Provisória nº 671, de 2015)

Insira-se novo parágrafo 2º ao Art. 9º, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

“Art. 9º

‘§ 2º - As entidades desportivas profissionais de futebol que, no ato da adesão ao parcelamento, estiverem em situação regular com as obrigações trabalhistas e tributárias federais, inclusive as retenções legais e que puderem comprovar que já atendem a todas as contrapartidas financeiras, estatutárias e de governança elencadas no Art. 4º, farão jus às melhores condições de desconto de multas e juros previstos no Programa e à aplicação, para o cálculo da prestação mensal, do percentual mínimo de 2% sobre a média mensal da receita total durante todo o Programa, inclusive ao longo do período de pagamento das trinta e seis parcelas antecipadas, independentemente da relação entre o valor da dívida parcelada e a receita total do ano-calendário anterior.”

.....”(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda tem como objetivo premiar os poucos clubes que já procederam ao ajuste de suas finanças e adotaram métodos de gestão preconizados na medida provisória em referência bem como estimular que outras agremiações o façam antes da adesão ao Programa.

A iniciativa que ora proponho, ademais, contribui para incentivar o comportamento tributário responsável, beneficiando pessoas jurídicas pelo esforço de suas gestões para cumprirem suas obrigações com o Fisco bem como adotarem práticas de governança recomendáveis.

Sala da Comissão,

Senador **TASSO JEREISSATI**



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671

00158

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição Medida Provisória nº 671/15
------	---

Autor Deputado Evandro Rogério Roman	Nº do prontuário
---	------------------

1. Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. X aditiva	5. Substitutivo global
---------------	-----------------	-----------------	--------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se o seguinte artigo onde couber na Medida Provisória 671, de 19 de março de 2015, com a seguinte redação:

“Art. XX. Às entidades de prática desportiva pertence o direito de negociar, autorizar e proibir a fixação, a transmissão e a retransmissão de imagem de espetáculo ou evento desportivo de que participam.

Parágrafo único. Cinco por cento do valor total arrecadado, disciplinado no *caput*, será destinado ao ente que designa os árbitros, sendo esse montante distribuído aos árbitros participantes do espetáculo ou evento em partes iguais.”

Justificativa

A evolução da legislação desportiva requer a disciplina do direito de imagem. O contrato de licença do uso de imagem do atleta, principalmente dos jogadores de futebol é um dos principais fatores que levam os esportistas a entrar com ação na Justiça do Trabalho, em busca de seus direitos contratuais.

Da mesma forma, devemos considerar todos que compõe o espetáculo como os árbitros.

O direito de imagem esta consagrado na Constituição Federal, em seu artigo 5º, incisos X e XXVIII, alínea ‘a’, e esta inserido no rol dos direitos e garantias fundamentais. Neste sentido também esta previsto no Código Civil em seu artigo 11, 17 e 20.

O diferencial em se tratando dos demais direitos de personalidade, é que o direito de imagem é disponível, ou seja, a imagem pode ser ‘comercializada’ por seu titular.

Por tanto, o direito de imagem devem ser regulamentado para garantir que jogadores, técnicos e árbitros tenham resguardado a percepção dos valores devidos.

PARLAMENTAR

--

1

MPV 671**00159****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 2015**

Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências.

TEXTO DA EMENDA

Acrescente-se à Medida Provisória nº 671, de 2015, o seguinte artigo:

“Art. A Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Esta Lei institui normas gerais para as parcerias voluntárias, envolvendo transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com as organizações da sociedade civil; e institui o termo de colaboração e o termo de fomento.

Parágrafo único. Esta Lei aplica-se à administração pública direta, autárquica e fundacional e às empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive suas subsidiárias, dependentes nos termos do inciso III do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 2º.....

II - administração pública: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e respectivas autarquias, fundações, empresas e sociedades de economia mista dependentes, inclusive suas subsidiárias, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

III - parceria: modalidade de acordo, envolvendo transferência de recursos financeiros, que visa a conjugação de esforços entre órgãos ou entidades da administração pública e organizações da sociedade civil no desenvolvimento de atividades e projetos com vistas à consecução de finalidades de interesse público;

VII - termo de colaboração: instrumento pelo qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil, selecionadas por meio de chamamento público, para a consecução de finalidades de interesse público com padrões mínimos que sejam propostos pela administração pública para implementação de ações definidas pelo Estado, sem prejuízo das definições atinentes ao contrato de gestão e ao termo de parceria, respectivamente, conforme as Leis nos 9.637, de 15 de maio de 1998, e 9.790, de 23 de março de 1999 e leis correlatas nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios;

VIII - termo de fomento: instrumento pelo qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil, selecionadas por meio de chamamento público, para a consecução de finalidades de

interesse público propostas pelas organizações da sociedade civil, para estímulo ao desenvolvimento de ações ou inovações por ela criadas, sem prejuízo das definições atinentes ao contrato de gestão e ao termo de parceria, respectivamente, conforme as Leis nos 9.637, de 15 de maio de 1998, e 9.790, de 23 de março de 1999 e leis correlatas nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios;

IX - conselho de políticas públicas: instância colegiada temática permanente, instituída por ato normativo, de diálogo entre a sociedade civil e o governo para promover a participação no processo decisório e na gestão de políticas públicas, atuando na formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação;

.....

.....

XVI - procedimento de manifestação de interesse social: instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas ao Poder Público para que este avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de termo de colaboração ou de termo de fomento;

§ 1º Para os fins desta Lei, também se consideram organizações da sociedade civil as cooperativas:

I - sociais, na forma da Lei no 9.867, de 10 de novembro de 1999;

II - voltadas diretamente às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que integradas por pessoas em situação de risco social, na forma do regulamento;

III - voltadas diretamente às atividades de extrativismo, manejo de florestas de baixo impacto, pesca e agricultura de pequeno porte realizadas por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, desde que integradas por pessoas em situação de risco social ou fragilidade econômica, na forma do regulamento;

IV – integradas por pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrado o interesse público, na forma do regulamento.

§ 2º Não se aplica a vedação de distribuição de sobras, prevista no inciso I do caput às cooperativas de que trata o § 1º, que se regerão pelas suas normas próprias.

§ 3º As sobras de que trata o § 2º não se confundem com os eventuais saldos remanescentes das parcerias de que trata esta Lei.

§ 4º São também organizações da sociedade civil incluídas no âmbito desta lei as organizações religiosas que se dedicam a atividades de interesse público.

§ 5º Estão excluídas do âmbito de abrangência desta lei as parcerias com organizações religiosas, de que trata o § 4º, atividades e estruturas físicas relacionadas ou destinadas a culto ou a celebrações de cunho exclusivamente religioso.

Art. 3º.....

.....

II – as transferências regidas por legislação específica, naquilo em que houver disposição em contrário;

III - aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, na forma estabelecida pelas leis federal, estaduais, distrital e municipais que regem a matéria;

IV - aos pagamentos realizados a título de anuidades ou de participação em organização da sociedade civil de interesse público regional, nacional ou internacional.

V – às transferências de recursos destinadas à execução de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 15.....

§ 3º Os conselhos setoriais de políticas públicas deverão ser consultados acerca das políticas e ações voltadas ao fortalecimento das relações de fomento e de colaboração propostas pelo Conselho de que trata o caput deste artigo.

Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública em caso de transferências de recursos para consecução de planos de trabalho com padrões mínimos que sejam propostos pela administração pública para implementação de ações definidas pelo Estado, em regime de mútua cooperação com organizações da sociedade civil, selecionadas por meio de chamamento público, ressalvadas as exceções previstas nesta Lei.

Art. 17. O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública em caso de transferências de recursos para consecução de planos de trabalho propostos pelas organizações da sociedade civil, para estímulo ao desenvolvimento de ações ou inovações criadas pela sociedade, em regime de mútua cooperação com a administração pública, selecionadas por meio de chamamento público, ressalvadas as exceções previstas nesta Lei.

Art. 22.....

§ 1º Cada ente federado estabelecerá, de acordo com a sua realidade, o valor máximo que poderá ser repassado em parcela única para a execução da parceria, o que deverá ser justificado pelo administrador público no plano de trabalho.

§ 2º Os planos de trabalho aprovados deverão estar disponíveis para consulta dos cidadãos no sítio do órgão público avaliador.

Art. 24

§ 2º É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo.

§ 3º O prazo mínimo de existência das organizações da sociedade civil previsto na alínea “a” do inciso VII do § 2º deste artigo será de 2 (dois) anos para parcerias com Estados, Distrito Federal e com Municípios.

§ 4º Na hipótese de nenhuma organização atingir o período mínimo previsto no § 3º deste artigo, este poderá ser reduzido por Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme necessidade da administração pública, devidamente justificada.

Art. 25.....
.....

V – o Plano de Trabalho defina o número de organizações da sociedade civil que serão incorporadas na atuação em rede e que seja comunicada a sua razão social e dados da regularidade jurídica à Administração Pública na medida em que se apresentar a necessidade ou demanda de incorporar, observado o número máximo definido, nova organização da sociedade civil como executante, no prazo de até 30 (trinta) dias da decisão da integração da mesma ao termo de fomento ou de colaboração.

§ 1º A relação das organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes do termo de fomento ou de colaboração de que trata o inciso V do caput poderá ser também alterada, desde que as eventuais alterações não descumpram os requisitos previstos no inciso IV do caput e seja comunicada a alteração à Administração Pública em até 60 (sessenta) dias.

§ 2º A organização celebrante deverá firmar termo de atuação em rede para repasse de recursos, ficando obrigada a, no ato de sua formalização, verificar a regularidade jurídica e fiscal da organização executante e não celebrante do termo de colaboração ou do termo de fomento, devendo comprovar tal verificação na prestação de contas final.

Art. 27.....
.....

§ 5º. No caso de projetos que sejam financiados com recursos dos fundos de criança e adolescente, do idoso, do meio ambiente, defesa de direitos difusos, entre outros, a seleção deverá ser feita pelo próprio conselho gestor, conforme determina a legislação específica.

Art. 28
.....

§ 1º. Na hipótese de a organização da sociedade civil selecionada não atender aos requisitos exigidos no inciso VII do § 1º do art. 24, aquela imediatamente mais bem classificada será convidada a aceitar a celebração de parceria, nos termos da proposta por ela apresentada.

§ 4º. A administração pública deverá tornar público os relatórios das avaliações de propostas de parcerias com os critérios que levaram à decisão de aprovação e as razões de desqualificação da organização da sociedade civil classificada.

Art. 30.....
.....

I – no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;

II – nos casos de guerra, grave perturbação da ordem ou calamidade pública, para firmar parceria com organizações da sociedade civil que desenvolvam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação e que prestem atendimento direto ao público;

V - no caso de atividades de natureza continuada de serviços integrantes do Sistema Único de Assistência Social e da educação, que prestem atendimento direto ao público e sejam credenciadas previamente pelo órgão gestor da política;

VI - quando se tratar de transferência de recurso a título de contribuição corrente para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária ou que esteja nominalmente identificada na Lei Orçamentária Anual; e

VII – quando o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional firmado pela República Federativa do Brasil, no qual sejam indicadas instituições específicas, nacionais e internacionais, para o custeio e para a utilização dos recursos.

Art. 33.....

§ 1º Serão dispensados do atendimento ao disposto no inciso III do caput os serviços sociais autônomos destinatários de contribuições dos empregadores incidentes sobre a folha de salários.

§ 2º. Serão dispensados do atendimento ao disposto nos incisos I a III do caput as organizações religiosas.

Art. 34

VIII – regulamento de compras e contratações em que se estabeleça, no mínimo, a observância dos princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade.

Art. 35

§ 1º Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços economicamente mensuráveis apenas quando o valor da parceria seja igual ou superior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Art. 36 - Deverá constar no termo de colaboração ou termo de fomento a destinação dos bens remanescentes adquiridos com recursos do órgão ou entidade pública, observada a legislação vigente.

6

§ 1º Os bens remanescentes permanecerão na titularidade do órgão ou entidade pública quando necessários para assegurar a continuidade da atividade pactuada, seja por meio da celebração de novo termo de colaboração ou termo de fomento com outra organização da sociedade civil ou pela assunção da execução do objeto pela administração pública.

§ 2º Caso os bens remanescentes não sejam necessários à administração pública, na forma do § 1º, e sejam úteis à continuidade das ações de interesse social da organização da sociedade civil, o termo de colaboração ou termo de fomento poderá autorizar a sua doação, após a consecução do objeto, à referida organização da sociedade civil, com a condição da aprovação da prestação de contas.

§ 3º Caso não seja realizada a hipótese prevista no § 2º, o termo de colaboração ou termo de fomento poderá autorizar a doação dos bens remanescentes a terceiros, após a consecução do objeto, desde que para fins de interesse social.

§ 4º Os bens a que se refere o caput deste artigo incluem bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou rescisão da parceria que tiverem sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela administração pública.

Art. 39.

III – tenha como dirigente, agente político de Poder e o Ministério Público, detentor de cargo em comissão ou função de confiança do mesmo órgão ou entidade da administração pública com a qual se celebra o Termo de Colaboração ou Termo de Fomento, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, enquanto não for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e não forem quitados os débitos que lhe foram eventualmente imputados, exceto nos casos em que o débito tiver sido parcelado pela administração pública e que a organização da sociedade civil esteja em situação regular no parcelamento, ou estiver pendente de recurso com efeito suspensivo;

§ 4º A vedação prevista no inciso III do caput não impede celebração de parcerias com associações de representação federativa que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades mencionadas no referido inciso III.

§ 5º A vedação prevista no inciso III do caput não impede celebração de parcerias com organizações da sociedade civil cujos integrantes estejam incluídos como representantes da Sociedade Civil em Fóruns ou Conselhos oficialmente constituídos, com exceção dos respectivos órgãos públicos a que estejam os mesmos diretamente vinculados.

Art. 40.

Parágrafo único. É vedado também ser objeto de parceria:

I - a contratação de serviços de consultoria, com ou sem produto determinado;

II - o apoio administrativo, com ou sem disponibilização de pessoal, fornecimento de materiais consumíveis ou outros bens.

§ 2º As vedações de que tratam o inciso II do caput e o inciso I do Parágrafo Único não se aplicam às parcerias com associações de representação federativa.

Art. 42

IV - a classificação orçamentária da despesa, mencionando-se o número, a data da nota de empenho e a declaração de que, em apostila, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro;

XVII - a indicação do foro para dirimir as controvérsias de natureza jurídica decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa com a participação da Advocacia Geral da União, em caso de um dos partícipes ser da esfera federal, administração direta ou indireta, ou com a participação de órgãos análogos em estados, distrito federal e municípios;

§ 1º. Constará como anexo do instrumento de parceria o plano de trabalho, que dele é parte integrante e indissociável.

§ 2º. No procedimento a que se refere o XVII a organização da sociedade civil será formalmente comunicada para que possa se fazer representar por seu advogado, sempre que entender necessário.

Art. 43 As contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública, deverão observar os princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade, de acordo com o regulamento de compras e contratações estabelecido pela organização.

Art. 45

IX -

d) obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas sem correlação direta e exclusiva com a consecução do objeto da parceria.

Art. 46

IV - aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços ou obras de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

§ 2º A inadimplência da organização da sociedade civil em relação aos encargos trabalhistas não transfere à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a responsabilidade por seu pagamento.

.....

Art. 47.....

.....

§ 3º O procedimento de seleção da equipe dimensionada no plano de trabalho pela organização da sociedade civil poderá seguir os métodos usualmente adotados pelo setor privado, observados os princípios da publicidade e da impessoalidade.

.....

Art. 57. O plano de trabalho da parceria poderá ser reajustado para ampliação de valores e de metas, desde que a parceria ainda esteja vigente e haja fundada justificativa.

§ 1º. Os rendimentos das aplicações financeiras e eventuais saldos remanescentes poderão ser utilizados pela organização da sociedade civil sempre no objeto da parceria, sendo necessária aprovação de ajuste no plano de trabalho pela administração pública, devendo ser realizado por apostilamento.

§ 2º. Para ampliação dos valores e metas da parceria, a administração pública poderá realizar nova transferência de recursos à organização da sociedade civil, que não poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) do valor da parceria, sendo imprescindível a aprovação de novo plano de trabalho, a análise jurídica prévia da minuta do termo aditivo e a publicação do extrato do termo aditivo em meios oficiais de divulgação.

.....

.....

Art. 63.

.....

§ 3º O regulamento estabelecerá procedimento diferenciado e simplificado para prestação de contas quando o valor da parceria for igual ou inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e poderá, com base na complexidade do objeto, estabelecer procedimentos diferenciados para prestação de contas, desde que o valor da parceria não seja igual ou superior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

.....

Art. 65. A prestação de contas final do Termo de Cooperação e de Fomento e de todos os atos que dela decorram dar-se-á, sempre que possível, em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado.

Art. 66.

.....

Parágrafo único.....

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria, quando houver;

.....

Art. 71.

.....

Parágrafo único. Não tendo sido apreciada a prestação de contas pela respectiva administração pública no prazo de 180 dias e não havendo da mesma manifestação escrita a respeito, a prestação de contas da Organização da Sociedade Civil será

considerada aceitável e, em assim sendo, a organização da Sociedade Civil torna-se elegível para celebrar outras parcerias com os Governos.

Art. 73.

§ 1º As sanções previstas nos incisos II e III do caput deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado ou do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

§ 2º As sanções previstas no § 1º serão aplicadas nos casos de rejeição da prestação de contas em que verificada fraude na celebração, execução ou prestação de contas da parceria.

§ 3º Prescrevem em 5 (cinco) anos as ações punitivas da administração pública destinadas a aplicar as sanções previstas no caput e, a contar da data da apresentação da prestação de contas final ao órgão concedente.

§ 4º A prescrição será interrompida com a prática de ato administrativo de cunho decisório que tenha por objeto a apuração da infração.

Art. 78-A. O art. 23 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 23.

III - até cinco anos da data da apresentação da prestação de contas final pela entidade privada sem fins lucrativos a administração pública, nos casos de termos de colaboração, termos de fomento, termos de parceria, contratos de gestão, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres firmados, no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.” (NR)

Art. 81. Mediante autorização da União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal poderão aderir ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV para utilizar suas funcionalidades, de forma especificamente autônoma em relação aos convênios, no cumprimento desta Lei.

Art. 83. As parcerias existentes no momento da entrada em vigor desta Lei permanecerão regidas pela legislação vigente ao tempo de sua celebração.

§ 1º O disposto no caput não se aplica às prorrogações de parcerias firmadas após a entrada em vigor desta Lei, exceto no caso de prorrogação para a conclusão da execução do objeto da parceria e desde que esta não ocasione acréscimo no valor total do repasse previsto no instrumento inicial.

§ 2º Para qualquer parceria referida no caput eventualmente firmada por prazo indeterminado ou cujo termo final esteja previsto para após 1 (um) ano da entrada em vigor desta lei, a administração pública promoverá, em prazo não superior a 1 (um) ano, sob pena de responsabilização:

I – a repactuação para adaptação de seus termos a esta Lei, nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de chamamento público; ou

II – a rescisão.

Art. 85-A. A Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

XIII – estudos e pesquisas para o desenvolvimento, a disponibilização e a implementação de tecnologias voltadas à mobilidade de pessoas, por qualquer meio de transporte.

Art. 4º

§ 1º. É permitida a participação de servidores públicos na Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que não haja conflito de interesse, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013:

I – na diretoria; ou

II – nos conselhos.

§ 2º Os servidores que participem da diretoria de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público poderão ser remunerados se licenciados e sem remuneração do órgão de origem, atendido o disposto no inciso VI deste artigo.

§ 3º A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público não poderá ser contratada pelo mesmo órgão de origem do servidor público de sua diretoria ou o que ele esteja no momento vinculado.

Art. 7º

Parágrafo único. A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público somente poderá obter nova qualificação decorridos dois anos de sua perda.”(NR)

Art. 88. Esta Lei entra em vigor após decorridos 360 (trezentos e sessenta) dias de sua publicação oficial, para a União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

Parágrafo único. Nos Municípios de até 20.000 (vinte mil) habitantes, considerados de menor porte, a lei deverá entrar em vigor a partir de 01 de junho de 2016.” (NR)

Art..... A ementa da Lei nº 13.019, de 2014, passa a ter a seguinte redação:

“Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento;

e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999.” (NR)

Art. ...Os arts. 54 e 55 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54. A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, observado o disposto no § 1º do art. 9º, deverá ser implantada nos seguintes prazos:

I – até 31 de dezembro de 2017, para capitais de Estados e Municípios integrantes da Região Metropolitana – RM ou Região Integrada de Desenvolvimento – RIDE de capitais;

II – até 31 de dezembro de 2018, para Municípios com população superior a 100.000 (cem mil) habitantes no Censo de 2010, bem como para Municípios cuja mancha urbana da sede municipal esteja situada a menos de 20 (vinte) quilômetros da fronteira com outros países limítrofes;

III – até 31 de dezembro de 2019, para Municípios com população entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes no Censo de 2010;

IV – até 31 de dezembro de 2020, para Municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes no Censo de 2010.

Parágrafo único. A União editará normas complementares para definição de critérios de priorização de acesso aos recursos federais e implementação das ações vinculadas dentro dos prazos máximos estabelecidos no caput

Art. 55. O disposto nos arts. 16 e 18 entra em vigor nos seguintes prazos:

I – até 31 de dezembro de 2016, para Estados e para Municípios com população igual ou superior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes no Censo de 2010;

II – até 31 de dezembro de 2017, para Municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes no Censo de 2010.”

Parágrafo único. Os Estados deverão apoiar os Municípios nos estudos de regionalização, na formação de consórcios públicos e no licenciamento ambiental dos aterros sanitários.” (NR)

Art..... Ficam revogados o art. 4º, a alínea “i”, do inciso V do art. 35, o art. 37, o inciso XVIII do art. 42, o §4º do art. 46, o art. 49 e o inciso I do art. 54, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.”

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 13.019/2014 regulamenta as parcerias celebradas entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, parcerias estas que permitem uma série de ganhos sociais e institucionais.

Por estas parcerias o Estado consegue fazer com que políticas públicas fundamentais cheguem a lugares onde a estrutura estatal é praticamente ausente. Por outro, as organizações participam da esfera pública de forma não estatal e ganham escala para amplificar o alcance de sua atuação de finalidade pública.

No entanto, sua implementação tornou-se um desafio, especialmente nos pequenos Municípios com menos de 20 (vinte) mil habitantes, que representam 70% (setenta por cento) das municipalidades.

12

Assim, consideramos essencial o aperfeiçoamento das regras de transição da lei, de forma a possibilitar o melhor ajuste aos novos instrumentos de parceria, considerando as desigualdades regionais e assimetrias existentes.

Sala da Comissão, em 26 de março de 2015.

Deputado Pedro Uczai – PT/SC

MPV 671

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 2015. 00160

Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras.

EMENDA 2015

(Sr. ODORICO MONTEIRO)

Dê-se ao Art. 2º da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, para alterar o inciso IV que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

“VI – 2,5% (Dois e meio por cento) para o Fundo Nacional de Saúde, que destinará os recursos, exclusivamente, para ações das Santas Casas de Misericórdia, de entidades hospitalares sem fins econômicos, de entidades de saúde de reabilitação física de portadores de deficiência.

IX- 0,50% (meio por cento) para a Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Dawn para aplicação na defesa e garantia dos direitos das pessoas com deficiência intelectual.

Justificativa

As pessoas com deficiência neste país sempre careceram de políticas públicas que atendessem seus direitos. Para os deficientes intelectuais sempre foram reservadas a caridade, a assistência, a misericórdia

pública e social. A única política que se tem conhecimento neste País é a da Presidente Dilma Viver Sem Limites que em 2013 ousou tornar realidade a Convenção da ONU dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2006, ratificada pelo Brasil em 2008.

Até então foi a labuta diária das famílias e suas reivindicações para que seus filhos tivessem reconhecidos seus direitos. Há uma dívida histórica desse País de mais de 500 anos para com os deficientes, em especial os intelectuais, que dependem exclusivamente de terceiros para a sua sobrevivência.

As famílias das pessoas com síndrome de Down têm ajudado a mudar o curso dessa história em sua luta pela inclusão social, escolar, trabalho. A Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, assim como todas as suas filiadas, nesses 20 anos tiveram papel relevante na luta nessa luta. Aliás deve-se reconhecer que foram essas entidades que mudaram a escola neste país na sua luta incansável e incessante de uma escola inclusiva, atuando junto ao governo para a sua mudança.

A Federação tem importante papel na defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual, em especial as com SD. Ela atua há 20 anos em prol de todos que tem deficiência intelectual, sendo que suas filiadas, por volta de 80 espalhadas pelos municípios brasileiros, atendem pessoas com SD e outras deficiências intelectuais, com os mais poucos recursos que se possa ter conhecimento.

É necessário que essa Casa reconheça e apoie o papel da Federação, a qual tem estado em situação penosa ante a falta de recursos, sendo necessário que o Poder Público apoie suas iniciativas e a ajude a ter financiamento estável para o desenvolvimento de suas atividades. O percentual que se propõe gerará uma renda de mais ou menos 36 mil reais, mensais, o que a ajudará a manter-se e apoiar as suas filiadas espalhadas pelo País.

Uma pessoa, em cada 600 nascidos, um tem SD. Ressalta-se que essas pessoas, que agora conseguem ter uma vida mais longa, devem ter também garantidos maiores cuidados com a sua saúde, dentre outros

aspectos. São 1,8% da população tem deficiência intelectual (IBGE, 2012): 3.6 milhões de pessoas, dentre elas, 450 mil com SD.

A medida legislativa é de justiça social e resgata dívida histórica do País para com as pessoas com deficiência intelectual.

Sala de Comissões,

março de 2015

DEPUTADO ODORICO MONTEIRO

PT/CE



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

MPV 671

00161

EMENDA Nº – CM

(à MPV nº 671, de 2015)

O § 2º do art. 21 da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21.

.....

§ 2º A APFUT contará com a participação do Poder Executivo federal e da sociedade civil, garantida a presença de representantes de atletas e de entidades desportivas profissionais de futebol, com paridade de membros entre si, na forma do regulamento.

..... (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A alteração na redação do § 2º do art. 21 da suprarreferida medida provisória tem o objetivo de definir claramente que, na regulamentação da Lei, haja a paridade de representantes de atletas e de entidades desportivas profissionais de futebol na composição da Autoridade Pública de Governança do Futebol (APFUT).

Somente tendo garantida essa paridade, a APFUT poderá atuar de forma mais isenta, sem que haja um viés puramente favorável à parte mais forte: as entidades, em detrimento dos atletas. É necessário que atletas tenham voz nas decisões, pois são eles que, na realidade, tornam o esporte forte.

Sala da Comissão, em de março de 2015.

Senador RONALDO CAIADO
DEM/GO



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

MPV 671**00162**

EMENDA Nº – CM

(à MPV nº 671, de 2015)

O inciso III do art. 24 da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 24.**

.....
III – advertir a entidade desportiva profissional e fixar prazo de até noventa dias para que regularize a situação objeto da denúncia; ou

.....”

JUSTIFICAÇÃO

O prazo apresentado no inciso III do art. 24 para que irregularidades de entidades desportivas de futebol que aderirem ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT) sejam regularizadas deve ser reduzido dos “até 180 dias” do atual texto para “até 90 dias”, tornando-se mais razoável.

Observe-se que muitas competições são realizadas em prazos inferiores aos 180 dias. A alteração diminui as chances de que uma entidade seja punida durante a realização da competição seguinte, por exemplo. Observe-se o caso do Campeonato Brasileiro que se conclui em dezembro de um ano e se inicia em maio do ano seguinte: um clube poderia vir a receber sanção de descenso já competindo no campeonato do ano subsequente.

Sala da Comissão, em de março de 2015.

Senador RONALDO CAIADO
DEM/GO



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

MPV 671
00163

EMENDA Nº – CM

(à MPV nº 671, de 2015)

O § 1º do art. 22 da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, é renomeado parágrafo único e passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos VII e VIII:

“Art. 22.

Parágrafo único.

VI –

VII – a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; e

VIII – o Ministério Público do Trabalho. (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa a corrigir a redação do dispositivo e acrescentar mais dois importantes órgãos no rol de legitimados para apresentar denúncia fundamentada de eventual descumprimento das condições de adesão e manutenção no Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT).

O art. 22 da medida provisória referida acima deve ter corrigido o nome de seu parágrafo de § 1º para único.

Ademais, julgamos imprescindível que no rol de denunciante estejam presentes a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e o Ministério Público do Trabalho, visto que o parcelamento será concedido a débitos tributários e de natureza trabalhista.

Sala da Comissão, em de março de 2015.

Senador RONALDO CAIADO

DEM/GO



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

MPV 671

00164

EMENDA Nº – CM

(à MPV nº 671, de 2015)

O § 3º do art. 21 da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 21.**

§ 3º Na fiscalização do cumprimento das obrigações de que trata o inciso I do *caput*, a APFUT poderá fixar prazos, não superiores a sessenta dias, para que sejam sanadas irregularidades.

..... (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A falta de prazos apresentada no texto do § 3º do art. 21 para que irregularidades de entidades desportivas de futebol que aderirem ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT) sejam sanadas pode vir a tornar inócua o dispositivo.

Acreditamos que fixá-lo em até 60 dias seja o mais razoável. Este é o prazo citado em muitos dos dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 – a Lei Pelé. Deve-se ter atenção a esse prazo, pois, por exemplo, no caso do Campeonato Brasileiro, que se conclui em dezembro de um ano e inicia em maio do ano seguinte, um clube poderia vir a receber sanção de descenso já competindo no Campeonato do ano seguinte.

Sala da Comissão, em de março de 2015.

Senador RONALDO CAIADO

DEM/GO



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

MPV 671
00165

EMENDA Nº – CM
(à MPV nº 671, de 2015)

O inciso I do § 1º do art. 21 da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21. Fica criada, no âmbito do Ministério do Esporte, o Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT, com as seguintes competências:

§1º

I - critérios para que as despesas realizadas com o planejamento e a execução de obras de infraestrutura, tais como estádios e centro de treinamento, não sejam contabilizadas no cálculo da limitação de antecipação de receitas;

.....(NR)”

Justificação

O PROFUT enseja a renegociação das dívidas das entidades desportivas com a União, mediante condições financeiras favorecidas em relação àquelas prevalentes no mercado bancário.

Por essa razão, procura-se estabelecer no âmbito desta Medida Provisória uma circunstância de austeridade financeira das entidades desportivas, o que explica a preocupação explicitada no inciso IV do Art. 4º. Contudo, o inciso I, objeto desta emenda, contraria esta regra de austeridade, ao permitir que endividamentos específicos deixem de ser considerados para efeitos de controle e vigilância do quadro financeiro da entidade desportiva. De fato, a emenda trata de suprimir a iniciativa de mais uma contabilidade criativa, experiência que tantos problemas gerou para economia brasileira, nos últimos quatro anos.

De se ressaltar, que a emenda procura preservar o conceito de financiamento legítimo para obras de infraestrutura, sem que tais



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

financiamentos possam vir a ser impedidos pelo critério de antecipação de receita.

Nestes termos, peço apoio dos meus colegas parlamentares para a correção que proponho.

Sala da Comissão, de março de 2015.

Senador Ronaldo Caiado

DEM/GO



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

MPV 671
00166

EMENDA Nº – CM
(à MPV nº 671, de 2015)

Dê-se a seguinte redação ao § 4º do art. 8º da Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015:

“Art. 8º

.....

§ 4º Na hipótese de os recursos disponíveis na conta corrente da entidade desportiva profissional de futebol não serem suficientes para o pagamento da parcela devida no mês, a entidade desportiva profissional de futebol deverá realizar, no vencimento, o pagamento do saldo da parcela por meio de documento de arrecadação de tributos federais ou, no caso do Banco Central do Brasil, por meio de transferência bancária para a conta corrente indicada no termo de parcelamento, sob pena de a parcela ser considerada inadimplida, nos termos do parágrafo único do art. 18 desta Lei.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O art. 18 da Medida Provisória (MPV) nº 671, de 19 de março de 2015, enuncia as hipóteses que implicam a rescisão do parcelamento de débitos concedido no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT). Especificamente no que toca ao parcelamento, a falta de pagamento de três antecipações ou parcelas consecutivas; ou a falta de pagamento de até duas prestações, se extintas todas as demais ou vencida a última prestação do parcelamento dão ensejo à penalidade. Conforme o parágrafo único do dispositivo, é considerada inadimplida a antecipação ou a parcela parcialmente paga.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

Por sua vez, o art. 8º da MPV traz inovação que busca dar maior segurança e eficácia à recuperação do débito parcelado, ao exigir da entidade beneficiada a indicação de instituição financeira que centralizará todas as suas receitas e movimentações financeiras, inclusive relativas a direitos creditícios decorrentes de contratos celebrados com patrocinadores, com veículos de comunicação ou provenientes de direito de arena. No momento da adesão ao parcelamento, a entidade deverá outorgar poderes para que a instituição financeira centralizadora debite, em sua conta, o valor da parcela devida mensalmente e promova o seu recolhimento.

Caso não haja saldo suficiente, a entidade deverá realizar o pagamento do saldo da parcela por meio de documento de arrecadação de tributos federais ou, no caso do Banco Central do Brasil, por meio de transferência bancária para a conta corrente indicada no termo de parcelamento. No ponto, acreditamos ser importante deixar claro que a ausência do complemento da parcela leva ao seu inadimplemento, razão pela qual apresentamos esta emenda.

Sala da Comissão, em de março de 2015.

Senador RONALDO CAIADO

DEM/GO



CONGRESSO NACIONAL

MPV 671

00167

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 2015

Autor Senador MARCELO CRIVELLA	Partido PRB
---	------------------------------

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao 28 da Medida Provisória nº. 671, de 19 de março de 2015, a seguinte redação:

“Art. 28. Os dirigentes que praticarem atos de gestão irregular ou temerária poderão ser responsabilizados por meio de mecanismos de controle social internos da entidade, sem prejuízo da adoção das providências necessárias à apuração das eventuais responsabilidades civil e penal.”.

JUSTIFICAÇÃO

A Mensagem Interministerial que acompanha a MPV nº. 671, de 2015, que *“Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT), cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol (APFUT) e dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais”*), visa, dentre outros objetivos, ampliar a transparência e garantir maior responsabilidade financeira na gestão dos clubes de futebol.

Tais objetivos não serão alcançados se a lei não contiver elementos de dissuasão às práticas ilícitas, como o acobertamento de crimes praticados na gestão da agremiação esportiva. Para tanto, propomos acrescer na parte final do art. 28, a exigência de que a entidade comunique às autoridades competentes a ocorrência de ilícitos civis e penais cometidos por seus membros encarregados de sua gestão.

ASSINATURA

--



CONGRESSO NACIONAL

MPV 671

00168

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 2015

Autor Senador MARCELO CRIVELLA	Partido PRB
--	-----------------------

1. ☒ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. Aditiva

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 29 da Medida Provisória nº. 671, de 19 de março de 2015, a seguinte redação:

“Art. 29. Compete à entidade adotar medida jurídica cabível contra os dirigentes para a responsabilização penal e o ressarcimento dos prejuízos causados ao seu patrimônio.”.

JUSTIFICAÇÃO

A Mensagem Interministerial que acompanha a MPV nº. 671, de 2015, que *“Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT), cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol (APFUT) e dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais”*), visa, dentre outros objetivos, ampliar a transparência e garantir maior responsabilidade financeira na gestão dos clubes de futebol.

Temos que não se coaduna com tais desideratos condicionar *“a prévia deliberação da assembleia geral”*, como previsto na MPV, a adoção de medidas judiciais tendentes ao ressarcimento de prejuízos causados por gestão temerária ou criminosa. Daí, propomos a supressão dessa condicionante.

Também propomos explicitar que, para além da adoção de medidas “judiciais” cabíveis ao ressarcimento de prejuízos causados por má gestão, sejam adotadas medidas “jurídicas” para apuração de eventual responsabilidade penal.

ASSINATURA

--



CONGRESSO NACIONAL

MPV 671

00169

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 2015

Autor

Senador MARCELO CRIVELLA

Partido

PRB

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acresça-se ao art. 4º da MPV. 671 de 2015, um inciso XI, com a seguinte redação:

“Art. 4º.

XI - a obrigação de que os atletas contratados pelas entidades esportivas estejam devidamente matriculados em estabelecimentos de ensino e que sejam acompanhados até o termino de curso superior, que poderá ser oferecido na modalidade à distância.”.

JUSTIFICAÇÃO

Os atletas oferecem o melhor de suas vidas ao clube que defendem. A sua mais jovial força e habilidade, colocadas a favor de obter vitórias, conquistas e renda.

Em troca, alguns entendem que é suficiente o salário pago, independente de ser de grande ou pequena monta. Porém, a história comprova que grande número deles, ao se verem longe das luzes e câmeras do auge de suas carreiras, não consegue uma ocupação que lhes permita ganhar o suficiente para manterem uma vida digna.

Nesse rumo, garantir oportunidade para que os nossos atletas alcancem formação acadêmica lhes dará chance de ter uma vida mais digna e produtiva ao final de suas carreiras esportivas.

ASSINATURA

--



CONGRESSO NACIONAL

MPV 671
00170

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 2015

Autor Senador MARCELO CRIVELLA	Partido PRB
--	-----------------------

1. ☒ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. Aditiva

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o § 2º do art. 29 da Medida Provisória nº. 671, de 19 de março de 2015.

JUSTIFICAÇÃO

A Mensagem Interministerial que acompanha a MPV nº. 671, de 2015, que *"Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT), cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol (APFUT) e dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais"*, visa, dentre outros objetivos, ampliar a transparência e garantir maior responsabilidade financeira na gestão dos clubes de futebol.

Entretanto, o dispositivo apontado encontra-se assim redigido:

Art. 29. Compete à entidade, mediante prévia deliberação da assembleia geral, adotar medida judicial cabível contra os dirigentes para ressarcimento dos prejuízos causados ao seu patrimônio.

§ 1º Os dirigentes contra os quais deva ser proposta medida judicial ficarão impedidos e deverão ser substituídos na mesma assembleia.

§ 2º O impedimento previsto no § 1º será suspenso caso a medida judicial não tenha sido proposta após três meses da deliberação da assembleia geral.

Cremos ser temerário permitir o retorno do agente afastado por causar prejuízos à entidade, o que poderá, inclusive, possibilitar a destruição de provas e/ou ampliação do prejuízo.

Ademais, a denúncia caluniosa, consistente de atribuição a alguém de prática de crime sabendo ser falsa a imputação e dando causa a instauração de investigação policial ou ação penal, é capitulada no art. 339 do Código Penal. Portanto, não podemos presumir que a assembleia geral possa conspirar para afastar um dirigente, valendo-se da adoção de medidas judiciais infundadas contra ele.

Além disso, o prazo para suspensão do impedimento, três meses contados da decisão da assembleia pela adoção de medidas judiciais, é exíguo, se considerarmos a complexidade das investigações necessárias à instauração, por exemplo, de inquérito policial ou ação penal.

Por fim, a eventual leniência do encarregado da adoção das tais providências judiciais poderá ser usada em benefício do agente impedido

ASSINATURA

**Congresso Nacional****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****MPV 671****00171****Data:****Proposição:****MEDIDA PROVISÓRIA Nº671 DE 2015****Autor:****Deputado JERÔNIMO GOERGEN - PP/RS****Nº do Prontuário**☒ Supressiva ☐ Substitutiva ☐ Modificativa ☐ Aditiva ☐ Substitutiva Global ☐**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:****Pág.****EMENDA SUPRESIVA**

O inciso I, do artigo 4º da medida provisória em tela passa a vigorar com o seguinte texto.

“Art. 4º Para que as entidades desportivas profissionais de futebol mantenham-se no PROFUT, serão exigidas as seguintes condições:

I - regularidade das obrigações trabalhistas e tributárias federais correntes, inclusive as retenções legais, na condição de responsável tributário, na forma da lei;

II – (...)”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda suprime parte do inciso I, do artigo 4º, para expandir a regularidade do cumprimento das obrigações não apenas no período de vigência da presente medida.

Assinatura:

**Congresso Nacional****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****MPV 671****00172****Data:****Proposição:****MEDIDA PROVISÓRIA Nº671 DE 2015****Autor:****Deputado JERÔNIMO GOERGEN - PP/RS****Nº do Prontuário**Supressiva ☐Substitutiva ☐Modificativa ☒Aditiva ☐Substitutiva Global ☐**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:****Pág.****EMENDA MODIFICATIVA**

O parágrafo 1º, do artigo 7º da medida provisória em tela passa a vigorar com o seguinte texto.

“Art. 7º As entidades desportivas profissionais de futebol que aderirem ao PROFUT poderão parcelar os débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Banco Central do Brasil, e os débitos previstos na Subseção II, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 1º O disposto neste artigo se aplica aos débitos tributários ou não tributários, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 28 de fevereiro de 2015, constituídos ou não, inscritos ou não como Dívida Ativa, mesmo que em fase de execução fiscal ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

§ 2º (...)”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda modifica parte do parágrafo 1º, do artigo 7º, alterando a data dos débitos que serão passíveis do benefício.

Assinatura:

**Congresso Nacional****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****MPV 671****00173****Data:****Proposição:****MEDIDA PROVISÓRIA Nº671 DE 2015****Autor:****Deputado JERÔNIMO GOERGEN - PP/RS****Nº do Prontuário**Supressiva ☐Substitutiva ☐Modificativa ☐Aditiva ☒Substitutiva Global ☐**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:****Pág.****EMENDA ADITIVA**

Inclua-se o parágrafo 5º, ao artigo 7º da medida provisória em tela passa a vigorar com o seguinte texto.

“Art. 7º As entidades desportivas profissionais de futebol que aderirem ao PROFUT poderão parcelar os débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Banco Central do Brasil, e os débitos previstos na Subseção II, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 5º Eventuais lançamentos que sejam lavrados pela Secretaria de Receita Federal do Brasil, posteriores à edição desta Lei, que digam respeito a fatos geradores de tributos ocorridos até dia 28 de fevereiro de 2015, poderão ser incluídos no parcelamento de que trata essa lei até 30 dias da cientificação do sujeito passivo ou em até 30 dias da notificação do julgamento definitivo constituindo o crédito tributário.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda inclui o parágrafo 5, ao artigo 7º, tratando de eventuais lançamentos que sejam lavrados pela Secretaria de Receita Federal do Brasil, posteriores à edição desta Lei.

Assinatura:

**Congresso Nacional****MPV 671****00174****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data:	Proposição: MEDIDA PROVISÓRIA Nº671 DE 2015			
Autor: Deputado JERÔNIMO GOERGEN - PP/RS			Nº do Prontuário	
Supressiva <input type="checkbox"/> Substitutiva <input type="checkbox"/> Modificativa <input type="checkbox"/> Aditiva <input checked="" type="checkbox"/> Substitutiva Global <input type="checkbox"/>				
Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	Pág.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o parágrafo 5º, ao artigo 8º da medida provisória em tela passa a vigorar com o seguinte texto.

“Art. Art. 8º O parcelamento de que trata esta Seção fica condicionado à indicação, pela entidade desportiva profissional de futebol, de instituição financeira que centralizará todas suas receitas e movimentações financeiras, inclusive relativas a direitos creditícios decorrentes de contratos celebrados com patrocinadores, com veículos de comunicação ou provenientes de direito de arena.

§ 5º A conta indicada pelas entidades que aderirem ao parcelamento de que trata essa lei não poderão sofrer penhoras pelo sistema BacenJud ou sistemas equivalentes que venham a ser criados e/ou instituídos, em montante superior a 10% (dez por cento) do saldo bancário existente.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda inclui o parágrafo 5, ao artigo 8º, estipulando porcentagem em eventual penhora na conta indicada que aderirem o parcelamento.

Assinatura:

**Congresso Nacional****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****MPV 671****00175****Data:****Proposição:****MEDIDA PROVISÓRIA Nº671 DE 2015****Autor:****Deputado JERÔNIMO GOERGEN - PP/RS****Nº do Prontuário**Supressiva ☐Substitutiva ☐Modificativa ☒Aditiva ☐Substitutiva Global ☐**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:****Pág.****EMENDA MODIFICATIVA**

O inciso I, do parágrafo 11º, do artigo 9º da medida provisória em tela passa a vigorar com o seguinte texto.

“Art. 9º A dívida objeto do parcelamento será consolidada, no âmbito de cada órgão responsável pela cobrança, na data do pedido, e deverá ser paga:

§ 11. As prestações vencerão no último dia útil de cada mês, sendo que:

I - a primeira parcela da antecipação deverá ser paga até o último dia útil do sexto mês posterior à adesão: e

II - (...)”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda modifica o inciso I, do parágrafo 11, do artigo 9º, alterando a data da primeira parcela para o sexto mês posterior à adesão.

Assinatura:

**Congresso Nacional****MPV 671****00176****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data:	Proposição: MEDIDA PROVISÓRIA Nº671 DE 2015			
Autor: Deputado JERÔNIMO GOERGEN - PP/RS			Nº do Prontuário	
Supressiva <input type="checkbox"/> Substitutiva <input type="checkbox"/> Modificativa <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutiva Global <input type="checkbox"/>				
Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	Pág.
<p style="text-align: center;">EMENDA MODIFICATIVA</p> <p>O parágrafo 3º, do artigo 27º da medida provisória em tela passa a vigorar com o seguinte texto.</p> <p style="padding-left: 40px;">“Art. 27. Consideram-se atos de gestão irregular ou temerária praticados pelo dirigente aqueles que revelem desvio de finalidade na direção da entidade ou que gerem risco excessivo e irresponsável para seu patrimônio, tais como: (....) § 3º Para os fins do disposto no inciso VI do caput, não serão considerados atos de gestão irregular ou temerária o aumento de endividamento decorrente de despesas relativas ao planejamento e à execução de obras de infraestrutura, tais como estádios e centros de treinamento, bem como a aquisição de terceiros dos direitos que envolvam a propriedade plena de estádios e centros de treinamento”.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>A presente emenda modifica parte do parágrafo 3º, do artigo 27º, alterando os atos considerados de gestão irregular ou temerária.</p> <p>Assinatura:</p>				

**Congresso Nacional****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****MPV 671****00177****Data:****Proposição:
MEDIDA PROVISÓRIA Nº671 DE 2015****Autor:
Deputado JERÔNIMO GOERGEN - PP/RS****Nº do Prontuário**Supressiva ☐ Substitutiva ☐ Modificativa ☒ Aditiva ☐ Substitutiva Global ☐**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:****Pág.****EMENDA MODIFICATIVA**

O inciso II, do artigo 34º da medida provisória em tela passa a vigorar com o seguinte texto.

“Art. 34. Serão exigidas:

I -

II - a partir de 1º de março de 2016, as condições previstas:

a)
(...)”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda modifica parte do inciso II, do artigo 34º, alterando a data em que serão exigidas algumas das condições para adesão.

Assinatura:

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****MPV 671****00178****EMENDA Nº , A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, DE 2015.**

Deputado Federal Alceu Moreira (PMDB/RS)

4. (x) Emenda aditiva**Data: 25/03/2015**

Incluem-se na Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, onde couber o seguinte artigo:

Art. A Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 24-A. A comercialização de armas de fogo, suas partes, componentes e acessórios, munições, incluídos estojos, espoletas, pólvora e projéteis, só poderá ser efetuada em estabelecimento registrado no Comando do Exército e cadastrado na Polícia Federal.

§ 1º A autorização para novas fábricas de armas de fogo e munições e respectivas partes, inclusive estojos, projéteis, espoletas e pólvora no caso de munição, somente será concedida à empresa que comprovar domínio técnico completo e capacidade efetiva de fabricação do produto integral em território nacional, devendo ser apresentado um plano para a nacionalização da produção, no caso de instalação de novas fábricas.

§ 2º Não será permitida a fabricação de partes, peças, componentes e insumos de armas de fogo e munição, a exceção de espoleta e pólvora, por empresas que não produzam o produto final completo, salvo se vinculada ao Título de Registro (TR) do fabricante mencionado no § 4º.

§ 3º O plano citado no § 4º deverá conter valores de instalação, geração de empregos, prazos e metas de produção e de comercialização que serão avaliados pelo Comando do Exército.

§ 4º A instalação de novas fábricas deverá ser negada se for demonstrado prejuízo às Empresas Estratégicas de Defesa (EED) já existentes em território nacional.

§ 5º O domínio técnico e a capacidade efetiva de fabricação de que trata o § 4º deverão ser comprovados por meio de visitas técnicas e avaliação do produto.” (NR)

"Art. 24-B. Fica proibida a importação de armas de fogo, suas peças e acessórios, munições e suas partes, de uso restrito e permitido, exceto se autorizada pelo Comando do Exército para os órgãos de segurança pública, fabricantes de armas e munições, empresário individual ou sociedade empresária para pesquisa e desenvolvimento, representantes comerciais, colecionadores, atiradores, caçadores, expositores e representações diplomáticas.

§ 1º Os importadores de armas de fogo, suas peças e acessórios, munições e suas partes ao preencherem a Licença de Importação no Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX, devem informar as características dos produtos objeto de importação, ficando o desembaraço aduaneiro sujeito à satisfação desse requisito.

§ 2º A importação destinada a órgão de segurança pública, poderá ser autorizada quando inexistir similar nacional ou o produto a ser importado, por questão de ordem técnica ou operacional, devidamente justificada, apresentar especificações que não possam ser atendidas pela indústria brasileira no prazo necessário para o recebimento do produto.

§ 3º A importação pelos fabricantes de armas e munições pode ser autorizada para a realização de pesquisa, estudos e testes, ou em atendimento a plano de nacionalização aprovado pelo Comando do Exército.

§ 4º A importação por empresário individual ou sociedade empresária poderá ser autorizada, para comércio, caso seja considerada conveniente e somente para armas de uso permitido sem similar nacional.

§ 5º Os representantes comerciais podem ser autorizados a importar, em caráter temporário, as amostras necessárias para fins de demonstração ou mostruário, desde que comprovem exercer efetivamente a representação comercial do fabricante estrangeiro em território nacional, sendo-lhe vedada a importação do produto para outros fins.

§ 6º As importações realizadas por expositores são limitadas aos produtos necessários para participação em feiras, exposições e eventos do gênero, desde que por período certo, de acordo com a duração do evento que motivou a importação e, em todo caso, mediante autorização prévia.

§ 7º Realizada a demonstração pelo representante comercial, ou terminado o evento do qual tenha participado o expositor, os produtos importados para tais fins devem, a critério do importador, ser reexportados ou doados a quem possa legitimamente adquiri-los, mediante autorização do Comando do Exército.

§ 8º As importações solicitadas pelos colecionadores podem ser autorizadas quando se tratar de produtos que guardem pertinência com a

atividade realizada e desde que justificada a sua conveniência, de acordo com normas editadas pelo Comando do Exército, sendo que a importação por atiradores e caçadores, só será autorizada se inexistir similar nacional ou o produto a ser importado, por questão de ordem técnica ou operacional, devidamente justificada, apresentar especificações que não possam ser atendidas pela indústria brasileira no prazo necessário para o recebimento do produto.

§ 9º As importações solicitadas pelas representações diplomáticas necessitam de parecer favorável do Ministério das Relações Exteriores.

§ 10. As armas de fogo e munições importadas deverão receber, no país de origem, as marcações previstas nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 da Lei no 10.826, de 2003, e nas respectivas regulamentações.

§ 11. A Empresa Estratégica de Defesa (EED) poderá importar armas de fogo e munições, suas partes, peças e componentes, sem a determinação do § 10, desde que realize no território nacional todas as marcações necessárias antes de comercializar os produtos e que esteja devidamente autorizada a fabricar integralmente o produto objeto da importação.

§ 12. A Secretaria da Receita Federal do Brasil fiscalizará a entrada e saída de produtos de que trata este artigo.” (NR)

JUSTIFICATIVA

Um dos maiores problemas referentes à segurança nacional e à violência no território brasileiro é a dificuldade de controlar o tráfico de armas e munições e a fabricação clandestina destes produtos. Dados levantados pelo Ministério da Justiça revelaram que mais da metade das armas de fogo que circulam no país é ilegal e oriunda do tráfico.

O Brasil ocupa o primeiro lugar da América Latina do triste ranking de tráfico de armas. A fronteira brasileira tem 17 mil km de extensão, o que correspondem a 27% do território brasileiro, e faz a divisa de 11 Estados com 10 países, um vasto território explorado por traficantes de armas.

O tráfico de armas é a terceira maior atividade criminosa do mundo, perdendo apenas para o narcotráfico e o tráfico humano, alerta as Nações Unidas. O tráfico ilegal de armas vem transformando a América Latina em campo de batalha, onde ocorrem quatro em cada dez assassinatos no mundo.

Já tivemos notícia inclusive, que determinadas armas de calibres inferiores podem ser formalmente importadas de maneira legal, mas que na prática entram no País armas de calibres restritos.

Por estas razões, a fabricação de armas e munições deve receber tratamento restritivo no Brasil. Sua demanda deve observar apenas a necessidade de suprimento. A importação e fabricação destes produtos não devem gerar uma oferta excessiva e sim apenas necessária, principalmente para viabilizar e facilitar o controle, dificultando a extraviio de armas e munições.

Ainda, é importante ressaltar que as restrições trazidas por esta proposta, estão de acordo com a Estratégia Nacional de Defesa - END, aprovada pelo Decreto 6.703/2008, que pauta a proteção e a reorganização da indústria de defesa na busca do desenvolvimento tecnológico independente, fixando como uma das diretrizes a subordinação das considerações comerciais aos imperativos estratégicos por meio de regime legal, regulatório e tributário que proporcione o alcance desse objetivo. Bem como, através da dualidade de suas produções, que devem ser distribuídas de forma equilibrada entre aplicações civis, militares e polícias.

No mais, nosso País enfrenta outro grave problema que é a fabricação clandestina de armas e munições. Nos últimos anos, 25 fábricas clandestinas de munição foram encontradas pela polícia, em diversas cidades brasileiras, como por exemplo, Olímpia – Interior de SP, Rondonópolis – Interior de SP, Barreiros/MG, Caldas Novas/GO, Carira/Interior de SE, Cubati/Interior da PB, Macapá/AP, Tijucas/SC e São Francisco de Itabapoana/RJ. Uma delas, em Bauru/SP, com produção mensal de 300 mil unidades. Outra em Caruaru/PE fabricava mais de 200 mil unidades por mês.

Na medida em que o mercado brasileiro é infestado por produto contrabandeado ou mesmo produzidos ilegalmente, em fábricas clandestinas, subverte-se completamente a lógica das políticas públicas de segurança.

Assim, é impossível pensar em garantia de segurança se não houver uma política eficiente de combate a esse problema.

Estas são as razões pelas quais apresento a presente emenda.

Sala da Comissão, em 25 de março de 2015.

Deputado ALCEU MOREIRA



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 671

00179

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data

Proposição

Medida Provisória nº 671/15

Autor

Deputado Danrlei de Deus Hinterholz

Nº do prontuário

1. Supressiva 2. substitutiva 3. x modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altera-se o inciso X do Art. 4º da Medida Provisória 671, de 19 de março de 2015, com a seguinte redação:

“Art. 4º

.....

X – manutenção de investimento mínimo na formação de atletas e/ou no futebol feminino.

.....”(NR)

Justificativa

A presente emenda objetiva-se em permitir o planejamento dos clubes em destinar como obrigatoriedade de investimento o futebol feminino ou na formação de atletas. Acreditamos ser de extrema relevância a existência dos dois investimentos, porém devemos salientar que o objetivo central da MP em questão é estabelecer uma gestão eficiente aos clubes, o que dificultaria tendo essas duas novas obrigações, sendo de bom tom a possibilidade da escolha em um primeiro momento e ao longo da amortização da dívida ser investido nas duas áreas.

PARLAMENTAR

**MPV 671****00180**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº - CM
(Medida Provisória nº 671/2015).

Inclua-se aonde couber novo artigo na Medida Provisória nº 671/2015, de 19 março 2015, com a seguinte redação:

Art xx Será banido do esporte o atleta profissional e não-profissional, árbitros e integrantes de equipe de arbitragem, as pessoas naturais que exerçam quaisquer empregos, cargos ou funções, diretivos ou não, diretamente relacionados a alguma modalidade esportiva em entidades de prática desportiva, como dirigentes, administradores, treinadores, médicos, membros de comissão técnica e servidor público, ou dos que participem de entidade responsável pela organização de competição esportiva, empresa contratada para o processo de emissão, distribuição e venda de ingressos nas condições estabelecidas neste artigo.

§ 1º Solicitar ou aceitar, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial para qualquer ato ou omissão destinado a alterar ou falsear o resultado de competição esportiva.

§ 2º Dar ou prometer vantagem patrimonial ou não patrimonial com o fim de alterar ou falsear o resultado de competição esportiva.

§ 3º Fraudar, por qualquer meio, ou contribuir para que se fraude, de qualquer forma, o resultado de competição esportiva.

§ 4º Deixar de informar de imediato à sua entidade de prática desportiva ou de organização e administração de competições, ou a competente autoridade desportiva, policial ou judiciária, qualquer ameaça ou suspeita de comportamento escuso mediante promessa de dinheiro ou favores em troca de informação sobre manipulação de resultados de competições.

Parágrafo único: A penalidade aplica-se nas competições esportivas, nacionais e internacionais, que tenham sede no Brasil, ou que sejam organizadas por organização oficial de entidade de prática desportiva em qualquer território e tenham participação de brasileiros.

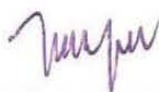
JUSTIFICAÇÃO

A legislação existente sobre doping obteve o consenso durante a Conferência Mundial sobre Doping nos Esportes realizada em Lausanne em fevereiro de 1999, que indicou um período de dois anos de inelegibilidade para a primeira violação séria de regra

antidoping, seguido do banimento perpétuo para uma segunda violação e este consenso está refletido no OMADC.

Portanto a manipulação de resultados que tenham participação de brasileiros tanto em território nacional como internacional merece dos legisladores a atenção indispensável para moralizar e punir exemplarmente todos que contribuam para este mal sejam atletas dirigentes, criminosos internacionais e organizadores de sítios eletrônicos de apostas on line ou não, e que podem obter resultados em todas as modalidades esportivas além do futebol, como já ficou comprovado em handebol na França, além de outras como boxe, tênis e lutas marciais.

Sala das Sessões, de março de 2015.



ALFREDO KAEFER

Deputado Federal

PSDB/PR



MPV 671
00181

CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº **- CM**
(Medida Provisória nº 671/2015).

Inclua-se aonde couber novo artigo na Medida Provisória nº 671/2015, de 19 março 2015, com a seguinte redação:

Art xx Até o dia **31 de dezembro de 2015**, os contribuintes poderão pagar ou parcelar em até **204 meses** os débitos tributários junto à Receita Federal e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional **vencidas até 30 de dezembro de 2014**, com os prazos previstos no art. 1º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, bem como os prazos previstos no art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, atendidas as condições estabelecidas neste artigo.

.....

.....

JUSTIFICATIVA

A presente consiste na reabertura prazo até o 31 de dezembro de 2015, de dívidas vencidas até 30 de dezembro de 2014, podendo parcelar em até 204 nos termos da MP nº 671 de 2015. Previsto no art. 1º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, bem como do prazo previsto no art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, permitindo que mais empresas gozem dos parcelamentos instituídos pelos mencionados diplomas legais. A proposta tem como objetivos a promoção da regularidade fiscal e a redução da litigiosidade em tomo de matérias tributárias.

De acordo com dados extraídos dos sistemas informatizados da RFB e da PGFN, o passivo tributário atual, incluídos débitos com exigibilidade suspensa em virtude de contestações administrativas e judiciais, passível de ser pago ou parcelado na forma proposta gira em tomo de R\$ 1,44 trilhão; se aplicadas as reduções oferecidas pela proposta (considerando o perfil já conhecido quando da consolidação das dívidas com as reduções da versão original da Lei 11.941), esse valor sofre uma redução de aproximadamente 30%, podendo ser pago em número variável de prestações, que pode chegar a até 180, o que constitui um estímulo à adesão ao programa e cumprirá o objetivo de promover a regularidade fiscal.

Ademais, com a redução da litigiosidade, evita-se que os contribuintes enfrentem situação adversa de tesouraria em razão dos débitos tributários acumulados no curso das discussões administrativas e judiciais, prejudicando a capacidade de investimentos em um cenário internacional adverso, pelo baixo crescimento das economias centrais. Ademais desses objetivos, a proposta satisfaz o

anseio dos contribuintes por um novo programa de regularidade fiscal, anseio este que se traduz pelas reiteradas propostas legislativas consistentes no pagamento ou parcelamento de débitos em condições favorecidas.

Essa importante conquista aprovada pelo Congresso Nacional permitirá que as empresas quitem suas dívidas. Além disso, ela permite que o governo obtenha um aumento substancial na arrecadação de tributos.

E esta emenda tem sua importância com a edição do PL nº 863/2015. Que de acordo com o projeto, as empresas dos 56 setores beneficiados pelo Plano Brasil Maior passarão a recolher 4,5% e 2,5% sobre o faturamento bruto para a Previdência Social. Antes, as alíquotas eram de 2% e 1% de acordo com o pacote de desoneração do setor produtivo, criado em 2011.

O que ocorre, planejamento feito, preços acertados com os clientes, contratos fechados e... tudo muda. Esse é o cenário que as empresas de contact center poderão ter que enfrentar daqui alguns meses.

Com a explicação de que precisa realizar um ajuste fiscal, o Governo decidiu elevar as alíquotas da contribuição previdenciária das empresas sobre as receitas brutas. Isso representa a mudança das regras no meio do jogo e desrespeita o ambiente de negócios. As leis aprovadas precisam ser seguidas para que não se criem instabilidades em decorrência de mudanças contínuas nas regras e contratos ao bel sabor do Poder Executivo. A instabilidade jurídica é a raiz de todas as instabilidades

Na prática, o Governo acaba com a Lei n. 12.546/2011 de desoneração da folha de pagamentos criada por ele próprio para estimular a produtividade e aquecer a economia. O empresário tinha uma carga tributária quando contribuía sobre a folha de salários e foi convencido de que a nova forma de benefício lhe traria um custo menor. Com tal sinalização o empresário efetuou seu planejamento, assumindo novos contratos contando com o benefício e o REFIS DA CRISE.

Agora é surpreendido com uma redução do benefício. Alterações como estas, nos faz lembrar da máxima: No Brasil não é impossível planejar. Apenas é inútil. Agora, as empresas terão que rever todo o planejamento, custos e revisão dos contratos assinados com os clientes, os quais podem não ter previsão de reajuste automático com base no aumento da carga tributária, gerando uma instabilidade econômica e não raras vezes, jurídica.

Como reflexo, o PL acaba deixando as empresas com um grande problema nas mãos. Todo esse movimento de elevação da carga tributária aumentará os custos das empresas, que terão de absorvê-los de alguma forma.

Ou seja, o governo coloca no ônus da companhia a decisão de demitir ou de majorar seus preços.

Ele explica que a medida põe em risco a saúde financeira do setor e também acarreta a redução nos investimentos em tecnologia e capacitação.

As empresas terão de readequar os preços cobrados das empresas contratantes em prol de sua saúde financeira." Consequentemente, os empregos podem também estar ameaçados diretamente, o que é preocupante já que esse mercado é um dos maiores empregadores do país, com mais de 1,5 milhão de colaboradores. Assim, as medidas de

ajuste fiscal propostas podem ir contra ao próprio discurso do Governo, já que, no médio prazo, poderão gerar demissões em todos os setores da economia.

A falta de renda do trabalhador resultará em menor consumo, culminando com a redução dos negócios. E aí todos serão afetados, até mesmo o governo, que arrecadará menos em decorrência da estagnação no país. O ajuste fiscal por meio de aumento de impostos, como nos mostra a história, resultará na estagnação econômica.

O governo se contradiz ao tentar emplacar o projeto de lei, pois quando estabeleceu a desoneração da folha tinha como justificativa de que serviria para criar mais empregos. "Agora ressalta que a estabilidade do caixa do governo é que vai garantir os empregos, razão pela qual é imprescindível o aumento da contribuição previdenciária." O desespero governamental para reequilibrar suas contas, retirando daqueles que empreendem, e que em nada tem haver com o mau uso dos recursos públicos, é tamanho que o mecanismo jurídico escolhido para isto é totalmente inconstitucional.

Ressaltamos que, por vários motivos, muitas empresas não aderiram ao Refis da Crise e, posteriormente, passaram a ter dificuldades financeiras. A reabertura dos prazos de adesão dá uma nova oportunidade para estas empresas por consideramos uma necessidade real de que seja novamente oportunizado o referido parcelamento, sobretudo diante do confuso sistema tributário existente e da pesada carga que ele impõe ao contribuinte.

Sala das Sessões,

de março de 2015.



ALFREDO KAEFER

Deputado Federal

PSDB/PR

(À publicação)

Requerimentos de Licença sem ônus

Artigos 13; 40; 43, I; e 43, II do Regimento Interno

REQUERIMENTO	SENADOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
RQM nº 81, de 2015	Fernando Ribeiro	13	De 24/03/2015 a 26/03/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 82, de 2015	Antonio Carlos Valadares	43, I	12/03/2015	Licença Saúde
RQM nº 83, de 2015	Aécio Neves	13	25/03/2015 e 26/03/2015	Participar como conferencista da 4ª Edição do Foro Lima América Latina: Desafios y Oportunidades, a realizar-se na Universidade de Lima
RQM nº 84, de 2015	Ricardo Ferraço	13	De 27/03/2015 a 03/04/2015	Participar, pelo Instituto das Américas e o Instituto Brasil do Woodrow Wilson Center for International Scholars, da 4ª Missão de Estudos Sobre Inovação.
RQM nº 85, de 2015	Vanessa Grazziotin	13	19/03/2015 e 24/03/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 86, de 2015	Simone Tebet	40	26/03/2015	Evento que será realizado na sede da FIESP em São Paulo, para tratar da ampliação da participação da mulher no âmbito da Reforma Política.
RQM nº 87, de 2015	Magno Malta	13	26/03/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 88, de 2015	Lídice da Mata	13	26/03/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 89, de 2015	Paulo Bauer	43, I	De 05/03/2015 a 29/04/2015	Licença Saúde
RQM nº 90, de 2015	Garibaldi Alves Filho	13	26/03/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 91, de 2015	Ivo Cassol	13	26/03/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 92, de 2015	Ataídes Oliveira	13	26/03/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 93, de 2015	Douglas Cintra	13	26/03/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 94, de 2015	Zeze Perrella	13	26/03/2015	Atividade Parlamentar

CONGRESSO NACIONAL GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - REPÚBLICA ESLOVACA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

PRESIDENTES DE HONRA:

Senador Renan Calheiros - PMDB/AL - Presidente do Senado Federal

Deputado Eduardo Cunha - PMDB/RJ - Presidente da Câmara dos Deputados

COMISSÃO EXECUTIVA:

Presidente: Sen. Luiz Henrique da Silveira - PMDB/SC

Primeiro-Vice-Presidente: Dep. Eduardo Barbosa - PSDB/MG

Segundo-Vice-Presidente: Sen. Jorge Viana - PT/AC

Primeira-Secretária: Sen. Ana Amélia - PP/RS

Segundo-Secretário: Dep. Heráclito Fortes - PSB/PI

Terceiro-Secretário: Sen. Ricardo Ferraço - PMDB/ES

Quarta-Secretária: Dep. Dulce Miranda - PMDB/TO

CONSELHO CONSULTIVO:

- Presidente: Dep. Jarbas Vasconcelos - PMDB/PE

- Vice-Presidente: Sen. Waldemir Moka - PMDB/MS

- Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal - CRE

Sen. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP

- Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados -

CREDN - Dep. João Moraes - PCdoB/MG

SECRETÁRIA EXECUTIVA: Dra. Inúbia A.C. Sfoggia
Senado Federal

COMPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
55ª LEGISLATURA

NOME PARLAMENTAR	PART.	UF	ALA	GAB.	TELEFONE	END. ELETRÔNICO
ACIR GURGACZ	PDT	RO	Tancredo Neves	56	3303.3132	acir@senador.leg.br
ALOYSIO NUNES FERREIRA	PSDB	SP	Anexo I - 9º and.	1/7	3303.6063	aloysonunes.ferreira@senador.leg.br
ÁLVARO DIAS	PSDB	PR	Nilo Coelho	10	3303.4059	alvarodias@senador.leg.br
ANA AMÉLIA	PP	RS	Afonso Arinos	07	3303.6083	ana.amelia@senadora.leg.br
ANTÔNIO ANASTASIA	PSDB	MG	Teotônio Vilela	23	3303.5716	antonio.anastasia@senador.leg.br
BENEDITO DE LIRA	PP	AL	Teotônio Vilela	02	3303.6144	benedito.lira@senador.leg.br
CIRO NOGUEIRA	PP	PI	Anexo I - 3º and.		3303.6185	ciro.nogueira@senador.leg.br
CRISTOVAM BUARQUE	PDT	DF	Teotônio Vilela	10	3303.2281	cristovam@senador.leg.br
DÁRIO BERGER	PMDB	SC	Teotônio Vilela	24	3303.5947	dario.berger@senado.leg.br
EDISON LOBÃO	PMDB	MA	Tancredo Neves	54	3303.2311	edison.lobao@senador.leg.br
EDUARDO AMORIM	PSC	SE	Alexandre Costa	01	3303.6206	eduardo.amorim@senador.leg.br
FERNANDO BEZERRA COELHO	PSB	PE	Dinarte Mariz	04	3303.1055	fernando.bezerracoelho@senador.leg.br
FERNANDO COLLOR	PTB	AL	Anexo I - 13º and		3303.5783	fernando.collor@senador.leg.br
FLEXA RIBEIRO	PSDB	PA	Tancredo Neves	51	3303.2342	flexaribeiro@senador.leg.br
GLADSON CAMELI	PP	AC	Teotônio Vilela	14	3303.1123	gladson.cameli@senador.leg.br
HÉLIO JOSÉ	PSD	DF	Teotônio Vilela	22	3303.6640	heliojose@senador.leg.br
HUMBERTO COSTA	PT	PE	Teotônio Vilela	25	3303.6285	humberto.costa@senador.leg.br
JORGE VIANA	PT	AC	Ruy Carneiro	01	3303.6366	jorgeviana.acre@senador.leg.br
JOSÉ MARANHÃO	PMDB	PB	Anexo I - 7º and.		3303.6485	jose.maranhao@senador.leg.br
JOSÉ PIMENTEL	PT	CE	Anexo I - 23º and	1/8	3303.6390	gab.josepimentel@senado.leg.br
LASIER MARTINS	PDT	RS	Tancredo Neves	50	3303.2321	lasier.martins@senado.leg.br
LÍDICE DA MATA	PSB	BA	Teotônio Vilela	15	3303.6408	lidice.mata@senadora.leg.br
LINDBERGH FARIAS	PT	RJ	Teotônio Vilela	11	3303.6426	lindbergh.farias@senador.leg.br
LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA	PMDB	SC	Nilo Coelho	02	3303.6446	luizhenrique@senador.leg.br
MARCELO CRIVELLA	PRB	RJ	Ruy Carneiro	02	3303.5225	crivella@senador.leg.br
MARIA DO CARMO ALVES	DEM	SE	Nilo Coelho	08	3303.1306	maria.carmo@senadora.leg.br
PAULO BAUER	PSDB	SC	Afonso Arinos	05	3303.6529	paulobauer@senador.leg.br
PAULO PAIM	PT	RS	Anexo I - 22º and	1/8	3303.5232	paulopaim@senador.leg.br
RANDOLFE RODRIGUES	PSOL	AP	Teotônio Vilela	07	3303.6568	randolfe.rodrigues@senador.leg.br
RENAN CALHEIROS	PMDB	AL	Edif. Principal		3303.3000	renan.calheiros@senador.leg.br
RICARDO FERRAÇO	PMDB	ES	Anexo I - 4º and.	1/8	3303.6590	ricardoferraco@senador.leg.br
ROMÁRIO	PSB	RJ	Nilo Coelho	11	3303.6400	romario@senador.leg.br
ROMERO JUCA	PMDB	RR	Afonso Arinos	12	3303.2111	romero.juca@senador.leg.br
RONALDO CAIADO	DEM	GO	Alexandre Costa	21	3303.6437	ronaldo.caiado@senado.leg.br
ROSE DE FREITAS	PMDB	ES	Teotônio Vilela	01	3303.6475	rose.freitas@senado.leg.br
SIMONE TEBET	PMDB	MS	Afonso Arinos	11	3303.1128	simone.tebet@senadora.leg.br
VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM	Alexandre Costa	03	3303.6726	vanessa.grazziotin@senadora.leg.br
WALDEMIR MOKA	PMDB	MS	Anexo I - 24º and	1/8	3303.6767	waldemir.moka@senador.leg.br

COMPOSIÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
55ª LEGISLATURA

NOME PARLAMENTAR	PART.	UF	ANEXO	GAB.	TELEFONE	END. ELETRÔNICO
AFONSO HAMM	PP	RS	IV	604	3215.5604	dep.afonsohamm@camara.leg.br
AFONSO MOTTA	PDT	RS	IV	711	3215.5711	dep.afonsomotta@camara.leg.br
ALCEU MOREIRA	PMDB	RS	IV	238	3215.5238	dep.alceumoreira@camara.leg.br
ALEX CANZIANI	PTB	PR	IV	842	3215.5842	dep.alexcanziani@camara.leg.br
ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP	IV	915	3215.5915	dep.antoniocarlosmendesthame@camara.leg.br
ANTÔNIO IMBASSAHY	PSDB	BA	IV	810	3215.5810	dep.antonioimbassahy@camara.leg.br
ARNALDO FARIA DE SA	PTB	SP	IV	929	3215.5929	dep.arnaldofariadesa@camara.leg.br
ÁTILA LINS	PSD	AM	IV	730	3215.5730	dep.atilalins@camara.leg.br
BILAC PINTO	PR	MG	IV	806	3215.5806	dep.bilacpinto@camara.leg.br
BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG	IV	208	3215.5208	dep.bonifaciodeandrada@camara.leg.br
CELSO MALDANER	PMDB	SC	IV	311	3215.5311	dep.celsomaldaner@camara.leg.br
COVATTI FILHO	PP	RS	IV	228	3215.5228	dep.covattifilho@camara.leg.br
DOMINGOS NETO	PROS	CE	IV	546	3215.5546	dep.domingosneto@camara.leg.br
DULCE MIRANDA	PMDB	TO	IV	530	3215.5530	dep.dulcemiranda@camara.leg.br
EDINHO BEZ	PMDB	SC	IV	703	3215.5703	dep.edinhobez@camara.leg.br
EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	IV	540	3215.5540	dep.eduardobarbosa@camara.leg.br
EDUARDO CUNHA	PMDB	RJ	IV	510	3215.5510	dep.eduardocunha@camara.leg.br
EVANDRO GUSSI	PV	SP	IV	433	3215.5433	dep.evandrogussi@camara.leg.br
GERALDO RESENDE	PMDB	MS	IV	905	3215.5905	dep.geraldoresende@camara.leg.br
HERÁCLITO FORTES	PSB	PI	IV	708	3215.5708	dep.heraclitofortes@camara.leg.br
HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR	IV	234	3215.5234	dep.hermesparcianello@camara.leg.br
JAIME MARTINS	PSD	MG	IV	904	3215.5904	dep.jaimemartins@camara.leg.br
JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ	IV	622	3215.5622	dep.jandirafeghali@camara.leg.br
JARBAS VASCONCELOS	PMDB	PE	IV	304	3215.5304	dep.jarbasvasconcelos@camara.leg.br
JERÔNIMO GOERGEN	PP	RS	IV	316	3215.5316	dep.jeronimogoergen@camara.leg.br
JORGE TADEU MUDALEN	DEM	SP	IV	538	3215.5538	dep.jorgetadeumudalen@camara.leg.br
JOSÉ REINALDO	PSB	MA	IV	529	3215.529	dep.josereinaldo@camara.leg.br
JÚLIO CÉSAR	PSD	PI	IV	944	3215.5944	dep.juliocesar@camara.leg.br
LAERTE RODRIGUES DE BESSA	PR	DF	IV	340	3215.5340	dep.laerterodriguesdebessa@camara.leg.br
LINCOLN PORTELA	PR	MG	IV	615	3215.5615	dep.lincolnportela@camara.leg.br
MARCO MAIA	PT	RS	I	20	3215.5964	dep.marcomaia@camara.leg.br
MARINHA RAUPP	PMDB	RO	IV	614	3215.5614	dep.marinharaupp@camara.leg.br
MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR	PP	BA	IV	517	3215.5517	dep.marionegromontejunior@camara.leg.br
MAURO MARIANI	PMDB	SC	IV	925	3215.5925	dep.mauromariani@camara.leg.br
NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	IV	920	3215.5920	dep.nelsonmarquezelli@camara.leg.br
OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR	IV	845	3215.5845	dep.osmarserraglio@camara.leg.br
OTÁVIO LEITE	PSDB	RJ	IV	225	3215.5225	dep.otavioleite@camara.leg.br
PAES LANDIM	PTB	PI	IV	648	3215.5648	dep.paeslandim@camara.leg.br
PAULO ABI-ACKEL	PSDB	MG	IV	460	3215.5460	dep.pauloabi-ackel@camara.leg.br
POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	IV	704	3215.5704	dep.pompeodemattos@camara.leg.br
PROF. DORINHA SEABRA REZENDE	DEM	TO	IV	432	3215.5432	dep.professoradorinhaseabrazende@camara.leg.br
RICARDO BARROS	PP	PR	IV	412	3215.5412	dep.ricardobarros@camara.leg.br
RONALDO BENEDET	PMDB	SC	IV	918	3215.5918	dep.ronaldobenedit@camara.leg.br
SANDRO ALEX	PPS	PR	IV	221	3215.5221	dep.sandroalex@camara.leg.br
SÉRGIO SOUZA	PMDB	PR	IV	702	3215.5702	dep.sergiosouza@camara.leg.br
VALDIR COLATTO	PMDB	SC	IV	516	3215.5516	dep.valdircolatto@camara.leg.br
VANDER LOUBET	PT	MS	IV	838	3215.5838	dep.vanderlobet@camara.leg.br
VENEZIANO VITAL DO REGO	PMDB	PB	IV	833	3215.5833	dep.venezianovitaldorego@camara.leg.br

ATA DA REUNIÃO DE REINSTALAÇÃO DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - REPÚBLICA ESLOVACA

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quinze, às 13 horas, na Embaixada da República Eslovaca - SES - Av. das Nações - Quadra 805 - Lote 21B, na cidade de Brasília - DF, reuniram-se os Parlamentares, cuja lista de presença segue anexa, convidados pelo atual Presidente do Grupo Parlamentar, Senador Luiz Henrique da Silveira - PMDB/SC, com o objetivo de reinstalar o Grupo Parlamentar Brasil - República Eslovaca, na 55ª Legislatura. Este Grupo Parlamentar foi criado pela Resolução nº79/95, de 31 de janeiro de 1995, da Câmara dos Deputados. O Projeto de Resolução nº184/93, de autoria do então Deputado Luiz Henrique da Silveira - PMDB/SC visava criar o referido Grupo Parlamentar como serviço de cooperação interparlamentar, com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas da República Federativa do Brasil e da República Eslovaca. Assumiu a presidência dos trabalhos o Senador Luiz Henrique da Silveira - PMDB/SC. Após a verificação de *quorum*, o Presidente declarou aberta a reunião, agradecendo a presença de todos. Manifestou seu especial agradecimento aos Excelentíssimos Senhores Milan Cigán e Jiri Havlík, respectivamente Embaixadores da República Eslovaca e da República Tcheca, gentis anfitriões do encontro e do almoço oferecido a seguir. Após, designou a Dra. Inubia Sfoggia para secretariar os trabalhos. Passando, a seguir, ao ITEM 1 da Pauta: APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ALTERAÇÕES DO ESTATUTO. Apresentou proposta de alterações do Estatuto a qual, após examinada e discutida, foi aprovada, por unanimidade. Dando prosseguimento à Pauta, passou, de imediato, ao exame do assunto constante de seu ITEM 2: FILIAÇÃO DE SEUS NOVOS MEMBROS E ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA. Informou que, ao final da 54ª Legislatura, o Grupo Parlamentar contava com 31 Senadores e 41 Deputados, sendo que 7 Senadores não concorreram e 1 não se reelegeu e 4 Deputados não concorreram e 10 não foram reeleitos. Comunicou que mais 15 Senadores e 21 Deputados aderiram ao Grupo nesta Legislatura. Assim, o mesmo é, atualmente, composto por **38 Senadores e 48 Deputados**. Observou que, ao final da 54ª Legislatura, dos 6 Deputados licenciados e dos 4 suplentes, 5 não concorreram, 1 foi eleito, e 4 permanecem licenciados - 3 desempenhando cargos de Secretários de Governos Estaduais e 1 de Ministro de Estado. A seguir, apresentou a Chapa Única inscrita para a composição da Diretoria, a qual passou a ser examinada e discutida, sendo aprovada por aclamação. Após, declarou eleitos e empossou, imediatamente, os membros que comporão a Diretoria nesta Legislatura. **PRESIDENTES DE HONRA: Senador Renan Calheiros** - PMDB/AL, Presidente do Senado Federal e **Deputado Eduardo Cunha** - PMDB/RJ, Presidente da Câmara dos Deputados. **COMISSÃO EXECUTIVA: Presidente: Senador Luiz Henrique da Silveira** - PMDB/SC, Primeiro-Vice-Presidente: **Deputado Eduardo Barbosa** - PSDB/MG; Segundo-Vice-Presidente: **Senador Jorge Viana** - PT/AC; Primeira-Secretária: **Senadora Ana Amélia** - PP/RS; Segundo-Secretário: **Deputado Heráclito Fortes** - PSB/PI; Terceiro-Secretário: **Senador Ricardo Ferraço** - PMDB/ES e Quarta-Secretária: **Deputada Dulce Miranda** - PMDB/TO. **CONSELHO CONSULTIVO: Presidente: Deputado Jarbas Vasconcelos** - PMDB/ PE e Vice-Presidente: **Senador Waldemir Moka** - PMDB/MS, além do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal - CRE, **Senador Aloysio Nunes Ferreira** - PSDB/SP e da Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados - CREDN, **Deputada Jô Moraes** - PCdoB/MG. A seguir, o Senador Luiz Henrique da Silveira agora como Presidente reeleito, agradeceu a confiança de seus colegas e manifestou o seu desejo de envidar todos os esforços para o fortalecimento dos laços de fraterna amizade e o incremento das relações políticas, comerciais e culturais com a República Eslovaca. Após, o Presidente designou a **Dra. Inubia A.C. Sfoggia** para Secretária Executiva do Grupo, determinando providências no sentido de comunicar às devidas autoridades sobre a reinstalação do Grupo e a constituição da sua Diretoria, e definir a Pauta para desenvolver os trabalhos a partir da próxima reunião, a ser agendada posteriormente.

ESTATUTO

O Estatuto do Grupo Parlamentar Brasil - República Eslovaca aprovado na Reunião de Instalação do Grupo, realizada em 02 de junho de 2011, sofreu alterações aprovadas na Reunião de Reinstalação na 55ª Legislatura, ocorrida em 11 de fevereiro de 2015, e passa a vigorar nos seguintes termos:

CAPÍTULO I **DA CONSTITUIÇÃO, SEDE E OBJETIVOS**

Art. 1º O Grupo Parlamentar Brasil - República Eslovaca, criado pela Resolução nº79/95, de 31 de janeiro de 1995, da Câmara dos Deputados, é reconhecido como serviço de cooperação interparlamentar,

destinado a exercer a diplomacia parlamentar, com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas da República Federativa do Brasil e da República Eslovaca, e reger-se-á pelo presente Estatuto.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar não tem objetivos político-partidários.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será composto por parlamentares do Congresso Nacional no exercício do mandato.

Art. 3º O Grupo Parlamentar, com sede e foro em Brasília - DF, é constituído por prazo indeterminado e funcionará em dependências do edifício do Congresso Nacional.

§ 1º O fim da Legislatura não desativa o Grupo Parlamentar.

§ 2º No início de cada nova Legislatura, os membros do Grupo Parlamentar que tiverem sido reeleitos dele continuam a fazer parte, salvo expressa manifestação em contrário, e os novos Parlamentares serão convidados a nele ingressar.

Art. 4º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I - intercâmbio de experiências parlamentares de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, comercial, e do desenvolvimento sustentável, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas visando ao desenvolvimento das relações entre os Legislativos do Brasil e da República Eslovaca;

II - realização de congressos, seminários, simpósios, conferências, debates, estudos e encontros, de natureza multidisciplinar;

III - permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV - visitas parlamentares;

V - outras atividades compatíveis com o objetivo do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica, sob qualquer forma de auxílio e reciprocidade, com entidades nacionais e estrangeiras.

CAPÍTULO II DAS REUNIÕES DO GRUPO PARLAMENTAR

Art. 5º O Grupo Parlamentar reunir-se-á, no mínimo, duas vezes por ano, por convocação da Comissão Executiva ou a requerimento de, no mínimo, dez por cento de seus membros.

Parágrafo único. As reuniões do Grupo Parlamentar serão sempre anunciadas, com designação de local e hora, por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I DOS MEMBROS

Art. 6º O Grupo Parlamentar será integrado pelos parlamentares do Congresso Nacional que o fundarem e pelos que a ele aderirem livremente, subscrevendo o Termo de Adesão, com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo.

§ 1º Ao filiar-se o Parlamentar compromete-se a observar este Estatuto.

§ 2º Qualquer membro pode desligar-se do Grupo Parlamentar mediante requerimento a ser protocolado junto à Secretaria Executiva.

Art. 7º São direitos e deveres dos Membros:

I - Dos direitos:

- a) votar e ser votado na composição da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, na forma prevista neste Estatuto;
- b) intervir e votar nas reuniões do Grupo Parlamentar;
- c) participar dos subgrupos e missões do Grupo Parlamentar.

II - Dos deveres:

- a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- b) acatar e cumprir as decisões plenárias e da Comissão Executiva;
- c) comparecer e votar nas reuniões do Grupo Parlamentar e dos órgãos de que for integrante.

SEÇÃO II DOS ÓRGÃOS

Art. 8º O Grupo Parlamentar terá os seguintes órgãos:

I - Comissão Executiva;

II - Conselho Consultivo.

§ 1º O Grupo Parlamentar poderá ser constituído por Senadores e Deputados, tanto na Comissão Executiva como no Conselho Consultivo, obedecendo, sempre que possível, a paridade de representantes de cada Casa Parlamentar.

§ 2º Até dois meses após o início da Primeira e da Terceira Sessões Legislativas Ordinárias de cada Legislatura, os Membros do Grupo Parlamentar reunir-se-ão para eleger os membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, em escrutínio secreto, sendo exigida a maioria de votos e a presença da maioria absoluta dos membros da Comissão Executiva ou, pelo menos, um terço dos membros filiados, convocados por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º O mandato dos membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo será de dois anos, sendo permitida uma reeleição consecutiva.

§ 4º Se qualquer membro da Comissão Executiva ou do Conselho Consultivo deixar de fazer parte do respectivo órgão ou renunciar a sua permanência nele, proceder-se-á a escolha de seu sucessor, dentro de 5 (cinco) dias úteis, pela forma estabelecida no § 2º deste artigo, salvo se faltarem menos de cento e vinte dias para o término do mandato da Comissão ou do Conselho, caso em que os cargos serão preenchidos pelos Membros do Grupo Parlamentar, segundo o critério do parlamentar mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

SEÇÃO III DA COMISSÃO EXECUTIVA

Art. 9º A Comissão Executiva é o órgão dirigente do Grupo Parlamentar e será composta por:

- a) dois Presidente de Honra;
- b) um Presidente;

c) dois Vice-Presidentes;

d) quatro Secretários.

§ 1º A Comissão Executiva reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente, pela maioria absoluta de seus membros ou por, no mínimo, um terço dos membros do Grupo Parlamentar.

§ 2º A Comissão Executiva será instalada, em primeira convocação, com a maioria simples dos seus membros ou, em segunda convocação, 20 (vinte) minutos após a primeira, com qualquer número de membros, sendo suas deliberações aprovadas por maioria simples dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos de empate.

§ 3º Os Presidentes de Honra serão o Presidente do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados e a duração de seus mandatos coincidirá com a duração de seu termo na presidência da respectiva Casa.

Art. 10. Compete à Comissão Executiva:

I - organizar o programa de atividades do Grupo Parlamentar;

II - noticiar ao Grupo Parlamentar fatos recentes da política externa bilateral;

III - coligar trabalhos, estudos, pareceres e teses a serem apresentados às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a outras Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados ou em eventos nacionais ou internacionais;

IV - constituir delegação em missões diplomáticas ou autônomas do Congresso Nacional;

V - indicar observadores parlamentares, em missões nacionais ou internacionais, dentre os servidores do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados;

VI - comunicar à Presidência das respectivas Casas do Congresso Nacional, para fins regimentais, os nomes dos integrantes de delegações ou dos observadores parlamentares;

VII - propor e homologar a admissão de novos membros;

VIII - propor e homologar a alteração dos Estatutos;

IX - fixar a competência do Secretário Executivo;

X - delegar ao Presidente, total ou parcialmente, suas competências;

XI - divulgar os trabalhos do Grupo Parlamentar;

XII - resolver os casos omissos neste Estatuto.

Art. 11. O Presidente da Comissão Executiva representa o Grupo Parlamentar, regula e fiscaliza os seus trabalhos.

§ 1º O Presidente, em suas ausências ou impedimentos, será substituído pelo Primeiro-Vice-Presidente e, na ausência deste, pelo Segundo-Vice-Presidente.

§ 2º Ausentes todos os membros da Comissão Executiva, a Presidência será exercida pelo parlamentar mais idoso do Grupo Parlamentar, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 3º O Presidente poderá delegar aos Vice-Presidentes competência que lhe seja própria.

Art. 12. São atribuições do Presidente da Comissão Executiva:

- I - representar o Grupo em suas atividades;
- II - convocar e presidir as reuniões da Comissão Executiva;
- III - fazer cumprir as resoluções da Comissão Executiva;
- IV - manter a ordem e a solenidade necessárias nas reuniões do Grupo Parlamentar ou da Comissão Executiva;
- V - conceder a palavra aos membros que a solicitarem;
- VI - submeter à aprovação do Grupo Parlamentar a ata da reunião anterior;
- VII - submeter à discussão matérias de interesse do Grupo Parlamentar;
- VIII - dar conhecimento ao Grupo Parlamentar de todo expediente recebido e despachá-lo;
- IX - decidir as questões de ordem e as reclamações;
- X - votar, em caso de empate, nas reuniões da Comissão Executiva;
- XI - distribuir aos membros do Grupo Parlamentar e às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas Legislativas todas as informações recebidas sobre as relações bilaterais, de caráter oficial e não-oficial, bem como os trabalhos apresentados pelos membros do Grupo Parlamentar ou de qualquer outra origem, recebidos a título de colaboração;
- XII - trabalhar em cooperação e coordenação com as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, apresentando-lhes as conclusões das discussões havidas no Grupo Parlamentar;
- XIII - acionar o Conselho Consultivo para procedimentos de sua competência;
- XIV - sugerir nomes para o Conselho Consultivo;
- XV - propor a indicação de parlamentares para participarem de viagens internacionais;
- XVI - designar o Secretário Executivo;
- XVII - outras que decorram da natureza de suas funções e prerrogativas.

Parágrafo único. Caso as informações de que trata o inciso XI do caput deste artigo sejam de caráter privado e sigiloso, deverão ser assim tratadas pelos membros do Grupo Parlamentar, bem como pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Art. 13. Os Secretários terão as designações de Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto, cabendo ao Primeiro superintender, com o auxílio dos demais, os serviços administrativos do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. Nas reuniões da Comissão Executiva, os Secretários substituir-se-ão conforme sua numeração ordinal, e assim substituirão o Presidente, na falta dos Vice-Presidentes.

Art. 14. O Presidente designará um Secretário Executivo do Grupo Parlamentar, escolhido dentre os servidores do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.

SEÇÃO IV DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 15. O Conselho Consultivo será composto por:

- a) um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos entre os Membros do Grupo Parlamentar;

- b) pelos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas Parlamentares.

§ 1º Todos os conselheiros terão, igualmente, direito a voz e a voto no âmbito das decisões do Conselho Consultivo.

§ 2º O Conselho Consultivo não terá poder deliberativo, somente poder de voto.

§ 3º O Conselho Consultivo poderá levar à consideração do Grupo Parlamentar qualquer assunto de interesse bilateral, cabendo aos seus membros avaliá-lo previamente à apreciação do colegiado.

§ 4º O Conselho Consultivo poderá ser acionado pelo Presidente da Comissão Executiva, por sua iniciativa, ou por solicitação de qualquer membro do Grupo Parlamentar, a critério do Presidente, para fornecer opiniões, estudos, bem como outras informações de interesse do Grupo.

Art. 16. Compete ao Conselho Consultivo:

I - auxiliar o Presidente na formulação de ações e políticas a serem executadas pelo Grupo Parlamentar ou sugeridas a órgãos públicos ou privados;

II - participar da promoção de programas, pesquisas, conferências, seminários e outras atividades de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, comercial, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III - discutir as questões fundamentais relacionadas com o desenvolvimento sustentável, de forma abrangente e interdisciplinar;

IV - difundir novas ideias, resultantes do convívio, do confronto e da interação entre as diversas áreas de atividades;

V - exercer competências e cumprir as atribuições que lhe forem delegadas pela Comissão Executiva.

CAPÍTULO IV DAS VIAGENS E MISSÕES INTERNACIONAIS

Art. 17. As viagens e missões internacionais dos membros do Grupo Parlamentar deverão ser custeadas pelos parlamentares designados para integrar as respectivas missões no exterior, salvo missões oficiais autorizadas, ou por convites oficiais de governos ou entidades.

Parágrafo único. É proibida a promessa de reciprocidade de custeamento de despesas e gastos a missões parlamentares estrangeiras que visitem o Congresso Nacional.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18. Em caso de lacuna neste Estatuto, aplicam-se as disposições do Regimento Interno Comum do Congresso Nacional.

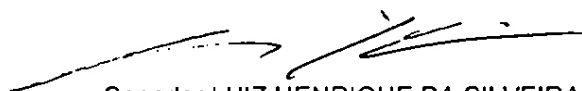
Art. 19. No fim de cada gestão, a documentação pertinente ao Grupo Parlamentar deverá ser repassada para o novo Presidente do Grupo.

Art. 20. Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

A seguir, passou ao ITEM 3 da Pauta: ASSUNTOS GERAIS. O Senhor Presidente disse que gostaria de, na próxima reunião, definir um plano de trabalho do GRUPO PARLAMENTAR para o ano em curso, e pediu aos parlamentares que apresentem sugestões dos temas centrais que deverão determinar a sua

pauta de atividades, visando à obtenção de resultados práticos e efetivos na consecução dos objetivos do GRUPO PARLAMENTAR. A seguir, informou que os assuntos da Pauta haviam sido esgotados, colocando a palavra à disposição para as considerações finais do Plenário. O Senhor Presidente concedeu a palavra aos Senadores Antônio Anastasia - PSDB/MG, Ricardo Ferraço - PMDB/ES e Lídice da Mata - PSB/BA, e aos Deputados Eduardo Barbosa - PSDB/MG e Edinho Bez - PMDB/SC que cumprimentaram o Presidente reeleito e demais membros da Diretoria, desejando sucesso a todos e fizeram considerações a respeito das relações bilaterais e das expectativas do desenvolvimento de novas parcerias. Em continuidade, o Presidente agradeceu a presença dos Parlamentares e assessores, e renovou seus agradecimentos aos Senhores Embaixadores Milan Cigán e Jiri Havlik, anfitriões de tão especial encontro, que oportunizou momentos de confraternização entre os Parlamentares e o Corpo Diplomático das Embaixadas da República Eslovaca e República Tcheca. Reafirmou a importância do GRUPO PARLAMENTAR e a sua determinação em estimular a mobilização dos Parlamentares do Congresso Nacional e, em especial, dos membros dos Grupos Parlamentares em apreço para, junto com as Embaixadas da República Eslovaca e República Tcheca, poder implementar as metas de integração. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelo Presidente reeleito Senador Luiz Henrique da Silveira - PMDB/SC; pela Primeira-Secretária Senadora Ana Amélia - PP/RS; e por mim, Inubia Sfoggia, Secretária Executiva. Brasília, 11 de fevereiro de 2015.



Senador LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Presidente Reeleito



Senadora ANA AMÉLIA
Primeira-Secretária



INUBIA SFOGGIA
Secretária Executiva

**LISTA DE PRESENCAS À REUNIÃO DE REINSTALAÇÃO, NA 55ª LEGISLATURA, DO GRUPO
PARLAMENTAR BRASIL - REPÚBLICA ESLOVACA, REALIZADA EM 11.02.15**

Senador	
LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - PMDB/SC	
Senador	
ACIR GURGACZ - PDT/RO	
Senador	
ANTÔNIO ANASTASIA - PSDB/MG	
Senador	
DÁRIO BERGER - PMDB/SC	
Senador	
FLEXA RIBEIRO - PSDB/PA	
Senador	
HÉLIO JOSÉ - PSD/DF	
Senadora	
LÍDICE DA MATA - PSB/BA	
Senador	
PAULO BAUER - PSDB/SC	
Senador	
RICARDO FERRAÇO - PMDB/ES	
Senador	
Senador	
Senador	
Deputado	
CELSO MALDANER - PMDB/SC	
Deputada	
DULCE MIRANDA - PMDB/TO	
Deputado	
EDINHO BEZ - PMDB/SC	
Deputado	
EDUARDO BARBOSA - PSDB/MG	
Deputado	
JARBAS VASCONCELOS - PMDB/PE	
Deputado	
MAURO MARIANI - PMDB/SC	
Deputado	
NELSON MARQUEZELLI - PTB/SP	
Deputado	
PAES LANDIM - PTB/PI	
Deputado	
VALDIR COLATTO - PMDB/SC	
Deputado	
Deputado	
Deputado	

Processo nº 00200.014550/2014-63.

CONVÊNIO DE CONSIGNAÇÃO Nº 2015.0002

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
SENADO FEDERAL E O BANCO DAYCOVAL
S.A. PARA EMPRÉSTIMOS A SENADORES E
SERVIDORES, SOB CONSIGNAÇÃO EM
FOLHA DE PAGAMENTO.

O SENADO FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, representado pela sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, e o BANCO DAYCOVAL S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 62.232.889/0001-90, com sede na Avenida Paulista, nº 1.793, Bela Vista – São Paulo/ SP, CEP: 01311-200, Telefones: (11) 3138-0666 e (11) 3138-0975, doravante designado CONVENIADO, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, e do Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, e, no que couber, dos Decretos nº 6.386, de 29 de fevereiro de 2008, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, mediante as Cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao CONVENIADO, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento aos servidores do Senado Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 6º do Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do CONVENIADO.

PARÁGRAFO ÚNICO – Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo CONVENIADO, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o SENADO FEDERAL compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;
2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e
3. proceder, mediante simples comunicação por escrito ao **CONVENIADO**, à substituição, ao cancelamento e/ou à constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência do **CONVENIADO**, especificada na Cláusula Segunda.

PARÁGRAFO ÚNICO - A consignação em folha de pagamento não implica corresponsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

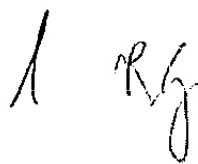
CLÁUSULA QUARTA – DOS ENCARGOS DO CONVENIADO

Do **CONVENIADO** será cobrada mensalmente a quantia fixada em Ato do Diretor-Geral do Senado Federal, vigente à época da assinatura do contrato, por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O **CONVENIADO** encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O **CONVENIADO** obriga-se a fornecer aos consignados extrato e documentos relativos a consignações mensais, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções previstas na Cláusula Nona deste Instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O **CONVENIADO** obriga-se a fornecer saldo devedor, desde que solicitado pelo servidor, diretamente via sistema de gestão de empréstimos consignados em folha de pagamento, em até um dia útil contado da solicitação, nos padrões de informatização definidos pela Secretaria de Recursos Humanos.



PARÁGRAFO QUARTO – O **CONVENIADO** obriga-se a entregar ao servidor a segunda via do contrato de empréstimo no prazo de 15 (quinze) dias após a sua assinatura.

PARÁGRAFO QUINTO – O **CONVENIADO** obriga-se a observar a ordem das etapas de averbação do empréstimo. A averbação no sistema de gestão de empréstimos consignados em folha de pagamento só deverá ser registrada após assinatura do contrato e regular aprovação do crédito. O recurso financeiro só deverá ser concedido após registro da transação no sistema.

PARÁGRAFO SEXTO – O **CONVENIADO** deverá abster-se de incluir o nome de servidores nos órgãos de proteção ao crédito antes de buscar solução junto ao consignado e, caso necessário, junto ao Gestor do Convênio. Em todo caso, o **CONVENIADO** deverá dar ciência dos fatos ao Gestor antes de qualquer medida de recuperação de crédito.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O **CONVENIADO** designará os titulares e os respectivos substitutos para centralizar as demandas do Convênio. Aos responsáveis caberá prestar informações no Senado Federal sobre os empréstimos consignados em folha de pagamento, bem como dirimir as dúvidas suscitadas pelos servidores desta Casa Legislativa acerca dos contratos firmados.

PARÁGRAFO OITAVO – O **CONVENIADO** se responsabilizará pelas operações de averbação, amortização e liquidação de empréstimos em sistema de gestão de empréstimo consignado em folha de pagamento, bem como pela veracidade das informações prestadas.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao **CONVENIADO** a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo **SENADO FEDERAL**.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados de suas responsabilidades administrativa, civil e penal, na forma da lei.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O **SENADO FEDERAL** obriga-se a recolher ao **CONVENIADO**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, em sua conta corrente, a ser informada pelo **CONVENIADO**.



CLÁUSULA SÉTIMA – DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o SENADO FEDERAL obriga-se a comunicar o fato, imediatamente, ao **CONVENIADO**, na forma do que estabelece a Cláusula Décima Primeira.

PARÁGRAFO ÚNICO – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O presente Convênio terá vigência por 24 (vinte e quatro) meses consecutivos, a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, a critério das partes e mediante termo aditivo, tendo eficácia após a publicação de seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

O descumprimento pelo **CONVENIADO** das obrigações previstas no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, no Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, e neste Convênio, o sujeitará às sanções contidas no Parágrafo Segundo desta Cláusula, sem prejuízo das estabelecidas no art. 87 da Lei 8.666/93, garantindo o direito de defesa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os valores referentes a descontos considerados indevidos deverão ser integralmente ressarcidos ao prejudicado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da constatação da irregularidade, na forma pactuada entre o consignatário e o consignado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O descumprimento do disposto no Parágrafo Primeiro implica, assegurado o devido processo legal:

- I – suspensão do repasse dos valores mensais previstos no respectivo contrato;
- II – suspensão temporária do credenciamento da entidade consignatária, com suspensão do repasse dos valores mensais que lhes foram consignados;
- III – descredenciamento definitivo da entidade consignatária, com suspensão do repasse da totalidade dos valores que lhes foram consignados, até que se proceda à liquidação definitiva.

1 R. g. w 11

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará a suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, restando, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

PARÁGRAFO ÚNICO – A consignação relativa à amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO

A soma mensal das consignações facultativas de cada consignado não excederá a trinta por cento da respectiva remuneração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando o limite previsto no Parágrafo anterior tiver sido extrapolado, mediante acordo entre consignatário e consignado, o saldo devedor poderá ser refinanciado por prazo superior ao prazo de amortização fixado por Ato da Comissão Diretora do Senado Federal, desde que o valor das prestações mensais seja idêntico ao valor máximo da margem consignável do servidor, ressalvada a última parcela de valor residual.

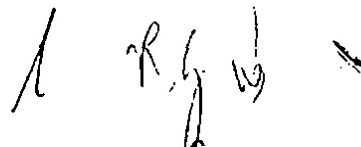
PARÁGRAFO SEGUNDO – Considera-se remuneração para fins deste Instrumento, a soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens, nestas compreendidas a fixada no art. 6º da Resolução nº 42, de 1993, à razão de 1/12 (um doze avos) do valor anualizado, as relativas à natureza ou ao local de trabalho e a prevista no art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, ou outra paga sob o mesmo fundamento, sendo excluídas:

I – diárias;

II – ajuda de custo;

III – indenização da despesa do transporte quando o servidor, em caráter permanente, for mandado servir em nova sede;

IV – salário-família;



- V – gratificação natalina;
- VI – gratificação pela participação em comissão especial ou similar;
- VII – auxílio-natalidade;
- VIII – auxílio-moradia;
- IX – auxílio-funeral;
- X – auxílio-alimentação;
- XI – auxílio-creche;
- XII – adicional de férias;
- XIII – adicional pela prestação de serviço extraordinário;
- XIV – adicional noturno;
- XV – adicional de insalubridade;
- XVI – vantagem ou benefício reconhecido a título de exercício anterior; e
- XVII – qualquer outro auxílio ou adicional estabelecido por lei e que tenha caráter indenizatório.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A soma das consignações facultativas com as compulsórias não poderá exceder a 70% (setenta por cento) da remuneração do consignado, apurada na forma do § 1º do art. 6º do Ato nº 61, de 2009 do Primeiro-Secretário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA TAXA MENSAL DE JUROS

A taxa mensal de juros não poderá ser superior a 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento), observada ainda a menos taxa de juros praticada no âmbito da administração pública, sob pena de descredenciamento (art. 1º do APR nº 18/2009 c/c art. 1º, §1º, do ATC nº 15/2005, e art. 9º, §1º, do APS nº 61/2009).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PRAZO DE AMORTIZAÇÃO

É fixado em 120 (cento e vinte) meses o prazo máximo para as operações financeiras consignadas em folha de pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.



PARÁGRAFO ÚNICO – Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FUNDAMENTO LEGAL

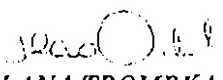
O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, e no Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, aplicando-se ainda a norma prevista no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis nº 8.666/93 e 8.078/90.

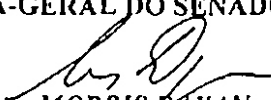
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

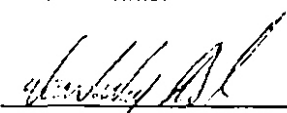
Brasília-DF, 26 de março de 2015.

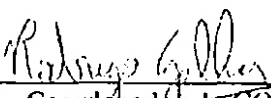

ILANA TROMBKA
DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL


MORRIS DAYAN
BANCO DAYCOVAL S.A.


NILIO CAVAZZAN
BANCO DAYCOVAL S.A.

Testemunhas:


Diretoria SADCON


Coordenador de COPLAC
Rodrigo Galvão

U:\COPLAC\SECON\SECON2015\MINUTA\ACORDO COOPERAÇÃO TÉCNICA CONVÊNIO E PROTOCOLO DE INTENÇÕES-BANCO DAYCOVAL S.A.-Convênio Novo- 00200 014530 2014 63 (LT) - CONFERIDO POR NATHALIA MAT 368.608.52 de





Secretaria de Administração de Contratações - SADCON

Subsecretaria de Planejamento e Controle de Contratações - SSPLAC

Serviço de Planejamento e Controle - SEPCO

Resumo de Convênio - Consignação

Convênio - Consignação - Senado Federal
CNC 2015/0002
Histórico de Fornecedores

Vigência: 26/03/2015 a 25/03/2017

1. BANCO DAYCOVAL S/A [CNPJ: 62.232.889/0001-90] (27/03/2015 - 27/03/2015)

Categoria do objeto: Fornecimento

Objeto: O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao Conveniado, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento aos servidores do Senado Federal.

Processo(s)

Modalidade: Não se Aplica

Principal: 200.014550/2014-63

Aditivos

Gestores ativos no

Tipo de Gestão	Nome	Lotação	Telefone	Ato DGER	BAP
Gestor substituto	MARCUS VINICIUS MIRANDA RAIMUNDO	SECONF		00002015	0000
Gestor substituto	ANDRÉ HERMENEGILDO ROSA	COPAG	3303-5097	00002015	0000
Gestor titular	RODRIGO MARTINS BRUM	SEGP	3303-1205	00002015	0000

Empenhos

Valores

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PMDB - Fernando Ribeiro* (S)
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
Bloco-PT - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Luiz Henrique*
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Raulo Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-14 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ana Amélia.	PP / RS
Angela Portela.	PT / RR
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gladson Cameli.	PP / AC
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Ivo Cassol.	PP / RO
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Marta Suplicy.	PT / SP
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco da Maioria - 22

PMDB-18 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Fernando Ribeiro.	PMDB / PA
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Luiz Henrique.	PMDB / SC
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR

Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Lúcia Vânia.	PSDB / GO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Moraes.	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Randolfe Rodrigues.	PSOL / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco da Maioria.	22
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSDB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Luiz Henrique* (Bloco-PMDB-SC)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Marta Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Ribeiro* (Bloco-PMDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO**1º** Sérgio Petecão - (PSD-AC)**2º** João Alberto Souza - (PMDB-MA)**3º** Elmano Férrer - (PTB-PI)**4º** Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Líder do PSD - 4</p> <p>Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD</p> <p>Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25</p> <p>Líder</p> <p>Humberto Costa - PT (22,25)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Acir Gurgacz (3,34)</p> <p>Benedito de Lira (11,18,45)</p> <p>Walter Pinheiro (31,37,44)</p> <p>Telmário Mota (4,36,43)</p> <p>Regina Sousa (42)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 14</p> <p>Humberto Costa (22,25)</p> <p>Vice-Líderes do PT</p> <p>Paulo Rocha (30)</p> <p>Walter Pinheiro (31,37,44)</p> <p>Lindbergh Farias (32)</p> <p>Fátima Bezerra (35)</p> <p>Líder do PDT - 6</p> <p>Acir Gurgacz (3,34)</p> <p>Vice-Líder do PDT</p> <p>Telmário Mota (4,36,43)</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Benedito de Lira (11,18,45)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder</p> <p>Alvaro Dias - PSDB (21)</p> <p>Vice-Líder</p> <p>Ataídes Oliveira (38)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11</p> <p>Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB</p> <p>Paulo Bauer (23,40)</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (41)</p> <p>Líder do DEM - 5</p> <p>Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM</p> <p>José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder</p> <p>Lídice da Mata - PSB (16,29)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>José Medeiros (15,19,28)</p> <p>Vanessa Grazziotin (20,27)</p> <p>Randolfe Rodrigues (24,26)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6</p> <p>João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB</p> <p>Roberto Rocha (46)</p> <p>Líder do PPS - 1</p> <p>José Medeiros (15,19,28)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (24,26)</p> <p>Líder do PCdoB - 1</p> <p>Vanessa Grazziotin (20,27)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder</p> <p>Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Blairo Maggi (9)</p> <p>Eduardo Amorim (8)</p> <p>Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3</p> <p>Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella (2,7)</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).

11. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
21. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
30. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
34. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
35. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. O senador Paulo Bauer está afastado do exercício pelo motivo "Licença saúde" no período de 05/03/2015 a 29/04/2015.
41. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
42. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
46. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Comissão Temporária, criada nos termos do Requerimento nº 44, de 2015, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes, para no prazo de noventa dias, para traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO NA VENEZUELA

Finalidade: Verificar, in loco, nos termos do Requerimento nº 77, de 2015, a situação na Venezuela, estabelecer diálogo com membros do parlamento local, e com interlocutores representativos das oposições e da sociedade civil, bem como, se possível, com as autoridades daquele país.

MEMBROS

Senador Ricardo Ferraço (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Senador Sérgio Petecão (PSD)

Notas:

*. Em 25.03.2015, foram designados os Senadores Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão para compor a Comissão (Portaria do Presidente nº 12, de 2015).

3) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

**4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA
TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO**

Finalidade: Comissão Temporária, criada nos termos do Requerimento nº 40, de 2015, composta por seis membros titulares e igual número de suplentes, para no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

MEMBROS

5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalho

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** . Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, composta por onze senadores titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Leitura: 05/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
	1.
	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 93, de 2015, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete membros titulares e cinco suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 02/03/2015
Designação: 25/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 94, de 2015, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015
Designação: 18/03/2015
Instalação: 24/03/2015
Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDDEM).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, o Senador Waldemir Moka deixou de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM)

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033510/11

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5.
Senador Roberto Requião (PMDB)	6.
Senador Omar Aziz (PSD)	7.
Senador Luiz Henrique (PMDB)	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador José Serra (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** . Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lidice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

*** . Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

**** . Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***** . Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

***** . Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

***** . Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: cae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605/3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO
EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO
PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁶⁾
Senador Edison Lobão (PMDB) ⁽⁶⁾	5.
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ^(5,8)
VAGO	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(3,2)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).
4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixa de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Marta Suplicy (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senador Aécio Neves (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senador João Capiberibe (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Ângela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5.
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
VAGO ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 15/2015-GLPMD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMD).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: ce@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
VAGO	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	3.
	4.
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

** . Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB) ⁽⁴⁾	4. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(5,2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).

6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Ângela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁵⁾	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Fernando Ribeiro (PMDB)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

** . Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

*** . Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

**** . Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***** . Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

***** . Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

***** . Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 32, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador José Maranhão (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB) ⁽⁶⁾	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 04/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.3.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)
8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** . Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Marcello Varella**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Finalidade:** Discutir os serviços prestados ao cidadão e à sociedade mediante o uso de informática.**(Requerimento Da Comissão De Ciência, Tec., Inov., Com. E Informática 4, de 2007)****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 61 3303-1120**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(6,3)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** . Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Luiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda**Telefone(s):** 61 33031095**E-mail:** csf@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PT	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
PSDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PTB	
VAGO	1. VAGO
PP	
VAGO	1.
PDT	
VAGO	1.
PSB	
VAGO	1. VAGO
DEM	
VAGO	1. VAGO
PR	
VAGO	1. VAGO
PSD	
VAGO	1. VAGO
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
	COORDENADOR

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 12/03/2015

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
Senador Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO
PROS

Atualização: 31/01/2015

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros: 18 titulares****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

11) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PMDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO

Atualização: 31/01/2015

13) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN) Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Relator do PLDO: Vital do Rêgo (-) ⁽³¹⁾

Relator do PLOA: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁰⁾

Designação: 19/03/2014

Instalação: 25/03/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Eunício Oliveira - PMDB/CE	1. VAGO
Romero Jucá - PMDB/RR	2. VAGO ⁽³²⁾
Waldemir Moka - PMDB/MS	3. Valdir Raupp - PMDB/RO ⁽¹⁾
Ana Amélia - PP/RS	4. VAGO
Gleisi Hoffmann - PT/PR	1. Humberto Costa - PT/PE ⁽²⁸⁾
Jorge Viana - PT/AC	2. Angela Portela - PT/RR
Zeze Perrella - PDT/MG	3. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
VAGO	1. VAGO
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	2. VAGO
VAGO ⁽²²⁾	1. VAGO
VAGO ⁽¹⁴⁾	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Vicentinho Alves - PR/TO	1. Ataídes Oliveira - PSDB/TO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PT	
VAGO (33)	1. VAGO (33)
VAGO (33)	2. VAGO (16,33)
VAGO (33)	3. VAGO (7,33)
VAGO (33)	4. VAGO (33)
VAGO (33)	5. VAGO (33)
PMDB	
VAGO (29,4,27,33)	1. VAGO (4,33)
VAGO (4,33)	2. VAGO (9,33)
VAGO (9,33)	3. VAGO (33)
VAGO (33)	4. VAGO (25,33)
VAGO (33)	5. VAGO (26,33)
PSDB	
VAGO (33)	1. VAGO (10,33)
VAGO (33)	2. VAGO (15,33)
VAGO (33)	3. VAGO (17,33)
PSD	
VAGO (33)	1. VAGO (33)
VAGO (33)	2. VAGO (24,33)
VAGO (3,33)	3. VAGO (3,33)
PP	
VAGO (33)	1. VAGO (33)
VAGO (8,33)	2. VAGO (33)
VAGO (33)	3. VAGO (33)
PR	
VAGO (33)	1. VAGO (33)
VAGO (33)	2. VAGO (33)
PSB	
VAGO (19,33)	1. VAGO (33)
VAGO (33)	2. VAGO (33)
DEM	
VAGO (33)	1. VAGO (11,33)
VAGO (33)	2. VAGO (33)
SD	
VAGO (6,20,33)	1. VAGO (6,21,20,33)
PTB	
VAGO (33)	1. VAGO (33)
Bloco PV, PPS	
VAGO (12,23,33)	1. VAGO (33)
PROS	
VAGO (5,33)	1. VAGO (5,33)

TITULARES	SUPLENTE
PDT	
VAGO (18,33)	1. VAGO (18,33)
PCdoB	
VAGO (33)	1. VAGO (33)
PSC	
VAGO (33)	1. VAGO (13,33)
PSOL	
VAGO (2,33)	1. VAGO (2,33)
PRB	
VAGO (33)	

Notas:

- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.
- Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.
- Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.
- Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.
- Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.
- Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SDD.
- Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.
- Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.
- Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.
- Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.
- Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.
- Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.
- Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.
- Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
- Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.
- Designado o Deputado Geraldo Simões, em substituição ao Deputado Márcio Macêdo, em 13-5-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.
- Designado o Deputado Alfredo Kaefer, como suplente, em vaga existente, em 4-6-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 650, de 2014, da Liderança do PSDB.
- Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Rogério, em substituição ao Deputado Félix Mendonça Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Marcos Rogério, em 9-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2014, da Liderança do PDT.
- Vago em razão do afastamento do Deputado Alexandre Toledo em 10-7-2014, nos termos do art. 56, II e §1º, da Constituição Federal e arts. 235, II e III, e 236, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- Designado, como membro titular, o Deputado Benjamin Maranhão, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, e, como membro suplente, o Deputado Henrique Oliveira, em substituição ao Deputado Benjamin Maranhão, em 6-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2014, da Liderança do SD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353, de 2014, da Liderança do SD.
- Designado, como membro titular, o Senador Alfredo Nascimento, em substituição ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 73, de 2014, da Liderança do BLUFOR.
- Designado, como membro titular, o Deputado Penna, em substituição ao Deputado Paulo Wagner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2014, das Lideranças do PV e do PPS.
- Designado, como membro titular, o Deputado Geraldo Thadeu, em substituição ao Deputado Roberto Dorner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PSD.

25. Designado, como membro suplente, o Deputado Júnior Coimbra, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
26. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Setimo, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
27. Designado, como membro titular, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Alexandre Santos, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1054, de 2014, da Liderança do PMDB.
28. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador João Capiberibe, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83, de 2014, da Liderança do PT.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Santos, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, em 26-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1062, de 2014, da Liderança do PMDB.
30. Relator do PLOA 2015 (PLN 13/2014)
31. Relator do PLDO 2015 (PLN 3/2014)
32. Em virtude de renúncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, conforme ofício nº 23, de 2014, lido em Plenário em 22/12/2014
33. Vago em virtude do final da 54ª Legislatura.

Secretário: Maedes Jordão S. Saldanha

Telefone(s): 3216-6892

E-mail: maedes.santana@camara.leg.br

Local: Plenário 2 da Câmara dos Deputados

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB / AM)
PMDB	Senador João Alberto Souza (PMDB / MA)
SD	Senador Vicentinho Alves (PR / TO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSDB	Deputado Nilson Leitão (PSDB)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
PSD	Deputado Urzeni Rocha
PSC	Deputado Silvio Costa (PSC)
PSOL	Deputado Ivan Valente (PSOL)
PROS	Deputado Givaldo Carimbão (PROS)
PMDB	Deputado João Magalhães
DEM	Deputado Felipe Maia (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Gastão Vieira (-)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSB	Senador João Capiberibe (PSB / AP)
PSDB	Senador Flexa Ribeiro (PSDB / PA)
PR	Deputado Alfredo Nascimento (PR / AM)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Gastão Vieira
PR	Deputado João Maia
PSD	Deputado Eliene Lima
PTB	Deputado Arnon Bezerra (PTB)
PSB	Deputado Paulo Foletto (PSB)
PP	Deputado Sandes Júnior (PP)
PT	Deputado Ronaldo Zulke
PSDB	Deputado Cesar Colnago

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I - Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT-BA)
II - Saúde	Senador Jorge Viana (PT-AC)
III - Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Deputado Cyro Miranda (-)
V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS)
VII - Justiça e Defesa	Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VIII - Poderes do Estado e Representação	Deputado João Leão (-)
IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Deputado Moreira Mendes (-)
X - Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS) ⁽¹⁾

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador Vital do Rêgo
PTB	Senador Mozarildo Cavalcanti
PSDB	Senador Cyro Miranda

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Paulo Pimenta (PT)
PMDB	Deputado Sandro Mabel
PSB	Deputado Alexandre Roso
PSD	Deputado Roberto Dornier
PDT	Deputado Marcos Rogério (PDT)
PP	Deputado Betinho Rosado
PPS	Deputado Arnaldo Jardim (PPS)

Notas:

1. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e
Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senadora Gleisi Hoffmann (PT / PR)
PP	Senadora Ana Amélia (PP / RS)
PMDB	Senador Valdir Raupp (PMDB / RO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Assis Carvalho (PT)
PT	Deputado Luiz Alberto
PMDB	Deputado Alexandre Santos
PR	Deputado Luciano Castro
PSD	Deputado Moreira Mendes
PP	Deputado Lázaro Botelho (PP)
PCdoB	Deputado Daniel Almeida (PCdoB)
SD	Deputado Benjamin Maranhão (SD)

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - 2015

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: VAGO**1º VICE-PRESIDENTE:** VAGO**2º VICE-PRESIDENTE:** VAGO**3º VICE-PRESIDENTE:** VAGO

Designação: 17/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. VAGO
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Moraes - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. VAGO
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. VAGO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Sandes Júnior - PP/GO
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nílto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Valtenir Pereira - PROS/MT	4. José Aírton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Rafael Motta - PROS/RN
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Weliton Prado - PT/MG
Jaime Martins - PSD/MG	9. Rômulo Gouveia - PSDB/PB
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecchi - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. William Woo - PPS/SP
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
VAGO	6. VAGO
PDT	
Pompeo de Mattos - RS	1. VAGO
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - RJ

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC ⁽²⁾	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO ⁽²⁾	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽²⁾	3. Ivo Cassol - PP/RO ⁽²⁾
Gladson Cameli - PP/AC ⁽²⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE ⁽⁵⁾	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Marcus Vicente - PP/ES	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. VAGO
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PPS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM ⁽³⁾
Jaime Martins - PSD/MG ⁽³⁾	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT ⁽¹⁾	
Giovani Cherini - RS	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Comissão Mista Representativa do Congresso
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)**

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)
Líder da Maioria Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PMDB/BA) ⁽²⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO

SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PT/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSDB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. VAGO
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Jéssica Sales - PMDB/AC	4. Rosângela Gomes - PRB/RJ
Jozé Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG ⁽⁷⁾
Tia Eron - PRB/BA ⁽¹¹⁾	8. VAGO
Ezequiel Teixeira - SD/RJ ⁽²⁾	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO ⁽³⁾	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR ⁽⁷⁾	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI ⁽⁸⁾	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
Dr. Jorge Silva - PROS/ES	2. Ronaldo Fonseca - PROS/DF
Erika Kokay - PT/DF ⁽⁴⁾	3. VAGO
Luizianne Lins - PT/CE ⁽⁴⁾	4. VAGO
Moema Gramacho - PT/BA ⁽⁴⁾	5. VAGO
Rogério Rosso - PSD/DF ⁽⁵⁾	6. VAGO
Alice Portugal - PCdoB/BA ⁽⁶⁾	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
Shéridan - PSDB/RR	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO ⁽¹⁰⁾	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO ⁽⁹⁾	1. VAGO
PSOL ⁽¹⁾	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.

3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.

4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.

5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.

6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.

10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.

11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - CMCLF

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional**(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)****(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)****COMPOSIÇÃO****Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacombo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrielli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 19/03/2015

Conselho de Comunicação Social**Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991****Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013****COMPOSIÇÃO****Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.**

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 3 Senadores e 3 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PMDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
PDT VAGO
PMDB VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

scop@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação Eleitoral e Política



Nova Edição, agora acrescentando as Leis nºs 9.504/97, 4.737/65 e 9.096/95, a Lei Complementar nº 64/90, todas imprescindíveis à compreensão do processo eleitoral brasileiro.

Código de Trânsito Brasileiro



Este trabalho apresenta o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, acrescido da Lei nº 11.705/2008 e do Decreto nº 6.489/2008, normas disciplinadoras da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 546 páginas
(O.S. 11081/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

